

O Islam em foco

HAMMUDAH ABDALATI

1409 H – 1989 D.C.

THE ISLAMIC BULLETIN

REFLECT ON THE WONDERS OF ISLAM!

Friends or Family interested in Islam?

Read an introductory book on the beauty of Islam.

Live Quranic Radio
From all over the world

Need to find direction to pray?

Type your address in our **QIBLA LOCATOR**

Masjid Finder

Islamic videos and TV

Watch *Discover Islam* in English and *Iqra* in Arabic

IB hopes that this website can bring both Muslims and non-Muslims together in a place of mutual respect and enlightenment.

MOUNTAINS OF INFORMATION FOR MUSLIMS & NON-MUSLIMS!

Available now in:

- Arabic
- French
- German
- Italian
- Spanish

GO TO:
www.islamicbulletin.org

Click:
“ENTER HERE”

Our site is **user friendly**
With **EASY-FINDING** icons
Plus **QUICK-LOADING**
for all systems

Email us at:
info@islamicbulletin.org

Last Will and Testament

Want to learn Tajweed?
Hear the world's most **REOWNED RECITERS!**

Free E-Books!

Learning how to pray?
Step-by-step guide!

One-Page Hajj Guide
In 8 different languages!

Read Past Issues

Interested in Islam?
Read convert's stories in **HOW I EMBRACED ISLAM**

بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ

Em Nome de Deus
Clemente e Misericordioso

APRESENTAÇÃO

Este livro é considerado um dos mais importantes documentos a respeito do Islam por sua abrangência dos princípios do Islam. O autor escreveu-o depois de viver um longo período entre as minorias islâmicas no Canadá, sentindo a necessidade de escrevê-lo. Seu êxito foi total, uma vez que muitos, influenciados por ele, converterem-se ao islamismo, fato testemunhado pela maioria dos convertidos.

Seu autor, Dr. Hammudah Abdalati, formado pela Universidade de Al Azhar, considerada a mais antiga Universidade religiosa do mundo islâmico, foi enviado como orientador religioso para a comunidade islâmica de Canadá, em 1960 permanecendo lá até o seu falecimento em 1976.

O Centro de Divulgação do Islam para a América Latina, tendo por objetivo principal a publicação de livros islâmicos nesta parte do mundo, achou por bem incluir este livro, reeditando-o, para ser apresentado aos leitores da língua portuguesa, enriquecendo, assim a biblioteca dos muçulmanos e não-muçulmanos com conhecimentos expostos de maneira simples, clara, precisa e completa.

Queremos render os nossos mais sinceros agradecimentos aos mantenedores do Centro de Divulgação do Islam para a América Latina, principalmente a Instituição Al Rajhi, ao Dr. Ahmad Totanji e a Junta de Assistência Islâmica Internacional e ao seu Superintendente Geral, Dr. Farid Kurachi.

Pedimos a Deus que lhes dê a maior recompensa.

ANWAR ABDUSSALAM AL KABTI

Enviado da Liga do Mundo Islâmico junto ao
Centro de Divulgação do Islam para a América Latina

SUMÁRIO

Nota Introdutória do Autor da edição portuguesa	9
Prefácio do Autor do livro	11
CAPÍTULO I	
A BASE IDEOLÓGICA DO ISLÃO: DEUS	17
1. Conceito de Deus	26
2. O significado do Islão	32
3. Antigos Fundamentais da Fé Islâmica	32
CAPÍTULO II	
CONCEITOS BÁSICOS DO ISLÃO	48
1. Conceito de Fé (Iman)	48
2. Conceito de Rectidão (Birr)	51
3. Conceito de Piedade (Taqwa)	53
4. Conceito de Profecia	54
5. Conceito de Vida	55
6. Conceito de Religião	57
7. Conceito de Pecado	59
8. Conceito de Liberdade	63
9. Conceito de Igualdade	65
10. Conceito de Fraternidade	67
11. Conceito de Paz	68
12. Conceito de Comunidade	69
13. Conceito de Moralidade	73
14. Conceito de Universo	86

CAPÍTULO III

MANDAMENTO DA RELIGIÃO ISLÂMICA	93
1. A Fé	93
2. As Orações (Salát)	96
Finalidade da oração	96
Condições da oração	98
Classificação das orações	100
Períodos da oração	100
Ablução parcial (Wudú)	103
Anulação da abluição	104
Abluição especial (Tayammum)	104
Facilidades concedidas na abluição	105
Abluição completa (Guçul-banho)	106
Chamada para a oração (Adan)	106
Iniciação da oração (Iqámat)	107
Execução da oração — sua classificação	108
A) Oração da alvorada (Salát'ul-Fajr)	108
B) Oração do Meio-Dia (Salát'uz-Zohr)	112
C) Oração do Meio da Tarde (Salát'ul-Azur)	113
D) Oração do Pôr do Sol (Salát'ul-Magreb)	113
E) Oração da Noite (Salát'ul-Ixá)	114
Oração em congregação	115
F) Oração de Sexta-Feira (Salát'ul-Juma)	117
G) Orações dos dias festivos (Ide)	120
Execução de «Salát'ul-Ide»	123
H) Oração de «Taréwi»	127
I) Oração Fúnebre (Salát'ul-Jenâiza)	127
Abreviação da oração	130
Proibição da oração	131
Recuperação das orações atrasadas	131
Invalidez das orações	132
Observações genéricas sobre as orações	133
1.º capítulo do Alcorão (Sura Fátihah)	134
At-Tasahhud (Profissão de Fé)	135
Alguns extractos do Alcorão	137
3. Emanás (Zacá)	138
Conceito da emaná	138

Percentagem da «Zacá»	141
Beneficiários legítimos da «Zacá»	142
4. Jejum de Ramadão (Saum)	144
Conceito de jejum	147
Jejum em perspectiva comparativa	150
Período do jejum	151
Quem deve fazer jejum?	151
Isenção do jejum	153
Recomendações gerais	154
5. Peregrinação a Meca (Hajj)	154
Conceitos de peregrinação	158
Visita ao túmulo do Profeta Muhammad, em Medina	159
Sacrifício em homenagem ao Profeta Abraão	

CAPÍTULO IV

APLICAÇÃO DO ISLÃO A VIDA DIÁRIA	164
1. Natureza Interior	165
A) Vida espiritual	165
B) Vida intelectual	166
2. Natureza Exterior	169
A) Vida pessoal	169
a) Pureza e limpeza	169
b) Dieta	172
c) Vestuário e adornos	174
d) Divertimentos e passatempos	176
B) Vida familiar	177
a) Conceito do matrimónio	179
b) Duração do matrimónio	180
c) Relação marido-mulher	181
d) Direitos da esposa — obrigações do marido	183
e) Obrigações da esposa — direitos do marido	184
f) Relações entre pais e filhos	187
g) Outros aspectos da vida familiar	190
C) Vida social	195
D) Vida económica	201
E) Vida política	
F) Vida internacional	213

CAPÍTULO V

DISTORÇÕES DO ISLÃO	218
1. Guerra Santa (Jihad)	218
2. Jesus, filho de Maria	235
3. Poligamia	246
4. Casamento e divórcio	247
5. Estatuto da mulher no Islão	251

APÊNDICE

APÊNDICE I — O Alcorão e a sua sabedoria	255
Dinamismo	259
Praticabilidade	260
Moderação	261
APÊNDICE II — Muhammad, o último Profeta	262
APÊNDICE III — O Calendário islâmico	268

NOTA INTRODUTÓRIA

No Congresso das Comunidades Islâmicas, organizado pela Universidade de Medina (Arábia Saudita) que decorreu, de 11 a 15 de Fevereiro de 1977, em Medina, assumimos o compromisso de editarmos, em língua portuguesa, a obra do Dr. Hammudah Abdalati, graduado, pela famosa Universidade de Al-Azhar no Cairo, em Estudos Islâmicos e hoje ilustre professor de Sociologia na Universidade norte-americana de Siracusa. Trata-se de um estudioso incansável da temática islâmica e cuja autoridade em matéria religiosa é aceite, com respeito e admiração, em todo o mundo muçulmano.

E chegado o momento da concretização desse compromisso, graças ao apoio financeiro da instituição benemerita «World Assembly of Muslim Youth» com sede em Riad (Arábia Saudita) e aos seus dirigentes, nomeadamente o Dr. Abdul Hamid Abu Soleiman e o Dr. Ahmed Totonji.

Este livro é a tradução da versão inglesa «Islam in Focus», editado pela primeira vez em 1975, nos Estados Unidos, em Indianapolis, pela «American Trust Publications».

Esta versão portuguesa do «Islão em Foco» abre com o prefácio do autor.

Procurámos fazer uma tradução livre com as necessárias adaptações e notas explicativas (E. N.) que se

impunham sem, no entanto, deturpar o pensamento do autor.

Agradecemos sinceramente à «World Assembly of Muslim Youth» que já em 1976 financiara a publicação do livro «Para Compreender o Islamismo» de Sayyed Abul A'la Maududi e, agora, uma vez mais, torna possível aos leitores de língua portuguesa o acesso a mais uma obra de fundo sobre o Islão, da autoria do Prof. Dr. Hammudah Abdalati.

Esperamos que com este nosso contributo, tenhamos correspondido aos desejos daquela benemérita instituição saudita, levando a cabo uma promessa feita, com todo o gosto, no nosso encontro em Medina.

Lisboa, 30 de Março de 1978
20 de Rabi'ul-Aakhir de 1398

SULEIMAN VALY MAMEDE
Presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa

PREFACIO

Com toda a humildade, agradeço a Tua ajuda, ó Deus!
No verdadeiro espírito do Islão, agradeço a Tua bondade, ó Deus!

De todo o coração dou-Te graças, ó Deus!

Sem o Teu auxílio e amor,

Este livro não teria sido possível.

Sem a Tua ajuda e sem servir a Tua Causa,

Esta humilde contribuição nunca se teria tornado realidade.

E se merece ser dedicada,

Bendi-la com a Tua aceitação;

E dedicada a Ti, ó Deus!

A finalidade deste livro é pura e simplesmente familiarizar o leitor médio com os mandamentos básicos do Islão. Evidentemente, não tivemos nenhuma intenção de apresentar aqui a profundidade e o alcance desta doutrina. No entanto, tencionamos dar uma perspectiva correcta desta temática, e ajudar o leitor a avaliar os princípios que regem o Islão.

Os muçulmanos no Ocidente, especialmente os jovens, que vivem em zonas menos acessíveis, deparam-se com problemas complexos. Os comentários da rádio e as emissões da televisão, as notícias e os artigos das revistas, os filmes e até os manuais didácticos, tudo parece deformar a doutrina islâmica e nem sempre inocentemente. Além disso, certos grupos empenhados num proselitismo pri-

mário tentam explorar a condição destes muçulmanos, esperando vir a convertê-los a perfilar novas doutrinas. Por outro lado, a vida moderna tem muitas tentações que desviam a atenção e o interesse das pessoas, do verdadeiro sentido religioso. Isso é bastante perigoso; mas é ainda mais perigoso no caso dos jovens muçulmanos, e ainda no caso do Islão, religião mal compreendida no Ocidente. É verdade que alguns muçulmanos tentam dar aos seus filhos uma orientação e uma educação religiosa; mas que utilidade podem ter estes esforços limitados, e qual poderia ser o seu efeito neste ambiente de tensão?

O que acontece neste caso? Qual é o resultado desta situação tão difícil? Devemos admitir, com toda a honestidade, que a situação é sombria. Alguns muçulmanos, vítimas inocentes deste ambiente tenso, tornam-se indiferentes e fechados. Sentem vergonha, medo ou desconfiança pela cultura dos seus antepassados. Em consequência, eles nunca poderão trazer nenhum contributo de valor à sua sociedade, nem tirar benefícios dela. Outros seguem a corrente da sociedade, para serem considerados e aceites. Estes também são incapazes de contribuir para a sociedade em que vivem. Tais «muçulmanos» podem mesmo tornar-se destrutivos e desonestos, por viverem sem moralidade religiosa efectiva.

Ao lado destes muçulmanos indiferentes, retirados e indulgentes, há também outros que de nenhuma maneira são melhores. Estes deixam-se provavelmente fascinar pelo que parece ser um alto grau de organização efectiva de certos grupos religiosos, ou pela ampla circulação social promovida por certas correntes religiosas. Tais indivíduos tornam-se na maior parte, marginais e não passam de simples associados. Eles podem ser mesmo considerados como almas perdidas na «multidão solitária», tão característica da sociedade moderna.

Eles não se associam por terem vindo a ser instruidos profundamente na crença de um ou outro grupo religioso; nem por terem começado a sentir um amor altruista pela humanidade. É sim, porque eles não apreciam corretamente o seu próprio património islâmico.

Em resultado disso e do facto de viverem em ambiente não muçulmano, eles nem sempre têm os conhecimentos necessários e a coragem de se manifestarem como muçulmanos. Se tais «muçulmanos» manifestassem qualquer interesse real pela religião, eles não se afastariam do caminho do Islão, que representa o mais alto nível de evolução religiosa e aspiração humana. Além disso, se se preocupassem na verdade pelo bem-estar espiritual e moral da humanidade, eles encontrariam a maior satisfação no âmbito do Islão. Portanto, se se associarem a qualquer outro grupo religioso, só poderão manifestar um interesse superficial e serão fracos representantes.

Como resultado, podemos dizer que eles perdem o contacto espiritual com os outros irmãos muçulmanos e ficam marginalizados nos seus novos círculos de associação, situação deplorável para todas as partes interessadas.

O verdadeiro muçulmano pode contribuir da maneira mais eficaz para a instauração de um estatuto de cidadania responsável, de paz universal, do entendimento mútuo e da fraternidade humana, da liberdade de consciência e manutenção da dignidade humana. Todos estes princípios são partes integrantes do Islão: eles são impostos aos muçulmanos e confiados à sua vigilância. Se um muçulmano, que é considerado como cumpridor destes princípios, se perder ou se tornar indiferente, isso quer dizer que toda a humanidade será privada do seu valioso contributo. E esta não é uma perda insignificante.

Os muçulmanos têm toda a razão em acreditar que o seu Livro, o sagrado Alcorão, é o Livro Fundamental da

Revelação e o Padrão da Verdade Religiosa. Eles também acreditam que o Islão veio reforçar a mensagem divina e eterna, e resolver as disputas religiosas do passado, para que o homem possa iniciar actividades criadoras e construtivas em todos os campos da vida. Isso não quer dizer que os muçulmanos se considerem acima ou separados do resto da humanidade. Eles não tentam impor o Islão, nem classificar a raça humana em camadas inferiores e superiores. Eles não aceitam o conceito de nação favorecida ou condenada, nem aprovam a doutrina dos eleitos e dos pagãos. Antes pelo contrário, eles foram designados para transmitirem a Mensagem Divina à humanidade e trazerem o seu indispensável contributo à raça humana.

Noutras palavras, os muçulmanos não podem ficar indiferentes, nem exclusivistas ou arrogantes em qualquer sociedade. O bem que podem fazer e os serviços que podem prestar concretizar-se-ão, plenamente, só quando aplicarem o Islão na prática e quando se associarem aos outros povos, em conformidade com o espírito humano e universalista do Islão.

Levando em consideração todas estas circunstâncias, pretendemos dar a verdadeira imagem do Islão. Nãoencionamos de nenhuma maneira transformar os muçulmanos em fanáticos cegos, nem em pessoas de mentalidade limitada, porque o Islão opõe-se com firmeza a tais situações. Esperamos só familiarizar novamente esses muçulmanos e outros como eles, com as verdades do Islão e dar-lhes uma perspectiva espiritual do universo e uma abordagem moral da condição humana. Se isto for realizado, eles virão a ser cidadãos responsáveis dos seus respectivos países, membros honrados da raça humana, e acima de tudo, pessoas crentes.

Será que o quadro que aqui traçamos reflecte uma

atitude pessimista perante o futuro do Islão no mundo moderno? Ou será uma sincera confissão de desespero e de desânimo de que os muçulmanos no Ocidente parecem ser vítimas? Ou será um reflexo do resultado previsível de uma batalha espiritual perdida que os muçulmanos estão a travar no Ocidente? Claro que não. O pessimismo e o desespero são contrários ao espírito do Islão e o desamparo é incompatível com a fé em Deus. A batalha espiritual que os muçulmanos estão a travar hoje em dia não é uma causa perdida, embora o progresso se verifique com muita lentidão...

O significado deste prefácio é portanto apresentar um quadro realista da situação com que se deparam os muçulmanos do Ocidente e fazer uma chamada de consciência a todos os muçulmanos, em geral, para que aprofundem os conhecimentos da sua doutrina.

Confiamos os nossos irmãos aos cuidados de Deus, e n'Ele depositamos a infinita esperança de que os nossos esforços não serão em vão, pois o nosso êxito só poderá vir de Deus. Só n'Ele acreditamos e só n'Ele pousam os nossos olhos (Alcorão, 11:88).

Parafraseando o Alcorão, diremos que só em Ti confiamos; só de Ti dependemos; em Ti nos arrependemos e Teu é o nosso destino.

Aproveitamos a oportunidade para exprimir a nossa profunda gratidão aos editores, à Assembleia Mundial da Juventude Muçulmana pelo seu apoio financeiro e moral (Riad); à Associação dos Estudantes Muçulmanos dos Estados Unidos e Canadá pela sua iniciativa de organizar a preparação deste estudo, ao Cartel Islâmico norte-americano pela sua direcção na publicação de obras sobre o Islão; e ao Dr. M. Zahirul Hassan pela revisão do texto em inglês...

HAMMUDAH ABDALATI

CAPÍTULO I

A Base Ideológica do Islão: DEUS

A Fé em Deus e o conhecimento da Sua existência são os próprios fundamentos do Islão. Este assunto é vital, razão porque necessita de uma análise minuciosa e clara. Utilizaremos algumas demonstrações simples para que o raciocínio seja claro. Este poderia parecer sem interesse ou simples demais para quem tenha já adquirido alguns conhecimentos sobre o assunto, mas as pessoas esclarecidas são convidadas a terem paciência e apreciarem a importância da questão (').

(') Há muitos séculos que o problema da existência de Deus tem preocupado os grandes pensadores. Aqueles que crêem em Deus parecem concordar em admitir que a limitada inteligência humana não pode provar a existência de Deus Ilimitado e Infinito. Ela só pode ilustrar ou demonstrar a existência de Deus para a satisfação da curiosidade do espírito humano. Aqueles que negam Deus pretendem basear-se na ciência, filosofia, ou teorias especiais do conhecimento. Os argumentos são às vezes inaplicáveis, outras vezes irrelevantes, sempre complicados e por vezes incompreensíveis. De qualquer modo, a mente livre e desenvolvida achará o caminho que leva a Deus. O fracasso na descoberta deste caminho não quer dizer que tal caminho não exista. A negação da realidade não a torna irreal. Para uma visão comparativa muito interessante, ler por exemplo Jacques Maritain, «Approaches to God» (New York: The Macmillan Company, 1954); Muhammad Zafrulla Khan, «Islam: Its Meaning For Modern Man» (New York: Harper & Row, 1962); John Hick, ed., «The Existence of God» (New York: The Macmillan Co., 1964).

Há pessoas que põem em dúvida o conceito de Deus, em nome da ciência, outras por imaturidade ou inexperiência. Essas atitudes reflectem sempre uma mentalidade distorcida, embora tais indivíduos pretendam passar por intelectuais.

Como um dos maiores objectivos deste livro é transmitir aos jovens muçulmanos o verdadeiro conceito de Deus no Islão, julgamos necessário apresentar certas imagens que facilitem a sua compreensão.

Se examinarmos os nossos ambientes, veremos que cada família tem o seu chefe; cada escola tem um director; cada cidade ou vila tem o seu presidente da câmara; cada província tem um governador; e cada nação tem o seu Chefe de Estado. Igualmente, sabemos sem dúvida nenhuma que cada produto é criado por certo produtor, e cada grande obra de arte é a criação de algum grande artista. Tudo isso é evidente, e no entanto não satisfaz a sede de conhecimentos e a curiosidade humana pelas grandes coisas deste mundo. Às vezes, maravilhamo-nos perante as belezas da natureza, com o encanto das suas paisagens e o seu fascínio; ou perante os horizontes quase infinitos e as suas extensões longínquas; a sucessão permanente dos dias e das noites da maneira mais ordenada; o percurso do sol, da lua e das grandes estrelas; o mundo dos objectos animados e inanimados, o processo e a evolução continua do homem de uma geração à outra. Por vezes, perguntamo-nos e queremos saber quem foi que criou e manteve todas estas coisas com as quais vivemos e que desfrutamos tanto.

Podemos encontrar uma explicação deste grande Universo? Existe alguma interpretação convincente do segredo da existência? Compreendemos que nenhuma família pode funcionar normalmente sem um chefe responsável, que nenhuma cidade pode levar uma existência

próspera sem uma sólida administração, e que nenhum Estado pode sobreviver sem chefe, seja qual for a sua natureza. Também compreendemos que nada surge por si próprio. Igualmente, observamos que o universo existe e funciona da maneira mais ordenada, e que tem sobrevivido durante centenas de milhares de anos. Podemos dizer então que tudo isso seja acidental e espontâneo? Ou que podemos atribuir a existência do homem e do mundo inteiro a um puro e simples acaso?

Se o homem vier a existir por acidente ou por um simples acaso, toda a sua vida será baseada no acaso, e toda a sua existência deixará de ter sentido. Mas nenhum homem sensato pode conceber que a sua vida não tenha sentido, e nenhum ser racional deixaria a sua existência à mercê da casualidade flutuante. Cada ser humano, então, tenta, dar à sua vida o máximo de sentido possível, e propõe-se seguir um determinado modelo de comportamento. Indivíduos, grupos e nações planeiam na verdade o curso das suas ações, e cada plano traçado com cuidado leva aos efeitos esperados. A verdade é que o homem se empenha neste plano de uma maneira ou de outra, e é capaz de apreciar os méritos de um bom planeamento.

No entanto, o homem só representa uma pequena porção do grande Universo. E se ele pode fazer planos e apreciar os méritos do planeamento, então a sua própria existência e a sobrevivência do Universo têm que se basear também numa política planeada. Isso quer dizer que existe uma Vontade que comanda a nossa existência material, e que há uma Mente Única no mundo para criar as coisas e mantê-las num movimento ordenado. As maravilhas do nosso mundo e os segredos da vida são grandes demais para serem o fruto de um acidente ou de um simples acaso.

No mundo, portanto, deve existir uma Grande Força em accão para manter tudo em ordem. Nas maravilhas da natureza deve existir um Grande Artista que cria as mais encantadoras obras de arte e produz tudo para uma certa finalidade na vida. Esta Força é a mais forte de todas as forças, e este Artista é o maior de todos os artistas. Os verdadeiros crentes e as pessoas profundamente esclarecidas reconhecem este Artista em Deus (que em árabe — língua litúrgica do Islão — se traduz por «Allah»). Chamam-Lhe Deus, porque é Ele que tudo dá. Ele não é um homem nem uma planta. Não é ídolo, nem uma estátua, porque nenhuma destas coisas pode criar-se a si própria ou criar uma outra coisa. Não é uma máquina; não é o sol, e não é a lua, nem é qualquer outro astro, porque estas coisas são controladas por um grande sistema, e elas próprias foram feitas por Alguém. Ele é diferente de todas estas coisas, porque foi Ele que criou e mantém tudo. Quem cria uma coisa tem que ser diferente dela e maior do que a coisa criada. Também sabemos que nada surge no mundo por si próprio, e que este mundo maravilhoso não se criou a si próprio, e não veio a existir por acidente. As contínuas mudanças que ocorrem no mundo provam que este foi criado, e tudo o que é criado deve ter algum criador.

Aquele que criou e mantém o mundo, que sustenta o homem depois de o ter concebido, a Força Activa e o Poder Efectivo dentro da natureza, tudo isso é Deus. Este é o segredo de todos os segredos e o Ser Supremo entre todos os seres. O sagrado Alcorão, o verdadeiro Livro de Deus diz (¹) :

(¹) As grandes obras literárias não podem ser perfeitamente traduzidas para qualquer outra língua. É especialmente o caso do Alcorão, o Livro que pôs à prova (e ainda põe) os mestres nativos da língua e literatura.

Deus fez a noite para ti, para poderes descansar, e o dia para veres. Na verdade, Deus é cheio de Graça e Bondade para com os homens. E no entanto a maior parte dos homens não lhe agradece. Assim, é Deus, o teu Senhor o Criador de todas as coisas. Não há outro Deus senão Ele; então porque é que te afastas d'Ele? Assim, são rejeitados aqueles que negam os Sinais de Deus. Ele fez para nós esta terra como lugar de descanso, e o céu como amparo, e deu-nos forma, e fez estas formas bonitas, e sustenta-nos com coisas boas e puras; assim é Deus, o teu Senhor. Então louva a Deus, o Senhor dos Mundos! Ele é o Criador vivo; não há outro Deus senão Ele; invoca-O e mostra-Lhe sincera devoção. Louvado seja Deus, Senhor dos Mundos! (Alcorão, 40:61-65).

Deus sujeitou o mar para vós, para que os barcos possam navegar ao comando d'Ele, para que busqueis a Sua Generosidade e lhe estejais agradecidos. Ele criou para vós, tudo o que existe no céu e na terra. Tomai cuidado: nisso há, na verdade, sinais para aqueles que pensam (Alcorão: 45:12-13).

O Senhor Supremo do mundo inteiro e o Criador de tudo o que existe é Deus (Allah). Por ser tão grande e diferente dos outros seres, o homem só pode conhecê-Lo através do pensamento e da meditação. Ele existe em todos os momentos, e a Sua grande força está a agir por toda a parte no mundo. O homem tem que acreditar na Sua exis-

tura árabes, pois todos eles foram incapazes de criar alguma coisa, que mesmo de longe se pudesse comparar ao mais curto capítulo do Livro. É impossível portanto, reproduzir o sentido, a beleza e o fascínio do Alcorão em qualquer outra forma. O que damos aqui não é, portanto, o Alcorão propriamente dito, nem a sua tradução perfeita, mesmo que tal coisa fosse possível. É de facto uma interpretação humana numa língua diferente, que carece em grande medida da força do Livro de Deus no seu original. Por esta razão, não inserimos aspas no que damos aqui como tradução.

tência, porque tudo no mundo demonstra que Ele existe. A fé em Deus e na Sua grande força é que pode dar à humanidade a melhor explicação possível de muitas coisas misteriosas da vida. Este é o caminho mais seguro para o verdadeiro conhecimento e a introspecção espiritual, para o bom comportamento e a moral sólida, e é o guia mais seguro para a felicidade e prosperidade.

Quem acredita que Deus existe deve conhecer os Seus atributos e nomes. Falando em termos gerais, toda a perfeição e bondade absoluta Lhe pertencem, enquanto qualquer defeito ou injustiça Lhe são alheias. Para sintetizarmos, o crente deverá saber e crer nos seguintes artigos:

1. Deus é só Um; Deus, o Absoluto, Ser que não gerou nem foi gerado. E nada há que se Lhe assemelhe (Alcorão, Cap. 112).

2. Ele é Clemente e Misericordioso, o Protector e o verdadeiro Guia, o Senhor Justo e Supremo, o Criador e , Vigilante, o Primeiro e o Último, o Conhecedor e o Sábio, Atento e Consciente; Testemunha e Glorioso, Capaz e Poderoso. (Alcorão, p. ex. 57:1-6; 59:22-24).

3. Ele ama e dá, é generoso e benvolente, rico e independente, redentor e clemente, paciente e apreciador; Ele é o Único e o Protector, o Juiz e a Paz. (Alcorão, p. ex. 3:31; 11:6; 35:15; 65:2-3).

O Alcorão sagrado menciona em várias passagens cada um destes nomes e atributos de Deus. Todos nós desfrutamos o cuidado e a misericórdia de Deus que tanto amor e carinho nos dedica. E mesmo que quiséssemos contar os favores que Ele nos fez, não poderíamos, porque eles são infinitos (Alcorão, 14:32-34; 16:10-18).

Deus é Excelso e Supremo, mas fica sempre ao pé de quem pensar n'Ele com piedade; Ele responde às suas orações e ajuda-o. Ele ama quem O ama e perdoa-lhe os pecca-

dos. Ele dá-lhe paz e felicidade, conhecimento e êxito, vida e protecção. Ele recebe todos os que querem reconciliar-se com Ele e nunca os rejeita. Ele ensina o homem a ser bom, a fazer o bem e afastar-se do mal. Por ser tão Bondoso e Carinhoso, Ele recomenda e aceita só as coisas boas e correctas. A porta da Sua Misericórdia está sempre aberta aos que procurarem com toda a sinceridade o Seu apoio e a Sua protecção. (Alcorão 2:186; 50:16).

O amor de Deus pelas suas criaturas é imenso e ultrapassa a imaginação humana. Não podemos medir ou contar os Seus favores. Ele tudo cria e ainda cuida de nós desde o momento em que se nasce. Dá-nos a melhor forma de existência e todos os sentidos e faculdades que precisamos para o nosso desenvolvimento. Ele ajuda-nos quando não podemos conseguir alguma coisa com as próprias forças, e sustenta-nos a nós e aos nossos dependentes. Cria no indivíduo a mente para compreender, a alma e a consciência para ser bom e justo, e os sentimentos para ser humano e caridoso.

Graças a Ele, adquirimos conhecimentos verdadeiros e vemos a luz da realidade. Por ser Clemente, Ele cria-nos na forma mais linda e dá-nos o sol e a lua, a terra e o mar, os céus, as plantas e os animais. Ele é o Criador de todas estas coisas e de muitas outras em nosso benefício e para a nossa utilização. Dá-nos tudo o que nos é útil na vida, e confere ao homem dignidade e inteligência, honra e respeito, porque o homem é o melhor dos seres criados e é o vice-rei de Deus na terra. A misericórdia de Deus dá-nos esperança e paz, coragem e confiança, ajuda-nos a superar as dificuldades e as penas e a obtermos êxito e felicidade. Na verdade, a graça de Deus alivia o afilto e anima-o, consola o doente, fortalece o desesperado e ajuda o necessitado. Quer dizer, a bondade de

Deus é activa em qualquer lugar e momento e em qualquer aspecto da nossa vida. Há pessoas que não reconhecem esta verdade só porque a tomam por certa. Mas ela existe e podemos senti-la com os nossos corações e apreciá-la com a nossa mente.

Deus que tanto nos ama e perdoa nunca se esquece de nós nem nos negligencia, nem ignora os apelos sinceros que nós lhe lançamos. Com o Seu amor e misericórdia Ele tem-nos mostrado o bom caminho e tem-nos mandado mensageiros e predicadores, livros e revelações — tudo se destina a ajudar-nos e guiar-nos. O último Mensageiro de Deus é Muhammad, e o mais completo Livro de Deus é o Alcorão. Das Tradições de Muhammad e dos mandamentos do Alcorão sabemos que Deus perdoa. Se alguém cometer um pecado ou fizer uma injustiça, ele viola a Lei de Deus, ofende gravemente Deus, enquanto abusa da própria dignidade e existência. Mas se for sincero e quiser arrepender-se, se lamentar as suas más acções e desejar voltar a Deus, pedindo-Lhe sinceramente perdão e aproximando-se d'Ele com honestidade, então com toda a certeza Deus aceitá-lo-á e perdoará o pecado. Mesmo quem rejeitar Deus ou a Sua Unicidade tem o Seu perdão garantido, caso compreenda o seu erro e decida mudar de atitude e voltar a Deus. A este respeito, o Alcorão diz: «Deus não perdoa aos que inventam Seus parceiros ou iguais; mas perdoa qualquer outra atitude que Ele quiser: inventar iguais de Deus é, na verdade, o pecado mais horrível» (Alcorão, 4:48, 116).

«Diz-lhe (em Meu nome): O servos meus, que violastes as vossas próprias almas! Não desespereis da Misericórdia de Deus; porque Deus perdoa todos os pecados; porque Ele é o mais Clemente e Misericordioso. Voltai ao vosso Senhor (e arrependei-vos), e consagrai-vos a Ele, antes que vos atinja o Seu castigo; porque depois nada

poderá ajudar-vos. E observai o melhor do que, de vosso Senhor, vos foi revelado...» (Alcorão, 39:53 a 55).

Em troca destas bondades e favores infinitos, Deus não precisa de nada da nossa parte, porque Ele se basta a Si próprio e é independente. Ele não nos pede que Lhe demos alguma coisa em troca, porque não podemos recompensá-Lo, nem avaliar os Seus infinitos favores e a Sua misericórdia. No entanto, o que Ele nos pede é que sejamos bons, saibamos agradecer e apreciar os Seus bens; devemos seguir as Suas recomendações e respeitarmos a Sua Lei, sermos a verdadeira manifestação da Sua bondade e excelentes atributos, sermos os Seus honestos agentes e verdadeiros representantes nesta terra. Ele não tenciona sujeitar-nos, porque é Ele que nos confere dignidade e honra. Nem quer subjugar-nos, porque é Ele que nos liberta do medo e das superstições. Ele não quer humilhar-nos, porque é Ele que nos cria e nos eleva acima dos outros seres. Portanto, todas as regras e mandamentos que nos prescreve têm por objectivo o nosso bem. Eles ajudam-nos a conviver uns com os outros em paz e bondade, fraternidade e cooperação. Destinam-se também a fazer com que nós desfrutemos a Sua tão agradável companhia e nos aproximemos pela via mais segura da felicidade eterna.

Há várias maneiras de conhecer Deus, e há muito a dizer a Seu respeito. As grandes e impressionantes maravilhas do mundo parecem ser livros abertos onde podemos ler tantas coisas sobre Deus. Além disso, o próprio Deus acode-nos através dos numerosos Mensageiros e das várias revelações que enviou aos homens. Estes Mensageiros e revelações dizem-nos tudo sobre Deus. Assim, meditando sobre as coisas da natureza, ouvindo as palavras dos Mensageiros e lendo as divinas revelações pode-

remos adquirir os conhecimentos mais convenientes sobre Deus e encontrar o bom caminho que a Ele leva.

Para completar este fragmento da nossa argumentação, transcrevemos a seguir alguns versículos mais representativos do Alcorão:

«Não há outra divindade senão Deus, Vivente e Subsistente» (Alcorão, 3:3). «Deus é o Criador de tudo e vigia todas as coisas. A Ele pertencem as chaves dos céus e da terra» (Alcorão, 39:62-63). «Deus origina a Criação; logo repete-a; logo é a Ele que voltareis» (30:11). «A Ele pertence tudo o que há nos céus e na terra. Todos Lhe obedecem. É Ele que ocupa a posição suprema e central nos céus e na terra. Ele é o Poderoso, o Sábio» (30:37).

2. O Significado do Islão

A palavra Islão deriva da raiz árabe «Salama» que significa paz, pureza, submissão, obediência, etc. No sentido religioso, a palavra Islão significa «Submissão voluntária à Vontade de Deus e Obediência à Sua Lei». A relação entre o sentido original e o religioso da palavra é forte e evidente. Só através da submissão voluntária à Vontade de Deus e da obediência à Sua Lei pode desfrutar-se da verdadeira paz e da pureza duradoura.

Há os não muçulmanos que chamam à nossa religião «Maometismo» e tratam os que crêem no Islão por «maometanos». Os muçulmanos devem rejeitar esse conceito. Se a nossa fé fosse classificada de «Maometismo» e se fôssemos designados por «maometanos», tal facto nos traria implicações gravíssimas. Esse erro implicaria que a religião tira o seu nome dum mortal, que é Muhammad (*), e que o Islão não é mais do que um outro

(*) N. E. — No dia anterior à morte do Profeta Muhammad, corriam rumores de que o Profeta tinha já morrido e reinava grande agitação em

«ismo», tal como Judaísmo, Hinduísmo, Marxismo, etc. Uma outra implicação incorrecta de tal denominação é que os não avisados poderiam pensar que os muçulmanos, que eles tratam por maometanos, adoram Muhammad ou crêem nele da mesma maneira como os cristãos que crêem em Jesus (como filho de Deus). Uma outra implicação errónea é o facto da palavra Maometismo ser capaz de induzir em erro os incautos e dar-lhes a entender que a religião foi fundada por Muhammad e portanto deriva o seu nome do nome do fundador. O Islão não é pura e simplesmente um outro «ismo». Nem os muçulmanos adoram Muhammad ou olham para ele da mesma maneira como os cristãos, judeus, hindus, marxistas, etc., olham para os respectivos líderes.

Os muçulmanos só adoram Deus. Muhammad era só um ser mortal encarregado por Deus de divulgar a palavra de Deus e levar uma vida exemplar. Ele aparece na história como o melhor modelo dum homem que vive na piedade e perfeição. É uma prova eloquente do que pode ser um homem e do que pode realizar no reino da exce-

toda a cidade de Medina. Porém, Muhammad para desmentir o boato reuniu as suas últimas forças e apoiado por Ali Abas (um fiel discípulo) e Ali (quarto Califa), dirigiu-se à mesquita, onde a sua presença causou grande alegria a todos. Então afirmou: «Ouvi que a notícia da morte do vosso Profeta vos deixou alarmados: mas porventura viveram eternamente os Profetas que me precederam? Tudo acontece conforme a vontade de Deus e tudo tem a sua hora marcada, que não pode ser apressada, nem evitada. Volto Aquele que me enviou e a minha última ordem é para que vos保守veis unidos, que vos ameis, honreis e vos protegeis mutuamente, tenhais fé e constância na crença e na prática de ações piedosas; só com elas prosperam os homens; o mais leva à destruição (...). Apenas vou à vossa frente; seguir-me-eis mais tarde... A minha vida tem sido dedicada ao vosso bem. assim será também a minha morte...».

lência e da virtude. O fundador original do Islão não é outro senão o próprio Deus e Muhammad (conhecido entre nós por Maomé, do galicismo «Mahomet») foi o seu último Mensageiro (*).

O verdadeiro nome da religião é o Islão, e os seus adeptos chamam-se muçulmanos. Contrariamente às concepções populares erróneas, o Islão ou submissão à voluntária vontade de Deus, juntamente com obediência à Sua Lei, não significa de maneira nenhuma perda da liberdade individual ou rendição perante o fatalismo. Segundo a doutrina islâmica, Deus é o mais clemente e bondoso; Ele ama e preocupa-se com o bem-estar do homem, e toda a Sua sabedoria e cuidado dirigem-se às Suas criaturas. A Sua vontade é portanto expressão da Benevolência e da Bondade, e todas as leis que Ele outorga têm que servir o interesse da humanidade.

Quando as pessoas obedecem às leis do seu país, são consideradas como bons cidadãos e membros honestos da respectiva sociedade. Nenhum indivíduo responsável dirá que tais pessoas perdem a sua liberdade por obedecer à Lei de Deus. Nenhum ser racional pensaria ou acreditaria um momento só que tais cidadãos que respeitam as leis do seu país sejam fatalistas e fracos. Da mesma maneira, quem se submeter à vontade de Deus, que é uma vontade benéfica, é uma pessoa sá e honesta. Ela ganha a protecção dos seus direitos, mostrando sincero respeito pelos direitos dos outros e desfrutando em grande medida de uma liberdade responsável e criadora. Portanto, a submissão à vontade de Deus não elimina nem diminui a

(*) N. E. — Muhammad afirmava que estava apenas encarregado de lembrar aos seus contemporâneos a palavra esquecida do Patriarca Abraão, que outrora pregara o monoteísmo, em Meca...

Liberdade individual. Antes pelo contrário, confere um alto grau de liberdade através de numerosas medidas. Liberta a mente das superstições e enche-a de verdades. Liberta a alma do pecado e do mal e enche-a de bondade e pureza. Liberta o ser da vaidade e cobiça, da inveja e da tensão, do medo e da insegurança. Liberta o homem da subjugação por falsos deuses e desejos vis, enquanto lhe abre os encantadores horizontes da bondade e excelência.

A submissão à boa vontade de Deus, ao lado da obediência à Sua benéfica Lei, é a melhor salvaguarda da paz e harmonia. Ele dá ao homem a possibilidade de conciliar-se com os seus semelhantes, por um lado, e de conciliar a comunidade humana com Deus, por outro lado. Ela cria a harmonia entre os elementos da natureza. Tudo no mundo obedece às Leis de Deus. O mundo físico, não humano, não tem possibilidade de escolha por si só. Ele não tem nenhum caminho voluntário .. seguir por sua própria iniciativa, mas sim obedecer à Lei do Criador. Excepcionalmente, ao homem é dada toda a inteligência e capacidade de escolha. E visto que o homem possui as qualidades de inteligência e opção, é convidado a submeter-se voluntariamente à Vontade Boa de Deus e a obedecer às Suas Leis. Se ele escolher o caminho da submissão voluntária à Lei de Deus, fará harmonia entre ele próprio e todos os outros elementos da Natureza, que necessariamente obedecem a Deus. Ele será coerente com a Verdade e estará em harmonia com todos os outros elementos do Universo. Mas se escolher a desobediência, desviar-se-á do bom caminho e será incoerente. Além disso, arriscará o desagrado e castigo do Legislador.

Para resumirmos esta argumentação, será útil a reprodução dum nosso artigo que apareceu no «Observer Dispatch» (O. D.) de Utica, em 4 de Dezembro de 1972. O artigo refere-se às distorções e confusões que se fazem

a este respeito. As justaposições parciais e as repetições são justificadas pelo facto de o assunto ser muito sensível e pela necessidade de acentuação do ponto de vista islâmico.

Uma notícia especial (O. D., Nov.º 25) é alarmante. Ela nos faz sentir pena pelo público mal informado, assim como por muitos professores e homens do púlpito. É um apelo a todos os homens conscientes e de boa vontade para cumprirem com as suas obrigações morais.

Marcus Eliason salientava, ainda recentemente, que, na parte jordana ocupada por Israel, «os muçulmanos, entre outras coisas, adoram Abraão como Ibrahim...».

Nesta época e neste dia, neste pequeno mundo nosso, é incrível ler-se preto sobre branco que «os muçulmanos adoram Ibrahim». É ainda mais incrível quando esta notícia vem de fontes supostas conhecedoras e é destinada a um público que tem direito a saber.

Há séculos, que muitos ocidentais têm adoptado e propagado a ideia de que os muçulmanos adoram Muhammad, cuja religião foi chamada Maometismo, e cujos adeptos eram conhecidos no Ocidente como «maometanos». Logo, pareceu evidente àqueles ocidentais que os muçulmanos adoram Allah «uma espécie de divindade...» E agora, eis a nova descoberta: «os muçulmanos adoram Abraão como Ibrahim!...».

A verdade é que os muçulmanos nunca adoraram Muhammad, nem qualquer outro ser humano. Eles têm sempre acreditado que Muhammad era um ser mortal, como os outros Profetas anteriores (¹) a ele, e que o supremo tributo à humanidade era um homem poder chegar ao mais alto estatuto de profecia.

(¹) N. E. — Homens que tiveram o privilégio de receber a mensagem divina, para posteriormente a difundirem.

Os muçulmanos crêem que Muhammad foi o último e não o único Profeta, que reforçou e imortalizou a eterna mensagem de Deus à humanidade. Esta mensagem foi revelada por Deus e muitos Profetas de várias nações em épocas diferentes, incluindo Abraão, Ismael, Isaac, David, Moisés, Jesus e Muhammad (a paz esteja com eles). O que é ainda mais importante é que os muçulmanos crêem neles sem nenhuma discriminação.

Por causa da sua concepção universalista e da sua orientação cosmopolita, os muçulmanos lamentam tão infeliz denominação de «maometanos» e de «Maometismo» que foi dada à sua crença. As implicações são desagradáveis, e com justa razão. Os muçulmanos não se consideram como um grupo racial ou étnico com algum monopólio exclusivo. A sua religião não deriva de algum homem ou lugar; é transcendente, eterna e universal.

O nome correcto da religião é Islão e os seus adeptos deverão ser designados correctamente por «muçulmanos». No contexto religioso, a palavra Islão significa submissão voluntária à vontade de Deus e obediência à Sua Lei. A vontade de Deus é definida pelo Alcorão como boa e clemente, e a Sua Lei como a mais benéfica e equitativa. Qualquer ser humano que se lhe submeter e obedecer voluntariamente é portanto um muçulmano num estado moral do Islão. É neste sentido que o Alcorão considera Abraão e todos os verdadeiros Profetas (anteriores a Muhammad) como muçulmanos e designa as suas religiões por uma única denominação, que é o Islão. Daqui resulta que, no conceito lato, o muçulmano não é exclusivamente o adepto de Muhammad; ele também segue Abraão, Moisés, Jesus e os outros Mensageiros de Deus.

Finalmente, a palavra árabe «Allah» no Islão significa simplesmente, mas com muito ênfase, o Deus Único e Eterno, Criador do Universo, Senhor de todos os senho-

res, e Rei de todos os reis. O único pecado imperdoável, segundo o Islão, é crer noutra divindade sem ser Deus. Todas as orações são sempre feitas «em nome de Deus, Beneficente e Misericordioso».

3. Artigos Fundamentais da Fé Islâmica

O muçulmano verdadeiramente crente acredita nos seguintes artigos de fé (*):

1. Acredita num Deus Único, Supremo e Eterno, Infinito e Poderoso, Clemente e Misericordioso, Criador e Sustentor. Para ser efectiva, esta crença exige completa confiança e esperança em Deus, submissão voluntária à vontade d'Ele e confiança na Sua ajuda. Isto confere

(*) N. E. — A Fé no Islão é encarada sob os seguintes aspectos: Fé em Deus, nos Profetas, nas Sagradas Escrituras, na Predestinação, na Ressurreição e no Juízo Final.

a) *Fé em Deus* — Todo o muçulmano deve confessar que «não há outra divindade senão Deus e Muhammad é Seu Profeta». Em árabe, é sintetizada pela seguinte máxima: «Lá Iláha il'Allah, Muhammad Raçul Allah». É a fórmula (Xahada), por excelência, da conversão ao Islão, na condição de que seja integral e conscientemente proferida. O crente deve recorrer a ela em todas as circunstâncias solenes, sobretudo nas proximidades da morte. Cabe sublinhar que neste capítulo firma-se o dogma da unidade de Deus, ficando assim, ipso facto, rejeitada a divinização de criaturas humanas.

b) *Fé nos Profetas* — Todos os Profetas anteriores a Muhammad e reverenciados no Cristianismo e no Judaísmo são reconhecidos pelo Islã-mismo e citados frequentemente no Alcorão. Note-se que, no Islão, Jesus Cristo — em árabe Iça — é considerado um Profeta tal como os outros Profetas hebraicos, isto é seres mortais que tiveram o privilégio de receber a mensagem de Deus para, ulteriormente, expandir a Verdade no Mundo.

c) *Fé nas Sagradas Escrituras* — O Islão reconhece que foram revelados, aos antigos Profetas, vários Livros e mais exactamente o Livro Tora (Taura, em árabe) do Profeta Moisés, e Livro dos Salmos (Zubur) do

dignidade ao homem e salva-o do medo e do desespero, do pecado e da confusão.

2. Ele acredita em todos os Mensageiros de Deus sem nenhuma discriminação entre eles. Tais Mensageiros eram notáveis propagadores do bem e verdadeiros campeões da justiça. Eles foram escolhidos por Deus para ensinar e transmitir à humanidade a Sua Divina Mensagem. Eles foram mandados em várias épocas históricas. Em certas alturas, Deus mandou ao mesmo tempo dois mensageiros ou mais. O sagrado Alcorão menciona cerca de vinte nomes de tais Mensageiros, e o muçulmano crê neles todos e aceita-os como Mensageiros autorizados de Deus. Estes eram conhecidos, com excepção de Muhammad, como mensageiros «nacionais» ou locais. Os Mensageiros encarregados de guiar a humanidade pelo bom caminho de Deus, sem nenhuma excepção, eram

Profeta David e o Evangelho (Injil) do Profeta Iça, ou seja Jesus Cristo. Porém, o Livro Sagrado dos muçulmanos e a fonte primeira do exacto conhecimento do Islamismo é o Alcorão.

d) *Fé na Predestinação* — Todos os acontecimentos estão previstos pela vontade divina e previamente fixados no livro do Destino. Na verdade, esta doutrina, conhecida erradamente no Ocidente, por «Fatalismo Árabe», tem actualmente poucos partidários, por a mesma induzir em erro os menos esclarecidos. Note-se que nos países muçulmanos mais evoluídos está a levar-se a cabo uma campanha sistemática contra o fatalismo. A tal propósito, o presidente Habib Bourghiba da Tunísia declarou, em 24-9-66: «...Somos responsáveis pelo nosso próprio destino e não podemos, de modo algum, continuar a pensar como os nossos avós, pois o fatalismo torna as pessoas incapazes de exercerem a sua vontade e organizarem as suas vidas de forma racional. Urge, por isso, combater esse obstáculo intransponível no caminho do progresso e do desenvolvimento...»

e) *Fé na Ressurreição e no Juízo Final* — No fim do mundo haverá a ressurreição, em que os corpos dos mortos serão reunidos para sempre com as suas almas. A ressurreição dos mortos, seguir-se-á o Juízo Final. Então, Deus julgará os homens, separando os bons que irão para o céu (Sana) ou paraíso (Jannah), dos maus que terão o devido castigo.

mortais, seres humanos, dotados para receber revelações divinas e escolhidos por Deus para levarem a cabo certas tarefas. Entre eles, Muhammad aparece como o Último Mensageiro e glória suprema de todos os Profetas. Esta não é uma atitude arbitrária, nem meramente uma crença de conveniência. Tal como todas as outras crenças islâmicas, é uma verdade autêntica e lógica. Será também útil mencionarmos aqui os nomes de alguns dos grandes mensageiros, citados no seguinte passo do Alcorão:

«Nós cremos em Deus e na revelação que nos foi dada, e em Abraão, Ismael, Isaac, Jacob e nas Tribos; e no que foi dado a Moisés e Jesus, e no que foi dado a todos os Profetas pelo Senhor. Não fazemos nenhuma discriminação entre eles, e inclinamo-nos perante Deus» (2:136, 3:84; 4:163-165; 6:84-87).

3. O verdadeiro muçulmano crê, em resultado do artigo 2, em todas as escrituras e revelações de Deus. Estas foram as luzes recebidas pelos mensageiros para guiarem os seus povos pelo bom caminho de Deus. O Alcorão faz referências especiais aos livros de Abraão, Moisés, David e Jesus. Mas muito antes de o Alcorão ter sido revelado a Muhammad, alguns daqueles livros e revelações foram perdidos ou viciados, outros esquecidos, negligenciados ou escondidos.

Em princípio, o muçulmano crê nos livros e nas revelações anteriores ao Alcorão. Mas onde se encontram as versões completas e originais destes livros? Talvez ainda estejam no fundo do Mar Morto, e outros pergaminhos esperem ser descobertos. Ou talvez novas informações sobre eles sejam fornecidas pelos arqueólogos cristãos e judeus quando revelarem ao público as descobertas completas e originais resultantes das escavações permanentes efectuadas na Terra Santa. O muçulmano, por sua vez, tem ao seu alcance o Alcorão completo e autêntico.

O Alcorão existe na sua forma inicial, tal como foi revelado por Deus que se encarregou de o proteger contra quaisquer interpolações e corrupções. Assim foi dado aos muçulmanos, como critério ou norma, para que através dela possam julgar os outros Livros. Deste modo, tudo o que afinar com o Alcorão é aceite como verdade divina, e tudo o que for diferente do mesmo é rejeitado ou suspenso. Deus disse: «Com toda a certeza mandámos o Alcorão; e com certeza que o guardaremos» (15:9; 2:75-79; 5:13-14, 41, 45, 47; 6:91; 41:43).

4. O verdadeiro muçulmano crê nos anjos de Deus. Estes são seres esplêndidos e puramente espirituais, cuja natureza não precisa de alimentos, bebidas ou sono. Eles não têm nenhum desejo físico, nem necessidades materiais. Eles passam os dias e as noites ao serviço de Deus. Eles são numerosos, e cada um tem a seu cargo certo dever. Se nós não podemos ver os anjos a olho nu, isso não nega necessariamente a existência e realidade deles. Há, no mundo, muitas coisas invisíveis à vista ou inacessíveis aos sentidos e, no entanto, acreditamos na existência delas. Há lugares que nunca vimos e coisas, como o gás ou o éter, que não podemos ver a olho nu, nem cheirar ou tocar, provar ou ouvir; e no entanto reconhecemos a existência delas. A crença nos anjos deriva do princípio islâmico que diz que «o conhecimento e a verdade não se limitam só ao conhecimento sensorial ou à percepção sensorial» (16:49-50; 21:19-20).

5. O verdadeiro muçulmano crê no Dia do Juízo Final. Este mundo acabará qualquer dia, e os mortos comparecerão a um juízo final (Quiyáma) equitativo. Tudo o que fazemos neste mundo, cada intenção nossa, cada movimento, cada pensamento, cada palavra que pronunciamos, tudo é contado e registado com cuidado. Tudo será considerado no Dia do Juízo Final. Quem se tiver eviden-

ciado no bom caminho será generosamente recompensado e calorosamente recebido no Céu de Deus, enquanto que quem não tiver assim cumprido não receberá os mesmos louvores. A verdadeira natureza do Céu e do Inferno e a descrição exacta dos mesmos são conhecidas só por Deus. Existem descrições do Céu e do Inferno no Alcorão e nas Tradições de Muhammad, mas não devem ser tomadas à letra. Muhammad disse que «no Céu há coisas que nunca foram vistas por nenhum olho, nem ouvidas por nenhum ouvido, nem concebidas por nenhum espírito». Porém, o muçulmano acredita que haverá com toda a certeza recompensa para as boas acções e castigo para as más. Este é o Dia da Justiça e o ajustamento definitivo de todos os comportamentos.

A fé no Dia do Juizo Final é a resposta definitiva que soluciona muitos dos problemas tão complicados do nosso mundo. Há homens que cometem pecados, negligenciam Deus e se dedicam a actividades imorais, e no entanto têm «aparentemente» êxito nos negócios e levam uma vida próspera. Por outro lado, há pessoas virtuosas e crentes que parecem ser menos recompensadas pelos seus sinceros esforços e sofrem mais do que os outros neste mundo. Isso é estranho e incompatível com a justiça de Deus. Se os culpados podem escapar à lei mundana sem prejuízos e ainda por cima são mais prósperos, então o que fica para os virtuosos? Quem vai promover a causa da moralidade e da bondade? Deve existir alguma maneira de recompensar o bem e pôr fim ao mal. Se isso se não faz aqui neste mundo, — e sabemos que não se faz regular ou imediatamente —, tem que se fazer algum dia, e este é o dia do Juízo Final. Isso não é para desculpar a injustiça ou tolerar o mal neste mundo, nem é para consolar os necessitados e estimular os seus exploradores. É sim para preve-

nir os que se desviam do bom caminho e lembrar-lhes que a justiça de Deus será feita cabalmente tarde ou cedo.

6. O verdadeiro muçulmano crê no conhecimento de Deus e no seu Poder de conceber e cumprir os Seus planos. Deus não é indiferente perante o mundo, nem neutro para com ele. Os Seus conhecimentos e a Sua força agem em qualquer momento para manter a ordem no Seu vasto domínio e o controlo sobre as Suas criaturas. Deus é Sábio e ama a Sua criação, e tudo o que faz tem um motivo bem forte e uma finalidade cheia de sentido. Se ficarmos convencidos disso, aceitaremos de boa fé tudo quanto Ele faz, embora não estejamos capazes de O compreender perfeitamente, ou até de pensar que o que fez é mau. Devemos ter muita confiança n'Ele e aceitar tudo quanto faz, porque o nosso conhecimento é limitado e o nosso pensamento se baseia em considerações individuais ou pessoais, enquanto o conhecimento d'Ele é infinito, e os Seus planos têm uma base universal.

Isso não é, de modo algum, para tornar o homem fatalista ou fraco, mas sim para separar nitidamente o domínio de Deus na responsabilidade dos homens. Visto que pela nossa própria natureza somos limitados, o nosso poder e a nossa liberdade têm também limites. Nós não podemos fazer tudo, e Deus, na Sua grandeza, declara-nos responsáveis por tudo quanto fazemos. O que não podemos fazer, ou o que Deus só faz, sai do domínio da nossa responsabilidade. Deus é justo e deu-nos poder limitado que corresponde à nossa natureza limitada e à nossa responsabilidade determinada. Por outro lado, o conhecimento e poder eternos que Deus tem na execução dos Seus planos, não nos impedem de fazer os nossos próprios planos dentro da esfera limitada do nosso poder. Antes pelo contrário, Deus exorta-nos a pensar, planejar e ter opções saudáveis, mas se as coisas não acontecerem, assim como

nós queremos ou tencionamos, não devemos perder a Fé, nem esgotar-nos em lamentações arruinantes. Temos que tentar outra e outra vez, e se os resultados não forem satisfatórios, então sabemos que temos feito o melhor que sabemos e não podemos ser considerados responsáveis pelos resultados, porque o que se encontra além da nossa capacidade e responsabilidade é do domínio de Deus, só. Os muçulmanos chamam este artigo de Fé «crença no Qadá» e «Qadar» que noutras palavras quer dizer pura e simplesmente que «o conhecimento eterno de Deus antecipa os acontecimentos, e que os acontecimentos verificam-se conforme o Conhecimento exacto de Deus» (Vide Alcorão, 18:29; 41:46; 53:33-62; 54:49; 65:3; 76:30-31).

7. O verdadeiro muçulmano crê que a criação de Deus tem sentido, e que a vida tem uma finalidade sublime além das necessidades físicas e actividades materiais do homem. A finalidade da vida é a adoração de Deus. Isso não quer dizer simplesmente que passemos a vida em isolamento permanente e em meditação absoluta. Adorar a Deus significa conhecê-Lo; amá-Lo; obedecer aos Seus mandamentos; aplicar a Sua Lei em todos os aspectos da vida; servir a Sua causa praticando o bem e afastando o mal; ser justo para com Ele, para consigo próprio e para com os nossos semelhantes. Adorar Deus é «viver» a vida, não fugir dela. Em conclusão, adorar Deus é penetrar nos Seus atributos supremos. Portanto, se a vida tem uma finalidade, e se o homem é criado para servir tal finalidade, ele não pode esquivar-se a esta responsabilidade. Ele não pode negar a Sua existência, nem ignorar o papel vital que tem que desempenhar. Quando Deus lhe dá alguma responsabilidade, concede-lhe também toda a ajuda necessária. Dá-lhe inteligência e força para escolher o caminho pelo qual tem que enveredar. Deste modo,

Deus manda o homem fazer o melhor que puder para servir completamente a finalidade da sua existência. Caso assim não faça, se estragar a sua vida ou negligenciar os seus deveres, será responsável perante Deus pelas suas más acções (Vide 21:17-18; 51:56-58; 75:37).

8. O verdadeiro muçulmano crê que o homem tem um estatuto especial e uma alta posição na hierarquia de todas as criaturas conhecidas. Ele ocupa uma posição privilegiada porque só ele tem faculdades racionais e aspirações espirituais, assim como força de accção. Mas à medida que a sua posição sobe, a responsabilidade também cresce. Ele ocupa a posição de vice-rei de Deus na terra. A pessoa nomeada por Deus para ser o Seu agente activo deve necessariamente ter força e autoridade, e pelo menos potencialmente, ser honrado e íntegro. E tal é o estatuto do homem no Islão; não uma raça condenada desde o nascimento até à morte, mas sim um ser digno, potencialmente capaz de acções boas e nobres. O facto de Deus ter escolhido mensageiros da raça humana mostra que o homem é digno de confiança e capaz, e que pode adquirir imensos tesouros de bondade. (2:30-34; 6:165; 7:11; 17:70-72, 90-95).

9. O verdadeiro muçulmano crê que o próprio acto do nascimento verifica-se de acordo com a vontade de Deus, para realização dos Seus planos e em submissão aos Seus mandamentos. Também quer dizer que cada pessoa dispõe das potencialidades espirituais e das inclinações intelectuais que o podem tornar um bom muçulmano, se tiver devido acesso ao Islão e se lhe for deixado desenvolver a sua natureza inata. Muitas pessoas podem aceitar imediatamente o Islão se lhes for correctamente apresentado, porque é a fórmula divina para quem quiser satisfazer as suas necessidades morais e espirituais assim como as suas aspirações naturais, e para quem quiser levar uma

vida construtiva e saudável, quer pessoal ou social, quer nacional ou internacional. E isso porque o Islão é a religião universal de Deus, o Criador da natureza humana, que sabe o que é melhor para esta natureza humana. (30:30; 64:1-3; 82:6-8).

10. O verdadeiro muçulmano crê que cada pessoa nasce livre do pecado e de qualquer pretensão à virtude herdada. É como um caderno branco. Ao chegar à idade adulta, o homem torna-se responsável pelas suas acções e intenções, se o seu desenvolvimento for normal e saudável. O homem não é só livre do pecado antes de o cometer, mas também tem a liberdade de agir conforme os seus planos e com a sua própria responsabilidade. Esta dupla liberdade: liberdade do pecado e liberdade de agir concretamente, elimina da consciência do muçulmano o incômodo peso do pecado herdado, assim como alivia a sua alma e o seu espírito das inúmeras tensões da doutrina do pecado original.

Este conceito islâmico da liberdade baseia-se no princípio da justiça de Deus e da responsabilidade directa do indivíduo perante Deus. Cada pessoa deve suportar o peso da própria responsabilidade pelas suas acções, porque ninguém pode expiar pecados alheios. Deste modo, o muçulmano acredita que, se Adão cometeu o primeiro pecado, a sua própria responsabilidade exigia-lhe que expiasse aquele pecado. Supor que Deus não foi capaz de perdoar a Adão e teve que escolher outra pessoa para expiar aquele pecado, ou supor que Adão não pediu perdão ou pediu mas não lhe foi dado, seria muito improvável e contrário à clemência e justiça de Deus, assim como ao Seu atributo e poder de perdoar. A aceitação de tal hipótese seria um ousado desafio ao sentido comum e uma violação flagrante do próprio conceito de Deus (Vide

as referências do artigo 9; Alcorão, 41:46; 45:15; 53:31-42; 74:38).

Nesta base racional e com apoio na autoridade do Alcorão, o muçulmano crê que Adão compreendeu o que tinha feito e pediu perdão a Deus, assim como qualquer outro pecador teria feito caso tivesse bom senso. Igualmente, e na mesma base, o muçulmano crê que Deus, o Indulgente e Misericordioso, concedeu o Seu perdão a Adão (2:35-37; 20:117-122). Por isso, o muçulmano não pode aceitar de modo algum a doutrina segundo a qual Adão e toda a raça humana foram condenados e só conseguiram o perdão quando Jesus veio para expiar os pecados dos mesmos. Consequentemente, o muçulmano não pode aceitar a história dramática da morte de Jesus na cruz só para acabar com todos os pecados humanos de uma vez para sempre.

Aqui devemos prevenir o leitor do perigo de tirar conclusões erróneas. O muçulmano não crê na crucificação de Jesus pelos seus inimigos, porque a base da doutrina da crucificação é contrária à clemência e à misericórdia divinas, assim como à lógica e à dignidade humanas. Tal discordância nessa tese não diminui de modo algum o respeito que os muçulmanos têm por Jesus, nem degrada a alta posição que Jesus tem no Islão, assim como não afecta a crença dos muçulmanos em Jesus como um distinguido Profeta de Deus. Antes pelo contrário, rejeitando essa tese de crucificação, o muçulmano aceita Jesus ainda com mais estima e respeito e considera a sua mensagem original como uma parte essencial do Islão. Portanto, digamos aqui outra vez que para ser muçulmano, uma pessoa deve aceitar e respeitar todos os Profetas de Deus, sem nenhuma discriminação.

11. O verdadeiro muçulmano crê que o homem tem que assegurar a sua salvação sob a direcção de Deus. Isto

quer dizer que, para obter a salvação, o homem tem que combinar a Fé e a acção, a crença e a prática. A Fé sem acção é tão insuficiente como a acção sem Fé. Por outras palavras, ninguém pode obter a salvação se a sua Fé em Deus não for dinâmica na sua vida e se a sua crença não for posta em prática. Isso harmoniza-se perfeitamente com os outros artigos da Fé Islâmica, e mostra que Deus não aceita palavras em vez de serviços, e que nenhum verdadeiro fiel pode ficar indiferente quanto aos mandamentos práticos da Fé. Por outro lado, também mostra que ninguém pode agir em nome dum outro, nem interceder por um outro junto de Deus (Alcorão, 10:9-10, 18:30; 103:1-3).

12. O verdadeiro muçulmano crê que Deus não responsabiliza nenhuma pessoa antes de lhe ter mostrado o bom caminho. Por isso, Deus enviou Mensageiros e revelações, e fez compreender que não castigaria ninguém antes de o guiar e dar o sinal de alarme. Portanto, uma pessoa que não tenha conhecido nenhuma revelação divina ou mensageiro, ou uma pessoa que não possua todas as faculdades mentais, não é responsabilizada por Deus por não ter obedecido às instruções divinas. Tal pessoa só será responsabilizada por não ter feito o que o seu bom senso lhe mandou fazer. Mas quem violar voluntária e conscientemente as Leis de Deus ou quem se desviar do Seu bom caminho será punido pelas suas más acções. (4:165; 5:16-21; 17:15).

Este ponto é muito importante para todos os muçulmanos. Há muitos homens no mundo que nunca ouviram falar do Islão nem tiveram a possibilidade de tomar conhecimento dele. Esses homens podem ser honestos e tornar-se bons muçulmanos, se acharem o caminho que os leve ao Islão. Se eles não sabem, nem têm possibilidade de saber, eles não serão responsáveis por não serem

muçulmanos. Em troca, os muçulmanos capazes de apresentar o Islão a tais homens, serão os responsáveis por os não terem convidado a seguir o Islão e por lhes não terem mostrado o que é o Islão. Isso exige que cada muçulmano, seja qual for o lugar onde se encontre, não deve limitar-se a pregar o Islão em palavras, mas também — e isso é mais importante — que o viva plenamente (Vide Alcorão, 3:104; 16:125).

13. O verdadeiro muçulmano acredita que na natureza humana, que Deus criou, há mais bem do que mal, e a probabilidade de transformação positiva é maior do que a probabilidade do fracasso sem esperança. Esta crença vem do facto de Deus ter encarregado o homem de certas tarefas e ter mandado Mensageiros com revelações para o guiarem. Se o homem fosse pela sua natureza um caso sem esperança de melhorar, como poderia Deus, na Sua sabedoria absoluta, encarregá-lo de responsabilidades e exortá-lo a fazer ou evitar certas coisas? Como poderia Deus fazer tudo isso, se fosse em vão? O facto de Deus cuidar do homem e se preocupar com ele prova que o homem não é desamparado, nem irrecuperável, mas que Deus sabe apreciar o bem e vela pelo homem para que ele não caminhe no sentido contrário. Com toda a certeza, a firme Fé em Deus e a devida confiança no homem podem fazer milagres, mesmo nos nossos dias. Para que isso se comprehenda correctamente, é preciso estudar os passos respectivos do Alcorão e refletir sobre o sentido deles.

14. O verdadeiro muçulmano crê que a Fé não está completa se for seguida cegamente ou aceite sem vacilar, a não ser que o crente esteja satisfeito razoavelmente. Se a Fé tem que inspirar a acção, e se a Fé e a acção têm que levar à salvação, então a Fé tem que basear-se em convicções firmes, sem nenhum engano ou constrangimen-

mento. Noutras palavras, a pessoa que se considerar muçulmana por causa das tradições da sua família, ou aceitar o Islão sob constrangimento ou imitação cega não é um muçulmano completo perante Deus. O muçulmano tem que basear a sua Fé em convicções bem justificadas, acima de qualquer dúvida razoável e de qualquer incerteza. Se não estiver seguro da sua Fé, Deus exorta-o a ler o livro aberto da Natureza, a utilizar o poder do raciocínio e reflectir sobre os ensinamento do Alcorão. Ele terá que procurar a verdade incontestável até a encontrar, e com certeza que a encontrará, se for bastante capaz e sério. (Vide o Alcorão, 2:170; 43:22-24).

Por isso, o Islão exige convicções sãs e se opõe à imitação cega. O Islão manda, a cada pessoa que tiver a devida capacidade para se considerar autêntica e honesta na sua maneira de pensar, utilizar as suas capacidades ao máximo. Mas se a pessoa não tiver esta capacidade ou não estiver segura de si própria, terá que prosseguir com o seu pensamento só até onde os limites permitem. Tal pessoa terá que basear-se só nas fontes autênticas da religião, que por elas próprias são suficientes, sem lhes aplicar nenhuma atitude crítica da qual não é capaz. A verdade é que ninguém pode considerar-se um muçulmano perfeito se a sua Fé não se basear em convicções fortes e se a sua mente não se libertar de quaisquer dúvidas. Visto que o Islão é completo só quando se baseia em convicções firmes e na liberdade de opção, não podendo ser imposto a ninguém, porque Deus não aceitará uma fé forçada, nem considerará um verdadeiro Islão se este não se enriquecer de convicções sólidas e livres. E visto o Islão assegurar a liberdade de crença, muitos grupos não muçulmanos viveram e ainda vivem nos países muçulmanos beneficiando de plena liberdade de crença e consciência. Os muçulmanos adoptam esta atitude porque o Islão

proíbe o constrangimento na religião ('). Ela é a luz que deve irradiar de dentro, porque a liberdade de opção é o alicerce da responsabilidade. Isso não dispensa os pais da responsabilidade pelos filhos, nem desculpa a indiferença deles pelos seus dependentes. De facto, eles devem fazer os possíveis para ajudar as pessoas que deles dependem, a criarem uma fé forte e inspiradora.

Para a Fé assentar em alicerces sólidos, existem várias vias paralelas. Existe uma abordagem espiritual que se baseia principalmente no Alcorão e nas Tradições de Muhammad. Existe também a abordagem racional que leva finalmente à Fé no Ser Supremo. Isso não quer dizer que a abordagem espiritual careça de rationalidade sólida, nem que a abordagem racional careça de espiritualidade inspiradora. Em realidade, ambas as abordagens completam-se reciprocamente e podem vir a inter-influenciar-se vivamente. Se uma pessoa tiver suficientes qualidades racionais sólidas, poderá recorrer à abordagem racional ou à abordagem espiritual, ou a ambas, e pode estar segura de que a conclusão será certa. Mas quem for incapaz de investigar profundamente ou estiver inseguro do seu poder de raciocínio, terá que se limitar à abordagem espiritual e contentar-se com os conhecimentos que poderá tirar das fontes autênticas da religião. A verdade é que no fim se chegará à Fé em Deus, seja qual for a técnica utilizada — a espiritual ou racional, ou ambas. Todas estas vias são igualmente importantes e aceites pelo Islão, e se forem bem orientadas, levam ao mesmo fim que é a Fé no Ser Supremo (Alcorão, 5:16-17; 12:109; 18:30; 56:80).

(') N. E. — O Cap. 109º do Alcorão acentua: «Diz: O descrentes! Eu não creio no que vós credes. Nem vós adorais o que eu adoro. Nem eu seguirei aquilo que vós seguiis. E nem vós crereis naquilo que eu creio; pois eu tenho a minha religião e vós tendes a vossa.»

15. O verdadeiro muçulmano crê que o Alcorão é a palavra de Deus revelada a Muhammad através do Anjo Gabriel. O Alcorão foi revelado por Deus, peça por peça, por várias ocasiões em que foi preciso darem-se respostas a várias perguntas, resolverem-se certos problemas e acalmarem-se certas disputas, e também para ser o melhor guia dos homens para a verdade de Deus e a felicidade eterna. Cada letra no Alcorão é a palavra de Deus, e cada um dos seus sons é o verdadeiro eco da voz de Deus. O Alcorão é a primeira e a mais autêntica fonte do Islão. Foi revelado em árabe. Encontra-se ainda e ficará na sua versão original e completa em árabe, porque Deus preocupou-se em conservar o Alcorão, fazê-lo sempre o melhor guia para o homem, para o salvaguardar da corrupção (4:82; 15:9; 17:9; 41:44; 42:7; 52:53).

Para provar o facto de Deus se ter preocupado com a sua conservação, o Alcorão é a única Escritura da história da humanidade que se tem preservado na versão original e completa sem a menor mudança de estilo ou mesmo de pontuação. A história do registo do Alcorão, da compilação dos seus capítulos e da conservação do seu texto está presente, sem dúvida alguma, não apenas na mente dos muçulmanos, mas também na dos estudiosos honestos e sérios. Esta é uma verdade histórica que nunca foi contestada por nenhum teólogo de qualquer religião, pois respeita os seus conhecimentos e a sua integridade.

16. O verdadeiro muçulmano crê numa nítida distinção entre o Alcorão e as Tradições de Muhammad. O Alcorão é a palavra de Deus, enquanto as Tradições de Muhammad são as interpretações práticas do Alcorão. O papel de Muhammad foi transmitir o Alcorão, tal como o recebeu, interpretá-lo e praticá-lo cabalmente. As suas interpretações e práticas produziram o que se conhece

como Tradições de Muhammad. Elas são consideradas como a segunda fonte do Islão e têm que se harmonizar perfeitamente com a Primeira Fonte que é o Alcorão. Caso haja alguma contradição ou falta de coerência entre alguma das Tradições e o Alcorão, o muçulmano adere só ao Alcorão e considera o resto discutível porque nenhuma Tradição autêntica de Muhammad pode afastar-se do Alcorão ou contradizê-lo (*).

(*) Nesta análise dos artigos fundamentais da Fé Islâmica, afastámos deliberadamente do ponto de vista tradicional sobre o assunto. Não nos limitámos aos cinco habituais artigos. Em troca, tentámos incluir o maior número possível de princípios. Mas devemos sublinhar aqui que todos os artigos de Fé por nós mencionados, baseiam-se e derivam dos ensinamentos do Alcorão e das Tradições de Muhammad. Poderíamos ter citado mais versículos do Alcorão e muitos fragmentos das Tradições, para mostrarmos as bases destes artigos de Fé. Não o fizemos por causa do espaço limitado de que dispomos. De qualquer modo, o Alcorão e as Tradições de Muhammad são referências que indicamos para qualquer estudo pormenorizado.

CAPÍTULO II

Conceitos Básicos do Islão

1. Conceito de Fé (Iman)

Há quem pense que se poderá tornar muçulmano, se confessar a sua Fé na unicidade do verdadeiro Deus e em Muhammad, como último Mensageiro de Deus. Mas isso está longe do sentido completo da Fé. O significado completo da Fé Islâmica não é de modo algum nominal ou puramente formal. A Fé no Islão é um estado de alma, que o homem adquire pela acção contínua e persistente, que se traduz em medidas dinâmicas e eficientes.

O sagrado Alcorão e as Tradições de Muhammad definem essas medidas exigidas e estabelecem as normas que constroem uma Fé cheia de sentido. Portanto, os verdadeiros fiéis são:

1. Aqueles que crêem em Deus; nos Seus Anjos; nos Seus Livros completados pelo Alcorão; nos Seus Mensageiros, sendo Muhammad o último deles todos; no Dia do Juízo Final; no conhecimento e na sabedoria de Deus.
2. Aqueles que têm confiança em Deus com a mais firme convicção.
3. Aqueles que põem ao serviço de Deus o que Ele lhes deu sob a forma de riqueza, vida, saúde, conhecimento, experiência, etc.

4. Aquelas que respeitam com regularidade as regras diárias, assim como as congregações semanais e goeas instituições (que, no mínimo, constante no 2,5 por cento do rendimento líquido anual, ou do valor total das quotas ou instituições) que, no mínimo, devem beneficiá-los (indivi-
duos ou instituições) a 20% de todos os gastos e credito.
5. Aquelas que pagam os impostos religiosos (emolumentos) ou tributaria ou «Zacá») aos devidos beneficiários (indivi-
duos ou instituições) que, no mínimo, constante no 2,5 por cento do rendimento líquido anual, ou do valor total das
mercadoticias (se se tratar de negócios) — depois de des-
contar de todos os gastos e credito.
6. Aquelas que preparam o bem e a vida recta e com-
batem o mal e a injustiça por todos os meios ao seu alcance.
7. Aquelas que obedecem a Deus e ao Seu Mensageiro
Muhammad; e que sentem retorgar-se a sua Fé quando o Alcorão é recitado, e a sua humildade quando se men-
ciona o nome de Deus.
8. Aquelas que mais amam Deus e o Seu Mensageiro,
e amam sinceralmente os seus semelhanças em nome de Deus único.
9. Aquelas que amam os seus vizinhos próximos ou longínquos e mostram bondade sincera aos hóspedes,
10. Aquelas que dizem a verdade e participam em especialmente aos estrangeiros.
- Na verdade, o proprio sentido da Fé faz com que o homem, quer no seu comportamento pessoal e social, quer no seu estudo sobre a situação espiritual e moral um efeito decisivo das suas a Verdadeira Fé e as respectos da vida. Contorme à Ishaq, a Verdadeira Fé não penetra de maneira construtiva e profunda em todos os veredas boas, ou então se abstém.
- São certas verdades só aquelas cujas coragens se reúnem assim:
- alguma exemplo que mostre como o Alcorão descreve as verdades tais. O Alcorão contém numerosas referências como as que seguem:

sentem submissos e humildes quando o nome de Deus é pronunciado; e quando as revelações de Deus são recitadas, elas aumentam e fortalecem-lhes a Fé; e aqueles que confiam no seu Senhor, respeitam as orações assim como lhes foi mandado e empregam no serviço de Deus o que Ele lhes deu. Esses são os verdadeiros crentes; eles serão recompensados com grandes honras e bondades pelo seu Senhor. (Alcorão, 8:2-4).

E os crentes, homens e mulheres, são protectores, amigos e aliados mútuos; eles exigem o bem e proíbem o mal, praticam a oração, pagam o tributo aos pobres e obedecem a Deus e a Seu Mensageiro. E por tudo isso, Deus será misericordioso para com eles, porque Deus é Poderoso e Sábio. Deus prometeu aos crentes, homens e mulheres, jardins debaixo dos quais correm rios, onde há lugares calmos em que eles morarão, em eterna felicidade. E a complacência de Deus é ainda maior do que isso. Tal será a bem-aventurança. (Alcorão, 9:71-72).

Os verdadeiros crentes são aqueles que crêem em Deus e no Seu Mensageiro (Muhammad) e nunca vacilam, chegando mesmo a sacrificar seus bens e suas pessoas pela causa de Deus. Estes são os sinceros (Alcorão 49:15).

Além destas referências alcorânicas, há muitas Tradições de Muhammad relevantes neste sentido. Por exemplo, ele diz:

«Nenhum de vós é um crente verdadeiro se não desejar ao seu semelhante o que deseja a si próprio.»

Três qualidades são o sinal da verdadeira Fé, e quem as adquirir poderá sentir realmente o doce sabor da Fé. Estas são: 1) amar Deus e o Seu Mensageiro acima de tudo; 2) amar os semelhantes em nome de Deus único; 3) condenar e resistir às tentativas de todos os actos de injustiça.

Quem acreditar em Deus e no Dia do Juizo Final fica

proibido de causar qualquer mal ao seu vizinho, e deve ser bondoso para com os seus hóspedes — especialmente estrangeiros — e tem que dizer a verdade, ou senão, abster-se de emitir opiniões erradas.

Existem muitos versículos e Tradições como as citadas acima. Mas de qualquer maneira, deve ter-se presente que as citações respectivas não são, nem podem ser as palavras exactas do Alcorão e de Muhammad, assim como soam no Texto árabe. A explicação é simples. Nenhum intérprete, por mais instruído e seguro de si que esteja, poderá transmitir o poder espiritual e o apelo encantador do Alcorão em qualquer outra língua. O Alcorão é, tal como Deus o fez, inimitável e a imaginação e o poder humanos nunca serão capazes de produzir algo semelhante. O que se refere ao Alcorão neste sentido é também válido, até certo ponto, para as Tradições de Muhammad, porque, logo a seguir ao Alcorão, as suas palavras são as mais conclusivas e eloquentes (').

2. Conceito de Rectidão (Birr)

O Islão advertiu sempre contra os conceitos vagos e os rituais superficiais, contra as formalidades inertes e as crenças sem profundidade. Num capítulo representativo, Deus explica o sentido completo da rectidão da maneira seguinte:

A virtude não consiste só em orientar rostos, na oração, até o levante ou o poente. A verdadeira virtude é a de quem crê em Deus, no Dia do Juízo Final, nos Anjos, nos Livros revelados e nos Profetas; de quem distribui seus bens em caridade por amor a Deus, entre parentes, órfãos, necessitados, viajantes, mendigos e em resgate de cativos. (Alcorão, 2:177)

(*) N. E. — As Tradições (Hadite) constituem a 2.ª fonte directa (depois do Alcorão) do Direito Muçulmano.

O capítulo do Alcorão atrás referido contém uma bela e clara descrição do homem virtuoso. Ele tem que obedecer a todas as regras saudáveis e a sua sincera motivação será o amor de Deus e dos seus semelhantes, em nome de Deus. Temos aqui quatro elementos: 1) — a nossa Fé tem que ser verdadeira e sincera; 2) — temos que estar preparados para a mostrar em acções caridasas e bondosas para com os nossos semelhantes; 3) — devemos ser bons cidadãos apoiando as instituições de caridade e as organizações sociais; 4 — devemos ser firmes e fortes em todas as circunstâncias.

Está claro portanto que a rectidão não é meramente uma questão de frases vazias. Ela tem que assentar numa Fé sólida e numa prática constante. Ela tem que abranger o pensamento e a acção do homem e estender-se à sua vida interior e exterior, aos seus negócios individuais e públicos. Quando o princípio islâmico de rectidão se institui, ele garante ao indivíduo paz em todas as situações, à sociedade — segurança a todos os níveis, à nação — solidariedade, e à comunidade internacional — esperança e harmonia. Se o conceito islâmico da rectidão for cumprido, a vida será pacífica e agradável. Não há nada mais tranquilizador do que a fé no Criador Beneficente, nem nada mais útil do que o investimento em tais causas valiosas. O que pode ser mais humano do que aliviar as profundas ansiedades dos subjugados, consolar o sofrimento dos explorados e responder às necessidades dos desamparados? O que é mais útil e exemplar do que o cumprimento dos compromissos, a preservação duma consciência limpa e da integridade? E o que é mais agradável espiritualmente do que praticar tudo isso com regularidade, no próprio comportamento, e por amor de Deus?

3. Conceito de Piedade (Taqwa)

O que se diase sobre a Fé e a rectidão é geralmente válido no que respeita à piedade. Igualmente, não é uma questão de pretensões convenientes ou de confissões orais. É muito mais séria. Como sempre, o Alcorão é a nossa melhor fonte, e ao falar dos piedosos descreve-os como os que crêem no invisível (que é ensinado por Deus), que observam as orações e praticam a caridade com o que Deus lhes agraciou; e que crêem na revelação feita a Muhammad e a outros antes dele, e que nos seus corações têm a crença na Outra Vida. Eles enveredam pelo bom caminho sob a direcção de Deus, e prosperarão (Alcorão, 2:3-5). Piedosos são aqueles que dão (de boa vontade, ao serviço de Deus), tanto em tempo de prosperidade, como na adversidade; que sabem conter a ira e perdoam o próximo — porque Deus aprecia os benfeiteiros; e aqueles que cometem alguma falta, mencionam a Deus e imploram o perdão pelos seus pecados (e quem pode perdoar os pecados senão Deus?), e nunca teimam em reincidir conscientemente no mal que fizeram. A recompensa destes será o perdão do Senhor, e jardins regados por rios serão o lugar em que eles viverão. Que recompensa extraordinária para quem trabalha e persevera (Alcorão, 3:134-136)!

Nestes veraículos vemos que a piedade impõe uma utilização conveniente da mente para apreender a verdade de Deus e da vida; uma utilização conveniente dos bens, ao serviço de Deus em todas as circunstâncias; e uma utilização correcta das faculdades espirituais e físicas do homem, respeitando a oração. Também exige em grande medida o domínio da ira e das emoções, uma capacidade moral de perdão e paciência, e um impulso consciente que faz com que o pecador volte a Deus em lamento e arre

pendimento. Piedoso é aquele que tem convicções verdadeiras e nobres em Deus. A piedade, a rectidão e a Fé sentida interrelacionam-se e vão todas na mesma direcção. Elas levam ao Islão e definem o verdadeiro muçulmano.

4. Conceito de Profecia

Na Sua misericórdia e amor, Deus enviou vários Proetas em diferentes épocas da história ⁽¹⁰⁾. Cada nação conhecida teve um profeta ou mais. Todos os Profetas de Deus foram homens de bom carácter e grande honra. Eles foram preparados e escolhidos por Deus para transmitirem à humanidade a Sua mensagem. A honestidade, fé, inteligência e integridade destes Profetas nunca foram contestadas, embora, como homens que eram, tenham cometido alguns erros.

O facto de Deus ter enviado estes Profetas é uma clara manifestação de uma forte relação entre o Céu e a Terra, entre Deus e o homem. Isso quer dizer que o homem é aperfeiçoável e nele há muitas coisas boas. A finalidade da profecia é confirmar o que o homem já sabe ou pode saber, e ensinar-lhe o que não sabe ou não pode saber pelos seus próprios meios. Consiste também em ajudar o homem a encontrar o verdadeiro caminho de Deus, praticar o bem e evitar o mal. A profecia é uma expressão eloquente do amor de Deus pelas suas criaturas e da Sua vontade de as guiar pelo bom caminho da fé e do comportamento correcto. É uma acentuação da Sua justiça para

⁽¹⁰⁾ V. E. — Os Profetas referenciados no Islão são, por ordem do seu aparecimento: Adão (Adam); Noé (Nú); Salih (Methu Selah); Hot (Lut); Ismael (Ismail); Isaac (Isac); José (Yussuf); Jacob (Yacub); Haroun (Harun); Jethro (Shuaib); Moisés (Mussa); Daud (David); Salomão (Suleiman); Job (Aiub); Jonas (Yunes); Elias (Ilyas); Zacaria (Zacaria); João Baptista (Yáhiya); Jesus (Iesa); Maomé (Muhammad).

com o homem, porque Ele lhe mostra primeiro o bom caminho, logo torna-o responsável pela suas acções. Ele chama a atenção através dos Seus profetas, e se o homem não vir os perigos das suas más acções, então o seu comportamento se torna castigável. Isto harmoniza-se perfeitamente com o amor e a justiça de Deus, e com o valor e a capacidade do homem de ser responsável perante o Senhor.

A Fonte da profecia e o Protector de todos os Profetas têm a mesma e única representação: Deus. A sua finalidade é servir Deus, familiarizar o homem com Deus e Seus ensinamentos, estabelecer a verdade e a bondade, ajudar o homem a compreender o verdadeiro fim da sua existência e preencher a sua vida da maneira mais útil. É nesta base que os muçulmanos não fazem nenhuma discriminação entre os Profetas e aceitam os seus ensinamentos como válidos e complementares. E é esta a razão porque os muçulmanos crêem em todos os Livros Divinos e aceitam todos os Profetas de Deus, como foi já referido.

5. Conceito da Vida ("")

A vida é uma brilhante demonstração da sabedoria e do conhecimento de Deus, um vivo reflexo da Sua arte e do Seu poder. Ele deu e criou a vida. Nada vem a existir por acaso, e ninguém se cria a si próprio, nem aos outros. A vida é um bem precioso e caro, e é por esse facto que nenhuma pessoa sensata ou normal gosta de a perder deliberadamente. Mesmo aqueles que se sentem tão desesperados e renunciam à vida através do suicídio forçado, tentam no último momento recuperar a existência e desejam ter uma segunda possibilidade de viverem. A vida é

(¹¹) No que diz respeito a este conceito, ver mais adiante o capítulo relativo ao Universo.

dada ao homem por Deus, e Ele só tem o direito de a retirar: nenhum outro senão Ele tem o direito de destruir a vida. É por isso que o Islão condena abertamente o suicídio e qualquer género de auto-destruição.

Quando Deus dá a vida ao homem, não é em vão que Ele lhe dá também qualidades únicas e grandes habilidades. E não é em vão que Ele lhe fixa certas obrigações. Deus ajuda o homem a cumprir a finalidade da vida e compreender a utilidade da existência, assim como a aprender a arte criadora de viver e desfrutar o bom sabor da vida conforme a direcção divina. A vida é um bem confiado por Deus ao homem, que é o administrador e portanto terá que manejá-la com honestidade e habilidade, em firme respeito do Criador.

A vida pode ser comparada a uma viagem que começa em certo ponto e acaba num determinado destino. É uma fase de transição, uma introdução à vida eterna no Além. Nesta viagem, o homem é um caminhante e tem que se preocupar unicamente pelo que lhe será útil na vida futura. Noutras palavras, terá que fazer todo o bem de que é capaz, e preparar-se completamente para entrar em qualquer momento na Eternidade. Ele deve considerar a sua vida nesta terra como uma ocasião que lhe foi concedida para dar o melhor que poder enquanto tiver tempo, porque quando chegar a altura de partir, não poderá demorar nem mais um segundo. Se o prazo findar, será tarde demais para fazer alguma coisa ou demorar mais. O melhor aproveitamento da vida é portanto vivê-la conforme os mandamentos de Deus e torná-la uma via segura de passagem para a vida futura na Eternidade. Visto que a vida é tão importante, como um meio para se chegar a um fim último, o Islão elaborou um sistema completo de normas e princípios que ensinam o homem como vivê-la, o que deve tomar para si e o que deve deixar, o

que fazer e o que evitar, e assim por diante. Todos os homens vêm de Deus, e não há dúvida alguma de que voltarão a Ele. Numa das suas amplas afirmações, o Profeta Muhammad aconselhou o homem, muito sensatamente, a considerar-se um estrangeiro nesta vida ou um viajante que passa por este mundo.

6. Conceito de Religião

Ao longo da história, a religião esteve sujeita a abusos e à má compreensão. Há quem a utilize como meio de exploração e opressão, como pretexto para prejuízos e perseguições. Outros utilizavam-na como fonte de poder e dominação sobre a «élite» assim como sobre as massas. Em nome da religião foram feitas guerras injustificáveis, foram amordaçadas a liberdade de pensamento e de consciência, foi perseguida a ciência, foi negado o direito de maturidade do indivíduo, e foram flagrantemente degradadas a dignidade e a honra do homem. E em nome da religião foi infligida a injustiça à humanidade, em consequência disso a própria religião sofreu tantas perdas.

Estes são factos históricos que ninguém pode contestar. Mas será esta a verdadeira função da religião ou a abordagem correcta da religião? Será esta a finalidade da religião? A resposta incontestável será um não categórico. Há muitas religiões no mundo, e cada uma pretende ser a única religião verdadeira. Considera-se que cada religião veio de Deus para guiar devidamente o homem. Mas estas pretensões contradizem-se, o que causou dissensões entre diversos povos e reacções veementes à religião — em vez de unirem a humanidade numa fraternidade universal sob a direcção do único Deus Universal e Benevolente. Esta situação confunde qualquer

observador neutro, e talvez até o torne relutante a todas as religiões.

A religião autêntica, segundo o conceito islâmico, deverá emanar de Deus e serve para guiar correctamente o homem.

Cabe salientar que o Islão foi e continuará a ser uma religião universalista, para a qual Deus é Único e Imutável.

Assim, para o Islão, a religião não é só uma necessidade espiritual e intelectual, mas também uma necessidade social e universal. Ela não existe para atemorizar o homem, mas sim para o guiar; não é para o degradar, mas sim para elevar-lhe a natureza moral; não é para tirar as coisas úteis, nem para o sobrecarregar, nem para lhe oprimir as qualidades, mas sim para lhe abrir os tesouros inesgotáveis de pensamento são e de acção correcta. Não é para limitar-lhe os horizontes, mas sim para o lançar nos vastos horizontes da bondade e da verdade. Em resumo, a verdadeira religião tem que familiarizar o homem com Deus, assim como consigo próprio e com o resto do universo. Esta não é de nenhuma maneira uma simplificação excessiva da função da religião, mas sim uma explicação do seu verdadeiro sentido.

Se se examinar atentamente a finalidade da verdadeira religião concluir-se-á que a religião satisfaz as necessidades espirituais do homem, enquanto lhe modera as necessidades materiais. Ela liberta-o dos laços e dos complexos psicológicos, sublima-lhe os instintos e as aspirações, e disciplina-lhe os desejos e o inteiro curso da sua vida. Ela melhora-lhe o conhecimento de Deus — a suprema verdade no Universo, e do próprio ser. Ela ensina-lhe os segredos da vida e a natureza do homem, bem como a destrinçar entre o bem e o mal, e o justo do injusto. Ela purifica a alma do mal, liberta a mente de

dúvidas, reforça o carácter e corrige o pensamento e as convicções do homem. Tudo isso se pode realizar só quando o homem respeita fielmente os deveres espirituais e as normas físicas introduzidas pela religião.

Por outro lado, a verdadeira religião educa o homem e forma-o na esperança e na paciência, na felicidade e na honestidade, no amor pelo bom e justo, na coragem e na perseverança, qualidades necessárias para o domínio da grande arte de viver. Igualmente, a religião verdadeira defende o homem do medo e das perdas espirituais, e garante-lhe a ajuda e a aliança indissolúvel com Deus. Ela assegura ao homem a paz e a esperança e dá sentido à sua vida.

Isso é o que a verdadeira religião pode fazer pela humanidade, e este é o conceito de religião no Islão. A religião que não der estes frutos não é Islão, ou melhor dito, não é religião; e o homem que não tirar estes benefícios da religião não é religioso, nem devoto.

7. Conceito de Pecado

Um dos domínios mais espinhosos da existência humana é o problema do pecado ou do mal no mundo. Segundo a crença comum, o pecado começou com Adão e Eva durante a sua vida no jardim do Éden. Aquele acontecimento levou à queda e marcou para sempre a raça humana de culpa, estigma e espanto.

O Islão adoptou uma posição única perante o assunto, uma posição que não foi compartilhada por nenhuma outra religião do nosso conhecimento. O Alcorão afirma que Adão e Eva viviam por ordem de Deus no jardim do Éden e desfrutavam dele como lhes aprazia, rodeados de generosa abundância e de tranquilidade. Mas foi-lhes ordenado que não se aproximassem de certa árvore, para que

não causassem dano e injustiça. Mas satanás tentou-os e fez-lhes perder a existência próspera. Por esse facto, eles foram expulsos do Jardim e mandados para a Terra para lá viverem, morrerem e, por último, voltarem para o Juízo Final. Compreendendo o que fizeram, sentiram vergonha pela sua culpa, e remorsos. Eles oraram pela misericórdia de Deus e foram perdoados (Alcorão, 2:35-38; 7:19-25; 20:117-123).

Este acontecimento simbólico é particularmente revelador. Ele mostra que o ser humano é imperfeito e sujeito ao desejo, mesmo que viva no paraíso. Mas o cometer um pecado ou um erro, assim com fizeram Adão e Eva, não amortece o coração humano, nem impede com necessidade o melhoramento espiritual ou o crescimento moral. Antes pelo contrário, o ser humano é bastante sensato para reconhecer os seus pecados e defeitos. O que é ainda mais importante, é que ele é capaz de saber para onde se virar e a quem pedir esclarecimento e orientação. Ainda mais importante é o facto de Deus estar sempre pronto a responder aos apelos sinceros daqueles que Lhe pedem ajuda. Ele é tão Clemente e Piedoso que o Seu perdão é infinito, assim como é a Sua misericórdia. (Alcorão, 7:156). Uma última conclusão reveladora deste acontecimento é o facto de qualquer tipo de discriminação baseada no sexo, na culpa ou pecado hereditário ser alheia ao espírito do Islão.

A ideia do pecado original ou da criminalidade hereditária não tem lugar dentro dos ensinamentos do Islão.

Conforme o Alcorão, (30:30) e os ensinamentos do Profeta, o homem nasce num estado natural de pureza ou «fitrat», predisposto a submeter-se à vontade e à Lei de Deus. A transformação do homem depois de nascer é o resultado da influência externa e dos factores interferentes. Para colocar o assunto em termos do pensamento

moderno, a natureza humana é maleável; o processo de socialização, nomeadamente o meio ambiente do homem, tem uma importância crucial. Ele desempenha um papel decisivo na formação da personalidade humana e no desenvolvimento do carácter moral. Isso não nega ao indivíduo a liberdade de opção, nem o liberta de responsabilidades, mas sim alivia-o daquele grande peso da criminalidade hereditária ou pecado instintivo.

Pela sua definição, Deus é Justo, Sábio, Misericordioso, Piedoso e Perfeito. Ele criou o homem infundindo-lhe o Seu próprio Espírito. (Alcorão, 15:29; 32:9; 66:12). Considerando que Deus é o bem absoluto e infinito e o Seu Espírito é o absoluto e perfeito; considerando que o homem, através da criação, recebeu parte do Espírito de Deus; podemos concluir que o homem reteve necessariamente pelo menos uma pequena parte deste bom Espírito do Criador. Esses factos explicam a predisposição espiritual do homem. Mas, por outro lado, Deus criou o homem para O adorar, não para ser o Seu igual ou rival, ou a perfeita encarnação e a representação absoluta da Sua bondade. Isso quer dizer que por bom e perfeito que o homem seja em virtude da sua criação, encontra-se bem longe da bondade e perfeição do Criador.

Tais qualidades não faltam ao homem, com certeza. Mas elas são limitadas e proporcionais com a natureza, a capacidade, e a responsabilidade limitadas do homem, o que explica a imperfeição e a facilidade do ser humano.

De qualquer maneira, a imperfeição e a falibilidade não são equivalentes ao pecado, nem sinónimos da criminalidade, pelo menos sob o ponto de vista islâmico. Se o homem é imperfeito, Deus não o deixa desamparado para cair vítima dos seus defeitos. As revelações habilitam-no, a razão apoia-o, a liberdade de opção reforça-o, e várias disposições sociais e psicológicas guiam-no na procura e

realização da perfeição relativa. A oscilação constante entre as forças do bem e do mal é a luta da vida. É ela que dá aspirações, propõe ideais, estabelece o trabalho e determina os papéis que o homem tem que desempenhar. É ela que dá interesse e sentido à vida, evitando a monotonia e a estagnação. Por outro lado, Deus gosta de ver os Seus súbditos num estado de vitória espiritual e moral.

Conforme a escala moral do Islão, o facto de o homem ser imperfeito ou falível não é um pecado. Isso faz parte da sua natureza, dado que é uma criatura limitada. Mas é pecado se ele tem os meios para atingir a perfeição relativa e, no entanto, prefere não fazê-lo. Pecado é qualquer acção, pensamento ou vontade que: 1) é deliberada; 2) desafia a lei inequívoca de Deus; 3) viola o direito de Deus ou o direito do homem; 4) é nociva para a alma ou o corpo; 5) é cometido repetidas vezes e é normalmente evitável. Estes são os elementos que compõem o pecado que não seja inato ou hereditário. É verdade, no entanto, que o homem tem nele a capacidade potencial de pecar latente; mas esta não é maior do que a sua capacidade de ser piedoso e bom. Se ele escolher actualizar o potencial do pecado em vez do potencial da bondade, ele acrescentará à sua natureza pura um novo elemento externo. Por este elemento externo suplementar, só o homem é responsável.

No Islão, existem pecados maiores e menores, assim como há pecados contra Deus e pecados contra o homem. Todos os pecados contra Deus, excepto um só, são perdoáveis se o pecador pedir sinceramente perdão. O Alcorão afirmou que, na verdade, Deus não perdoa o pecado do «sirk» (politeísmo, panteísmo, etc.). Mas Ele perdoa os outros pecados e perdoa a quem quiser. No entanto, se o politeísta ou o ateu voltar a Deus, o seu pecado será perdoado. Os pecados contra os homens só são perdoáveis se o ofendido perdoar ao ofensor ou se

forem aplicadas as devidas compensações ou os castigos merecidos.

Em conclusão, o pecado é adquirido e não inato, é emergente e não congénito, é evitável e não inexorável. É uma violação deliberada e consciente da inequívoca lei de Deus. Se o homem fizer alguma coisa verdadeiramente causada por instintos naturais, inclinações absolutamente irresistíveis, então tal acção não é um pecado no entender do Islão. Se assim fosse, a finalidade de Deus não teria sentido e a responsabilidade humana seria vã. Deus só pede ao homem o que se encontra ao seu alcance e dentro das suas possibilidades.

8. Conceito de Liberdade

A liberdade, tanto conceito como valor, tem sido negada a muitos indivíduos, grupos e nações, assim como foi muitas vezes mal compreendida e deformada. A verdade é que nenhuma sociedade humana pode ser livre no sentido absoluto da palavra. Devem existir certos limites de vários géneros para a sociedade poder funcionar.

Além desta ideia geral, o Islão defende o conceito verdadeiro da liberdade ("'), aprecia-a e garante-a tanto aos muçulmanos como aos não-muçulmanos. O conceito islâmico de liberdade abrange todas as actividades voluntárias do homem em todos os domínios da vida. Como já foi dito, o homem nasce livre, na «fitrat» ou o estado puro da natureza. Isso quer dizer que o homem nasce livre de qualquer subjugação, pecado, inferioridade herdada, e taras ancestrais. O seu direito à liberdade é sagrado desde que não violê deliberadamente a Lei de Deus ou os direitos dos outros.

(¹¹) N. E. — Uma liberdade dentro da responsabilidade e nunca como sinónimo de libertinagem.

Um dos principais objectivos do Islão é emancipar a mente das supertições e incertezas, a alma do pecado e da corrupção, a consciência da opressão e do medo, e mesmo o corpo da desordem e da degeneração.

O comportamento recomendado pelo Islão para o homem atingir este objectivo inclui profundos esforços intelectuais, práticas espirituais constantes, princípios morais obrigatórios, e mesmo normas dietéticas. Se o homem seguir religiosamente este comportamento, atingirá com toda a certeza o fim último da liberdade e emancipação.

O problema da liberdade no que diz respeito à crença, adoração e consciência tem também uma grande importância no Islão. Cada homem tem direito a exercer a sua liberdade de culto, consciência, e adoração. Nas palavras do Alcorão, Deus diz:

«Na religião não haverá nenhum constrangimento. A verdade destaca-se nitidamente do erro. Quem rejeitar o mal e crer em Deus terá alcançado o laço mais forte, que nunca se rompe. E Deus ouve e sabe tudo» (Alcorão, 2:256).

O Islão adopta esta atitude porque a religião depende da fé, da vontade e do empenho. Tudo isto careceria de sentido se fosse introduzido pela força. Além disso, o Islão apresenta a Verdade de Deus como uma oportunidade, deixando o homem optar e escolher o seu próprio comportamento. O Alcorão diz:

«A Verdade emana do vosso Senhor. Quem quiser crer, que creia, e quem não quiser, que não creia». (Alcorão, 18:29).

O conceito islâmico da liberdade é um artigo de fé, um mandamento solene do Supremo Criador. Ele assenta nos seguintes princípios fundamentais. Primeiro, a consciência do homem está sujeita só a Deus, perante o Qual todos

os homens são directamente responsáveis. Em segundo lugar, cada ser humano é pessoalmente responsável pelas suas acções e só ele pode colher os frutos do seu trabalho. Em terceiro lugar, Deus delegou ao homem a responsabilidade de decidir por si só. Em quarto lugar, o homem beneficia deveras de um governo espiritual e de suficientes qualidades racionais para ser capaz de fazer opções sãs e responsáveis. Estes são os alicerces do conceito islâmico de liberdade e este é o valor da liberdade no Islão. É um direito natural do homem, um privilégio espiritual, uma prerrogativa moral, e acima de tudo, um dever religioso. Dentro do âmbito deste conceito islâmico da liberdade, não há lugar para perseguições religiosas, dominação de um povo sobre o outro, conflitos de classes, ou preconceitos raciais. O direito do indivíduo à liberdade é tão sagrado como o seu direito à vida; a liberdade é o equivalente da própria vida.

9. Conceito de Igualdade

Um dos elementos fundamentais do sistema de valores no Islão é o princípio da igualdade, ou melhor dito, da equidade. Este valor da igualdade não se deve confundir com a identidade ou o estereótipo. O Islão ensina que perante Deus, todos os homens são iguais, mas não são necessariamente idênticos. Existem entre eles diferenças de habilidades, potenciais, ambições, bens, e assim por diante. No entanto, nenhuma destas diferenças pode por si só estabelecer um estatuto de superioridade de certo homem ou raça sobre outras. A linhagem, a cor da pele, as riquezas, e o prestígio que disfruta o homem não têm nenhuma influência sobre o carácter e a personalidade do indivíduo perante Deus. A única distinção que Deus reconhece é a distinção na piedade, e o único critério que

Deus aplica é o critério da bondade e da excelência espiritual. No Alcorão, Deus diz:

«O homem, na verdade, vos criámos de um só par (dum macho e duma fêmea), e fizemos de vós nações e tribos, para vos reconhecerdes uns aos outros. Na verdade, o mais honrado de vós perante Deus é o mais virtuoso» (Alcorão, 49:13).

As diferenças de raça, cor ou estatuto social são puros acidentes. Elas não afectam a verdadeira dimensão do homem aos olhos de Deus. Cabe de novo salientar que o valor da igualdade não é pura e simplesmente uma questão de direitos constitucionais ou de acordos entre pessoas de alta posição social, ou de caridade condescendente. É um artigo de fé que o muçulmano leva a sério e ao qual tem que aderir sinceramente. Os alicerces deste valor islâmico da igualdade estão profundamente enraizados na estrutura do Islão. Ele deriva de certos princípios básicos, tais como: 1) Todos os homens são criados por um único e mesmo Deus Eterno, o Senhor Supremo. 2) Todos os homens pertencem à raça humana e participam em pé de igualdade no parentesco comum de Adão e Eva. 3) Deus é justo e bondoso para com todas as Suas criaturas. Ele é imparcial para com todas as raças, idades ou religiões. O universo inteiro é o Seu domínio, e todos os homens são as Suas criaturas. 4) Todos os homens nascem iguais no sentido de que ninguém traz nada consigo, e morrem iguais no sentido de que ninguém leva nada dos bens que lhe pertenceram na terra. 5) Deus julga cada pessoa com base nos seus méritos e conforme as próprias acções. 6) Deus confere ao homem, na sua qualidade de homem, um título de honra e dignidade.

Estes são alguns princípios em que assenta o valor da igualdade no Islão. Se este conceito for integralmente utilizado, nunca deixará lugar para preconceitos ou per-

seguinções. E quando este mandamento divino for totalmente realizado, não haverá lugar para exploração e repressão. Conceitos como pessoas eleitas e de alta posição, palavras como raças privilegiadas e condenadas expressões como castas sociais e cidadãos de segunda classe, tudo isso perderá o sentido e cairá em desuso.

10. Conceito de Fraternidade

Um outro elemento fundamental dentro do sistema de valores do Islão é o valor da fraternidade humana. Este valor também assenta nos mesmos princípios desenvolvidos em relação à liberdade e à equidade. Além dos princípios atrás citados, a fraternidade humana no Islão baseia-se na fé inabalável na unicidade e universalidade de Deus — o Adorado, na unicidade da humanidade — a adoradora, e na unidade da religião — meio de adoração. Para o muçulmano, Deus é Único, Eterno, e Universal. Ele é o Criador de todos os homens, o Sustentador deles, o Juiz de todos os homens e o Senhor de todos. Para Ele, a posição social, a supremacia nacional, e a origem racial carecem de sentido. Perante Ele, todos os homens são iguais e irmãos uns dos outros.

O muçulmano crê na unidade da humanidade no que diz respeito à fonte da criação, ao parentesco ou descendência original, e ao destino final. A fonte da criação é o próprio Deus. A descendência original e comum é a de Adão e Eva. Cada ser humano pertence a esta primeira descendência e participa nela. Quanto ao destino final, o muçulmano não duvida de que tal destino será Deus, o Criador, ao Qual todos os homens voltarão.

O muçulmano crê na unidade da religião de Deus. Isto quer dizer que Deus não limita a Sua religião ou os Seus favores a uma determinada nação, raça ou idade. Tam-

bém quer dizer que na Religião de Deus não pode haver contradições ou diferenças fundamentais. Quando isso for interpretado correctamente, não haverá lugar para nenhuma pretensa supremacia, nem para exclusivismos presunçosos. E quando for bem compreendido pela mente humana, dará ao homem um conceito claro e uma base sólida da fraternidade humana, visto que o muçulmano crê na unicidade de Deus, na unidade da humanidade, em todos os Mensageiros e nas Revelações de Deus, sem nenhuma discriminação.

11. Conceito de Paz

Para se apreciar a maneira como o Islão aborda o problema da paz, bastará serem tomados em consideração só alguns factos elementares relacionados com o Islão. «Paz» e «Islão» são duas palavras derivadas da mesma raiz e podem ser consideradas sinónimas. Um dos nomes de Deus é Paz. As palavras de conclusão das orações diárias de cada muçulmano são palavras de paz. A saudação do muçulmano ao dirigir-se a Deus é paz. As saudações diárias entre muçulmanos são expressões de paz. O adjetivo «muçulmano» (muslim) significa em certo sentido, pacífico. O Céu no Islão é o reino da paz.

Tudo isso revela a importância fundamental e o predomínio do tema da paz no Islão. O indivíduo que se aproxima de Deus através do Islão não pode deixar de conviver em paz com Deus, consigo próprio e com os seus semelhantes. Levando em consideração todos estes valores no seu conjunto, colocando o homem no devido lugar que ocupa no universo, e seguindo a vida na perspectiva islâmica, os homens de boa vontade e de bons princípios não podem deixar de fazer deste mundo um mundo melhor, de recuperar a dignidade do Homem, instaurar a

igualdade, desfrutar a fraternidade universal e construir uma paz duradoura.

12. Conceito de Comunidade

A palavra «Comunidade» tem adquirido certas conotações, algumas delas românticas e nostálgicas, e outras depreciativas e reaccionárias. Mas posto que estamos a tratar do conceito básico, limitaremos o nosso comentário aos significados fundamentais da palavra comunidade.

Num dos sentidos básicos, o conceito de comunidade encerra ("") «todas as formas de relações que se caracterizam por um alto grau de intimidade pessoal, profundezas emocionais, empenho moral, coesão social e continuidade no tempo. Ela pode encontrar-se no espaço, religião, nação, raça, ocupação ou causa comum. O seu arquétipo é a família» (Nisbet, pp. 47-8).

Num outro sentido básico, a «Comunidade» é um vasto grupo com duas características fundamentais: 1) É um grupo dentro do qual o indivíduo pode ter a maioria das actividades e experiências que são importantes para ele. 2) O grupo é ligado por um sentido compartilhado de nele pertencer, e por um sentimento de identidade (Broom & Selznick, p. 31) ("").

A tendência histórica predominante foi o movimento daquelas relações íntimas, profundas, morais da comunidade, para as relações impessoais, formais e utilitárias da sociedade de massas. Este movimento foi caracteri-

(¹⁴) Robert Nisbet, *The Sociological Tradition* (New York: Basic Books, 1969).

(¹⁵) L. Broom & P. Selznick, *Sociology: A Text with Adapted Readings*, (New York: Harper & Rowe, 1968).

zado por várias fases e marcado por consequências de amplo alcance.

Nesta tendência histórica, podem tirar-se certas conclusões. Primeiro, esta evolução histórica não foi totalmente negativa, nem perfeitamente positiva e construtiva. Tanto as consequências positivas como as negativas afectaram indivíduos diferentes em graus diferentes. Em segundo lugar, a sociedade moderna está longe de ser perfeita e há ainda muito que fazer. Em terceiro lugar, a condição humana não é uma causa perdida ou um caso sem esperança de solução. É verdade que há crises e momentos difíceis, mas a situação não escapa totalmente ao controlo. Por último, a humanidade tornou-se mais inter-dependente, e as sociedades humanas mais estreitamente relacionadas. Tudo o que acontece num dos segmentos da sociedade afecta forçosamente o resto. Devemos ter presentes todos esses dados ao analisarmos o conceito islâmico de comunidade.

De maneira geral, seria correcto afirmar-se que o conceito islâmico de comunidade tem certas características únicas. Tais características únicas referem-se à fundação ou base da comunidade, à sua missão e finalidade histórica, ao seu estatuto em relação às outras comunidades, à sua identidade e continuidade.

No Islão, a comunidade não assenta na raça, nacionalidade, lugar, ocupação, parentesco, ou interesses especiais, assim como não deriva o seu nome do nome de algum chefe, fundador ou acontecimento. Ela transcende as fronteiras nacionais e políticas. A base da comunidade no Islão é o princípio que designa a submissão voluntária a vontade de Deus, a obediência à Sua Lei, e o empenho na Sua causa. Em resumo, uma Comunidade Islâmica só existe, quando alimentada e sustentada pela filosofia islâmica.

A Comunidade Islâmica tem uma missão histórica, muito além da mera sobrevivência, pura força, reprodução ou continuidade fisiológica. Esta missão é descrita pelo Alcorão da seguinte maneira:

«Que entre vós exista uma Comunidade (Umma), recomendando o bem, exigindo a justiça e eliminando o mal. Esta é a que será bem-aventurada» (3:104).

«Vós tendes a melhor Comunidade que alguma vez se viu, vós recebeis o bem, lutais contra o mal e credes em Deus» (3:110).

O papel histórico da Comunidade Islâmica deve ser a perfeita encarnação de tudo quanto há de virtuoso, integral e nobre. Uma verdadeira Comunidade Islâmica é uma viva protectora da virtude e feroz inimiga do vício. O que se exige da Comunidade no seu conjunto, exige-se igualmente de cada membro dela. Isso porque a comunidade inteira é uma entidade orgânica e cada indivíduo é responsável perante Deus. O papel do muçulmano foi descrito da melhor maneira por uma afirmação do Profeta:

«Quem vir algum mal, deve tratar de corrigi-lo pela acção; se não puder, terá que tentar pela palavra; se não puder, que cresçam os seus sentimentos de desaprovação e condenação, e este é o grau mínimo da fé.»

Como se pode ver, esta descrição é muito significativa e profunda. Nesta época de meios de comunicação revolucionários, nenhuma pessoa sensata pode substituir a força das acções concertadas, ou a força de comunicação das palavras, ou o poder dos sentimentos.

Este papel histórico da Comunidade Islâmica é igualmente afirmado na seguinte passagem do Alcorão (2:143): , , ,

«Constituímo-vos em uma nação justa, uma comunidade bem integrada, uma «Umma» equilibrada, para

que deis testemunho dos outros e para que o Mensageiro dê testemunho de vós».

Este papel de testemunho é altamente significativo e pretensioso. Ele quer dizer que a Comunidade Islâmica deve ser exemplar. Ela deve fixar as mais altas normas de comportamento e ser o ponto de referência de outras. Ela tem que evitar excessos e extravagâncias, rigidez estática e dissolução instantânea. Manter o equilíbrio no comportamento e nas acções, ser coerente e consistente, saber o que aceitar e o que rejeitar, ter princípios e ao mesmo tempo saber adaptar-se — é provavelmente a mais dura prova a que se devem submeter o carácter humano e a viabilidade social. Mas este é o papel da Comunidade Islâmica e a missão histórica dos muçulmanos. Se este critério for consagrado na prática, a Comunidade Muçulmana será a melhor comunidade humana.

A identidade da Comunidade Islâmica assenta nos princípios do equilíbrio consistente, do comportamento exemplar, da unidade da finalidade, dos sentimentos recíprocos, da solidariedade e da equidade. Numerosas são as afirmações do Alcorão e da Suma neste sentido (por exemplo, 4:135; 21:92; 23:52).

No que respeita à continuidade da Comunidade Islâmica, cabe mencionar certos pontos. Os muçulmanos têm obrigação de fazer o melhor que puderem para que esta continuidade seja garantida. As regras do casamento e da herança, os deveres da «Zacá» e do «Hajj», os direitos mútuos e as obrigações reciprocas entre os parentes, a consciência individual e a filiação a uma sociedade — tudo isso está orientado para a saudável continuidade da Comunidade Islâmica. Por outro lado, Deus empenhou-se na protecção desta continuidade de várias maneiras. Primeiro, empenhou-se na protecção do Alcorão e da sua pureza (15:9).

Isto quer dizer que sempre haverá uma comunidade a seguir o Alcorão; o Alcorão não ficará sem adeptos mesmo que existam adeptos de outros Livros. Em segundo lugar, o próprio Islão tem uma continuidade. Cada vez que uma nação se desviou do caminho de Deus, Ele reafirmou a Sua palavra e a Sua verdade, e mandou novos profetas ou reformadores para continuarem a obra. Em terceiro lugar, Deus deu uma forte advertência no sentido de que se os muçulmanos se desviarem do bom caminho, eles é que perderão; Deus substitui-los-á por outros homens diferentes dos muçulmanos pecadores (47:38).

Uma vez mais, os fiéis são prevenidos de que, se algum deles renunciar à sua Fé, Deus criará logo outros homens que amará e que O amarão, — serão compassivos para com os crentes e severos contra os incrédulos. (Alcorão, 5:54).

13. Conceito de Moralidade

O conceito de moralidade no Islão concentra-se em torno de certos princípios e crenças fundamentais. Entre estes, citamos os seguintes:

- 1) Deus é o Criador e a Fonte de todo o bem, de toda a verdade e beleza.
- 2) O homem é um agente responsável, digno e honrado do seu Criador.
- 3) Deus tem posto tudo, no Céu e na Terra, ao serviço da humanidade.
- 4) Na Sua misericórdia e sabedoria, Deus não pede ao homem o impossível, e não o responsabiliza por coisas além do seu poder; nem proíbe ao homem a alegria das boas coisas da vida.
- 5) A moderação, o sentido prático e o equilíbrio

são as garantias da alta integridade e da moralidade sólida.

6) Todas as coisas são permitidas em princípio, excepto as que são interditas.

7) A responsabilidade última do homem refere-se a Deus, e a sua suprema finalidade é o prazer do seu Criador.

A dimensão da moralidade no Islão se estende a diversos campos. A moral islâmica trata das relações entre o homem e Deus, entre o homem e os seus semelhantes, entre o homem e os outros elementos e criaturas do universo, entre o homem e o seu ser íntimo. O muçulmano deve vigiar o seu comportamento exterior e as suas acções manifestas, as palavras e os pensamentos, os sentimentos e as intenções. Num sentido genérico, o seu papel é defender o bem e combater o mal, procurar o que é verdade e abandonar o que é falso, amar a beleza e a integridade e evitar a indecência. A virtude e a verdade são o seu objectivo. A humildade e simplicidade, a cortesia e a compaixão são a sua segunda natureza. Para ele, a arrogância, a vaidade, a rudeza e a indiferença são desagradáveis, injuriosas e repugnantes em relação a Deus.

Mais concretamente, a relação do muçulmano com Deus é de amor e obediência, completa confiança e devoção, paz e apreciação, firmeza e serviço activo. Sem dúvida que esta moralidade, tão alta, nutrirá e reforçará a moralidade ao nível humano. Isso porque nas relações com os seus semelhantes, o muçulmano deve mostrar bondade para com os parentes, solicitude para com os vizinhos, respeito pelos mais idosos, compaixão pelos jovens, cuidado com os doentes, apoio aos necessitados, condoliência para os desconsolados, afecto pelos aflitos, alegria pelos felizes, paciência com os desviados, tolerância para com os ignorantes, perdão aos desamparados, desapro-

vação à injustiça e desprezo pela trivialidade. Igualmente ele deve respeitar os direitos legítimos dos outros, assim como respeita os seus. A sua mente deve preocupar-se com ideias construtivas e objectivos sérios; o seu coração deve sentir compaixão e manifestar boa vontade; a sua alma deve irradiar paz e serenidade; o seu conselho deve ser sincero e delicado.

A obrigação moral do muçulmano é ser um exemplo vivo de honestidade e perfeição, cumprir os seus compromissos e as suas tarefas em condições, procurar o conhecimento e a virtude por todos os meios possíveis, corrigir os seus erros e arrepender-se dos seus pecados, desenvolver um vivo sentido da consciência social e nutrir um sentimento de solicitude humana, sustentar os seus dependentes com generosidade, mas sem extravagância e satisfazer-lhes as necessidades legítimas. A natureza e o mundo são o domínio de pesquisa e o objecto das alegrias do muçulmano. Ele deve utilizar estes elementos e meditar sobre as maravilhas que eles revelam, assim como deve considerá-los como provas da grandeza de Deus, preservar-lhes a beleza, explorar-lhes as maravilhas e descobrir-lhes os segredos. Mas quer os utilize para fins práticos, quer para simples divertimento, terá que evitar desperdícios e excessos. Como agente responsável de Deus, sempre terá que pensar nos outros que compartilham o mundo com ele e que o substituirão no futuro.

Os princípios morais do Islão aparecem às vezes como obrigações positivas que devem ser realizadas e outras vezes como prescrições negativas que devem ser evitadas. Tanto os que aparecem em forma positiva como os de forma negativa, têm por finalidade essencial constituir no ser humano uma mente bem formada, uma alma tranquila, uma personalidade forte e um corpo são. Estas são as condições necessárias para o bem estar e a prosperi-

dade geral da humanidade. E para ajudar o homem a satisfazer estas condições, o Islão elaborou, entre outras, as seguintes regras:

- 1) Testemunhar a unicidade de Deus e a qualidade de Muhammad como Seu último Mensageiro, com firme intenção e empenho;
- 2) Respeitar com regularidade as orações diárias;
- 3) Pagar o imposto religioso conhecido como esmola ou o que se deve aos pobres (Zacá);
- 4) Fazer jejum no sagrado mês do Ramadão;
- 5) Fazer uma peregrinação à cidade sagrada de Meca pelo menos uma vez na vida.

As implicações morais e sociais destas regras serão analisadas detidamente nos capítulos a seguir.

Além destas medidas positivas, existem outras que podem considerar-se preventivas e precatórias. Para proteger o homem de qualquer desvio da degradação, da fraqueza e do vício, da indecência e da tentação, o Islão proibiu certas coisas relacionadas com a comida, bebida, divertimento e sexo. Entre estas mencionamos as seguintes:

- 1) Todos os géneros de bebidas inebriantes — vinhos, licores e álcool (Alcorão, 2:219; 4:43; 5:93-94);
- 2) Todos os produtos do porco (carne, toucinho, presunto, banha), carne de animais selvagens que usam garras ou dentes para matarem as suas vítimas (tigres, lobos, leopardos, etc.), de todas as aves de rapina (falcões, abutres, corvos, etc.), de roedores, répteis, vermes e semelhantes, bem como outros animais e aves que não sejam abatidos com a invocação do nome de Deus (Alcorão, 2:172-173; 5:4-6);
- 3) Todos os jogos de azar e os divertimentos inúteis (Alcorão, 2:219; 5:93-94);
- 4) Todas as relações sexuais fora do matrimónio e

todos os modos de falar, andar, olhar e vestir em público que possam suscitar tentação, desejos e suspeitas, ou indicar falta de modéstia e de decência (Alcorão, 23:5-7; 24:30-33; 70:29-31).

Este acto de proibição é introduzido por Deus para o bem-estar espiritual e mental do homem, assim como em benefício moral e material da humanidade. Não é uma acção arbitrária, nem uma intervenção discricionária de Deus. Antes pelo contrário, é um indicio do interesse de Deus pelo bem-estar da humanidade e da Sua preocupação pelos homens.

Quando Deus proíbe certas coisas, não é porque Ele queira privar o homem de coisas boas ou úteis, mas sim porque Ele tenciona proteger o homem e ajudá-lo a desenvolver um bom senso de discernimento, um gosto apurado pelas melhores coisas da vida e um interesse permanente pelos valores morais mais altos. Para tal fim, Deus tem que se preocupar com o espírito e com a mente do homem, com a sua alma e o seu corpo, consciência e sentimento, saúde e riqueza, física e moral. Portanto, a proibição não é privação, mas sim enriquecimento; não é opressão, mas sim disciplina; não é limitação, mas sim expansão.

Para demonstrar que todas as proibições são actos de misericórdia e sabedoria, cabe mencionar a este respeito dois princípios morais. Em primeiro lugar, temos circunstâncias extraordinárias, emergências, necessidades e exigências prementes, que permitem ao muçulmano fazer o que normalmente é proibido. Desde que tais circunstâncias existam e na medida em que ele não pode evitar essa situação, o crente não pode ser responsabilizado de ter deixado de respeitar as regras morais de Deus (Alcorão, 2:173; 5:4). Em segundo lugar, aponta-se a regra da misericórdia: quem praticar o mal por ignorância, mas se se arrepender depois e melhorar o seu com-

portamento, será perdoado; na verdade, Deus é Misericordioso e perdoa muitas vezes (Alcorão, 6:54).

Num passo notável e característico a este respeito, o Alcorão elaborou os alicerces e a filosofia do comportamento moral correcto: «O Filhos de Adão! Levai o vosso melhor vestuário quando fordes às mesquitas para a oração; comei e bebei, mas não desperdiceis por excesso, porque Deus não ama os dissipadores. Diz-lhes (ó Muhammad): «Quem pode proibir as galas de Deus e o desfrutar dos bons alimentos que Ele preparou a seus servos?» Diz-lhes ainda: «Estas coisas pertencem aos que crêem durante a vida neste mundo; porém, serão exclusivas dos crentes, no Dia da Ressurreição. Assim explicamos os Sinais detalhadamente àqueles que compreendem». Diz: «Meu Senhor proibiu unicamente acções vergonhosas, quer abertas ou secretas; o delito; a agressão injusta e o atribuir parceiros a Deus — e dizer de Deus coisas que ignorais» (Alcorão, 7:31-33).

O alcance da moralidade no Islão é tão profunda e integrativa que reúne ao mesmo tempo a fé em Deus, os ritos religiosos, mandamentos espirituais, comportamento social, poder de decisão, objectivos intelectuais, hábitos de consumo, maneiras de falar e todos os outros aspectos da vida humana. Visto que a moralidade é uma parte tão vasta do Islão, o tom moralizador penetra todos os passos do Alcorão e os ensinamentos morais acentuam-se, repetidamente, em vários contextos ao longo do Livro Sagrado. Isso dificulta a elaboração de qualquer breve classificação destes ensinamentos morais, conforme as respectivas citações do Alcorão. Cada princípio é enunciado várias vezes em contextos diferentes, e aparece seja como princípio destacado, seja como elemento dum sistema moral integrado, que por seu turno é elemento dum super-sistema religioso completo.

Por estas razões, os seguintes passos devem ser considerados só como selecções representativas do Alcorão, apresentadas e interpretadas com todo o esforço humano que inevitavelmente não pode atingir a perfeição da versão original e completa do Livro.

Servi Deus, e não lhe atribuais semelhantes. Tratai com benevolência vossos pais e parentes, os órfãos, os necessitados, o vizinho quer seja chegado ou não, o vian-dante e vossos empregados porque Deus não ama presun-çosos, soberbos; nem aqueles que são avaros ou encora-jam nos outros a avareza e ocultam o que Deus lhes deu com tanta generosidade; nem aqueles que distribuem ostentosamente (por hipocrisia) seus bens e não crêem n'Ele, nem no Dia do Juízo Final, além de terem o Diabo por companheiro (Alcorão, 4:36-38).

Diz (ó Muhammad): «Vinde, para que eu vos repita, o que Deus vos tem proibido: não Lhe atribuais semelhan-tes; sede bons para com os vossos pais; não mateis os vossos filhos sob pretexto da pobreza — porque Deus dá o sustento a vós e a eles; não disponhais do património do órfão, senão para o aumentardes até chegar à maiori-dade; dai o peso justo e a medida exacta — jamais desti-namos a ninguém carga maior à que pode suportar —; quando sentenciardes, sede justos, mesmo que se trate de um parente próximo; e cumpri os Mandamentos de Deus. Eis o que Ele vos prescreve, para que mediteis. E (o Senhor ordenou-vos, ao dizer): Este é o Meu Caminho recto. Segui-o; não ides por outros caminhos; eles des-viar-vos-ão da direcção de Deus. Isto é o que Ele vos manda, para que sejais justos. (Alcorão, 6:151-153).

Deus ordena a justiça, a prática de boas acções, e a bondade para com os amigos e os parentes; e proíbe todas as acções vergonhosas, a injustiça e a iniquidade. Ele vos exorta a que reflectais. Cumprí o pacto com Deus que ten-

des assumido, e não desrespeiteis juramentos depois de os ter prestado, uma vez que haveis tomado Deus por garantia, porque Ele sabe tudo o que fazeis». A quem praticar o bem, homem ou mulher, e for crente, conceder-lhe-emos uma nova vida, boa e pura, e lhe recomendaremos de acordo com as suas melhores acções».

(Alcorão, 16:90-91, 97).

«Chamai todos a seguirem o Caminho do teu Senhor com sensatez e predicação eloquente; e falai com eles de maneira mais conveniente e benevolente; porque o teu Senhor sabe melhor quem se tem desviado do Seu Caminho, e quem vai bem guiado»

(Alcorão, 16:125).

«Ninguém fala melhor do que aqueles que chama os outros a Deus, pratica a virtude e diz: «Sou um dos que se inclinam perante o Islão». Jamais o Bem e o Mal poderão ser iguais. Retribui o Mal com o que há de melhor e eis que aquele que nutria inimizade por ti converter-se-á em íntimo amigo!»

(Alcorão, 41:33-34).

«Tudo o que vos foi dado aqui (até agora) é o efémero gozo da vida terrena. Mas o que está junto de Deus é preferível e duradouro. E para aqueles que têm Fé e confiança no seu Senhor; que se abatem dos pecados graves e das obscenidades e que, embora ofendidos, sabem perdoar; que obedecem ao seu Senhor e observam as orações com regularidade; que desenvolvem os seus negócios com honestidade; que dão do que receberam (de Deus) pelo sustento dos outros; e aqueles que, se sofrerem de uma injustiça, não se deixam vencer, mas sim sabem defender-se. A recompensa dum dano é um outro dano igual (regra de Talião), mas se alguém perdoar e fizer as pazes, a sua recompensa será dada por Deus, porque Deus não ama os que fazem mal. Mas quem se defender contra o mal que lhe foi feito, nunca será culpado. Só será incriminado quem opõe os seus semelhantes com más acções

e viola com insolência todas as limitações impostas, desafiando o bem e a justiça. Tais opressores serão severamente punidos. Mas se alguém mostrar paciência e indulgência, isso será na verdade um exercício de vontade corajosa e de forte decisão na direcção do trato com os outros» (Alcorão, 42:36-43).

Citamos, a seguir, mais alguns passos do Alcorão (17:18-19):

a) Se alguém quiser as coisas passageiras desta vida, Nós damos tais coisas como Nos apraz e a quem Nos apraz, mas no fim terá a devida punição, com desonra e desprezo.

b) E aqueles que anseiam pela vida do Além e se esforçam devidamente por ela e têm fé — serão recompensados por Deus pelos seus esforços. Nós damos generosamente dos bens do vosso Senhor tanto a estes como àqueles: os bens do vosso Senhor não são negados a ninguém...

c) Não aceiteis ao lado de Deus nenhum outro semelhante para adoração, senão, sereis desprezados e desonrados.

d) Deus manda que não adoreis senão a Ele, e que sejais bons para com os vossos pais. Se um deles ou os dois avançarem na idade, não lhes digais nenhuma palavra de desprezo, nem os rejeiteis, mas sim dirigi-vos a eles com respeito e estima. E orai por eles, com bondade e humildade, dizendo: «Meu Deus! tem misericórdia deles, assim como eles cuidaram de mim na infância».

e) O vosso Senhor sabe o que há nos vossos corações. Se as vossas acções são virtuosas, Ele é na verdade Misericordioso para com aqueles que voltam sempre a Ele em sincera penitência.

f) E dai aos parentes o que lhes é devido, assim como aos necessitados e aos viajantes. Mas não desperdiceis os

vossos bens de maneira insensata. Na verdade, os que desperdiçam são irmãos dos demónios; e o demónio é ingrato para com o seu Senhor. E mesmo que vos afasteis de tal gente à procura da Misericórdia do vosso Senhor que bem esperais, falai com eles no entanto de maneira benevolente.

g) Não sejais agarrados aos vossos bens, como os avarentos, nem gasteis como os dissipadores irresponsáveis; se escolherdes um destes dois caminhos, sereis censurados e consequentemente ficareis desamparados.

h) Na verdade, o vosso Senhor sustenta generosamente a quem lhe apraz, e dá com justa medida; porque Ele conhece e cuida de todos os Seus súbditos.

i) Não mateis os vossos filhos por medo da pobreza. Nós lhes daremos o sustento assim como damos a vós. Matá-los é na verdade um grande pecado.

j) Não pratiqueis o adultério; porque é uma acção vergonhosa e um mal que abre caminho a outros males.

k) Não mateis — porque Deus fez a vida sagrada — excepto por uma causa justa. E se alguém for morto sem justificação, Nós autorizamos o seu herdeiro a pedir castigo igual ou perdoar; mas este não deve ultrapassar os limites da justiça, porque é ajudado pela Lei.

l) Não toqueis na propriedade do órfão, se não for para o melhorar, até ele chegar à idade adulta; e cumprí todos os compromissos: cada um deles será levado em conta no Dia do Juízo Final.

m) Dai a medida justa quando medis, e pesai com uma balança correcta. Isso é o mais conveniente e vantajoso na determinação final.

n) E não inaistais nas coisas de que não tendes conhecimento (curiosidade vã e inútil); porque cada acto de ouvir, ver ou sentir será considerado no Dia do Juízo Final.

o) Não andeis na terra com arrogância; porque não podeis despedaçá-la, nem atingir a altura das montanhas.

p) De todas as coisas apontadas, o vosso Senhor detesta o mal e exorta para que não atribuas semelhanças a Deus.

— Salientam-se a seguir as afirmações do Senhor Misericordioso:

Nós demos a sabedoria a Lucmén (sábio da Antiguidade). Mostra a tua gratidão a Deus. Quem é grato, é em proveito da sua própria alma. Mas quem o não for, será por isso julgado. E mandámos ao homem ser bom para com os seus pais. Com grandes dores é que a sua mãe o deu à luz, e durante dois anos o amamentou. Mostrai-me gratidão, assim como aos vossos pais. Eu sou o vosso fim. Mas se alguém tentar fazer-vos adorar, junto de Mim, coisas de que não tendes conhecimento, ou cometer algum mal, não lhe obedeqais; porém, fazei-lhes companhia nesta vida com justiça e consideração, e segui o caminho daqueles que voltam a Mim com amor. Todos vós acabareis por voltar a Mim, e dir-vos-ei a verdade e o significado de tudo quanto fizestes...

O, meu filho! (disse Lucmén): Observa as orações com regularidade, prescreve a benevolência, abstém-te do ilícito e resiste pacientemente a quanto te sucede, porque isto é uma das predestinações eternas. E não te mostres arrogante para com os outros, nem andes na terra com insolência; porque Deus não ama os arrogantes e os fanfarrões. E sé moderado na tua maneira de andar, e baixa a voz; porque o mais desagradável dos sons é o zурro dos asnos. Alcorão, 31:17-1819).

O vós, fiéis! As bebidas e os jogos de azar... são uma abominação, obra de satanás. Abstende-vos, pois, deles, para que prospereis. Satanás só ambiciona infundir-vos a inimizade e ódio entre vós, com bebidas inebriantes e

jogos de azar, e afastar-vos da lembrança de Deus e da oração. Então, não será melhor abster-vos disso? (Alcorão, 5:90-91).

Mas buscai, com o que Deus vos deu, a Vida do Além. Porém, não esqueçais a vossa vida neste mundo. Sede bondosos, assim como Deus é bondoso para convosco, e não provoquéis desordens na terra; porque Deus não ama os que causam desordem (Alcorão, 28:77).

Estes passos podem ser apoiados por muitos outros do Alcorão e das Tradições de Muhammad, mas parece-nos que são suficientes para esboçarem a moralidade fundamental do Islão. Esta moralidade islâmica é única na sua pureza em todas as circunstâncias. Deus introduziu-a não apenas para ser admirada ocasionalmente, mas sim para ser aplicada e eficaz. A sua finalidade é ajudar o indivíduo a desenvolver a sua personalidade e cultivar o seu carácter da maneira mais completa, reforçar as suas relações e consolidar a sua associação com Deus, a Fonte de toda a Bondade. A moralidade islâmica não se propõe nunca intimidar o indivíduo e torná-lo passivo ou indiferente. Um exemplo explicará melhor. Se um muçulmano sofrer qualquer dano ou opressão, ele terá a livre opção de resistir e reagir da mesma maneira, ou de perdoar e confiar a Deus os resultados da sua acção. Ele sabe que é autorizado a agir de qualquer das suas maneiras, e sabe igualmente que é melhor perdoar. Portanto, quando ele perdoa, fá-lo por opção própria e livre, por amor de Deus. Por outro lado, ao reagir ele não viola a Lei, nem age injustamente; só defende os seus direitos, atitude que por si própria é um dever sagrado, e ajuda as autoridades competentes a estabelecerem ordem e justiça. Se o Islão exigisse perdão absoluto assim como outras religiões fazem em teoria, muitas pessoas indisciplinadas sentiriam a tentação de fazer mal e ultrapassar quaisquer limites.

Igualmente, se o Islão exigisse só castigo, já não haveria lugar para a misericórdia e a paciência, nem para o melhoramento espiritual ou perfeição moral; neste caso, muitas qualidades humanas seriam abafadas e muitas potencialidades morais nunca seriam actualizadas.

Sabe-se muito bem que mesmo as pessoas que aprenderam a perdoar em todas as circunstâncias não aplicam — e provavelmente nem podem aplicar tais práticas, porque não servem o interesse da humanidade a longo prazo, nem servem o interesse da própria moralidade. Igualmente, quem aprendeu a praticar o castigo inexorável não tem ou tem pouco respeito pelas virtudes humanas e presta menos atenção aos valores morais como regras universais. Mas o Islão, divino sustento da natureza humana, tem dado as respostas correctas aos problemas humanos. Para os prevaricadores que pedem uma segunda oportunidade, que podem melhorar ou beneficiar do perdão que lhes for concedido, o perdão é recomendado e preferível. Mas contra aqueles que interpretarem mal os motivos do perdão ou que sentirem a tentação de persistirem no mau comportamento, autoriza-se o castigo devido. Deste modo, a atitude do muçulmano em ambos os casos é sá e proveitosa. Quando perdoa, ele agrada a Deus, leva vantagem e contribui para o melhoramento do prevaricador. E quando castiga, ele defende o bem, estabelece ordem e justiça e sustém o mal. Qual é então a verdadeira moralidade? A atitude de quem se vinga sem discernimento e piedade? Ou a atitude dum muçulcano que dá lugar à misericórdia e ao perdão, levando em conta as circunstâncias extraordinárias? E quem é moralmente integral? O homem que perdoa, porque sabe que não pode castigar? Ou o muçulmano que perdoa, consciente no entanto, de que pode vingar-se por meios legais? Qual é o perdão verdadeiro? O que resulta do constrangimento

e proibições externas que fazem com que o homem não possa agir doutra maneira, ou o perdão que emana da liberdade de opção e de acção? Se, por um lado, os princípios morais do Islão são sólidos, únicos e flexíveis, são também por outro lado, mandamentos de Deus, Fonte de toda a bondade e moralidade.

14. Conceito de Universo

A condição humana actual é alarmante, para não dizer mais. Ela exige interesse e reacção activa por parte de todas as pessoas crentes e bem intencionadas. Mas isso não leva, e não deve levar ao desespero ou à resignação. A esperança é, e sempre foi, um dos elementos do Islão (Alcorão, 12:87; 65:3).

Os problemas e as crises da época moderna não são inteiramente únicos, nem particulares. É verdade que são dificeis, complexos e angustiantes, agora talvez mais do que nunca. Mas, de qualquer maneira, a diferença entre esta época e os séculos passados é basicamente uma diferença de intensidade mais do que qualitativa. A complexidade cada vez maior dos nossos problemas deve-se, em grande medida, a um aumento semelhante, proporcional, das nossas exigências e capacidades.

Durante muitos séculos e em numerosas regiões do globo, a fonte principal das crises mais dificeis tem sido essencialmente uma espécie de atitude inflexível, exclusiva e intolerante perante o desconhecido, o diferente e o estrangeiro. Esta orientação nutriu o racismo, o elitismo, o fanatismo, os preconceitos e toda uma série de outras atitudes igualmente desagradáveis.

Poucos são os que podem na verdade negar o facto de a humanidade passar hoje em dia por uma crise invulgar. Esta crise humana actual parece resultar de um grave

desequilíbrio entre as nossas explorações no exterior, físicas, materiais, e as nossas tentativas de penetração para dentro, de ordem moral. Nada é mais simples do que apregoar a manutenção do equilíbrio, da condição média, da «áurea mediocridade». E no entanto não há nada mais difícil de atingir. No passado, tais ditos como «o homem não vive só de pão» eram por vezes tão deformados, que vieram a sugerir a despreocupação pelo bem-estar material do homem. Igualmente, a confiança em Deus tem sido mal compreendida; muitas vezes é concebida como fatalismo inexorável ou negação categórica da livre vontade e da auto-realização humanas. Uma acentuação exagerada da espiritualidade e da resignação causam necessariamente a acentuação do materialismo, racionalismo, livre arbitrio, etc. Se forem ultrapassados certos limites, a espiritualidade pode vir a ser superstição e confusão. Da mesma maneira, o exagero no sentido contrário pode transformar o materialismo em frouxidão, o livre arbitrio em libertinagem, e o racionalismo em pura vaidade. A história intelectual dos últimos séculos demonstra muito claramente estas tendências.

Nas últimas décadas, a escala espiritual conheceu várias oscilações. Nos anos sessenta, e agora nos setenta, os acontecimentos sensacionais são os das explorações cósmicas, insuperadas e sem precedentes. Igualmente sensacionais são as explorações sem precedentes na vida interior do ser humano, por mais excéntricas, ocultas ou neuróticas que pareçam tais experiências.

O desenvolvimento destes dois tipos de exploração, sem precedente e desequilíbrio, é extremamente alarmante. A razão é provavelmente o facto de os dois tipos parecerem não relacionados entre eles, além de não convergirem. Não há nenhuma reciprocidade aparente, nem apoio mútuo, nem fertilização cruzada. Além disso, a sua

existência precária e desequilibrada é uma ameaça constante para a maioria das pessoas, por ser capaz de criar ambiguidade e confusão, o que, por seu turno, poderá agravar os problemas da sociedade e dificultar a vida do homem moderno. Mas tal situação precária pode mudar, se as explorações científicas exteriores e as da vida interior e moral forem de certo modo reconciliadas. O homem não vive só de pão: isso é verdade. Mas nem pode viver só de orações. Ele é um animal político ou materialista, assim como um investigador religioso do Sagrado.

Como foi já dito, o mundo de hoje depara-se nitidamente com numerosos problemas, mas também se depara com as soluções e recomendações contraditórias que se propõem resolver estes problemas. Há quem cante a canção popular: «O que o mundo agora é amor... etc.». Há quem apregoe um renascimento humano. Outros recorrem ao Marxismo, Humanismo, Satanismo ou Cientismo, como solução última. Há muitos que esperam a chegada de algum futuro Salvador. E no entanto, esta longa lista não inclui sequer os indiferentes, os desamparados e os apáticos, cujo número até poderia ser maior do que o de todos os optimistas juntos. Mas parece que a maior necessidade premente do «entendimento», o que o homem mais necessita é compreender-se a si próprio e a sua natureza, as suas potencialidades e limites, o seu lugar no Universo e as suas relações com os outros elementos do mesmo.

O problema que agora se põe é como pode o Islão ajudar o homem a compreender-se a si próprio, abrir a sua mente e esclarecer a sua visão perturbada? Para se responder a esta pergunta, será necessário ter presentes os conceitos básicos do Islão já analisados, e aprofundar ainda mais alguns elementos do seu sistema de valores. Esperamos que esta análise mostre como estes conceitos estão relacionados com o homem moderno e os seus pro-

blemas actuais, e como o ajudam para encontrar o seu caminho.

O princípio da «moderação» é uma característica do Islão, exprimida da melhor maneira pelo modo de o Islão conceber a natureza humana, o sentido da vida e a ideia de Deus. O Islão não admite a filosofia «humanista» unilateral, que quase diviniza o homem e não reconhece nada além dele; assim como não admite o veredito igualmente unilateral de que a natureza humana seria inherentemente viciada, corrupta ou pecadora. O Islão rejeita a ideia de que a vida é vil, brutal, curta e miserável, assim como rejeita a ideia de que a vida é por ela própria uma finalidade, feita pelo prazer e sem nenhuma responsabilidade. O Islão dá à vida um significado positivo, uma finalidade. Ele considera a vida, nesta terra, como inferior somente em comparação com a Vida do Além; o Islão não se preocupa exclusivamente com o presente, aqui na terra, pelo hedonismo dum instante e pelos prazeres imediatos. Nem ignora completamente essa vida terrena, como procura um paraíso futuro na vida do Além. Claro que esta preocupação é proporcional: O Islão avalia cada fase da existência conforme o seu efeito relativo sobre o bem-estar geral do homem (Alcorão, 7:38; 17:18-21; 28:77. 57 20-21).

Existe no Alcorão um passo (2:27-39) representativo de muitos outros no mesmo sentido. Este passo contém alguns princípios fundamentais do Islão que representam os alicerces da concepção islâmica da vida. Entre todos os princípios, os mais significativos são os seguintes:

1. O mundo é uma entidade em transformação, criada pela vontade de um Criador e sustentada por Ele para certas finalidades. As correntes históricas verificam-se de acordo com a Sua vontade e seguem leis bem

estabelecidas. Elas não são dirigidas por uma casualidade cega, nem são incidentes ocasionais e desordenados.

2. Também o homem é criado por Deus para cultivar a terra e enriquecer a vida de conhecimentos, virtudes, finalidades e significados. E para atingir este fim, tudo na terra e nos céus foi criado para ele e ao seu serviço. A vida neste planeta não é uma prisão para o homem; a sua vinda ao mundo não foi um castigo arbitrário por certos pecados previamente cometidos. Nem foi expulso doutro mundo e exilado neste de cá. A sua existência não foi pura casualidade, nem acontecimento imprevisto.

3. O conhecimento é a única faculdade do homem e faz parte integrante da sua personalidade e do seu ser. É o conhecimento que confere ao homem a qualidade de vice-rei do seu Criador e o direito de exigir respeito e obediência a Deus.

4. A primeira fase da vida na terra não começou com o pecado e na rebelião contra o Criador. A «queda» do jardim do Éden e tudo o que se seguiu — os remorsos de Adão e Eva, o seu arrependimento, o perdão e a misericórdia de Deus por eles, a inimizade entre o homem e satanás — tudo isso não foi uma surpresa para o Criador, nem um acidente no curso dos acontecimentos. Tinha demasiado sentido para ser accidental; antes pelo contrário, parece que a finalidade foi disciplinar o primeiro homem, dar-lhe a verdadeira experiência da ascensão e da queda, da derrota e do triunfo moral, do desvio e da reconciliação com o Criador. Desta maneira, o homem torna-se melhor preparado para a vida e mais esclarecido para enfrentar as incertezas e os transes da existência.

5. Eva não foi a pessoa mais fraca do primeiro par humano. Ela não persuadiu Adão para comer da árvore interdita, nem foi a única responsável pela expulsão do jardim do Éden. Tanto Adão como Eva foram igual-

mente seduzidos e igualmente responsáveis; ambos se arrependeram, sentiram remorsos e beneficiaram do perdão e da misericórdia de Deus. Isso é significativo, por libertar Eva da blasfémia que a afligiu a ela e ao seu sexo em todos os tempos, e por livrá-la da acusação de ela só, ter toda ou a maior parte da responsabilidade pela desobediência. Além disso, declara-se, em termos muito claros, que a concepção da inferioridade moral da mulher não tem justificação, e o nível duplo é totalmente arbitrário. Neste caso, assim como noutras, o Alcorão afirma categoricamente que tanto o homem como a mulher são igualmente capazes de virtude e fraqueza, igualmente sensíveis e igualmente meritórios.

6. O homem é um agente livre, dotado de livre vontade. Esta é a essência da sua humanidade e a base da sua responsabilidade perante o seu Criador. Sem a sua relativa livre-vontade, a vida careceria de sentido, e o pacto de Deus com o homem seria em vão. Sem o livre-arbitrio humano, Deus aniquilaria a Sua própria finalidade e o homem seria totalmente incapaz de assumir qualquer responsabilidade.

7. A vida emana de Deus: não é eterna, nem é ela própria uma finalidade, mas sim uma fase de transição, depois da qual tudo voltará outra vez para o Criador.

8. O homem é um agente responsável. Mas a responsabilidade pelo pecado é assumida só pelo pecador. Ela não é hereditária, nem transferível, nem comunitária pela sua natureza. Cada indivíduo é responsável pelas suas próprias acções. E como o homem é susceptível de corrupção, da mesma maneira capaz de arrependimento e melhamento. Isso não quer dizer que o Islão prefira o indivíduo ao grupo. O individualismo não tem grande significado, uma vez que o homem não pode ser separado do contexto social. Porém, é preciso referir que o indiví-

duo, ao desempenhar vários papéis na sociedade deve conservar a sua integridade moral e a sua identidade, em firme respeito dos direitos de Deus e em cumprimento das suas obrigações sociais.

9. O homem é um ser digno e honrado. A sua dignidade resulta do facto de ele ser penetrado pelo espírito do seu Criador. O que é mais importante é que tal dignidade não se limita a uma determinada raça, cor ou classe de pessoa. Ela é um direito natural do homem, de qualquer homem, o ser mais honrado da terra.

10. Por último, este passo refere-se às raízes particularmente profundas da unicidade de Deus e à unidade da Humanidade. Igualmente, ele refere-se ao facto de que as virtudes supremas são a piedade e o conhecimento: quando tal conhecimento é adquirido, e aproveitado conforme os mandamentos divinos, o homem tem por garantidos um destino feliz e uma vida serena.

CAPITULO III

Mandamentos da Religião Islâmica

O presente capítulo propõe-se tratar dos mandamentos do Islão, que são: Fé; Oração (Salát); Esmola; Jejum de Ramadão (Saum); Peregrinação a Meca (Hajj).

Deus prescreveu estas práticas de maneira a servirem todos os fins espirituais e satisfaçam as necessidades humanas. Algumas destas práticas devem fazer-se diariamente; outras, uma vez por semana; outras far-se-ão mensalmente; algumas, duas vezes por ano; outras são anuais; e outras exigem-se, pelo menos uma vez na vida. Portanto, elas abrangem todos os dias da semana, todas as semanas do mês, todos os meses do ano e todos os anos da vida e, o que é mais importante, marcam a vida de cada ser com um toque divino, se ele cumpre o que Deus prescreveu.

1. A Fé

Tem sido já mencionado que a Fé sem acção e prática é um dilema sem saída, no que diz respeito ao Islão. Pela sua natureza, a Fé é muito sensível e pode ser sumamente eficiente. Na falta de prática ou uso, logo perde a vitalidade e a força de motivação. A única maneira de vitalizar a Fé e de a fazer servir o seu próprio fim é a prática. A prática é a que concede à Fé o seu alimento.

sobrevivência e eficiência. Em troca, a Fé é a que inspira ao homem a constância na sua devoção e a perseverança na sua prática. Isso é porque a correlação entre a Fé e a prática é fortíssima, e a interdependência das duas é desde já comprehensível. Uma pessoa sem fé carece de qualquer fonte verdadeira de inspiração e, portanto, não tem nenhum objectivo digno de realização ou mesmo de aspiração. A vida de tal pessoa carece de sentido, é viver o dia a dia, o que não é viver. Por outro lado, a pessoa que reconhece a Fé mas a não pratica engana-se a si própria, e de facto não tem Fé nenhuma; neste caso, ela não é mais do que uma pobre criatura vazia e errante.

A correlação entre a Fé e a prática no Islão reflecte-se vivamente em todo o edifício da religião e põe de manifesto a profunda filosofia dos seus ensinamentos. O Islão não reconhece nenhuma separação entre a alma e o corpo, o espírito e a matéria, a religião e a vida. Aceita o homem assim como Deus o criou e reconhece-lhe a natureza como sendo composta de alma e corpo. Não negligencia a natureza espiritual do homem, senão, este seria como qualquer animal. Nem menospreza as suas necessidades físicas; senão, seria um anjo, o que não é e não pode ser. Conforme o Islão, o homem fica no centro do fluxo da criação. Ele não é puramente espiritual, porque os seres puramente espirituais são os anjos e o único Ser acima dos anjos é Deus. Ele não é inteiramente material ou físico, porque os únicos seres desta classe são os animais e outras criaturas irracionais. Devido a esta sua natureza complementar, o homem tem exigências paralelas e necessidades paralelas: espirituais e materiais, morais e físicas. A religião capaz de ajudar o homem e de o aproximar de Deus é a religião que leva em conta todas estas exigências e necessidades, a religião que eleva o estado espiritual e disciplina os desejos físicos. E esta é a religião

do Islão. A opressão de um dos dois lados da natureza humana, ou a perturbação do equilíbrio, ou a inclinação para uma direcção só, seria uma contradição abusiva para com a natureza humana, assim como um irresponsável desafio à própria natureza de que Deus criou o homem.

Por reconhecer completamente a natureza humana tal como é, e por estar altamente interessado no seu bem-estar, tanto espiritual como material, o Islão não considera a religião como um assunto pessoal ou como uma entidade separada da vida quotidiana geral. Noutras palavras, a religião só tem valor se os seus ensinamentos marcarem efectivamente a vida pessoal e pública de cada ser. Por outro lado, a vida carece de sentido se não for organizada e guiada pela Lei Divina. Isso explica a razão porque o Islão estende o seu sentido de organização a todos os campos da vida: comportamento individual e social, trabalho e indústria, economia e política, relações nacionais e internacionais, etc. Também demonstra a razão porque o Islão não reconhece o «secularismo» ou a separação da religião das acções diárias do homem. A interacção entre a verdadeira religião e a vida cheia de sentido é vital. Por isso, o Islão penetra em todas as esferas da vida para guiar todas as actividades humanas de maneira sã e integral, aceitável por Deus e bondosa para com o homem.

Em resultado desta correspondência necessária entre a verdadeira religião e a vida quotidiana, o Islão não segue a doutrina dos «seis dias para mim ou para o mundo e um dia para o Senhor». Tal doutrina parece-nos que enfraquece a vitalidade da religião. Além disso, manifesta uma grave injustiça feita a Deus pelo homem e acarreta a alma deste por sérios prejuízos. É uma grave negligéncia das necessidades espirituais e morais que são tão importantes como os desejos materiais, se não ainda mais

...portantes do que estes. É uma perigosa deformação da natureza do homem, e tal desequilíbrio é sinal de degeneração. De modo semelhante, se o homem estabelecer seis dias para a devocão ou meditação exclusiva e um dia para si próprio, ele não será nada melhor. O equilíbrio não deixaria de estar perturbado. Portanto, a solução natural e lógica é a oferecida pelo Islão. Por ter uma natureza complementar e por ficar no centro da corrente da criação, o homem correrá graves perigos se negligenciar quer a sua alma, quer o seu corpo, ou se permitir a um dos dois dominar o outro. Alimentar os dois, sustentar os dois de maneira sã e equilibrada, eis a mais difícil prova do sentido humano da justiça e da integridade assim como da força da vontade e da probidade. E, para ajudar o homem a passar esta prova, o Islão tem-lhe acudido com o auxílio das práticas regulares da fé.

2. As Orações (Salát)

Finalidade da oração

A oração constitui um dos pilares do Islão e é considerada como a base fundamental da Religião.

Um dos instintos do homem é a inclinação para a adoração dos grandes seres, e a aspiração aos fins mais nobres. O Ser supremo e o fim mais alto de todos é Deus. A melhor maneira de cultivar no homem uma personalidade sã e de lhe actualizar as aspirações num processo maduro desenvolvido é a oração. Negligenciar a oração significa oprimir as boas qualidades da natureza humana e negar-lhe sem razão nenhuma o direito de adorar e amar, o direito de aspirar e ascender, o direito de exceder-se na bondade e de atingir alvos nobres. Tal opressão e negação constitui uma injúria sumamente grave e des-

trutiva. E nisso que residem o significado e a vitalidade da prece na vida do homem.

Deve ter-se sempre presente o facto de Deus não precisar da oração do homem, porque Ele é livre de qualquer necessidade. Ele só está interessado na nossa prosperidade e nosso bem-estar em todos os sentidos. Ao sublinhar a necessidade de orarmos e ao encarregar-nos de qualquer dever, Ele tenciona ajudar-nos; porque o que fizermos de bom será em nosso próprio benefício, e todo o mal que cometemos será contra as nossas próprias almas. Aqui, mais uma vez, o centro de gravidade é o homem, e o interesse comum dele é a maior preocupação. O proveito que o homem pode tirar da oração islâmica é infinito, e a benção da prece excede a imaginação. Esta não é uma mera «teoria» ou presunção convencional; é um facto fascinante e uma experiência espiritual. Eis aqui as razões da eficiência da oração islâmica:

1. Reforça a fé na existência e na bondade de Deus, transmitindo a mesma fé aos recantos mais íntimos do coração humano.
2. Aviva a fé, tornando-a construtiva na vida prática.
3. Ajuda o homem na compreensão das suas aspirações naturais e instintivas à grandeza e alta moralidade, à excelência e a uma vida virtuosa.
4. Purifica o coração, desenvolve o cérebro, cultiva a consciência e conforta a alma.
5. Estimula os elementos positivos e honrados que o homem tem, eliminando as tendências más e desonestas.

Ao analisarmos a oração islâmica e ao estudarmos a natureza única desta, tornar-se-á óbvio o facto de ela não ser apenas uma prática física ou uma recitação formal do Livro sagrado. É simultaneamente uma fórmula ímpar de meditação intelectual e devoção espiritual, de ele-

vação moral e exercício físico. É uma experiência exclusivamente islâmica, em que cada músculo do corpo se une à alma e ao cérebro na adoração e glória de Deus. É bem difícil exprimir em palavras o significado completo da oração islâmica; no entanto pode dizer-se que é:

1. Uma lição de disciplina e força da vontade;
2. Uma prática de devoção a Deus e a todos os objetivos dignos;
3. Uma vigilante recordação de Deus e uma constante revelação da Sua Bondade;
4. Uma semente de cultura espiritual e sanidade moral;
5. Um guia para uma vida mais íntegra;
6. Uma salvaguarda contra a desonestade e o mal, contra as tendências perversas e o mau caminho;
7. Uma demonstração de verdadeira igualdade, estrita unidade e fraternidade;
8. Uma expressão de gratidão a Deus e de apreciação d'Ele;
9. Uma procura da paz interior e da estabilidade;
10. Uma fonte abundante de paciência e coragem, de esperança e confiança.

Eis o que é a oração islâmica e o que ela faz pelo homem. A melhor prova em abono desta afirmação é experimentar a oração e desfrutar seus benefícios espirituais. Só então se poderá compreender o que ela significa na verdade.

Condições da Oração

A prática da oração é obrigatória para qualquer muçulmano, de sexo feminino ou masculino, desde que seja:

1. Adulto, sã e responsável (as crianças devem

começar a praticar a partir dos sete anos e os pais devem insistir quando as crianças fizerem dez anos);

2. Isento de qualquer doença grave e, no caso das mulheres, fora do período menstrual ou do parto. O período máximo de ambos é respectivamente de dez e quarenta dias. Nesta situação as mulheres estão totalmente isentas da prática da oração.

A oração não é válida se não forem satisfeitas as seguintes condições:

1. Execução da abluição (wudú), que será explicada mais adiante;

2. Limpeza de todo o corpo, da roupa que o cobre e do chão em que se reza, eliminando qualquer sujidade ou impureza;

Escolha do vestuário conveniente para satisfazer as regras morais que visam cobrir as partes íntimas. Quanto ao homem, o corpo deve ser coberto pelo menos do umbigo aos joelhos. No caso da mulher, deve cobrir-se todo o corpo, à excepção da cara, das mãos e dos pés. Tanto o homem como a mulher devem evitar a roupa transparente, enquanto orarem;

4. Declaração da intenção da oração (niyya) com o coração e a boca, cada vez que for possível;

5. Posição correcta, em direcção a Caba, em Meca (quibla) (""). Há várias maneiras de estabelecer a direc-

(**) N. E. — Quibla é a orientação comum para onde os fiéis muçulmanos se voltam para fazer as suas orações. Cabe salientar que somente no 2º ano da Hégira (624 d. C.) — precisamente na noite de 14 de Xaban «Lailat'ul-Barrat», quando se deu uma dissidência entre o Profeta Muhammad e as tribos judaicas de Medina, foi adoptada pelos muçulmanos e mantém-se até aos nossos dias, a orientação de Caba, em Meca (como «Quibla»), substituindo-se a de Jerusalém, pois até essa data os muçulmanos oravam, tal como os judeus, voltados para Jerusalém.

ção correcta. Se a pessoa não dispuser de nenhum meio para a localizar, terá que seguir o seu melhor julgo.

Classificação das orações

Eis aqui a classificação das várias orações:

1. Obrigatórias (*fard*), que incluem as cinco orações diárias, a consagração ao meio-dia de sexta-feira (*Salát'ul-Jumma*) e a oração fúnebre (*Salát'ul-Janaiza*).
2. Super-rogatórias (*wágib e sunna*), que incluem as orações que acompanham os serviços obrigatórios e as congregações das suas grandes festas (*Ide*).
3. Facultativas, que incluem todas as orações voluntárias em qualquer altura do dia ou da noite. Dois períodos têm especial preferência: a segunda parte da noite até ao despontar da alvorada, e o meio da manhã.

Periodos de oração

Cada muçulmano, homem ou mulher, deve oferecer pelo menos cinco orações diárias, nas horas estabelecidas, se não houver nenhuma razão legítima para isenção, combinação ou adiamento temporário. Estas são:

1. A Oração da Alvorada (*Salát'ul-Fajar*), que pode ser oferecida em qualquer momento depois de despontar a alvorada e antes de o sol nascer.
2. A Oração do Meio-Dia (*Salát'uz-Zohr*) (""), pode oferecer-se em qualquer momento depois de o sol começar a declinar do seu Zénite até chegar aproximadamente

(**) Os muçulmanos das zonas que adiantam uma hora no verão parecem ter dificuldades e confusões quanto à altura exata da Oração da Consagração da sexta-feira (Jumma). O problema tem fácil solução, estabelecendo-se a altura da oração entre as 1.15 e as 2.30 p. m. o ano todo. Desta maneira, não haverá necessidade de alterar a hora de Inverno para o Verão.

à metade do caminho para onde vai pôr-se. Por exemplo, se o sol se põe às 7:00 p. m., a oração começa um pouco depois das 12:00 e continua um pouco depois das 3:30 p. m. Logo depois, começa o período da oração seguinte: No entanto, existem calendários exactos indicando a altura de cada oração. Mas na falta de tal calendário, a pessoa tem que confiar no seu melhor juízo ("").

3. *A Oração do Meio da Tarde (Salát'ul-Axar)*, faz-se entre o meio da tarde verdadeira (zawal) e antes do pôr do sol (ocaso do sol). Por outras palavras: é realizada no momento em que a sombra dum objecto ao sol tem o mesmo comprimento desse objecto até ao pôr do sol.

4. *A Oração do Pôr do Sol (Salát'ul-Magreb)*, principia logo depois do pôr do sol (ocaso do sol) e dura até o brilho vermelho do horizonte do oeste desaparecer. Normalmente, abrange o espaço de uma hora e vinte ou trinta minutos.

5. *A Oração da Noite (Salát'ul-Izáá)*, que começa depois de o brilho vermelho do horizonte ocidental desaparecer (à volta de uma hora e trinta minutos depois do pôr do sol) e continua até um pouco antes da alvorada.

Cabe mencionar que o Islão estabeleceu as horas das orações de maneira que a recreação espiritual coincida notavelmente com a nutrição física de cada pessoa, combinando a paz do espírito com a descontração do corpo. A «Oração da Alvorada» faz-se na altura normal do pequeno almoço; a Oração do Meio-dia coincide com a

(¹¹) N. E. — Entre nós, existe já o «Imsakia Perpétuo para Portugal», organizado amavelmente pela Embaixada do Egito, em Lisboa, e oferecido à Comunidade Islâmica, em Julho de 1977. O mesmo se pode dizer em relação ao Calendário Islâmico e Gregoriano (para o ano de 1397/1977), editado pela primeira vez em língua portuguesa, e organizado pelo Dr. Suleiman Vally Mamede, em cooperação com o General Saad Mohamed El Shazly e com base nos dados fornecidos pelo Observatório Astronómico de Lisboa.

altura do almoço; a «Oração do Meio da Tarde» corresponde mais ou menos ao intervalo para tomar chá ou café; a «Oração do pôr do sol» vem na altura do jantar; e a «Oração da Noite» corresponde à ceia. Cabe mencionar também que o muçulmano, respeitando estas orações, imprime uma marca espiritual ao dia inteiro — no início, no fim e em todo o seu curso. Portanto, combina a religião e a vida, sente no seu «eu» a presença de Deus a todo o momento, conclui as suas actividades diárias com um sentimento espiritual e ergue o seu perstígio moral sobre sólidos alicerces. Além disso, o muçulmano introduz deste modo a vitalidade espiritual em todos os aspectos da sua vida, e a religião aparece em todos os campos de actividade. Torna-se eficiente em lojas e escritórios, lares e quintas, escolas e fábricas. Estende a sua luz a todos os círculos de negócio e trabalho. Com efeito, este horário das orações é notável por ser obra de Deus e produto do Islão.

É sempre preferível fazer as orações nas horas prescritas, para que não aconteça alguma coisa de imprevisto capaz de as adiar. Estas orações são estímulos divinos. A felicidade que se atinge, a paz que se sente, e a honra que se recebe não podem expressar-se em palavras.

As Orações do Meio-Dia (*Zohr*) e do Meio da Tarde (*Axar*) podem ser feitas juntas, se a pessoa estiver doente ou de viagem. Concede-se a mesma permissão quanto às Orações do Pôr do Sol (*Magreb*) e da Noite (*Ixá*) (*).

(*) No primeiro caso, o juntar das orações é do tipo antecipado. A Oração do Meio da Tarde faz-se de facto antes do tempo estabelecido e segue logo depois da Oração do Meio-Dia. No segundo caso, a combinação é do tipo atrasado: a Oração do Pôr do Sol faz-se de facto depois do tempo estabelecido, mas imediatamente antes da Oração da Noite. Tal combinação de orações pode aliviar as apreensões dos muçulmanos que não podem, por razões legítimas (por exemplo: viagens, trabalho por turnos, etc.), respeitar as horas de cada oração.

Ablução Parcial (Wudú)

Antes de fazer a oração, a pessoa deve estar em boa forma e condições de pureza. É necessário lavar as partes do corpo geralmente mais expostas à sujidade, poeira ou lama. Esta operação chama-se ablução (wudú) e realiza-se da seguinte maneira:

1. Declarar que a intenção do acto é a adoração e a pureza;
2. Lavar as mãos até ao pulso, três vezes, cruzando os dedos no decurso da lavagem;
3. Lavar a boca com água, três vezes, preferivelmente com uma escova sempre que for possível;
4. Limpar as narinas aspirando água pelo nariz, três vezes;
5. Lavar todo o rosto três vezes com ambas as mãos, se possível, desde a parte superior da testa até à ponta do queixo e de uma orelha à outra;
6. Lavar o braço direito três vezes até à extremidade do cotovelo, repetindo o mesmo em relação ao braço esquerdo;
7. Passar a mão húmida, uma vez, sobre toda a cabeça ou qualquer parte dela;
8. Limpar a parte interior das orelhas com o dedo indicador e a parte exterior delas com os polegares. Isso deve-se fazer com os dedos húmidos;
9. Passar as mãos húmidas em torno do pescoço.
10. Lavar ambos os pés até aos tornozelos, três vezes, começando pelo pé direito.

Neste momento a ablução está completa, e a pessoa que a tiver acabado está pronta a iniciar a oração. Quando a ablução é válida, a pessoa pode mantê-la o tempo que conseguir, e pode usá-la para quantas orações quiser. Mas é preferível renová-la o mais frequentemente possí-

.c. Também é preferível fazê-la na ordem mencionada, embora seja aceite daqueles que não respeitam a dita ordem. A abluição feita da maneira indicada é suficiente para a oração, se não for anulada por razão nenhuma.

Anulação da abluição

A abluição é anulada por qualquer das seguintes razões:

1. Excreção natural, por exemplo urina, defecção, gás, etc.;
2. O deitar sangue ou pus ou coisa semelhante por qualquer parte do corpo;
3. Vómito;
4. Adormecimento;
5. Perda da razão por causa de drogas ou qualquer substância tóxica.

Se acontecer alguma das coisas mencionadas, a abluição terá que ser renovada para a oração. Também, depois das evacuações naturais, é preciso utilizar água, porque os tecidos higiénicos não são sempre suficientes para os fins da pureza e da adoração.

Abluição especial (Tayammum)

O «Tayammum» ou utilização da terra pura pode substituir a abluição e mesmo o banho. Isto é permitido em qualquer dos seguintes casos:

1. Quando a pessoa está doente e não pode utilizar a água;
2. Quando não tem ao seu alcance água em quantidade suficiente;
3. Quando a utilização da água é capaz de lhe fazer dano ou causar alguma doença;

4. Quando a execução da ablução faz com que a pessoa perca uma oração fúnebre ou uma oração de «Ide». impossível de serem substituídas.

Em qualquer destes casos, é permitido fazer «Tayammum» que se executa da seguinte maneira:

1. Tocar levemente, com ambas as mãos, terra limpa, areia ou pedra;

2. Sacudir as mãos e limpar a cara com elas uma vez, tal como na ablução;

3. Tocar, outra vez, com as mãos na terra, areia ou pedra, e limpar o braço direito até ao cotovelo com a mão esquerda e o braço esquerdo com a mão direita.

Este «Tayammum» é uma demonstração simbólica da importância da ablução, que é vital tanto para a adoração como para a saúde.

O Islão introduz por esta prática uma ablução simbólica, através da qual se valoriza a vida higiénica dos crentes.

Facilidades concedidas na ablução

O Islão concede certas facilidades em relação à ablução. Se a pessoa usar meias compridas ou curtas e as tiver calçado depois de fazer a ablução, não é necessário tirá-las ao renovar a ablução. Em vez de as tirar pode passar a mão húmida sobre elas. No entanto, terá que tirá-las e lavar os pés pelo menos uma vez em vinte e quatro horas. Pode recorrer à mesma prática se usar botas e estas e as solas estiverem limpas. Também se a pessoa tiver uma ferida em qualquer das partes que deve lavar na ablução, e se a lavagem daquela parte precisamente for capaz de fazer dano, é permitido limpar a superfície do penso da ferida com a mão húmida.

Ablução completa (Güçül — Banho)

O corpo inteiro, incluindo as narinas, a boca e a cabeça, deve ser lavado num banho completo antes de fazer a oração, num dos seguintes casos:

1. Depois de um contacto íntimo;
2. Depois de um sonho que tenha quebrado a pureza do corpo;
3. No fim do período menstrual, no caso das mulheres;
4. Após o parto, período que deve durar quarenta dias o máximo. Se acabar antes, a mulher tem que fazer abluição completa.

É preciso sublinhar que no inicio do banho ou da abluição se deve expressar claramente a intenção da pureza e da adoração. Ao fazer uma abluição parcial ou total, a pessoa deve também combinar esta operação com certas palavras a glorificar Deus. Estas palavras obedecem a uma determinada fórmula, no entanto, a pessoa pode pronunciar as palavras que melhor achar, se não souber a enunciação exacta. Isso é suficiente se for dito para louvar Deus e feito com sinceridade.

Chamada para a Oração (Adan)

Uma vez feita a abluição atrás referida, o crente está apto a orar. Ao chegar a hora da oração, é uma boa prática, segundo as Tradições do Profeta Muhammad, fazer a Chamada para a Oração (Adan). A pessoa põe-se de pé, voltada para «quibla», levantando ambas as mãos e colocando-as nos seus ouvidos, deve pronunciar, em voz alta, o seguinte:

- 1) Alláho Acbar (Deus é Grande) repetido quatro vezes:

2) Ashhadu al'la Iláha il'Allah (Testemunho de que nada merece ser venerado excepto Deus) — repetido duas vezes;

3) Ashhadu anna Muhammadan Raçul'Allah (Atesto que Muhammad é Mensageiro de Deus) — repetido duas vezes;

4) Haiyé alas-sualáte (Vinde à Oração) — repetido duas vezes, virando a cara para a direita;

5) Haiyé alal-faláte (Vinde ao sucesso) — repetido duas vezes, virando a cara à esquerda;

6) Alláho Acbar (Deus é Grande) — repetido duas vezes;

7) La Iláha il' Allah (Não há outra divindade senão Deus) — dito uma só vez.

Quanto à chamada para a oração da alvorada, é preciso acrescentar uma frase logo a seguir à alínea 5). A frase exigida é a seguinte:

«As'sualátu khairun min an-nawm» (A oração é melhor do que o sono) — repetida duas vezes. Depois continua-se com as frases contidas nas alíneas 6) e 7). Esta excepção introduz-se apenas de manhã para provocar um despertar na consciência porventura ainda adormecida do crente.

Iniciação da oração (Iqámat)

Uma vez dita esta chamada, os crentes preparam-se para a oração e iniciam-na com uma anunciação «Iqámat», que têm as mesmas frases do «Adan», com duas diferenças:

(a) A «Iqámat» diz-se mais depressa e em voz baixa;

(b) logo depois da alínea 5), diz-se a seguinte frase duas vezes:

«Cad qámatus-sualáte» (A oração está pronta). Depois dizem-se as frases contidas nas alíneas 6) e 7) da «Adan», como de costume.

Execução da Oração — Sua classificação

Depois de o crente ter feito a abluição e ter dito o *Adan* e *Iqámat*, inicia a oração da seguinte maneira:

A) *Oração da Alvorada (Salát'ul-Fajar)*

Nesta oração oferecem-se primeiro dois ciclos (racá) como super-rogatórios (sunna). Estes são seguidos de dois outros ciclos obrigatórios (fard). Tanto os primeiros como os segundos fazem-se da mesma maneira, variando apenas na declaração da intenção. Eis aqui a descrição do procedimento:

— 1. A pessoa está de pé, em posição de reverência e humildade, em direcção à Quibla, levantando as mãos até à altura das orelhas, começa por um hino (fórmula de intenção), isto é a «niya», nos seguintes termos:

a) *Niyate de «Sunnatil-Fajar»*: «Nawaitú an ussualli Lilláhe tâ-ála racátaine sualátul-fajar sunnáte Raçul'Illáhe tâ-ála mutawájihane ilá jáhate Câ-abaté xarífaté Alláho Acbar».

b) *Niyate de «Fardal-Fajar»*: «Nawaitú un ussualli Lilláhe tâ-ála racátaine sualátul-fajar fárdal'Láho tâ-ála fárda házal waet'ictadeito biházal-Imámo mutawájihane ilá jáhate Câ-abaté xarífaté Alláho Acbar».

Isso significa: «Tenciono fazer a oração super-rogatória (ou obrigatória, segundo o caso) da alvorada; Deus está acima de tudo». Depois cruza os braços, colocando

a mão direita sobre a mão esquerda, um pouco mais abaixo do umbigo (Posição Waquf) ("").



Posição de «Waquf»

— 2. Logo a seguir, a pessoa diz em voz baixa o seguinte: «Subhánacal Lahumma wa bihamdica watabára caçmucá wataála jádduca wa Lailáha gairucá. Aúdu bil'láhe minax'xaitanir'rajim. Bismillah Irrahman Irrahim».

O que significa: «Louvado sejas, ó Deus, e glorificado; seja bendito o Teu nome; sublime é a Tua majestade, e não há outro Deus senão Tu. Busco amparo em

(¹⁹) Esta posição das mãos é conforme uma das Escolas Teológicas (Madhab). Outras escolas preferem posições diferentes. No entanto, são diferenças insignificantes e não afectam a validéz da oração. De facto, todas as diferenças deste género são consideradas antes conveniências e facilidades do que proibições ou restrições.

Deus contra todos os males. Em nome de Deus, Beneficente e Misericordioso» (").

— 3. Em seguida, recita-se em voz baixa mas audível o 1.º capítulo do Alcorão (Sura Al-Fátiha), seguido de qualquer passagem do Livro Sagrado.

— 4. Logo, a pessoa diz: Alláho Acbar (Deus é Grande), inclinando a cabeça em ângulo recto, pondo as palmas das mãos nos joelhos e dizendo em voz baixa: «Subhana Rabbil Azim» (Glória a Deus Omnipotente) — repete-se três vezes. Esta posição chama-se «Rukú». A seguir, o crente fica outra vez de pé, dizendo as seguintes palavras: «Sami Alláho liman hamidáh; Râbbana lâkal-hâmdo» (Deus que me escutas, louvado sejas). Ao pronunciar estas palavras, deve ficar com as mãos junto dos quadris.



Posição de «Rukú»

— 5. O crente diz logo a seguir: «Alláho Acbar», prostrando-se de maneira a tocar no chão com o dedo polegar de ambos os pés, os dois joelhos, as duas mãos, a frente e o nariz. Os joelhos tocam no chão antes das

(") Esta parte é recomendada. Não é absolutamente essencial para a oração estar completa.

mãos. Esta é a posição chamada «sujud», que é acompanhada das seguintes palavras: — «Subhána Rab-bil-ála» (Glória a Deus Omnipotente) — repetidas três vezes.



Posição de «Sujud»

— 6. Depois de pronunciadas as palavras «Alláho Achar», segue o «julúç» — um breve descanso em posição sentada: a parte lateral do pé esquerdo e os dedos do pé direito erectos tocam no chão, colocando as mãos sobre os joelhos e coxas.



Posição de «Juluç»

Em seguida, repete-se a prostração (sujud) da mesma maneira e com as mesmas palavras da primeira vez. Isso completa um ciclo (racá) da oração.

— 7. Uma vez terminado o primeiro ciclo, o crente levanta-se, dizendo «Alláho Acbar», e põe-se de pé para iniciar o segundo ciclo; tal como no primeiro ciclo, recita o Capítulo Introdutivo (Fátiha), acompanhado de uma passagem alcorânica.

— 8. Depois de acabar a segunda inclinação e as duas prostrações, tal como da primeira vez, volta à posição sentada igual ao «julúç» e recita o «Tasahhud» com as duas partes. No último decurso da recitação de «Tasahhud», o crente levanta o indicador direito para dizer: «Atesto que não há outra divindade senão Deus».

— 9. Por último, vira todo o rosto para a direita, proferindo as seguintes palavras: «As-salámu alaykum wa rahmatul'láh» (A paz e a misericórdia de Deus estejam convosco). Depois vira todo o rosto para a esquerda proferindo os mesmos votos.

Fica explicado como se faz qualquer oração com dois ciclos (racás), quer seja obrigatória, quer super-roga-tória. Uma vez compreendido o modo de fazer correctamente esta oração, achar-se-á que todas as outras orações são muito fáceis. É preciso sublinhar que na oração islâmica todos os movimentos e todas as palavras têm significados próprios com sentidos extremamente profundos.

B) *Oração do Meio-Dia (Salat'uz-Zohr)*

Esta oração contém quatro ciclos «sunna», seguidos por quatro ciclos «fard», mais dois outros «sunna». O «fard» desta oração faz-se da seguinte maneira:

a) Os dois primeiros ciclos (racás) fazem-se tal como na oração da alvorada. Recitam-se em voz baixa a «Fátiha» e uma passagem do Alcorão. As posições da inclinação e da prostração respeitam-se da mesma maneira.

b) Ao recitar o «Tasahhud» depois do segundo ciclo, o crente faz uma passagem no fim da primeira parte do mesmo, para tornar a ficar de pé.

c) Depois recita a «Fátiha» só no terceiro ciclo sem acrescentar nenhuma passagem do Alcorão.

d) Ao terminar o terceiro ciclo, levanta-se de pé para o quarto e recita só a «Fátiha», tal como no terceiro ciclo.

e) Depois de inclinar-se e prosternar-se, senta-se na posição «julúç» e recita integralmente o «Tasahhud» com as suas duas partes.

f) Em seguida, profere os votos de paz à direita e à esquerda.

g) Os dois ciclos «sunna» fazem-se como a oração da alvorada, em voz baixa.

C) Oração do Meio da Tarde (*Salát’ul-Azár*)

Esta oração contém quatro ciclos «sunna» seguidos de quatro outros que são «fard». Estes fazem-se tal como a oração do Meio-dia e em voz baixa.

D) Oração do Pôr-do-Sol (*Salát’ul-Magreh*)

Contém três ciclos «fard» seguidos de dois «sunna». Os dois primeiros ciclos podem fazer-se em voz baixa, mas audível; o terceiro ciclo diz-se em voz baixa. Esta oração faz-se da mesma maneira que a do Meio-dia ou do Meio da Tarde, excepto o quarto ciclo que é excluído e a posição sentada final, que segue depois da recitação da «Fátiha»; a inclinação e prostração vêm depois do terceiro ciclo, que acaba com os votos de paz. Os dois ciclos «sunna» fazem-se tal como na «Oração da Alvorada».

E) Oração da Noite (Salat'ul-Izâ)

Contém quatro ciclos «fard», dois «sunna» e três «witre»^(*) (superior à «sunna» e inferior ao «fard»). As duas primeiras «racás» das quatro «fard» podem recitar-se em voz baixa ou audível. No resto, esta Oração faz-se tal como a do Meio-Dia ou do meio da tarde. As duas «racás» «sunna» recitam-se exactamente como na «Oração da Alvorada».

Quanto aos ciclos de «witre», que são três, recitam-se tal como a «Oração do Pôr do Sol», com duas diferenças:

a) No terceiro ciclo, a «Fátihâ» é seguida de uma passagem do Alcorão;

b) Ao pôr-se de pé, depois da inclinação e antes da prostração, o crente profere as seguintes palavras: «Allahumma, inná naqtainuca, wânaq'tâdica, wânaq'tagfiruca, wânatûbu ilaicâ, wanu'minú bicâ, wânata-wâccalo âlaica, wanuqni âlaical-khairâ kullah. Nâxruque, wâlâ nâcfuruque, wânakhlau wânatrukû man'yafjuruque. Allahumma iyyâca nâ'abudo, wâlacá nuçalli wâ'naçjud, wâilaicâ nâç'a waz'nahfid. Nârju rahmataque, wâ'nakhchâ âdhabaque; inná adhâbaca bil-kuffâri mul'haque wa'çâlî' Lahumma âlâ sayyidna Muhammad wâ'alâ âlaîhi wâ'sahbehi wâ'sallim».

Esta prece chama-se «Kunut», cuja tradução é a seguinte: «Ó Deus! Suplicamos o Teu auxílio e a Tua protecção; cremos e confiamos em Ti; não somos ingratos para Contigo e lamentamos aqueles que Te desobedecem. Ó Deus! De Ti, a Quem servimos, oramos e obedecemos, esperamos a misericórdia e a bênção».

(*) Existem insignificantes diferenças de interpretação entre as quatro Escolas teológicas. Algumas não exigem nenhum «witre»; outras exigem-no na Oração da Alvorada com ligeiras variações. De qualquer modo, é considerado aceitável a sua inclusão por todas as Escolas.

Todas as orações «sunna» (super-rogatórias) devem ser feitas individualmente e não em congregação, à exceção das orações de «Ide», e do «witre» no mês do Ramadão.

As orações «sunna» não se exigem de quem tiver omitido algumas orações «fard». Em troca, dever-se-á recuperar as orações omitidas e oferecer os serviços obrigatórios. Tão pouco se exigem as orações «sunna» se tiver expirado o prazo estabelecido para as orações respectivas «fard». Portanto, se uma pessoa omitir uma oração qualquer e quiser recuperar, tem que orar somente o «fard».

Se o crente não souber recitar todas as orações na sua versão árabe, poderá recorrer a qualquer língua que souber, se esta puder expressar o mesmo sentido do árabe.

A Oração «fard» é bem preferível, se for feita em congregação (jamat) dirigida por um «Imamo»⁽²²⁾. É preferível e aconselhável que a congregação se reúna na mesquita, e só na sua falta ou por qualquer outra deficiência noutras lugares.

Oração em Congregação (Jamat)

1. A congregação é dirigida por um Imamo contratado para o efeito ou eleito entre os crentes presentes. A escolha deve fazer-se de acordo com os méritos quanto aos conhecimentos religiosos e à piedade.

2. O Imamo da congregação coloca-se em frente dos

⁽²²⁾ N. B. — A palavra «Imamo» quer dizer apenas o «chefe do culto». Note-se que no Islão não existe hierarquia religiosa, com base na seguinte afirmação do Profeta Muhammad: «Cada um é seu próprio sacerdote e confessor, quando se ajoelha a orar e recebe no coração a lux de Deus».

crentes, ficando de pé enquanto estes o seguem em fileiras rectas; todos se dirigem em direcção a «Quibla». Uma congregação pode compor-se mesmo de duas pessoas: o Imamo e um orador.

3. Depois de declarar a intenção da oração, o Imamo recita a Fátihha e a passagem complementar do Alcorão em voz audível na Oração da Alvorada e nas duas primeiras unidades das Orações do Pôr do Sol. Quando o Imamo recita o Alcorão em voz alta, os crentes escutam-no em meditação e humildade. Estes não recitam nem a «Fátihha» nem outra passagem depois do Imamo.

4. Quando o Imamo acaba a «Fátihha», os presentes dizem «Amin». A seguir, o Imamo levanta-se da posição inclinada e diz: «Sami Alláho liman hamidáh» (Deus que me escutas), e os presentes respondem com as seguintes palavras: «Râbbana, lâkal-hâmdo» (O Nosso Senhor, louvado sejas).

5. Os presentes devem imitar os movimentos do Imamo, sem anteciparem gesto nenhum. Se algum dos presentes se antecipar ao Imamo em qualquer movimento, a oração daquela pessoa será anulada.

6. A oração em congregação só é válida, se o Imamo declarar a sua intenção de agir no serviço religioso, na sua qualidade de Imamo. Por seu turno, os presentes devem declarar a sua intenção de seguirem aquele Imamo na mesma oração que ele está a fazer.

7. Se a pessoa chegar depois do início da oração e participar na congregação, terá que seguir o Imamo, mesmo que tenha perdido um ciclo ou mais. Quando o Imamo acabar o serviço proferindo os votos de paz finais, o retardatário não participa nela, mas terá que se levantar para compensar os ciclos (racás) iniciais que perdeu. Se a pessoa se reunir à congregação em posição inclinada, antes de se levantar, considera-se que ela partici-

pou desde o inicio daquela determinada unidade. Mas se se reunir à congregação em qualquer posição após a inclinação, terá perdido a respectiva unidade e terá que a recuperar individualmente logo depois de o Imamo acabar a oração.

8. O muçulmano não deve perder nenhuma ocasião de orar em congregação, cada vez que tal ocasião se apresentar. A oração em congregação é uma brilhante demonstração da unidade de objectivo e acção, da piedade e humildade colectivas perante Deus, de solidariedade efectiva entre muçulmanos, de disciplina e compreensão reciproca.

A congregação islâmica é uma resposta positiva aos problemas mais urgentes da humanidade, causados pela discriminação racial, os conflitos sociais e os preconceitos humanos. No ofício islâmico, em congregação, não há reis e súbditos, nem pobres e ricos, nem brancos e negros; não há primeira ou segunda classe, nem bancos dianteiros ou traseiros, nem assentos reservados ou públicos. Todos os crentes ficam de pé e agem lado a lado, da maneira mais disciplinada e exemplar, longe de qualquer consideração mundana.

F) *Oração de Sexta-Feira (Salát'ul-Juma)*

A convenção semanal da congregação de sexta-feira trata-se de uma oração obrigatória (Alcorão Cap. XXVIII-9/11) para qualquer muçulmano, o qual sem um motivo razoável, não deverá eximir-se dela. Este serviço realiza-se na sexta-feira de cada semana e tem importância especial, porque:

1. É a ocasião designada pelo Senhor (^(*)) para os muçulmanos expressarem a sua devoção colectiva.

2. É a altura de todos reconsiderarem o seu próprio estado espiritual referente à semana já finda e de se prepararem para a semana seguinte, tal como se faz em relação a outras actividades.

3. É uma convenção para os muçulmanos se conformarem e reforçarem as suas relações religiosas e sociais, assentando-as em alicerces morais e espirituais.

4. Põe em relevo o modo como os muçulmanos dão preferência à chamada de Deus acima de qualquer outra preocupação.

A oração de sexta-feira tem as seguintes características:

1. A sua hora coincide com a da Oração do Meio-Dia (Salátu-z-Zohr), substituindo-a.

2. Deve ser feita em congregação dirigida por um Imamo. Ninguém pode fazê-la individualmente.

3. Se a pessoa a perder, em troca deverá oferecer a oração do meio-dia, que é a oração inicial normalmente substituída por este serviço.

4. Qualquer trabalho normal é permitido à sexta-feira, tal como nos outros dias da semana (dias úteis). Para os muçulmanos não existe o «Sabat». Podem continuar com as suas actividades e obrigações, com a condição de chegarem a tempo ao serviço da congregação. Uma vez terminada a oração, podem retomar as suas obrigações.

5. Esta oração de sexta-feira deve com preferência ser feita numa mesquita, se houver alguma ao alcance.

(*) N. E. — Foi precisamente numa sexta-feira que o Profeta Muhamad no ano de 609 d. C., recebeu na cava de Hirâ, perto de Meca, a primeira revelação do Alcorão.

Senão, pode ser feita em qualquer lugar de reunião, residências, quintais ou parques.

6. Ao chegar a hora da oração, faz-se a chamada «Adan». A seguir, oferecem-se individualmente quatro unidades «sunna» da oração, em voz baixa, tal como na oração do meio-dia. Quando esta parte acabar, o Imamo levanta-se e coloca-se na primeira fila voltado para os fiéis, para pronunciar o sermão (khutba) que é uma das partes essenciais do serviço. Enquanto o Imamo falar, ninguém poderá conversar ou orar; cada um dos presentes terá que manter-se e escutar o sermão em silêncio até ao fim.

7. O sermão (khutba) contém duas partes, começando cada uma por palavras de louvor a Deus e preces de bênção para o Profeta Muhammad. Na primeira parte deve-se recitar e explicar alguma passagem do Alcorão, para fins de exortação e admoestação. No fim da primeira parte, o Imamo faz uma breve pausa de descanso, sentado, e em seguida levanta-se para pronunciar a segunda parte do seu sermão. Cada uma ou ambas as partes do sermão podem tratar de problemas gerais dos muçulmanos; na segunda parte em especial, o Imamo faz preces para a paz e o bem-estar comum de todos os muçulmanos.

8. A seguir, vem a «Iqámat» e fazem-se os dois ciclos (racás) obrigatórios, sob a direcção do Imamo, que recita a «Fátiha» e a outra passagem alcorânica em voz audível. Com isso, a oração está completa. Seguem duas outras unidades «sunna», oferecidas individualmente e em voz baixa.

As quatro primeiras e as duas últimas unidades sunna podem fazer-se em casa de cada um. Também podem ser substituídas por algumas orações obrigatórias que o crente tenha perdido anteriormente e cuja recuperação é recomendável.

Cada participante na congregação semanal ou nas ora-

ções das festas de Ide terá que fazer o melhor que puder para estar limpo e bem arranjado. Embora não haja nenhuma razão obrigatória para fazer ablucão total, é muito recomendável tomar banho para se sentir mais fresco e saudável.

G) Oração dos dias festivos (Ide)

«Ide» significa felicidade ou festa repetida. A Oração de «Ide» é importantíssima para todos os muçulmanos, por ter os méritos das orações diárias, como foi acima explicado, por ter os efeitos da convenção semanal (Jumma) e as características das reuniões anuais entre muçulmanos. Existem duas comemorações de «Ide». A primeira chama-se «Id'ui-Fitra» ou «Id'ul-Seguir» (a «Festa do Jejum» ou a «Festa Pequena») e celebra-se no primeiro dia do mês de Xaual (o décimo mês do calendário muçulmano a seguir ao mês do Ramadão, em que foi revelado o Alcorão e que é o mês do jejum). A segunda chama-se «Id-ul-Adá» (Festa dos Sacrícios) ou «Id'ul-Quibir» (Festa Grande) e celebra-se no décimo dia do mês Dul-Hijjah, que é o último mês do ano muçulmano, logo depois de acabada a viagem «Hajj» (peregrinação a Meca), expressão de extrema devocão.

As Festas muçulmanas têm características altamente morais e espirituais:

Cada «Ide» é uma celebração global de uma notável realização individual do muçulmano ao serviço de Deus. A primeira festa de «Ide» vem depois de um mês inteiro de jejum «absoluto» em todos os dias do mês respectivo. A segunda festa de «Ide» marca o fim da peregrinação a Meca em que o muçulmano demonstra devotadamente a renúncia às preocupações deste mundo para ouvir só a voz Eterna de Deus.

2. Cada «Ide» é um Dia de Agradecimento, em que os muçulmanos se reúnem numa alegre atmosfera para expressarem a sua gratidão a Deus por tê-los ajudado a cumprirem as obrigações espirituais anteriores à comemoração de «Ide». Esta forma de agradecer não se limita à devoção espiritual, nem às expressões verbais. É muito mais do que isso, concretizando-se brilhantemente num espírito social e humanitário. Ao saírem do jejum do Ramadão, os muçulmanos dão graças a Deus distribuindo esmolas aos pobres e necessitados quando do primeiro «Ide». Da mesma maneira, os muçulmanos que cumpriram a peregrinação a Meca, assim como os que a não empreenderam, oferecem a sua oblação sacrificando animais cuja carne distribuem aos pobres e necessitados. A distribuição de esmolas e oblações é a mais importante feição destas festas. Esta forma islâmica de agradecer é uma combinação orgânica de devoção espiritual e benevolência humanitária, que só no Islão existe.

3. Cada «Ide» é um Dia de Recordação. Mesmo nos tempos mais alegres, os muçulmanos dão um novo inicio ao Dia com uma reunião de adoração a Deus. Eles oram e louvam o Seu nome para mostrarem que se lembram do favor recebido. Ao mesmo tempo, lembram-se dos defuntos orando pelas suas almas, dos necessitados estendendo-lhes a mão, dos aflitos expressando-lhes condolências e conforto, dos doentes fazendo-lhes visitas caridasas e desejando-lhes as melhorias, dos ausentes, com saudações cordiais e sinceras considerações, etc. Assim, o significado da recordação neste dia transcende todos os limites e abrange amplas dimensões da vida humana.

4. Cada «Ide» é um dia de vitória. A pessoa que consegue assegurar os seus direitos espirituais e a sua evolução espiritual recebe o «Ide» com um ar vencedor. A pessoa que cumpre fielmente as obrigações associadas ao

«Ide» considera-se triunfante, por demonstrar que sabe dominar os seus desejos, exercer um rigoroso auto-controlo e apreciar as vantagens da vida disciplinada. Tendo adquirido tais qualidades, a pessoa obteve a sua maior vitória; porque quem souber controlar e disciplinar os seus desejos liberta-se do pecado e injustiça, do medo e da cobardia, do vício e da desonestidade, da cobiça e avidez, da humilhação e de todas as outras causas da escravidão. Portanto, ao receber o «Ide» que marca a obtenção desta liberdade, a pessoa celebra de facto a sua própria vitória, e desta maneira o «Ide» torna-se num dia de vitória.

5. Cada «Ide» é um dia de colheita. Todos os que serviram Deus com fidelidade, todos os verdadeiros crentes, colhem os frutos das suas boas acções, recebendo plenamente nesse dia a misericórdia e a bênção de Deus. Por outro lado, a sociedade islâmica recolhe as devidas contribuições de fraternidade religiosa e responsabilidade social, contribuições pagas em amor mútuo, compaixão e solidariedade. Duma maneira ou outra, cada membro da sociedade islâmica acolherá alguns frutos ou lucros. Deus dá com infinita generosidade, especialmente aos que se preocupam sinceramente com o bem-estar dos seus irmãos crentes. Aqueles que não puderem dar, receberão, além das imensas dádivas de Deus, as contribuições dos irmãos benfeiteiros. Todos, ricos e pobres, beneficiarão em comum da providência de Deus, e esse dia será na verdade um dia de boa colheita.

6. Cada «Ide» é um dia de perdão. Ao reunirem-se na congregação desse dia, os muçulmanos oram com toda a sua alma para pedirem perdão e para reforçarem a sua Fé. E Deus oferece a Sua misericórdia e perdão aos que se dirigem a Ele com sinceridade. Nessa assembleia pura e nessa congregação altamente espiritual, qualquer muçulmano verdadeiro envergonhar-se-ia de si próprio, perante

Deus, se guardasse rancor ou ódio aos seus irmãos. Um muçulmano verdadeiro ficaria profundamente impressionado por essa assembleia fraternal e espiritual, e venceria os seus ressentimentos se é que alguma vez os nutriu. Por consequência, não deixará de se juntar aos outros em resposta ao espírito desse dia que é a purificação do coração e da alma. Neste caso, o muçulmano perdoa aos que lhe tiverem feito mal; porque ele próprio pede perdão a Deus, e faz o melhor que puder para o obter. O espírito dessa tão devota reunião ensina-lhe que se perdoar, será perdoado, e se perdoar, a virtude do perdão será generosamente exercida por Deus, e amplamente praticada pelos muçulmanos, entre eles. E isso é que marca o dia como «dia de perdão».

7.Cada «Ide» é um dia de paz. Quando o muçulmano traz a paz no coração obedecendo às Leis do Senhor e levando uma vida disciplinada, ele estabelece, com toda a certeza, um tratado de paz com Deus, tratado estritamente inviolável. Se estiver em paz com Deus, a pessoa está em paz consigo própria, e portanto com o resto do Universo. Daí, se celebrar o «Ide» devidamente, o crente celebra de facto a concretização do seu tratado de paz com Deus, e isso faz com que o «Ide» seja um dia de paz.

Eis o verdadeiro significado da festa de «Ide» islâmica: um dia de paz e agradecimento, um dia de perdão e vitória moral, um dia de boa colheita e realizações notáveis, e um dia de recordação festiva. A festa de «Ide» é, sem dúvida, um dia do Islão e um dia de Deus.

Execução de «Salát-ul-Ide»

1. Tal como nas sextas-feiras, cada crente tem que ir à Congregação de «Ide» com o seu melhor vestuário, limpo, arranjado e bem disposto. Na mesquita ou no lugar

de reunião faz-se uma determinada oração verbal antes da oração, propriamente dita, começar. Essa chama-se «Tacobir» e encontra-se no fim deste capítulo.

2. As orações de «Ide» podem ser ditas em qualquer altura depois de o sol nascer e antes do meio-dia. Não se exige nenhum «Adan» ou «Iqámat». A oração compõe-se de duas unidades ou ciclos (racás) em cada uma das quais o Imamo recita a «Fátihá» e outra passagem alcorânica, em voz audível.

3. O Imamo declara a sua intenção de dirigir a oração, proferindo a fórmula «Alláho Acbar» (Deus é Grande); em seguida, repete a mesma frase três vezes, levantando as mãos à altura dos ouvidos e deixando-as depois cair ao longo dos quadris, no fim de cada frase. Ao acabar de proferir o «tacobir» pela terceira vez, põe a mão direita sobre a esquerda, abaixo do umbigo, como nas outras orações. Os fiéis presentes seguem o Imamo nestes movimentos passo a passo, fazendo e dizendo exactamente o mesmo.

4. Ao acabarem as duas unidades da oração, o Imamo profere um sermão dividido em duas partes com um pequeno intervalo entre elas. A primeira parte começa pelas palavras «Alláho Acbar», ditas nove vezes, e a segunda, pelas mesmas palavras ditas sete vezes. O resto do sermão tem o tom de exortação e conselho, tal como o sermão de sexta-feira.

5. No sermão do primeiro «Ide» do ano, o Imamo deve chamar a atenção sobre a «Sadácat'ul-Fitra» (a esmola do jejum). Esta é uma contribuição obrigatória, que cada muçulmano individualmente, se tiver possibilidades, deve oferecer (pelo menos uma refeição completa, ou o valor dela) aos pobres (*).

(*) N. E. — Na moeda portuguesa referimo-nos à quantia mínima de 20\$00, equivalente a um pequeno almoço por pessoa.

Se tiver empregados, deverá fazer o mesmo em nome de cada um deles.

Por exemplo, se tiver três empregados, terá que distribuir aos pobres pelo menos quatro refeições ou o valor respectivo (""). É recomendável que essa esmola seja distribuída mais cedo, antes da oração, de modo que os pobres possam receber este dia com ar festivo e bem dispostos.

6. No sermão do segundo «Ide» (Id'ul-Quibir ou Id'ul-Adá), o Imam deve chamar a atenção para o significado do sacrifício praticado pelo Profeta Abraão (Ibrahim Alaihissalamu). Cada muçulmano abastado deverá sacrificar um animal: cabra, ovelha, vaca, etc. É preferível sacrificar o animal no dia de «Ide», depois da oração. Mas se for no segundo ou terceiro dia, o sacrifício será aceite na mesma. Quanto à carne dos animais sacrificados, o sagrado Alcorão estabelece as seguintes instruções: «Comer e dar ao pobre ou ao mendigo até ficar satisfeito...» (22:36).

Na mesma passagem, o sagrado Alcorão afirma que Deus não quer e não tem interesse em receber a carne ou o sangue das oblações; mas o que Ele quer ver e receber é a piedade dos Seus adoradores.

Convém salientar que as orações de «Ide» não substituem as orações da alvorada «Fajar» que são obrigatórias, e por seu turno não podem ser substituídas por nenhuma outra oração.

O texto de «tachir», recitado antes das orações de ambos os «ides», é o seguinte:

- 1) Alláho Acbar/, Alláho Acbar/, Alláho Acbar/
Lá-iláha il'Allah;
- 2) Alláho Acbar/, Alláho Acbar/Walil Láhil hámد;

(¹⁸) N. E. — As quatro refeições referidas neste exemplo englobam os três empregados e aquele que oferece a esmola.

- 3) Alláho Ačbar Cabíra/Walhamdo Lilláhe Cassíra.
Waçubhánal'Láhi Bucratan Waassíla;
- 4) Lá iláha il'Alláho Wâhdahú/Çadacá Wâhdahú/
/wâ' naçará abdahú/Wâ'azza jundahú Wâhaza-
mal-ahzába Wâhdahú.
- 5) Lá Iláha il'Alláho; Walá nâ'abudu illa iyyáhu;
mukhlecína Lahuddína walau carihal cáferune.
- 6) Allahumma calli alá Sayyidna Muhammad/Wa'
alá áli Sayyidna Muhammad/Wa'alá ačhábi Sayyi-
dna Muhammad/Wa'alá ançári Sayyidna Muham-
mad/Wa'alá azwáji Sayyidna Muhammad/Wa'alá
zurriyáti Sayyidna Muhammad/Waçallim taçlı-
man cassíra.

Eis a tradução do «tacbir»:

- 1) Deus é Grande (dito três vezes) / Não há outra divindade senão Deus.
- 2) Deus é Grande (dito duas vezes) / E louvado seja Deus.
- 3) Deus é na verdade o Maior / E todos os louvores sejam para Ele / Glória a Deus de dia e de noite.
- 4) Não há outra divindade senão Deus / Que cum-
priu a Sua promessa e ajudou o Seu servidor
(Muhammad) / E fortaleceu os seus soldados,
e derrotou os seus inimigos.
- 5) Não há outra divindade senão Deus; Só a Ele adoramos; E somos fiéis à Sua mensagem, apesar do ódio dos incrédulos.
- 6) O Deus, abençoá o nosso senhor Muhammad / E a dinastia do nosso senhor Muhammad / E os companheiros do nosso senhor Muhammad / E os que ajudaram o nosso senhor Muhammad / E a esposa do nosso senhor Muhammad — E a prole do nosso senhor Muhammad / Com muitos votos de paz.

H) Oração de «Taráwi»

As orações de «Taráwi» são orações próprias do mês de Ramadão, e vêm após as orações da noite (Ixá). Compõem-se de oito a vinte ciclos (") ou unidades (racás) recitadas duas a duas, com um breve intervalo entre cada uma das duas. É preferível serem feitas em congregação e antes do «witre», que é a última parte da oração da noite.

I) Oração fúnebre (*Salát'ul-Janaiza*)

1. Orar a Deus pelo muçulmano falecido é um dever colectivo habitual (fard kifáya). Isto quer dizer que se alguns muçulmanos oferecerem esta oração, os outros que não puderem fazê-la, ficam isentos de tal responsabilidade.

2. Quando um muçulmano morre, o corpo inteiro, a começar pelas partes expostas e sujeitas à abluição (wudú) — lava-se várias vezes com sabonete ou qualquer desinfectante, e limpa-se de qualquer sujidade visível. Quando o corpo estiver perfeitamente limpo, envolve-se numa mortalha (cafane), composta por panos de algodão branco, a cobrir todas as partes do corpo (").

3. Em seguida, coloca-se o cadáver num ataúde, e transporta-se ao lugar da oração (mesquita ou qualquer recinto limpo). Coloca-se o defunto com a cara dirigida em direcção a «Quibla».

(") N. E. — A oração de «Taráwi» contém no mínimo oito «racás» (conforme eram feitas no tempo do nosso Profeta Muhammed) e no máximo vinte (prática introduzida no tempo de Hazrat Otman — 3.º Calif).

(**) N. E. — A mortalha consta de dois panos (lifafa), para o indivíduo do sexo masculino, e dois panos (lifafa) e um lenço (bshar-xarfate), para os indivíduos do sexo feminino.

4. Todos os participantes na oração devem fazer ablucão, caso não mantenham a ablucão anterior. O Imamo fica de pé, ao lado do morto, com a cara em direcção à «quibla», e os presentes atrás dele, em fileiras.

5. O Imamo levanta os braços à altura dos ouvidos, declarando em voz baixa a intenção de orar a Deus por aquele determinado falecido, e dizendo «Alláho Acbar» (Deus é Grande). Os presentes repetem tudo quanto o Imamo faz e em seguida põem a mão direita sobre a esquerda abaixo do umbigo, como nas outras orações.

6. A seguir, o Imamo recita em voz baixa, o que se diz normalmente noutras orações, por exemplo o «Taná» e a «Fátihá» só.

7. Nesta altura, o Imamo diz «Alláho Acbar» sem levantar as mãos e recita a segunda parte do «Tasahhud» (de «Alláhumma sualli-alá Sayyidna Muhammad» até ao fim).

8. A seguir, diz o terceiro «tacbir», isso é «Alláho Acbar», sem levantar as mãos, e profere a sua súplica (Duá) nas palavras que achar convenientes, preferivelmente as seguintes:

«Alláhumma-gfir lihayyiná wa mayyitiná, wa xáhidna, wa gháibna, wa dakarina, wa untaná, wa saguirna, wa cabírina. Alláhumma man abyaytahú minna fa'ahyihi alal-Issilamo. Waman tawaffaytahú minna fatawafíahú alal-Issilamo. Alláhumma, la tahrimná ajrah, walá taf-tinná bá'dahu». (Ó Deus, perdoai aos nossos vivos e aos nossos mortos, e aos nossos presentes e aos nossos ausentes, e aos nossos homens e às nossas mulheres, e aos nossos jovens e aos nossos velhos. Ó Deus, fazei com que os vivos continuem muçulmanos e que quando morrerem tenham Fé em Vós. Ó Deus, não nos prives da Vossa bênção, e não nos façais sofrer).

9. Na continuação, o Imamo pronuncia o quarto

«tacbir» (Alláho Acbar) sem levantar os braços e acaba com os votos de paz, para a direita e para a esquerda, tal como noutras orações. É preciso lembrar que os presentes se dispõem em fileiras atrás do Imamo e o seguem passo a passo, recitando individualmente as mesmas palavras em voz baixa.

10. No fim da oração, tira-se o corpo do ataúde, onde esteve, durante a oração fúnebre, colocando-o na sepultura com a cabeça voltada em direcção à «quibla», onde ficará em contacto directo com a terra. Nesta altura proferem-se as seguintes palavras:

«Bismillah, Wabil'láhi, Wâ'alá millati Raçulul'láhi sualal'Láho alaihi wa sallamo».

(Em nome de Deus, e com Deus, e na Lei do Mensageiro de Deus, que a bênção e a paz de Deus estejam com ele).

Além dessas orações, pode oferecer-se qualquer outra que se achar conveniente.

Se o falecido é uma criança que ainda não atingiu a idade da puberdade, faz-se a mesma oração, excepto aquela longa súplica após o terceiro «tacbir», recitando os presentes o seguinte:

«Alláhummaj'ahú ("") laná fâratane, wâj'ahú laná dhukhra, wâj'ahú laná xafian wamuxxaffa'a».

«O Deus, faz com que ele obtenha as Vossas graças para que possa ser nosso advogado e nosso intermediário junto de Vós, constituindo o nosso tesouro».

Durante toda a oração fúnebre, as pessoas devem ficar de pé (").

(") N. E. — Se a criança for do sexo feminino em vez de «hú», deve dizer-se «há»; e onde se diz «xafian wamuxxaffa'a», deve dizer-se «xaffatane wamuxxaffatane».

(**) N. E. — A oração fúnebre é a única oração do Islão que se faz sempre de pé.

Cada vez que um cortejo fúnebre passar, seja ele de um muçulmano ou não, os muçulmanos deverão levantar-se por respeito ao falecido.

Quanto à lavagem, cabe salientar que o homem lava um homem, e a mulher lava uma mulher. A mulher pode lavar o seu marido, e o marido ou a mulher podem lavar crianças pequenas. Durante a lavagem, a mão da pessoa que lava deve ser coberta por algum pano ou por luvas, e as partes íntimas do cadáver lavam-se sem serem vistas.

O túmulo deve ser construído e marcado com simplicidade. O cadáver cobre-se com a mortalha de algodão branco, dum feitio especial. Qualquer extravagância na construção do túmulo ou na maneira de vestir o cadáver de melhores fatos ou coisa semelhante, não pertence ao Islão. É falsa vaidade e gasto de bens que podem ser utilizados com proveito.

O hábito de alguns muçulmanos oferecerem um grande e custoso banquete depois do enterro dos mortos tão pouco pertence ao Islão, sendo um gasto irresponsável de dinheiro e energia que poderiam ser de imensa utilidade, empregados de outra maneira.

Abreviação da Oração

1. Quando a pessoa está em viagem, com a intenção de se afastar mais de quarenta e oito milhas da sua casa, poderá abreviar cada uma das orações obrigatórias de quatro «racás» para duas. Aplica-se esta abreviação às Orações do Meio-Dia (Zohr), do Meio da Tarde (Axar) e da Noite (Ixá). As Orações da Alvorada (Fajar) e do Pôr do Sol (Magreb) ficam sem alterações.

2. Esta vantagem terá efeito mesmo depois de a pessoa chegar ao destino, se não tencionar lá ficar quinze dias ou mais. No caso contrário, terá que fazer as orações

sujeitas à abreviação na sua forma original e com o número completo de «racás».

3. Se viajar nestas circunstâncias, a pessoa está isenta de todas as orações super-rogatórias (sunna) excepto os dois ciclos «sunna» da Oração da Alvorada (Fajar) e do «Witre» a seguir à Oração da Noite (Ixá).

Proibição da Oração

É proibido ao muçulmano oferecer orações, obrigatorias ou superrogatórias, nas seguintes alturas:

1. No momento em que o Sol nasce;
2. Quando o Sol toca o Zénite;
3. No momento em que o Sol se põe;
4. Quando a mulher está no período menstrual ou em altura de parto;
5. Em estado de impureza parcial ou total.

Recuperação das orações atrasadas

1. Está estabelecido que cada muçulmano, homem ou mulher, ofereça a oração na altura devida, caso contrário comete uma desobediência, se o atraso não for razoavelmente justificado.

2. À excepção das mulheres, nos períodos atrás referidos, e das pessoas que perderem a razão ou a consciência por certo espaço de tempo, todo o muçulmano, homem ou mulher, terá que recuperar as orações obrigatorias em atraso.

3. Ao recuperar as orações atrasadas, o crente terá que as oferecer na forma original; por exemplo, se na altura devida eram abreviadas, assim mesmo é que devem ser ditas, e vice-versa.

4. Deve respeitar-se a ordem entre as orações atrasadas e entre estas e as presentes; por exemplo, a primeira que foi atrasada oferece-se antes das outras, se as orações perdidas não são tão numerosas que impeçam a localização das datas exactas, ou se o tempo disponível não chega para as orações perdidas e as presentes; neste caso, dá-se prioridade às orações presentes, e as perdidas podem oferecer-se mais tarde. De qualquer maneira, o muçulmano deverá esforçar-se por fazer a contagem exacta, e assegurar-se de que não perdeu nenhuma oração.

Invalidação das orações

Qualquer oração perde o valor e é anulada por cada uma das seguintes acções:

1. Antecipar-se a qualquer gesto ou movimento do Imamo, durante a oração;
2. Comer ou beber durante a oração;
3. Falar ou dizer alguma coisa fora do ceremonial prescrito para a oração;
4. Renunciar à posição em direcção a Meca;
5. Fazer qualquer gesto que chame a atenção ou mover-se fora dos actos e movimentos da oração;
6. Expelir urinas, matérias fecais, gazes, sangue etc.;
7. Não respeitar qualquer acto essencial da oração, tal como ficar de pé, recitar o Alcorão, fazer «rukú», «sujud», etc.;
8. Deixar descoberta parte do corpo, entre o umbigo e os joelhos, durante a oração, no caso dos homens, ou qualquer parte do corpo excepto as mãos, a cara e os pés, no caso das mulheres.

Qualquer oração que vier a ser invalidada deve ser repetida correctamente.

Observações genéricas sobre as orações

Tal como anteriormente foi mencionado, o espírito do muçulmano deve sempre preocupar-se com a lembrança de Deus, e a boca dele estará sempre pronta a pronunciar elogios e louvores a Deus. Além dos tipos de oração atrás mencionados, o Profeta Muhammad recomenda preces, com insistência, nas seguintes ocasiões:

- 1) Em altura de chuva excessiva;
- 2) Em altura de seca ou escassez de chuva;
- 3) Em alturas de eclipse do sol.

Em tais circunstâncias, aconselha-se o muçulmano a orar o número de «racás» e o tempo que quiser.

Existem também outras ocasiões em que se proferem certas expressões sem se recorrer às formas prescritas nas orações normais. Tais expressões exprimem a gratidão a Deus e a apreciação dos Seus favores, a esperança e a confiança na Sua ajuda, a Sua lembrança e o pedido da Sua misericórdia. Essas ocasiões são:

- 1) O nascimento de uma criança; 2) A celebração de um casamento; 3) Ao deitar e ao acordar; 4) Quando a pessoa sai de casa e quando regressa; 5) No início de uma viagem e quando visita uma nova cidade; 6) Em tempo de aflição; 7) Após o banho ou a abluição; 8) Ao receber os primeiros frutos da colheita; 9) Ao visitar um cemitério.

Em cada uma destas ocasiões, aconselha-se ao muçulmano que se lembre de Deus, expressando os seus sentimentos e pensamentos profundos nas palavras mais eloquentes.

Existem orações prescritas para tais ocasiões, mas o crente pode dizer o que achar mais conveniente desde que seja para louvar e recordar Deus. Eis aqui alguns exemplos típicos para servirem de modelo:

1. Antes de comer ou beber, diz-se:

«Bismillah, wa'alá barakatil'Láh».

(Em nome de Deus, e com a Sua bênção).

Também é aconselhável recitar a «Fátihha» antes das refeições.

2. No fim da refeição diz-se:

«Al-hámdo lil'Láhil'la di fát'ámana wâq'câna wâj'alna muçlimin». (Louvado seja Deus que nos deu de comer e beber e nos fez muçulmanos).

3. Ao visitar um doente, a pessoa diz:

«Adhibil-bâ'ça Râbban'naç, wâxfi ântax-xafi; lâ-xifa a'illâ xifaúque lá yugádiru sâqamá».

(Afasta a doença, Senhor dos mortais, e cura-a Tu, que tens remédio para tudo. Não há doença alguma que Tu não possas curar).

Chegou agora a altura de darmos a «Fátihha», o «Tassahhud» e algumas breves passagens do Alcorão.

I — «Al-Fátihha» ou «Al-Hamد» (*Introdução ou Elogio*)

1.º Capítulo do Alcorão

1. Bismillah Irrahman Irrahim!

2. Al-hámdo lil'Láhi Râbbil-âlamin;

3. Arrahmánir'rahim;

4. Máliqu Yâumid'din!

5. Iyyáca nâebudo wa'iyyáka naqtain!

6. Ehdenaç'cerátal'mustaquim;

7. Cerátal'ladina aneâmta âlaihim, gâiril'maghâdûbi
âlaihim walad'dâlin. Amin.

Tradução:

1. Em nome de Deus, Beneficente e Misericordioso!
2. Louvado seja Deus, Senhor dos Mundos,
3. Beneficente e Misericordioso,
4. Senhor do dia do Juízo Final!
5. A Ti somente adoramos; de Ti, somente, imploramos socorro!
6. Mostra-nos o caminho recto,
7. O caminho daqueles que tens favorecido; não o caminho desses que incorreram na Tua cólera nem o desses que se perdem! Ámen.

II — At-Tasahhud (*Profissão de fé*)

(a) *Primeira parte:*

1. At-tayyátu ill'Láhi wâ'ssalwátu wâ't-tayyibát.
- 2) As-salámu alayká ayyuhan'nabiyu wa rahmatul'Láhi wa barakátuhu; As-salámu alayná wâ'alá ibá-dil'Láhis'sálihin.
3. Axhadú al'La Iláha il'Alláhu wah'dahú lá xaríca lahú, wâ'axhadú anna Muhammadan abduhú wa raqú-luhú.

Tradução:

- 1) A Deus se dirigem as nossas saudações, orações e os melhores votos.
- 2) O Profeta, a paz esteja contigo, assim como a misericórdia e a bênção de Deus. A paz esteja connosco e com os servidores virtuosos de Deus.
- 3) Atesto que não há outra divindade senão Deus. E dou testemunho de que Muhammad é o servidor e o messageiro d'Ele.

(Esta parte recita-se após o segundo ciclo (racát) em cada oração composta de três ou quatro ciclos, e logo o crente se põe de pé para o terceiro ciclo).

(b) Segunda parte:

1) Allahumma, sualli alá Sayyidna Muhammad, wa'alá áli Sayyidna Muhammad, kamá sallayta alá Sayyidna Ibrahim wa alá áli Sayyidna Ibrahim.

2) Wa bárik alá Sayyidna Muhammad wa'alá áli Sayyidna Muhammad kamá bárakta alá Sayyidna Ibrahim wa alá áli Sayyidna Ibrahima, fil-álamina innaká hamidun majid.

Tradução:

1) O Deus, dá graças ao nosso senhor Muhammad e à gente do nosso senhor Muhammad, assim como destes graças ao nosso senhor Abraão e à gente do nosso senhor Abraão.

2) E abençoa o nosso senhor Muhammad e a gente do nosso senhor Muhammad, assim como abençoaste o nosso senhor Abraão e a sua gente. Em todos os mundos é louvado e glorificado.

(Ambas as partes do «Tasahhud» recitam-se no último ciclo do fim da oração; depois de recitada a segunda parte, seguem-se os votos de paz, que completam a oração. A segunda parte recita-se na oração do funeral só depois do terceiro «Tachbir»).

III — Alguns extractos do Alcorão

A. Cap. 112 («Al-Tauhid» — A unidade).

1. Bismillah Irrahman Irrahim!
2. Kui hu'Alláhu áhadu,
3. Alláhu Çâmadu,
4. Lâm'Yâlid, wâlam Yûlad,
5. Wâlam Yâkul'Lahú kofuan áhad.

Tradução:

1. Em nome de Deus, Beneficente e Misericordioso!
2. Diz: «Ele é o Deus Único,
3. Deus, o Absoluto,
4. Ser que não gerou nem foi gerado,
5. E nada há que se Lhe assemelhe».

B. Cap. 103 («Al-Âcri» — O Destino)

1. Bismillah Irrahman Irrahim!
2. Wal'âcri,
3. Innal ingâna lâfi khúgrin,
4. Illal'lâdîna ámano wâamiloç'çâlihati wâtawaçau bil'hâkkki wâtawaçau biç'çâbri.

Tradução:

1. Em nome de Deus, Beneficente e Misericordioso!
2. Pelo Destino!
3. Oh! O Homem está em vias de se perder,
4. Mas não aqueles que têm fé e praticam o bem, exortando os outros para a prática da Verdade e da Justiça.

Alguma dessas ou doutras passagens breves do Alcorão é recitada em cada um dos dois primeiros ciclos. Nos terceiro e quarto ciclos, não se exige nenhuma outra recitação além da «Fátihá».

Existem muitas passagens breves e fáceis no Alcorão. Cada muçulmano deve esforçar-se por aprender de cor o maior número de passagens que puder. Também terá que ler e estudar as instruções do Alcorão. A leitura do Alcorão é por si mesmo uma forma de profunda devoção e adoração.

3. Esmola (Zacá)

A esmola apresenta dois aspectos no Alcorão: a facultativa (Sadaca) e a obrigatória (Zacá). Neste capítulo, trataremos apenas da esmola obrigatória.

«Zacá» é um dever prescrito por Deus e cumprido pelos muçulmanos em benefício da sociedade no seu conjunto. A palavra alcorânica «Zacá» não inclui apenas caridade, esmola, dízima, bondade, taxa oficial, contribuição voluntária, etc., mas também acrescenta a tudo isso a recordação de Deus e motivações tanto espirituais como morais. Por isso, não existe nenhum equivalente à palavra «Zacá», dada a suprema originalidade do Alcorão, o Divino Livro de Deus.

O sentido básico e literal da «Zacá» é «pureza». O significado técnico da palavra designa a quantia anual de géneros ou dinheiro que um muçulmano abastado tem que distribuir aos legítimos beneficiários. Mas o significado religioso e espiritual da «Zacá» é muito mais profundo e vivido, assim como é mais profundo e vivido o seu valor humanitário e sócio-político. Salientamos a seguir alguns benefícios da «Zacá»:

1. A «Zacá» purifica a propriedade das pessoas abastadas e extrai dela as porções que já lhe não pertencem e que terão que ser distribuídas aos devidos beneficiários. Quando a «Zacá» é pagável, (uma determinada percentagem das riquezas) deve ser logo distribuída correctamente, já que o proprietário perdeu a posse moral ou legal daquela percentagem. Caso contrário este retém evidentemente uma coisa que lhe não pertence (""). Isto significaria corrupção e usurpação óbvia sob todos os pontos de vista: moral e espiritual, legal e comercial. Quer dizer que a percentagem ilegitimamente retida mancha a fortuna inteira. Por outro lado, se o que é devido aos pobres for bem administrado e distribuído aos legítimos beneficiários, a riqueza restante será pura e legítima. O capital limpo e os bens honestos são as primeiras condições para a prosperidade permanente e transacções correctas.

2. A «Zacá» purifica não apenas a propriedade do contribuinte, mas também elimina do seu coração o egoísmo e a sede de riquezas. Em troca, purifica o coração do receptor da inveja e cobiça do ódio e inquietações, e estimula no coração dele, por outro lado a boa vontade e profundo agradecimento ao contribuinte. Por consequência, a sociedade inteira purifica-se e liberta-se do conflito de classes e das suspeitas da malvadez e descon-

(¹⁰) N. E. — É interessante notar que, o Estado social dos nossos dias tem um precedente na doutrina dos autores muçulmanos. Assim é que Ibne Caldune (1332-1406) cita de Tahir ben al-Huceine o seguinte passo significativo: «... Toma conta dos pobres, das viúvas e dos órfãos, dá-lhes pensões especiais do Tesouro (...). Faz o mesmo ao cego e aos que sabem recitar o Alcorão (...). E, se isso não sobrecarregar o Tesouro, constrói hospitais para todos os doentes com uma equipa de médicos e assistentes que os tratem e provejam às suas necessidades». (Charles Issawi, «An Arab Philosophy of History» — pág. 80).

fiança, da corrupção e desintegração, e de outros tais males.

3. A «Zacá» reduz ao mínimo os sofrimentos daqueles membros da sociedade que são pobres e necessitados. É uma das melhores consolações para a gente menos afortunada, e no entanto é um ressonante apelo para cada um se esforçar e trabalhar para melhorar a sua sorte. Para os pobres é, pela sua natureza, uma medida de emergência e ensina-lhes a não dependerem completamente dela, mas sim fazerem alguma coisa por eles próprios e pelos outros. Para o contribuinte é um forte estímulo para ganhar mais e poder aproveitar mais. Para todas as partes interessadas, é directa e indirectamente um tesouro aberto ao investimento espiritual que traz compensações abundantes.

4. A «Zacá» é uma forma saudável de segurança interior contra a avidez egoista e a dissensão social. É um instrumento eficaz para cultivar o espírito de responsabilidade social no contribuinte, e o sentimento de segurança e solidariedade no receptor.

5. A «Zacá» é uma manifestação viva com significado espiritual e humanitário das relações responsáveis entre o indivíduo e a sociedade. É uma consistente prova do facto de o Islão não impedir a empresa privada ("") e não condenar os bens privados; no entanto, não tolera o capitalismo egoista e ávido. É uma expressão da filosofia geral do Islão que adopta uma posição moderada e intermediária, mas positiva e eficaz, entre o indivíduo e a sociedade, entre o cidadão e o Estado, entre o capitalismo e o socialismo, entre o materialismo e a espiritualidade.

(**) V. E. — Os autores modernos da doutrina islâmica (entre eles o Presidente Houari Boumedienne da Argélia) são de opinião que a propriedade privada só se justifica desde que não colida com os interesses legítimos da própria Sociedade.

Percentagem da «Zacá»

Cada muçulmano, homem ou mulher, que possuir no fim do ano cerca de cinquenta dólares ou mais, em moeda ou géneros alimentares, tem que oferecer «Zacá» numa percentagem mínima de 2,5 por cento. Se o pagamento se fizer em moeda, a contabilização se torna fácil. Mas se a riqueza for constituída por bens armazenados ou mercadorias, a pessoa terá que avaliar a fortuna, no fim de cada ano, de acordo com o curso da moeda e distribuir a «Zacá» calculada na mesma percentagem de 2,5 por cento do valor total dos bens. Se tiver feito investimentos em bens imobiliários, tais como casas arrendadas ou em indústrias, a percentagem de «Zacá» calcula-se do produto total líquido, e não do valor total da propriedade inteira. Mas se construir casas para vender ou fazer comércio, terá que calcular a «Zacá» sobre o valor total da propriedade inteira. Também se alguém é credor e se o seu devedor é pessoa de confiança, terá que incluir no cálculo de «Zacá» a quantia emprestada, por ser de qualquer maneira uma parte da sua riqueza garantida.

Em todos os casos, é preciso lembrar que a «Zacá» se calcula só dos ganhos líquidos. As despesas pessoais, as da família, os gastos indispensáveis, os créditos a pagar — tudo se paga primeiro, e a «Zacá» calcula-se do restante, que é o produto líquido.

Também é preciso lembrar que a percentagem de 2,5 por cento é o mínimo. Em casos de emergência ou de urgente necessidade não há limitação de percentagem: quanto mais se der, melhor para todos os interessados. A distribuição de «Zacá» serve para todos os fins, razão por que se iniciam campanhas de recolhimento de fundos. Os fundos provenientes de «Zacá» substituem todos os outros fundos. Foi autenticamente relatado que em cer-

tas épocas da história da administração islâmica não havia nenhuma pessoa elegível para receber a «Zacá»; cada súbdito — muçulmano, cristão ou judeu — do grande Império Islâmico tinha o suficiente para satisfazer as suas necessidades, e os administradores tinham que depositar os fundos provenientes da «Zacá» na Tesouraria da Fazenda Pública. Isso demonstra que se a lei da «Zacá» for correctamente aplicada, pode diminuir as necessidades dos cidadãos e enriquecer a Tesouraria Pública de maneira que já não haja necessitados ou pobres, e que se possa dispor de enormes quantias excedentes.

A força infalível desta medida eficiente de interesse público emana do facto de ela ser uma norma divina, uma prescrição de Deus próprio. Não é uma questão pessoal ou uma contribuição voluntária; mas sim uma obrigação pelo cumprimento da qual a pessoa é directamente responsável perante Deus. A «Zacá» é uma instituição divina e deve ser consolidada no interesse comum; portanto, nenhum muçulmano deve eximir-se dela. Se não for correctamente respeitada, nos países islâmicos, as autoridades estatais competentes podem intervir, em nome da sociedade, para estabelecerem e consolidarem a instituição de «Zacá».

Beneficiários Legítimos da «Zacá»

O sagrado Alcorão classifica os beneficiários legítimos de «Zacá» da seguinte maneira:

1. Os muçulmanos pobres, para aliviarem a sua miséria;
2. Os muçulmanos necessitados, para adquirirem os meios necessários para ganharem a vida;
3. Os muçulmanos recém-convertidos, para se pode-

rem estabelecer e satisfazer as suas necessidades específicas;

4. Os prisioneiros de guerra muçulmanos, para se libertarem pagando o resgate;

5. Os muçulmanos devedores, para se libertarem das obrigações assumidas sob a pressão das necessidades;

6. Nos países islâmicos, os funcionários muçulmanos designados por um governador muçulmano para recolherem a «Zacá», para o pagamento do seu ordenado;

7. Os muçulmanos em serviço da causa de Deus através da investigação, estudo ou divulgação do Islão. Esta quantia é destinada a compensar as despesas respectivas e a ajudá-los a continuarem as suas actividades;

8. Os viajantes muçulmanos que se encontram num país estrangeiro e precisam de ajuda;

9. É ainda beneficiário legítimo da «Zacá» quem não tiver nada para satisfazer as suas necessidades ou tiver pouco (menos de 15,00 dólares) no fim do ano. Quem tiver cerca de \$15,00 ou mais terá que ser contribuinte, e não beneficiário da «Zacá». Se um beneficiário receber a sua porção e a achar suficiente para as suas necessidades ficando com uma quantia restante de \$15,00, não deverá aceitar mais. Terá que entregar qualquer coisa que receber a mais a outros possíveis beneficiários.

A «Zacá» pode distribuir-se directamente a indivíduos enquadrados nos vários grupos atrás mencionados, às Comunidades Islâmicas ou a organizações de beneficência que tomem conta deles. Também se pode distribuir em bolsas concedidas a estudantes e investigadores muçulmanos eminentes e de futuro prometedor, ou em doações a organizações de beneficência e instituições de serviços públicos que patrocinem tais causas.

Para o caso de atribuição da «Zacá», um muçulmano pobre e ao mesmo tempo enfermo ou inválido é preferível

a um apto e capaz de ganhar alguma coisa. O contribuinte terá que pensar bem na escolha dos beneficiários que mais merecem a «Zacá».

Os impostos que se pagam hoje em dia aos governos não substituem este dever religioso; a «Zacá» define-se como uma obrigação especial e paga-se separadamente, além dos impostos pagos ao governo.

O crente não deve cumprir este dever para satisfazer o seu orgulho ou alcançar fama. Terá que agir o mais secretamente possível, para não se tornar vítima da hipocrisia ou da paixão pela vaidade, que anulam todas as boas acções. No entanto, se a revelação do seu nome ou da quantia doada for capaz de encorajar e estimular os outros, o procedimento é correcto.

A «Zacá» é também obrigatória em relação ao gado e produtos agrícolas. As respectivas quantidades variam de um caso para outro, e precisam de explicação detalhada. Por isso aconselhamos, nesses casos, os leitores a consultarem os peritos religiosos na matéria.

4. Jejum de Ramadão (Saum)

Uma outra característica moral e espiritual do Islão é a instituição prescrita do jejum. Na sua definição literal, o jejum significa abstinência «completa» de comer, beber, ter relações íntimas, e fumar no espaço de antes da alvorada até ao pôr do Sol, durante todo o mês de Ramadão que é o nono mês do ano islâmico. Mas seria um grave erro restringir o sentido do jejum islâmico a essa definição literal.

Ao introduzir esta instituição sem par, o Islão plantou uma árvore de virtude infinita e frutos inestimáveis. Eis algumas explicações do significado espiritual do jejum islâmico:

1. Ensina ao homem o princípio do amor sincero; porque se este respeitar o jejum, provará o seu amor profundo a Deus. E quem ama Deus sinceramente sabe deveras o que é o amor.

2. Confere ao homem um sentido criador de Esperança e uma atitude optimista perante a realidade; porque fazendo jejum, este espera agradar a Deus e procura a Graça d'Ele.

3. Dá ao homem uma genuína virtude de devoção efectiva, de honesta dedicação e aproxima-o de Deus; porque é por Deus e por amor d'Ele que o homem faz jejum.

4. Cultiva no homem uma consciência vigilante e sã; porque a pessoa faz jejum em privado assim como em público. Com respeito ao jejum, nomeadamente, não há nenhuma autoridade mundana a controlar o comportamento da pessoa ou a obrigar-a a respeitar o jejum. Esta faz jejum para agradar a Deus e satisfazer a sua consciência de crente, em particular e em público. Não existe melhor método para cultivar uma consciência sã.

5. Incentiva no homem a paciência e o altruismo; porque, ao fazer jejum, a pessoa sente o sofrimento da privação, mas resiste com paciência. É verdade que essa privação é só temporária; no entanto, sem dúvida nenhuma é uma experiência que faz com que a pessoa compreenda o grave efeito deste sofrimento nos que talvez careçam dos bens essenciais durante dias ou semanas e algumas até meses inteiros. O sentido social e humanitário desta experiência é fazer com que essa pessoa simpatize com os seus semelhantes e satisfaça as necessidades deles mais depressa do que qualquer outra. E esta é uma expressão eloquente de altruismo e verdadeira simpatia.

6. É uma verdadeira lição de aplicação da moderação e força de vontade. Quem fizer jejum correctamente pode com certeza disciplinar os seus desejos apaixonados e

colocar o seu ser acima das tentações físicas. Tal é o homem de personalidade e carácter, de vontade e determinação fortes.

7. Dá ao homem uma alma transparente para transcender, uma mente clara para pensar e um corpo leve para se mover e agir. Tudo isso é o resultado infalível dum estômago leve, o que tem sido comprovado pelas instruções médicas, regras biológicas e experiência intelectual.

8. Ensina ao homem uma nova maneira de fazer poupanças judiciosas e planificar correctamente os gastos; porque a redução da comida e das refeições implica normalmente poupança de dinheiro e energia. É um curso espiritual de economia doméstica e planificação dos gastos.

9. Facilita ao homem o domínio da arte da adaptabilidade madura. Podemos compreendê-lo facilmente se notarmos que o jejum faz mudar inteiramente o curso da vida diária. Por causa desta mudança, o homem adapta-se naturalmente a um novo sistema e reage para corresponder às novas condições. Com o tempo, desenvolve-se nele um judicioso sentido de adaptabilidade e uma força espontânea de superar as dificuldades imprevistas da vida. Quem apreciar a adaptabilidade construtiva e a coragem avaliará desde já os efeitos do jejum a esse respeito.

10. Cultiva no homem a disciplina e a sobrevivência saudável. Ao respeitar o curso regular do jejum nos dias seguidos do mês sagrado e nos meses sagrados ano após ano, a pessoa submete-se com certeza a uma alta forma de disciplina e a um elevado sentido da ordem. Da mesma maneira, ao aliviar o estômago, relaxando o aparelho digestivo, a pessoa assegura não apenas o corpo mas também a alma, contra o perigo resultante dum estômago sobreacarregado. Ao relaxar-se desta maneira, o homem assegura-se de que o seu corpo vai sobreviver

longe das perturbações e desordens habituais, e a sua alma não deixará de brilhar em paz e pureza.

11. Cria no homem o verdadeiro espirito de dedicação social, de unidade, fraternidade e de igualdade perante Deus assim como perante a Lei. Tal espirito emana naturalmente do facto da pessoa que jejua sentir que pertence à sociedade muçulmana toda (Umma), por cumprir o mesmo dever da mesma maneira e ao mesmo tempo, pelas mesmas razões e com o mesmo intuito. Nenhum sociólogo poderá afirmar ter existido em qualquer período da história alguma coisa comparável a esta notável instituição do Islão.

12. É uma prescrição divina para readquirir a confiança em si próprio e exercer o auto-controlo, para manter a dignidade humana e a liberdade, para assegurar a vitória e a paz. Estes resultados nunca deixam de se manifestar como viva realidade na alma de quem souber fazer jejum. Se o fizer correctamente, a pessoa poderá controlar-se, comandar totalmente as suas paixões, disciplinar os seus desejos e resistir a todas as tentações do mal. Por consequência, será capaz de readquirir a confiança em si próprio, de recuperar a dignidade e integridade e de se libertar do cativeiro do mal. Obtendo isso tudo, a pessoa consegue a paz da alma, que é a fonte da paz permanente com Deus, e portanto com todo o Universo.

Jejum em Perspectiva Comparativa

1. Noutras religiões e dogmas, noutras filosofias e doutrinas, quem fizer jejum terá que se abster de certas comidas e bebidas ou substâncias materiais, mas é livre de as substituir e de encher o estômago com os outros alimentos permitidos, cuja natureza é também material. No

Islão, a pessoa tem que se abster das coisas de natureza material — comida, bebida, cigarros, etc. — para aceder aos prazeres espirituais e ao alimento moral. O muçulmano esvazia o seu estômago de todas as substâncias materiais, para encher a sua alma de paz e bêncas; o coração de amor e compaixão; o espírito de piedade e fé; e o cérebro de sabedoria e determinação.

2. A finalidade do jejum noutras religiões e filosofias é invariavelmente parcial; umas vezes para fins espirituais, outras vezes por necessidades físicas, e outras vezes ainda para satisfação intelectual; nunca para todos estes fins juntos. Mas no Islão é simultaneamente para todos esses benefícios e para muitos outros fins: sociais e económico, morais e humanitários, privados e públicos, pessoais e comuns, interiores e exteriores, locais e nacionais.

3. O jejum não-islâmico não exige mais do que abstinência parcial de certas substâncias materiais. Enquanto que o jejum islâmico exige também um incremento de devoção e adoração, um aumento das esmolas e um estudo mais sério do Alcorão, mais sociabilidade e vivacidade, mais auto-disciplina e esclarecimento da consciência. Assim, puro e limpo por dentro como por fora, com uma alma tão transparente que tenta atingir a perfeição, aproximando-se cada vez mais de Deus.

4. A nosso ver, outras filosofias espirituais e religiões ensinam o homem a atingir os seus intuitos morais ou a entrar no Reino de Deus só no momento em que romper com os negócios deste mundo. Portanto, torna-se necessário o homem renunciar aos seus interesses terrenos, eximir-se das suas responsabilidades humanas e recorrer ao que se poderia chamar «tortura do próprio ser» ou severo ascetismo, cujo elemento essencial é o jejum. O jejum deste género, feito por pessoas desse género pode ser utilizado — e aliás tem sido utilizado — como

pretexto para disfarçar uma retirada humilhante do curso da vida normal. Mas no Islão, o jejum não é divórcio da vida, antes pelo contrário, é uma feliz união com ela; não é retirada, mas sim penetração de elementos espirituais; não é negligência, mas sim enriquecimento moral. O jejum islâmico não divorcia a religião da vida quotidiana e não separa a alma do corpo. Não rompe, mas sim harmoniza. Não dissolve, mas transfunde. Não desintegra, mas sim reúne e recupera.

5. A própria altura do jejum islâmico é um fenômeno curioso. Noutros casos, o jejum está fixado em certo período do ano de maneira rigidíssima. Mas no Islão, o jejum corresponde ao mês do Ramadão, o nono mês do ano. O calendário islâmico é lunar, e os meses sucedem-se conforme as várias posições da Lua. Isso significa que no espaço dum limitado número de anos, o jejum islâmico abrange as quatro estações principais do ano e oscila entre o Verão e o Inverno, passando pela Primavera e o Outono, em sistema rotativo. A natureza do calendário lunar faz com que o mês do Ramadão seja em Janeiro, por exemplo, em certo ano, e em Dezembro no ano a seguir, e em qualquer intermédio nos anos seguintes. Em sentido espiritual, quer dizer que o muçulmano aproveita a experiência moral do jejum a vários níveis, e prova os seus sabores espirituais em várias estações de clima diferente, umas vezes no Inverno de dias curtos e frios, outras no Verão de dias longos e quentes, outras vezes em períodos intermédios. Mas esta variedade de experiências constitui sempre uma característica impressionante do dinamismo desta instituição islâmica. Também é uma infalível expressão de prontidão, dinamismo e adaptabilidade da parte do crente muçulmano. É com toda a certeza um elemento importante e saudável dos mandamentos do Islão.

Periodo do Jejum

Como foi indicado, o período de jejum obrigatório é o mês do Ramadão. O período diário do jejum começa antes da alvorada despontar e acaba logo depois do pôr do sol. Normalmente, existem calendários exactos, elaborados pelas Comunidades Islâmicas locais (com dados fornecidos pelos Observatórios Astronómicos dos respectivos países), indicando as horas precisas, mas na falta de tais facilidades, deverá consultar-se o relógio e as posições do Sol, assim como os jornais locais, os boletins metereológicos, etc.

O jejum de Ramadão é obrigatório para qualquer muçulmano responsável e apto (*Mukallaf*). Mas também se recomenda com insistência o jejum noutras alturas, conforme as Tradições do Profeta Muhammad; por exemplo, todas as semanas à segunda e quinta-feira, alguns dias em cada um dos dois meses precedentes ao Ramadão, (*Rajab* e *Xaban*), seis dias após o Ramadão, a seguir ao «*Id'ul-Fitra*». Além disso, é sempre compensável fazer jejum em qualquer dia de qualquer mês do ano, porém nos dias de «*Ide*» e às sextas-feiras, nenhum muçulmano deverá jejuar. No entanto, repetimos que o único jejum obrigatório é o do Ramadão, que pode durar 29 ou 30 dias, conforme as posições da Lua. Este é um dos pilares do Islão, e quem deixar de o fazer, sem escusa razoável, comete um pecado.

Sabendo o que o jejum pode fazer pelo homem, Deus ordenou, como alternativa, um jejum de três dias a quem tiver violado um juramento ^(*).

(*) É interessante notar que para expiar a violação dum juramento honesto, o culpado tem que dar comida ou roupa a dez pobres. Se isso não for possível, terá que libertar um escravo (claro que se refere à época em

Quem deve fazer Jejum?

O Jejum do Ramadão é obrigatório para cada muçulmano, de sexo masculino ou feminino, que reunir as seguintes condições:

1. Ser mental e fisicamente normal, o que quer dizer gozar de boa saúde e ser apto.

2. Ter atingido a idade da puberdade e, que é normalmente catorze anos. Os menores de catorze anos devem ser estimulados a iniciarem-se nesta boa prática a níveis mais simples, de maneira que, ao atingirem a idade da puberdade, estejam preparados física e mentalmente para fazerem jejum.

3. Estar presente no domicílio permanente (na cidade natal, na quinta, ou na casa de negócios, etc), isto é numa viagem de cinquenta milhas ou mais, o crente pode suspender o jejum, na condição de mais tarde o recuperar.

4. Estar absolutamente seguro de que o jejum não lhe vai causar nenhuma perturbação física ou mental, a não ser as reacções normais à fome e à sede.

Isenção do Jejum

As condições mencionadas excluem as seguintes categorias:

1. Crianças que não atingiram a idade da puberdade.

2. Os alienados mentais que não são responsáveis pelas suas acções.

Estas duas categorias de pessoas são isentas do dever do jejum, sem terem obrigação de o compensarem ou substituírem.

que ainda havia a escravatura) ou resgatar-lhe a liberdade. Se isso tão-pouco for possível, então o último recurso é o jejum de três dias (Alcorão, 5:92).

3. Homens e mulheres que sejam demasiado velhos e fracos ficam isentos de tal dever, mas têm que oferecer, pelo menos, uma refeição média completa ou o valor equivalente por pessoa — por dia, a um muçulmano pobre. Esta compensação mostra que se puderem jejuar, mesmo que seja só um dia do mês, eles deverão fazê-lo e compensar o resto.

4. Os doentes cuja saúde possa ser gravemente perturbada pelo jejum. Estes poderão adiar o jejum, enquanto estiverem doentes, para, em data ulterior, o recuperar, à razão de um dia por cada dia perdido.

5. Pessoas que estão a empreender viagens de cinquenta milhas ou mais, a contar da sua residência habitual. Neste caso, podem interromper temporariamente o jejum durante a viagem, e recuperá-lo ulteriormente, um dia por cada dia de suspensão. Mas, conforme o Alcorão, é melhor fazerem jejum se puderem e se isso não criar dificuldades extraordinárias.

6. Mulheres grávidas ou as que amamentam os seus filhos podem também renunciar ao jejum, se este puser em perigo a própria saúde ou a das crianças. No entanto, terão que recuperar depois, todos os dias perdidos de jejum.

7. Mulheres no período da menstruação (o máximo dez dias) ou no período após o parto (o máximo quarenta dias). Nestes casos, está-lhes vedado o jejum, mesmo que queiram e possam fazê-lo. Terão que adiar, e só depois do período acima indicado, deverão recuperar os jejuns não efectuados.

Deverá compreender-se que neste caso, assim como em todas as outras proibições religiosas, é fundamental obedecer a Deus e às ordens d'Ele.

O jejum em qualquer dia do Ramadão anula-se se a pessoa comer, beber ou fumar de propósito, se tiver algum

contacto íntimo, e se permitir que qualquer coisa entre pela boca e chegue dentro do corpo. E se isso for de propósito, sem nenhum motivo razoável, o prevaricador deverá fazer jejum durante sessenta dias seguidos ou, como segunda alternativa, dar de comer suficientemente a sessenta pobres, além de fazer jejum um dia, o que corresponde ao dia em que o jejum foi anulado.

Se a pessoa interromper o jejum, por alguma das razões expostas, terá que o recuperar ulteriormente, um dia por cada dia perdido.

Se a pessoa cometer, involuntariamente, alguma falta susceptível de interromper o jejum, este não fica anulado, continuando portanto válido, desde que a pessoa ao aperceber-se da falta, cesse de fazer aquilo que (em condições normais) poderia invalidar o jejum.

Para que o jejum de Ramadão fique completo, todo o crente deverá distribuir uma esmola especial, chamada «Sadácat'ul-Fitra» (*).

Recomendações gerais

O Profeta Muhammad recomenda insistentemente as seguintes práticas, especialmente durante o Ramadão:

1. Tomar uma leve refeição antes da alvorada, chamada «Sahur».

2. Comer três tâmaras (caso haja possibilidades) e beber um gole de água depois do pôr do Sol, dizendo a seguinte oração: «Allahumma, lacá sunná wâ'alá rizquecâ aftarné». «O Deus, por Ti fizemos o jejum, que agora quebramos, comendo o que Tu nos deste».

(*) N. E. — Esta esmola deverá ser efectuada antes da oração de «Id'ul-Fitra», oração que serve para comemorar o fim do mês de Ramadão, mais precisamente no dia 1 de Xaúl.

3. Comer o menos possível ao quebrar o jejum, assim como o Profeta disse, «a pior coisa que o homem pode fazer é encher o seu estômago».

4. Respeitar a oração super-rogatória chamada «Taráwi».

5. Aparecer mais em sociedade e prestar mais serviços humanitários.

6. Aprofundar o estudo e a recitação do Alcorão.

7. Atingir o máximo de paciência e humildade.

8. Mostrar uma prudência extraordinária na utilização dos sentidos, do pensamento e especialmente da língua; abster-se de provocar conflitos, de dizer mal dos outros e evitar qualquer acção suspeita.

5. Peregrinação a Meca (Hajj)

O último pilar do Islão e uma das suas mais notáveis instituições é a «Hajj» ou a Peregrinação a Meca (^(*)). Esta peregrinação (Hajj) é obrigatória pelo menos uma vez na vida, para qualquer muçulmano, homem ou mulher, que for mental, financeira e fisicamente apto. O muçulmano de idade responsável, de boa saúde, e financeiramente capaz e em segurança, deve fazer «Hajj» pelo menos uma vez na vida. A segurança financeira significa neste caso a possibilidade de cobrir os gastos pessoais, e pagar as dívidas, caso as tenha, até a peregrinação acabar.

A peregrinação a Meca tem, entre outras, as seguintes características:

(^{*}) N. E. — A peregrinação anual colectiva (5.^º mandamento do Islão) a Meca, cidade natal do Profeta Muhammad, faz-se no último mês do calendário islâmico (Dul-Hijjah). Fora desse período, todo o crente poderá visitar individualmente a Cidade Santa de Meca e orar junto da Caba, tornando essa peregrinação o nome de «Umrá», que no entanto tem algumas preces próprias para o efeito.

1. É a mais ampla convenção anual de Fé (""), em que os muçulmanos se encontram e se conhecem, examinam os assuntos comuns e promovem o bem-estar geral. É também a maior conferência de paz regular que a história da humanidade jamais conheceu. Durante a Peregrinação o tema predominante é a paz; paz com Deus e com a própria alma, paz com os outros semelhantes e com os animais, paz com as aves e mesmo com os insectos. É estritamente proibido perturbar a paz de qualquer pessoa ou criatura, seja qual for a maneira de o fazer.

2. É uma demonstração integral da universalidade do Islão e da fraternidade e igualdade entre os muçulmanos. Em resposta à chamada de Deus, os muçulmanos de todas as esferas da vida, de todas as classes e profissões, e de todas as regiões do mundo, reúnem-se em Meca. Vestem-se todos com a mesma simplicidade (""), respeitam o mesmo regulamento, proferem as mesmas súplicas ao mesmo tempo e da mesma maneira, para o mesmo fim. Não há realeza, mas sim lealdade de todos perante Deus. Não há aristocracia, mas humildade e devoção.

3. É uma confirmação da dedicação dos muçulmanos a Deus e a sua disposição de abandonar os interesses materiais ao serviço d'Ele.

(**) N. E. — De acordo com os dados divulgados pelo Ministro do Interior da Arábia Saudita, Príncipe Nayef ibn Abdul Aziz, no ano de 1976, cumpriram o 5.^o mandamento da Religião Islâmica — Peregrinação a Meca — 1 719 040 pessoas (sendo 719 040 estrangeiros e um milhão de sauditas).

(***) N. E. — A título informativo, cabe referir que o peregrino chegado aos subúrbios de Meca, abandona os seus trajes habituais e veste outro, chamado «ihram», composto de dois panos brancos, que lhe caem pela frente e pelas costas, o que, segundo uma tradição, faz com que o peregrino se sacralize; a cabeça fica descoberta, mas aos doentes e aos idosos permite-se cobri-la. O «ihram» das mulheres é uma ampla capa e véu. Uma vez envergado o «ihram», este deve ser usado até ao término da peregrinação.

4. Familiariza os peregrinos com o ambiente espiritual e histórico do Profeta Muhammad, para eles extraírem matéria de inspiração e aliviarem a sua Fé.

5. Comemora os rituais divinos seguidos por Abraão e Ismael (Ibrahim e Iamail), que são conhecidos como os primeiros peregrinos à primeira casa de Deus nesta terra, isso é a Caba, em Meca.

6. É uma lembrança na Grande Assembleia do Dia do Juizo Final, em que todos comparecerão perante Deus, em pé de igualdade, à espera do seu Destino Final, sem poderem pretender nenhuma superioridade de raça ou linhagem. É também uma lembrança o facto de Meca só, no mundo inteiro, ter sido honrada por Deus como centro do monoteísmo desde os tempos de Abraão, e de ficar para sempre centro do Islão, a religião do perfeito monoteísmo.

É fácil observar que a «Hajj» é um processo de enriquecimento espiritual e conforto moral, de ardente devoção e experiência disciplinar, de interesses humanitários e conhecimentos inspiradores — tudo junto numa só instituição do Islão.

A descrição do ritual e das etapas da «Hajj» é bastante complexa. Aqui não falaremos nela. Se quiser mais detalhes, o leitor poderá consultar obras elaboradas sobre este assunto. No entanto, é preciso indicar que no inteiro transcurso de «Hajj» existem guias bem informados (*metoweif*), devidamente credenciados e sempre prontos a ajudarem os peregrinos com as instruções correctas.

Também é preciso especificar que todo este processo de devoção é exclusivamente destinado a Deus. É pela glória de Deus que os muçulmanos vão a Meca, e não para beijarem uma pedra ou adorarem um homem ou uma semi-divindade. O beijar ou tocar a Pedra Negra da Caba é uma acção facultativa, e não uma obrigação ou prescrição. Quem beijar ou tocar a Pedra Negra não o faz por

ter fé nela por lhe atribuir alguma qualidade supersticiosa. É só em Deus que se tem fé. O beijar, tocar ou apontar a Pedra é uma mera prova de respeito ou símbolo do amor pelo Profeta Muhammad, que pôs a Pedra para a fundação da Caba quando da sua reconstrução. Aquele acontecimento tem importância especial, por apresentar Muhammad como um homem dedicado à paz. Quando a Caba estava em reconstrução, anos antes do advento do Islão, suscitou uma grande disputa entre os chefes das várias tribos para ver quem devia ter a honra de restabelecer a Pedra... Era um assunto gravíssimo e as sombras da guerra civil pairavam sobre o local sagrado. Os chefes tratavam com profundíssima reverência aquela Pejra, embora não fosse mais do que uma simples pedra. Tal reverência pode atribuir-se ao facto de a Pedra lembrar o Profeta Abraão, o Grande Avô dos Árabes, e de ela ser talvez a única Pedra que ficou tal qual a antiga estrutura do Edifício Sagrado. Em todo o caso, a Pedra propriamente dita não tem significado nenhum no que diz respeito ao Islão e aos muçulmanos.

Ao verificar que por si sós não conseguiam resolver a disputa, os chefes tribais concordaram em deixar que o primeiro Profeta que viesse solucionaria o caso. Apareceu então Muhammad. O Profeta decidiu envolver a Pedra numa grande tela e pediu a todos os contestatários que colaborassem nesse trabalho. Com tal decisão sensata, as partes em conflito se harmonizaram, ficando o assunto resolvido e a paz restabelecida. Eis a história da Pedra Negra. Portanto, é em lembrança de Muhammad, o sábio pacificador, que os peregrinos beijam a Pedra ou a apontam com reverência. O facto explica-se melhor por comparação. É natural que um bom patriota, ao voltar do exílio, ou um soldado, ao voltar do campo de batalha, reaja de certa maneira no momento de tocar a querida

terra natal. Por exemplo, beijar a terra ao chegar à fronteira da pátria, ou abraçar com profunda emoção os primeiros compatriotas que encontrar, ou sentir admiração pelas coisas que vê. Isso é considerado normal e apreciável, mas ninguém pensaria que o patriota ou o soldado adorasse a terra ou divinizasse os seus compatriotas ou atribuisse qualidades divinas às coisas que vê. É da mesma maneira que se deve interpretar o comportamento dos peregrinos. A Caba, em Meca, é o centro espiritual do Islão e a pátria espiritual de cada muçulmano. Quando o peregrino chega a Meca, os sentimentos são como os dum patriota que volta do exílio, ou dum soldado triunfante que volta duma batalha decisiva. Não se trata duma interpretação figurada, mas corresponde a factos históricos. Os antigos muçulmanos foram expulsos da sua terra e obrigados a viverem longos anos no exílio. Foi-lhes negado o direito de orarem na Caba, a Casa de Deus mais sagrada de todas. Ao regressarem do exílio, o seu primeiro destino foi a Caba. Entraram com entusiasmo no lugar Sagrado, destruiram todos os ídolos e as imagens que lá se encontravam (""), e restabeleceram os ritos da peregrinação.

Visita ao túmulo do Profeta, em Medina

A visita ao túmulo do Profeta Muhammad em Medina (outra cidade da Arábia Saudita) não é uma obrigação essencial para que a «Hajj» seja válida e completa. No entanto, é sempre aconselhável e recomendado com insis-

(") N. E. — Note-se que na Arábia, mais propriamente em Meca, antes do Islamismo, havia trezentos e sessenta ídolos, que os idólatras adoravam à razão de um por cada dia do ano.

tência que quem conseguir ir a Medina, visite o túmulo do Profeta para render homenagem ao maior predicador que jamais conheceu a humanidade.

É preciso lembrar que o auge da «Hajj» é constituído por um sacrifício, uma oblação oferecida a Deus, a celebrar o fim desta viagem de devoção e sustentar os pobres para que possam sentir a alegria universal do Dia de «Id». Este dever não é cumprido só pelos peregrinos, mas também por todos os muçulmanos abastados, no mundo inteiro.

Sacrifício em homenagem ao Profeta Abraão

Alguns muçulmanos conscientes levantaram há já alguns anos atrás, um problema delicado, mas bastante pertinente: na altura da «Hajj» são sacrificados muitos animais (em homenagem ao sacrifício do Profeta Abraão) e cuja carne se desperdiça em enormes quantidades. O calor, a deficiente rede de frio, o transporte inadequado e a grande abundância de carne nestes poucos dias fazem com que a maior parte dela fique inutilizada ou inconsumível. É uma situação nova com problemas novos. O muçulmano consciente quer saber o que deve fazer neste caso.

Não é necessário entrarmos em debates legalistas sobre as opiniões doutas dos teólogos notáveis, tanto clássicos como contemporâneos. Mas devemos lembrar que o Islão não tolera nenhum desperdício, seja qual for a sua natureza ou quantidade; o Islão responde primeiro à necessidade mais urgente; permite optar pelo «menor dos males», opera com um sistema de prioridades que se estende do mais importante ao menos importante e do mais desejável ao menos desejável; oferece ao mesmo tempo soluções e possibilidades de adaptação. A partir destes princípios,

o problema tem fácil solução; ele emana do espírito do Islão, embora pareça afastar-se ligeiramente de algumas interpretações literais. A solução pode ser posta na prática em várias etapas e a vários níveis.

Antes de mais, os muçulmanos devem fazer o melhor que puderem para assegurarem as instalações de refrigeração adequadas, para que a carne que sobrar possa ser conservada e distribuída aos pobres dentro e nos arredores dos lugares sagrados durante o ano todo. Em segundo lugar, é preciso também fazer esforços para que a carne que sobrar seja transportada para os muçulmanos necessitados, seja qual for o lugar onde se achem. Os animais podem ser sacrificados em Meca e a carne enlatada ou congelada ser transportada, em seguida, para qualquer região do mundo onde haja muçulmanos necessitados. Em terceiro lugar, a carne que sobejar pode ser vendida, para que o respectivo dinheiro seja utilizado a nível local, regional, nacional ou internacional, em obras de caridade. Estas são medidas realizáveis que os muçulmanos devem pôr em prática no seu conjunto. Entretanto, e até que sejam possíveis tais medidas, qualquer muçulmano que achar que a carne que sobra será desperdiçada, poderá adiar ou adiantar a data do sacrifício. Poderá escolher o melhor dia e lugar para evitar qualquer esbanjamento. Senão, poderá pagar em moeda o valor do animal que devia sacrificar em Meca, nos dias da Peregrinação colectiva anual «Hajj», e o respectivo dinheiro ser empregue em obras de beneficência, ao serviço de alguma causa legítima (¹).

(¹) Eis aqui um douto comentário feito pelo grande Sheik agora falecido, Mahmud Shaltut, na sua obra «Al-Fátawa» (Cairo: Al-Azhar University Press, 1959, pp. 152-160). Estamos respeitosamente em desacordo com algumas das suas afirmações. No entanto, não podemos pretender que o nosso ponto de vista seja o único verdadeiramente islâmico; tal ati-

Uma última observação refere-se à questão do sacrifício e ao que ele simboliza de facto. Como foi já dito no capítulo de «Ide», o que agrada a Deus não é nem a carne, nem o sangue, mas sim a expressão de gratidão, a afirmação da Fé n'Ele, aquele acontecimento histórico em que o Profeta Abraão (Ibrahim) recebeu a ordem de oferecer o seu filho em sacrifício; tanto o pai como o filho prontamente obedeceram sem nenhuma hesitação. Mas a vida do menino foi poupada e resgatada por um cordeiro. O sacrifício veio a ser uma celebração anual a comemorar aquele acontecimento e a dar graças a Deus pelos Seus favores. Existem duas versões: para uns o filho de Abraão a sacrificar seria Ismael (Ismail), e para outros Isaac (Ishaq).

Os muçulmanos crêem que Ismael (Ismail), e não Isaac (Ishaq) foi destinado ao sacrifício em obediência à ordem de Deus. Mas foi resgatado depois de ele e o seu pai terem estado prontos a cumprirem a vontade de Deus. Existem pelo menos vinte argumentos em apoio desta crença. No entanto, nenhum deles se propõe diminuir o papel histórico dos Filhos de Israel, ou a luz e a sabedoria a eles reve-

tude seria presunçosa e mesmo irresponsável. Mas podemos dizer o seguinte: na medida em que a instituição da «Hajj» influí na vida social, ela pertence a um ramo da Lei Islâmica (Xaria) que se chama «Mu'Amalat» (trato social). Este ramo da Lei completa o da «Ibadat» (questões de adoração e rituais), ao que se considera comumente que pretende a instituição da «Hajj». Porém, os dois ramos são inseparáveis e pode dizer-se que a «Hajj» é, em grande medida, uma parte da «Mu'Amalat». Reconhecendo a dimensão social de «Hajj» e o problema prático do desperdício de alimentos tão necessários, em dinheiro e em esforço, nós somos obrigados a reinterpretar as regras do sacrifício de tal modo que fique salvaguardado o espírito do Islão e sem pôr em causa, racionalmente e dentro do realismo, os problemas mais prementes de higiene e economia. Por isso, apresentamos a referida interpretação de Sheik Shaltut desejando que seja aceite por Deus e útil para os nossos irmãos muçulmanos.

tadas pelo Profeta Moisés (*Mussa Alaihissalamu*). Antes pelo contrário, o Alcorão sublinha-o em numerosas passagens (por exemplo 2:40; 7:137; 17:2; 40:53; 45:16).

Entre outros argumentos, mencionamos os seguintes:

1. O inteiro contexto do acontecimento, tal como o relata o Alcorão (37:101-113) não deixa sombra de dúvida de que Ismael era o filho destinado ao sacrifício por seu pai, em resposta à ordem de Deus.

2. O Antigo Testamento existente (Gen. 21:5) afirma que Isaac nasceu quando o seu pai Abraão tinha 100 anos, enquanto Ismael nasceu quando o seu pai tinha 86 anos (Gen. 21:16). Portanto, no espaço de catorze anos, Ismael foi o único filho de Abraão, enquanto Isaac nunca esteve na situação de filho único. No entanto, o Antigo Testamento (Gen. 22:2) afirma que Abraão recebeu a seguinte ordem: «Toma agora o teu filho, o teu único filho Isaac... e vai à terra de Moriah e entrega-o ali em holocausto». O nome de Isaac parece figurar neste contexto graças a uma óbvia inserção. E tão-pouco se sabe com certeza onde é que ficava aquela terra de Moriah, a não ser que fosse o Monte de Marwat em Meca, o que vem em apoio da versão islâmica.

3. O acontecimento passou-se inteiramente perto de Meca. E sabemos que Ismael e a sua mãe Agar (Hajra) foram os que acompanharam Abraão a Meca, se estabeleceram ali, e o ajudaram a erguer o sagrado santuário da Caba (Alcorão, 2:124-130; 14:35-40).

4. O argumento talvez mais importante em apoio da crença islâmica é o seguinte: a versão judaico-cristã leva a certas conclusões sujeitas a sérias objecções:

a) discriminação entre as irmãs só porque a mãe de um era escrava (Agar) e a mãe do outro (Sara) era livre;

b) discriminação entre as pessoas, por motivos de raça, crença ou posição social;

c) pretensão à superioridade espiritual em nome dos antepassados;

d) negação da legitimidade à criança cuja mãe fosse escrava.

Todas estas deduções e conclusões são contrárias ao espírito do Islão, e os muçulmanos terão que rejeitar esses argumentos.

A situação dos antepassados, a origem nobre ou humilde da mãe, a proveniência social ou a cor não exercem influência nenhuma sobre as qualidades espirituais e humanas das pessoas, pelo menos perante Deus (¹).

(¹) Além destas observações, ver A. Yusuf Ali, «The Holy Quran Text, Translation and Commentary» (1946, pp. 1204-1206);

Ibn Qayyin Al-Gawazayh, «Zad 'al Ma ad» (Edição de Beirute, n. d. vol. I, pp. 15-17).

CAPITULO IV

Aplicação do Islão à vida diária

É com razão que os muçulmanos não consideram o Islão apenas como um ideal abstracto destinado somente à adoração imaterial. O Islão é um código de vida, uma força activa que se manifesta em todos os campos da vida humana. Os muçulmanos consideram também que o indivíduo é o centro de gravidade e a força motriz capaz de pôr o Islão ou qualquer outro sistema em pleno funcionamento, a todos os níveis. Por isso, o Islão começa sempre pelo indivíduo e prefere constantemente a qualidade à quantidade.

O Islão inicia-se a partir do indivíduo. Vamos examinar a natureza do homem e descobrir como o Islão vê esta natureza. Para esclarecermos esta questão o melhor possível, sem cairmos em disputas filosóficas ou controvérsias abstractas, podemos definir o homem como um conjunto de duas naturezas complementares, em correlação extremamente íntima, e em permanente interacção. Trata-se da natureza interior e da natureza exterior. Ou podemos também dizer que o homem tem uma só natureza com duas secções mutuamente relacionadas e dificilmente separáveis uma da outra. Uma é interna e a outra é externa. A natureza interna do homem inclui a «Ruh» (alma, ser ou coração) e o «Acal» (mente ou capacidade de raciocinar ou inteligência).

Para explicarmos a natureza interior do homem, teremos que tratar de dois aspectos:

- (1) o aspecto espiritual ou moral;
- (2) o aspecto intelectual.

As outras actividades do homem terão que ser classificadas como aspectos exteriores. Esta concepção é admitida universalmente, ao dizer-se que «nem só de pão vive o homem».

1. Natureza Interior

A) Vida Espiritual

O Islão organiza a vida espiritual ou moral do homem de maneira a fornecer-lhe plenamente o alimento espiritual necessário à piedade e probidade, à segurança e à paz. As prescrições do Islão para a vida espiritual do homem, se forem cabalmente aplicadas, levam a resultados positivos máximos no que diz respeito à evolução e à natureza espirituais do ser humano. As principais prescrições do Islão são:

1. A Fé (Iman);
2. A oração (Salát);
3. A esmola (Zacá);
4. O jejum (Saum);
5. Peregrinação a Meca (Hajj);
6. O amor a Deus e ao Seu Mensageiro, amor à verdade e à humanidade por amor de Deus;
7. A Esperança e a confiança em Deus, em qualquer momento;
8. O sacrifício por amor a Deus, com verdadeira abnegação.

B) Vida Intelectual

A natureza intelectual do homem é constituída pela mente ou inteligência ou capacidade de raciocinar. O Islão concede extraordinária atenção a este aspecto, erguendo a estrutura intelectual do homem sobre solidíssimos alícerces, que podem ser classificados da seguinte maneira:

1. O conhecimento da verdade com base em provas e argumentos incontestáveis, adquirido através da «experiência» ou da «experimentação» ou ambas. A este respeito pode dizer-se com razão que o Alcorão é, sem dúvida nenhuma, a primeira autoridade a prescrever a busca zelosa do conhecimento através da «experiência» assim como da «experimentação», meditação e observação. Aliás, é uma prescrição divina que incumbe a cada muçulmano, homem ou mulher, o procurar o conhecimento no sentido mais amplo da palavra, e buscar a verdade. A natureza e o universo inteiro constituem um tesouro aberto e revelador de conhecimentos e verdades inesgotáveis, e o Alcorão foi o primeiro Livro Sagrado a recomendar estas ricas fontes de conhecimentos. Ele não aceita «verdades» herdadas ou pretensos factos que não são apoiados por nenhuma prova ou argumento. A nosso ver, o Alcorão foi o primeiro Texto Revelado a perguntar explicitamente «porquê?» e a exigir provas em apoio de qualquer convicção ou disputa (Alcorão, 2:111 e 21:24).

O próprio Alcorão é um notável estímulo intelectual; provoca o intelecto humano à disputa de qualquer verdade alcorânica ou à invenção de qualquer semelhante ao Alcorão. Ao ler qualquer capítulo do Alcorão, o leitor descobrirá o mais insistente apelo à procura do conhecimento, às infinitas fontes que a natureza oferece. O Islão considera a devocão ao conhecimento verdadeiro como devocão a Deus no sentido mais compensador.

2. O segundo aspecto desta noção é a Fé em Deus, inesgotável fonte de conhecimento e investigação espiritual nos campos infinitos do pensamento. No Islão, a Fé em Deus é o pilar de toda a estrutura religiosa. Mas, para que a Fé em Deus resulte válida, o Islão exige que ela se baseie em certezas e convicções inabaláveis. Estas, por sua vez, não se podem adquirir sem o investimento conveniente do intelecto. Um cérebro inerte ou indiferente e uma visão limitada não são capazes de atingir o cume da Suprema Verdade, que é Deus, nem de sentir a verdadeira profundezas da Fé.

O Islão não reconhece a Fé que for adquirida através da imitação cega, e aceite submissamente ou sem contestação. Isto é importantíssimo para a vida intelectual do homem. O Islão exige a Fé em Deus; e o Alcorão contém numerosas passagens a apelarem para a Fé em Deus. Mas aprender-las de cor ou guardar o livro na biblioteca não ajuda a compreensão do seu significado. O sentido de tais asserções é de elas constituirem uma calorosa exortação e um apelo urgente para o despertar do intelecto, para pensar, calcular e meditar. É verdade que o Alcorão revela as verdades e os factos essenciais em relação a Deus; no entanto, também é verdade que ele não quer que o homem se porte como um herdeiro preguiçoso que não faz nenhum esforço próprio. O Alcorão quer que o homem enriqueça o seu património intelectual com notável esforço e acumulação honesta, para ficar intelectualmente em segurança. «Água deu, água levou», e o Islão desaprova a fé que vem com facilidade e que normalmente se perde também com facilidade. O Islão quer que a Fé em Deus seja activa e permanente, para iluminar todos os recantos do coração e prevalecer em todos os aspectos da vida humana. A Fé facilmente adquirida nunca será capaz disso, e o Islão nunca aceitará menos.

Ao exigir-se a Fé em Deus com base no conhecimento, do pensamento e na pesquisa, o Islão abre de par em par todos os campos do pensamento para o intelecto penetrar neles o mais fundo possível. Não impõe nenhuma restrição ao livre-pensador que anda à procura do conhecimento para ampliar a sua visão e desenvolver o seu espírito. Antes estimula-o a recorrer a todos os métodos do conhecimento, quer aos puramente racionais, quer experimentais. Ao apelar para o intelecto desta maneira, o Islão manifesta a sua alta consideração e confiança nas capacidades intelectuais do homem e tenta libertar-lhe o espírito dos estreitos laços e limites do tangível. Também tenta elevar o indivíduo e investi-lo de confiança em si próprio e de autoridade celeste para estender o domínio do seu espírito em todos os campos do pensamento: físico e metafísico, científico e filosófico, intuitivo e experimental, orgânico e inorgânico. Assim, a Fé em Deus alimenta o intelecto e torna a vida intelectual próspera e produtiva. Quando a actividade espiritual e intelectual se organiza conforme os preceitos do Islão acima mencionados, a natureza interior do homem torna-se consciente e sá. E se o homem gozar segurança e consistência inteiros, a sua vida exterior terá a mesma natureza.

2. Natureza Exterior

A natureza exterior do homem é tão complexa, subtil e ampla como a sua natureza interior. É preciso sublinharmos uma vez mais que a consciência da primeira depende em grande medida da consistência da segunda e vice-versa, porque a natureza completa do homem é constituída por ambos os aspectos. É mais uma vez, para fins de esclarecimento, temos que classificar a natureza exterior do homem em divisões e subdivisões. Mas é preciso

termos sempre presente que qualquer desequilíbrio dentro do sistema da natureza humana, quer no interior do homem quer no exterior, está interrelacionada, e é visível o toque divino que o Islão concedeu a esses dois aspectos.

A) *Vida Pessoal*

O Islão preocupa-se com a vida pessoal do homem de maneira a assegurar-lhe a pureza e a limpeza; prescreve-lhe uma dieta salutar e ensina-lhe a maneira correcta de vestir-se, comportar-se, arranjar-se, divertir-se, etc.

a) *Pureza e Limpeza*

Uma das prescrições islâmicas prevê que antes da oração, o muçulmano tem que fazer a abluição, a não ser que anteriormente tenha já feito uma que se mantenha válida. Esta abluição obrigatória é às vezes parcial, outras vezes total, em função do estado de higiene em que se encontra o homem ou a mulher. Ora, se lemos que o muçulmano tem que oferecer pelo menos cinco orações diárias obrigatoriamente, com o coração e o espírito puros, com o corpo e a roupa em perfeito estado de limpeza, num lugar limpo e com intenção pura, compreenderemos facilmente os resultados benéficos que esta prescrição traz para o homem (Alcorão, 4:43 e 5:7).

b) *Dieta*

O homem deve conceder particular atenção ao seu regime alimentar, para manter o coração puro e a mente sã, e para nutrir a alma com as suas aspirações e o corpo sano e limpo. E isso é precisamente o que o Islão prescreve. Algumas pessoas equivocam-se ao considerarem que a

comida e a bebida não têm nenhum efeito directo ou importante sobre o estado geral da pessoa e que basta encher o estômago com regularidade. No entanto, não é este, com certeza, o ponto de vista do Islão, que encara o assunto com muita acuidade. O princípio geral do Islão a este respeito é o seguinte: Todas as coisas puras pela sua natureza e boas para o homem são permitidas ("") no regime alimentar, desde que se tomem em quantidades moderadas. E todas as coisas impuras e más são proibidas em todas as circunstâncias normais. Existe sempre uma margem e certa flexibilidade para excepções correspondentes para casos de absoluta necessidade (Alcorão, 7:157).

Além deste princípio geral, existem certas comidas e bebidas explicitamente proibidas por Deus, tais como: a carne das aves e animais mortos, a carne de porco e a de qualquer animal que a pessoa mate sem invocar o nome de Deus (""). As bebidas que o Islão considera destrutivas e nocivas para o espírito e a moralidade humana

(¹⁰) N. E. — No versículo 5 do capítulo V do Alcorão pode ler-se: «Al-yauma ohilla lacomur'tâyyebâte; wâta'âmul'Ladîna utul-Quitâba hillul' 'lacum wâta'amocum billul'lahum...»

Eis a sua tradução:

«Estão-vos permitidas todas as coisas sadias, assim como vos é lícito o alimento dos que receberam o Livro — judeus e cristãos —, da mesma forma que o vosso é lícito para eles...»

— Com base neste último versículo, os muçumanos podem consumir carne dos talhos judaicos, na medida em que os judeus abatem o gado (de acordo com o seu ritual religioso), evocando o nome de Deus (o Único Deus) e expulsando todo o sangue.

(¹¹) N. E. — O versículo 3 do cap. V do Alcorão diz: «São-vos proibidas para a alimentação: a carne putrefacta, o sangue, a carne de porco, os animais consagrados a qualquer outro nome que não seja o de Deus; os animais estrangulados; os mortos por espancamento; os vitimados a golpes; os mortos por causa de uma queda ou por chifres; os apanhados por feras

assim como para o físico do homem, estão incluídas no capítulo alcorânico que proíbe todos os tóxicos e todos os jogos de azar (Alc. Cap. V, 93-94).

A proibição destas comidas e bebidas não é de maneira nenhuma uma acção arbitrária ou um decreto ditatorial emitido por Deus. É antes de mais uma intervenção divina no melhor interesse do homem e por amor a ele. Ao descrever estas coisas proibidas como más, impuras e nocivas, o Alcorão vigia atentamente a moralidade do homem e a sua sensatez, saúde e riqueza, a sua piedade e comportamento corrente — que são todos eles valores inestimáveis no entender do Islão. Esta intervenção divina explica-se por numerosas razões, de ordem intelectual e espiritual, moral e mental, física e económica. E o seu único intuito é ensinar ao homem a maneira de se desenvolver seguindo um curso de vida íntegro para vir a ser uma unidade sã dentro da estrutura familiar, em pri-

(salvo esses que matais, de acordo com a Lei-ritualmente, com o golpe da morte) e os que tenham sido imolados aos ídolos».

Por sua vez, no Livro II de uma edição dos «Hadites» (Tradições) compilados pelo Maulana Fazlul Karim (edição bilingue árabe/inglês, Calcutá, Julho de 1939, pág. 154), lê-se: «Os seguintes alimentos são proibidos aos muçulmanos: 1) carne de animais, em cujo abate não seja invocado o nome de Deus; 2) Tudo o que tenha sido sacrificado aos ídolos; 3) Todos os animais que morrem sem ser invocado o nome de Deus. Neste capítulo incluem-se animais estrangulados, vítimas de golpes ou mortos por feras; 4) Aves carniceiras; 5) Todos os animais e aves de rapina; todos os bípedes e os quadrúpedes que aprisionam para devorar com os dentes e todas as aves que apanham com as suas garras — v. g. raposas, hienas, elefantes, leopardos, leões, tigres, lobos, chacais, doninhas, papagaios, corvos, crocodilos, insetos, passarinhos, mulas, macacos, porcos, carne humana, etc 6) Todas as coisas impuras e repugnantes — v. g. cães, gafanhotos, gatos, burros, cavalos, lagartos, focas, tubarões, cavalos marinhos, cobras porcos, etc. etc.»

meiro lugar, depois da sociedade, e por último de toda a humanidade.

Quanto à qualidade da nutrição orgânica do homem, o Islão é tão intransigente como no que diz respeito à sua saúde espiritual e evolução intelectual. Esta é a razão pela qual certos alimentos são interditos totalmente; como foi já mencionado, outros são apenas interditos quantitativamente. Os muçulmanos devem aproveitar as coisas permitidas em quantidades moderadas, sem abuso ou excesso (Alcorão, 7:31). Se evitar consumir todos os géneros proibidos, o muçulmano será recompensado por esse esforço pelo Clemente Provedor (2:168, 172; 5:90-91) ("").

c) Vestuário e adornos

Na maneira de o homem se vestir e enfeitar, o Islão concede particular importância aos princípios de decência, modéstia e virilidade, desaconselhando ao mesmo tempo qualquer maneira de vestir extravagante que não permita atingir, manter e desenvolver as qualidades mencionadas. Os tecidos e os modos de vestir que estimularem a arrogância ou a vaidade são estritamente proibidos, assim como os ornamentos capazes de enfraquecer a moralidade do homem ou de lhe afectar a virilidade. O homem tem que ser fiel à natureza varonil que Deus lhe destinou, e abster-se de tudo o que for capaz de lhe enfraquecer o carácter. Por isso, o Islão proíbe o

(**) N. E.— Sobre este assunto, existe um importante estudo intitulado «Aspectos Médicos dos Alimentos Proibidos pelo Islão» — Al Ittihad, da autoria de Ebrahim Kezim, M. D. (publicado pela Associação dos Estudantes Muçulmanos nos Estados Unidos e no Canadá — 1971, vol. 8, n.º 1 — pp. 4-6).

**homem de utilizar certos tecidos, e uso de jóias, ricos e luxu
brantes. Esses ornamentos só convêm à natureza feminina.**

Se o Islão permite à mulher usar as coisas proibidas aos homens e que só convêm à natureza feminina, isso não quer dizer que permita a sumptuosidade. Só lhe permite o que convém à natureza dela e, ao mesmo tempo, protege-a de tudo o que for capaz de prejudicar ou perverser esta natureza. A maneira de a mulher se vestir, embelezar, andar e mesmo olhar é uma questão muito delicada, a que o Islão presta grande atenção. A este respeito, a visão islâmica concentra-se sobre o bem-estar geral da mulher. O Islão aconselha tanto ao homem como à mulher a agirem para que a mulher em particular seja ajudada a manter e desenvolver a sua dignidade. Sobre este tema, pode ler-se no Alcorão: «Diz aos crentes que devem baixar os olhos e guardar a sua modéstia; isso confere-lhe mais pureza. E Deus vem a saber tudo o que eles fizeram. E diz às mulheres crentes que devem conservar a modéstia e não andar com a sua beleza em exibição; que não devem chamar a atenção sobre a sua beleza» (24:30-31).

O Islão é muito sensível à maneira de a pessoa se vestir e adornar, exortando com toda a clareza que tanto o homem como a mulher têm que se manter dentro da própria natureza de cada um, para salvaguardar os instintos naturais e adquirir modéstia e alta moralidade. Conta-se que o Profeta Muhammad afirmou que «Deus condena os homens que agem ou se portam como as mulheres, assim como condena as mulheres que se portam e agem como os homens. No entanto, deve ter-se presente que o Islão não prevê restrição nenhuma quanto ao vestuário e ornamentos convenientes e inofensivos. Aliás, o Alcorão considera-os belos presentes de Deus e censura os que pensarem que estão proibidos (7:32-33).

d) *Divertimentos e passatempos*

É com grande satisfação que notamos que a maioria das práticas islâmicas da adoração (v. g. orações, jejum, peregrinação) contêm certas características desportivas, embora fundamentalmente e pela sua própria natureza tenham fins espirituais. Mas quem poderia negar a permanente interacção entre o físico e o moral do homem? No entanto, o Islão tem muito mais a dizer no campo do domínio dos divertimentos e passatempos. Tudo o que provocar pensamentos profundos ou refrescar o espírito e revitalizar o corpo para manter o homem em boa forma é estimulado e recomendado pelo Islão, na condição de que não antecipe ou encerre algum pecado, e não provoque qualquer impedimento ao cumprimento de outras obrigações. Cabe salientar sobre este assunto, a seguinte afirmação do Profeta: «Todos os que tenham fé em Deus têm boas qualidades, mas o forte é melhor do que o fraco...»

É um erro lamentável associar aos desportos e divertimentos práticas que não são nem desportivas, nem divertidas. Há quem considere os jogos de azar e as bebidas como desportos e divertimentos, mas não é este o ponto de vista do Islão. A vida merece ser vivida e foi-nos concedida para um determinado fim. Ninguém pode abusar dela ou desperdiçá-la. Portanto, ao estender as suas diretrizes na organização da vida até aos seus aspectos mais pessoais, o Islão não pretende fazer nenhuma intrusão ou violação dos direitos pessoais do ser humano. Visto que a vida é o bem mais precioso do homem, destinado para fins nobres, o Islão ensina a maneira de a viver com naturalidade e proveito. Entre as medidas tomadas para este fim, salientamos a proibição dos jogos de azar, que de facto aceleram a tensão em vez de a reduzirem.

Se o homem entregar o seu destino ao turbilhão louco do jogo, e investir os seus talentos no imprevisto da mesa de jogo, ele desvia-se do curso normal da vida. Para o proteger de toda esta inútil tensão mental e nervosa, e para o ajudar a levar uma vida natural, tanto nos meios como nos fins, o Islão proíbe qualquer forma e tipo de chamados «jogos de fortuna ou azar».

Da mesma maneira, se a pessoa mergulhar no vício da intoxicação com drogas ou no turbilhão do álcool, isso significa uma vergonhosa fuga da realidade e um insulto irresponsável àquilo que há de melhor no homem — a mente. Os perigos e as tragédias da intoxicação são demasiado evidentes para entrarmos em mais detalhes. Muitas vidas se perdem diariamente por este motivo. Muitas famílias se dissolvem por esta ameaça. Biliões de dólares se dispêndem com o uso do álcool, que origina miséria e infelicidade. O alcoolismo, além da destruição da saúde, provoca a depressão mental, a tristeza da alma, a absorção dos bens, a dissolução das famílias, o abuso da dignidade humana, a sabotagem da moralidade e uma cobarde retirada das realidades; todo aquele que bebe em sociedade é potencialmente um alcoólico. O Islão não pode tolerar tais perigos e não pode deixar o homem abusar do próprio sentido da vida desta maneira trágica. Por isso, o Islão não associa as bebidas e os jogos de azar aos divertimentos saudáveis e recreativos, pelo que os condena totalmente (*). Para se apreciar a atitude do Islão face ao flagelo do alcoolismo, basta recorrer a qualquer fonte de notícias mundanas, relatórios-médicos ou de serviços sócio-prisionais. De todos os flagelos da sociedade contemporânea, o alcoolismo é sem dúvida, de longe o

(*) N. E. — Presentemente, segundo dados já divulgados pela imprensa, existem em Portugal cerca de quinhentos mil alcoólicos.

mais grave. Mais de meio milhão de americanos tornam-se alcoólicos todos os anos. De cada dez ou doze pessoas que começam a beber num determinado ano, uma é vítima do alcoolismo. Todas estas tragédias consideráveis falam muito mais alto do que qualquer argumento teológico ou comercial.

B) *Vida Familiar*

Existem muitas definições e descrições de «família». No que nos diz respeito, adoptaremos a seguinte definição simplificada. A família é um grupo social humano cujos membros estão unidos por laços de consanguinidade e/ou relações conjugais.

Os laços de família supõem direitos e obrigações mútuas, prescritas pela religião, reforçadas pela lei, e respeitadas pelos membros do grupo. Consequentemente, os membros da família assumem certas responsabilidades mútuas, relacionadas com a identidade e provisão, herança e conselho, afeição aos pequenos e segurança aos velhos, e o máximo de esforço para se assegurar a continuidade da família em paz.

Como se pode ver claramente, os alicerces da família no Islão são os laços de consanguinidade e/ou as relações conjugais. A aliança mútua, clientela, consentimento privado à intimidade sexual, e casamentos «de direito comum» ou «de experiência» não constituem uma família no sentido islâmico da palavra. O Islão ergue a família sobre sólidos alicerces, capazes de garantirem razoável continuidade, verdadeira segurança e intimidade madura. Estes alicerces da família têm que ser firmes e naturais para estimularem sincera reciprocidade e satisfação moral. O Islão reconhece que não há laço mais natural do que o da consanguinidade, e não há modelo mais com-

pleto de intimidade sexual do que aquele que reúne a moralidade e a satisfação.

O Islão reconhece as virtudes religiosas, a necessidade social e as vantagens morais do matrimónio. O comportamento normal do muçulmano orienta-se para a vida de família e para a procura da sua própria família. O matrimónio e a família têm importância capital dentro do sistema islâmico. Existem muitas pasagens no Alcorão e afirmações do Profeta que vão mais longe considerando que «ao casar, o muçulmano cumpre metade da sua religião»; portanto, um bom muçulmano tem que ser devoto e simultaneamente cuidar da outra metade.

Sob o ponto de vista islâmico, o matrimónio é um dever religioso, uma salvaguarda moral e uma responsabilidade social. Sendo um dever religioso, tem que se cumprir; mas como todos os outros deveres islâmicos, é atribuído só aos que forem capazes de assumirem as responsabilidades que o mesmo implica.

1) *Conceito do Matrimónio*

Seja qual for o sentido atribuído ao matrimónio, o Islão considera-o como um laço sólido (*mītaqun galid*), um compromisso responsável na verdadeira acepção da palavra. É um compromisso perante a própria vida e a sociedade, que significa e confere sentido à sobrevivência da raça humana. É um compromisso assumido mutuamente pelos cônjuges e perante Deus, e no qual eles acharão a sua realização recíproca e individual, amor e paz, compaixão e serenidade, consolação e esperança. E tudo isso porque o Islão vê no matrimónio um acto virtuoso, de responsável devoção. O controlo sexual pode ser um triunfo moral, a reprodução — uma necessidade ou serviço social, e a boa saúde — um estado de espírito satis-

fatório. No entanto, estes valores e finalidades do matrimónio adquirem sentidos especiais e nova força se entrelaçados com a ideia de Deus, se concebidos também como compromissos religiosos, e interiorizados como graça divina. E esta parece ser a essência do matrimónio no Islão. Foi Deus que criou a humanidade dumha alma só, e desta alma criou uma companheira para que nela o homem achasse conforto e tranquilidade (7:107). E é sinal de Deus o facto de Ele ter criado do homem e para o homem uma companheira capaz de lhe trazer paz e tranquilidade, e de ter posto entre os dois amor e caridez. Naturalmente, só quem pensa será capaz de perceber este sinal (30:21). Mesmo nos momentos mais difíceis da vida conjugal, e no meio das disputas e litígios judiciários, o Alcorão lembra aos cônjuges os mandamentos de Deus, que os obriga a serem bondosos e sinceramente caridosos um com o outro, e sobretudo obedientes a Deus.

E importante notarmos que as prescrições islâmicas, quanto ao matrimónio, se aplicam igualmente a homens e mulheres. Por exemplo, se o celibato não é recomendado aos homens, também o não é no que diz respeito às mulheres. É um reconhecimento do facto de as necessidades das mulheres serem igualmente legítimas e seriamente levadas em consideração. Aliás, o Islão considera o matrimónio um acontecimento normal e natural, tanto para a mulher como para o homem. E até é capaz de ser mais necessário para a mulher, visto que, entre outras coisas, lhe garante uma relativa segurança económica. No entanto, esta importante vantagem suplementar a favor da mulher não caracteriza o casamento como pura transacção económica. De facto, o aspecto menos importante do matrimónio no Islão é o factor económico, seja qual for a força dele. Conta-se que o Profeta disse que em geral a mulher é pedida em casamento pela sua fortuna, beleza,

nobre linhagem ou qualidades religiosas; mas bendito e bem-aventurado será aquele que escolher a sua companheira pela sua piedade em vez de qualquer outra qualidade. O Alcorão impõe o casamento com mulheres solteiras e piedosas mesmo que sejam pobres e servas (24:32). Por outro lado, seja qual for o dote (presente de casamento) que o homem oferece à sua futura esposa, este pertence-lhe; e tudo o que a mulher tiver adquirido antes ou depois do casamento pertence-lhe em exclusividade. A comunhão dos bens dos dois cônjuges não é obrigatória.

Além disso, quem tem a responsabilidade de sustentar a família e de lhe garantir a segurança económica é a marido.

b) Duração do Matrimónio

O Islão considera o matrimónio como um compromisso muito importante e prescreve certas medidas para conferir ao laço conjugal a maior duração, humanamente, possível. Os dois cônjuges devem esforçar-se por satisfazerem as condições da idade conveniente, compatibilidade geral, dote suficiente, boa vontade, livre consentimento, abstenção de egoísmo no sentido de propriedade, intenções honradas e sensatez. Quando o homem e a mulher entram num contrato matrimonial, eles devem manifestar claramente a intenção de tornarem permanente a sua união, longe de qualquer intuito casual ou temporário. Por isso, o Islão proíbe os casamentos de prova, a prazo limitado, os matrimónios experimentais, casuais ou temporários. Numa das suas asserções mais claras, o Profeta Muhammad condena os homens e as mulheres que gostam de trocar com frequência de cônjuges, que saboreiam a companhia dum parceiro por alguns momen-

tos, depois procuram outro e mais outro, e assim por diante.

No entanto, esta insistência sobre o carácter permanente do matrimónio não quer dizer que o contrato conjugal seja absolutamente indissolúvel. As relações conjugais no Islão constituem assim um sistema bem equilibrado e integrado. O Islão não vê o casamento como um sacramento, nem como mero contrato civil. De facto, o matrimónio islâmico é um fenómeno único com feições muito especiais que tanto têm do sacramento como do contrato. Também é verdade que a alternativa a esta extremidade casual ou temporária não é a outra extremidade do contrato conjugal ser absolutamente indissolúvel. A atitude do Islão é a moderação equitativa e realista. O contrato conjugal deve ser considerado como um laço sério e duradouro. No entanto, se por certa razão válida este não resultar, pode acabar de maneira honrada e civilizada, em paz e equidade.

c) Relação Marido-Mulher

Se os cônjuges tomarem a piedade por critério da escolha, e se satisfizerem plenamente as condições previstas pelo matrimónio, então só poderão esperar uma vida conjugal feliz e conseguida. Contudo, o Islão vai muito mais longe, prescrevendo o comportamento do marido e da mulher para o bom êxito do matrimónio. Muitos são os versículos do Alcorão e as Tradições (Suna) que recomendam bondade e equidade, compaixão e amor, simpatia e consideração, paciência e boa vontade. O Profeta vai tão longe que chega a declarar que o melhor muçulmano é aquele que se porta da melhor maneira para com a sua família, e que a felicidade suprema na vida e a maior bênção é uma esposa boa e virtuosa.

Uma vez o matrimónio consumado, novos papéis incumbem aos dois cônjuges. Cada papel é um conjunto de direitos e obrigações equitativas e bem equilibradas. O papel desempenhado pelo marido evoluciona a partir do princípio moral de que o dever solene do homem perante Deus é tratar a esposa com bondade, honra e paciência; sustentá-la decorosamente ou libertá-la honestamente dos laços matrimoniais; não lhe dar nenhum desgosto ou motivo de queixa (Alcorão, 2:229-232; 4:19). O papel da esposa está expresso num versículo que diz que as mulheres têm direitos assim como têm deveres, da maneira mais equitativa. Cada cônjuge tem o seu espaço próprio. O homem, no entanto, é considerado como «chefe de família»; ao que os sociólogos chamam «direcção instrumental» ou autoridade externa no lar, ém resultado da divisão do trabalho e dos papéis diferenciados que os cônjuges desempenham. No entanto, isso não explica nenhuma discriminação de categoria ou superioridade dum sexo frente ao outro.

d) *Direitos da esposa — Obrigações do marido*

Transpostos em regras de comportamento, estes princípios éticos conferem à esposa certos direitos e recíprocos deveres. Visto que o Alcorão e as Tradições do Profeta impõem a bondade para com a mulher, o marido tem obrigação de conviver com a sua esposa de maneira equitativa e bondosa. Uma das consequências específicas deste mandamento divino é a responsabilidade do marido pelo completo sustento da mulher, dever que ele tem que cumprir cuidadosamente, sem nenhuma ofensa, reprovação ou condescendência.

Elementos do sustento

O sustento implica o direito incontestável da esposa à habitação, vestuário e comida, cuidado geral e bem-estar. A residência dela deve ser adequada para lhe fornecer o nível razoável de intimidade, conforto e independência. De primeira importância são o bem-estar da esposa e a estabilidade do matrimónio. O que se disse sobre a residência é também válido para o vestuário, o alimento e os cuidados gerais. A esposa tem direito aos cuidados do marido e de este lhe assegurar vestuário e comida, de acordo com as suas possibilidades e com a forma de vida dela. Tais direitos devem ser exercidos sem nenhuma extravagância ou avareza.

Direitos não materiais

Os direitos materiais da esposa não são os únicos a lhe garantirem a segurança. Ela tem também outros direitos de natureza moral; estes são tão obrigatórios e bem definidos como os outros. A Lei de Deus manda o marido tratar a mulher com equidade, respeitar os sentimentos dela e mostrar-lhe bondade e consideração. Ela nunca incorrerá na aversão do marido e não será vítima da insegurança e do acaso. Em resultado desta regra, não é permitido a nenhum homem manter a esposa no intuito de lhe fazer mal ou entravar-lhe a liberdade. Se não sentir amor ou simpatia pela sua mulher, esta tem o direito de exigir a extinção dos laços matrimoniais, e ninguém se poderá opor a que comece uma nova vida.

e) Obrigações da esposa — Direitos do marido

A principal obrigação da esposa é contribuir o melhor que puder para o êxito e a felicidade do matrimónio. Ela deve cuidar do conforto e bem-estar do marido; nunca poderá ofendê-lo ou ferir-lhe os sentimentos. Talvez nada seja capaz de ilustrar esta ideia melhor do que o versículo alcorânico que identifica os virtuosos com os devotos:

«Rabbana hab'laná min azwájina wa durriyyatiná qurratal'ayun, wâj'alná lillal-muttaquína imáma». (Ó Deus, dá-nos a alegria das nossas esposas e crianças, e torna-nos modelo de devoção). (Alcorão, Cap. XXV - Vers. 74).

Eis os elementos básicos dos quais decorrem as obrigações da esposa. Para cumprir com esta obrigação fundamental, a esposa deve ser fiel, digna de confiança e honesta. Mais claramente, ela não deve enganar o marido, evitando de propósito a concepção, para não lhe recusar legítima sucessão. Nem deve permitir a qualquer outra pessoa o acesso ao que é exclusivamente direito do marido, isso é a intimidade sexual. Consequentemente, não poderá receber ou instalar na sua casa outros homens sem o marido saber e consentir. Nem poderá aceitar presentes deles sem aprovação do marido. Isso é provavelmente para evitar ciúmes, suspeitas, comentários, etc., e também para manter a integridade de todas as partes implicadas. O marido confia-lhe os seus bens. Se ela tiver acesso a alguma partes destes, ou se lhe for confiado qualquer fundo, terá que cumprir o dever com sensatez e proveito. Ela não poderá emprestar ou dispor dos bens do marido sem a aprovação dele.

No que diz respeito à intimidade, a mulher deve fazer-se desejar; ser atraente e sempre atenciosa. A esposa nunca se deve negar ao seu marido, posto que o Alcorão

manda que cada um seja o conforto do outro. Devem-se levar em devida consideração, naturalmente, a saúde e a decência. Além disso, é desaconselhável à mulher fazer qualquer coisa que torne menos desejável ou atraente a sua companhia, pois até se ela, voluntariamente, negligenciar o seu aspecto, o marido tem o direito de solucionar a situação, intervindo na liberdade da sua mulher. Para que ambos se realizem totalmente, é proibido o marido fazer, por seu turno, qualquer acto capaz de impedir a satisfação da mulher.

f) *Relações entre Pais e Filhos*

1. *Direitos dos filhos: obrigações dos pais*

A maneira de o Islão abordar a situação dos filhos reduz-se a alguns princípios básicos. Em primeiro lugar, o mandamento divino proíbe o filho de fazer qualquer dano aos pais (Alcorão, 2:233). Em segundo lugar, por implicação recíproca, é proibido aos pais causarem qualquer desgosto aos filhos. O Alcorão reconhece abertamente que nem sempre os pais guardam a justa medida entre a protecção exagerada e a negligéncia. É a partir deste reconhecimento que o Alcorão estabeleceu, em terceiro lugar, certas directrizes e certos princípios em relação às crianças. O Alcorão afirma que as crianças são a alegria da vida e motivo de orgulho, mas também sementes de vaidade e falsa segurança, fontes de destruição e tentação; sublinhando as grandes alegrias do espírito, chama ao mesmo tempo a atenção dos pais para o perigo da confiança excessiva, falso orgulho ou más acções feitas pelas crianças. O princípio moral e religioso de tal atitude está em que cada indivíduo, pai ou filho, se relaciona com Deus directamente e é responsável pelas suas acções de maneira

independente. Não há criança que possa absolver o pai no Dia do Juízo Final, nem pai que possa interceder a favor do filho. No entanto, o Islão sente com intensidade a dependência crucial da criança em relação aos pais. O papel decisivo destes na formação da personalidade da criança é abertamente reconhecido pelo Islão.

Um dos direitos mais inalienáveis da criança no Islão é o direito à vida e às possibilidades iguais na vida. (Alcorão, 6:151; 17:23).

Outro direito igualmente inalienável é o direito à legitimidade, segundo a qual cada criança deve ter um pai e só um. Outros direitos referem-se à convivência, educação e cuidados gerais. Uma das acções mais louváveis no Islão é o cuidado para com as crianças. O Profeta amava as crianças e expressou a sua convicção de que a comunidade muçulmana ia destacar-se das outras comunidades pela bondade manifestada às crianças. A preocupação pelo seu bem-estar espiritual, necessidades de educação e prosperidade geral significa uma caridade de nível superior. O interesse e a responsabilidade pelo bem-estar da criança são questões prioritárias. Conforme as tradições do Profeta, no sétimo dia de vida dá-se à criança um nome bonito e honrado, e rapa-se-lhe o cabelo, além de outras medidas higiênicas que o crescimento saudável exige. Isso constitui uma ocasião festiva marcada por grande alegria e distribuição de esmolas.

A responsabilidade e compaixão pela criança é uma questão de importância religiosa assim como uma preocupação social. A criança tem que ser tratada com o máximo de cuidados, quer os seus pais vivam ou não, quer estejam presentes ou ausentes, quer sejam conhecidos ou não. Cada vez que houver testamentários ou parentes bastante próximos, estes responsabilizar-se-ão pelo bem-estar da criança e serão obrigados a cumprir esse dever. Mas se

não houver nenhum parente, a responsabilidade pelo bem-estar da criança competirá à Comunidade Islâmica no seu conjunto.

2. Obrigações dos filhos: direitos dos pais

A relação entre pais e filhos é complementar. No Islão, o pai e o filho estão ligados por obrigações e compromissos mútuos. Mas a diferença de idade é às vezes tão grande que os pais enfraquecem física e mentalmente. Isso causa com frequência impaciência, degeneração das energias, aumento da sensibilidade, e talvez mesmo juízos erróneos. Também pode levar a abusos da autoridade paternal ou à alienação e ao isolamento entre as gerações, algo semelhante ao que se chama hoje em dia «abismo entre as gerações». E talvez por ter levado em conta estes considerandos que o Islão reconheceu certos factos e elaborou prescrições básicas, que regem as relações do indivíduo com os seus progenitores.

O facto de os pais serem idosos e geralmente com maior experiência não lhes dá o direito de imporem discriminariamente os seus pontos de vista. Igualmente, a juventude por si só não é a única fonte de energia, idealismo ou sensatez. Em várias circunstâncias, o Alcorão cita exemplos em que os pais erraram no confronto com os filhos, e outros em que foram os filhos a julgarem mal a atitude dos pais (6:74; 11:42-46; 19:42-48).

Talvez ainda mais significante é o facto de os costumes, hábitos de família, tradições, ou sistema de valores e normas dos pais não constituirem por eles próprios verdades e certezas. Em várias passagens, o Alcorão censura severamente as pessoas que se afastam da verdade por lhes ser nova, ou contrária ao quotidiano, ou incompatível

com os valores adoptados pelos pais. Além disso...
rão sublinha o facto de que, se a lealdade ou obediência aos pais for capaz de afastar a pessoa de Deus, esta terá de seguir o caminho de Deus aconteça o que acontecer. É verdade que os pais merecem consideração, amor, compaixão e misericórdia. Mas se se desviarem da própria linha para interferirem nos direitos de Deus, será preciso definir e manter uma linha de demarcação.

O Alcorão sintetiza esta questão toda no conceito essencial do «Ihsan», que designa o que é correcto, bom e bonito. As implicações práticas do conceito de «Ihsan» em relação aos pais, dizem respeito à activa afeição e paciência, gratidão e compaixão, respeito para com eles, orações pelas suas almas, obrigações de honrarem os seus compromissos legítimos e receberem conselhos sinceros.

Uma das dimensões básicas do «Ihsan» é a deferência. Os pais têm direito a esperarem obediência da parte dos filhos pelo menos como recompensa parcial pelo que fizeram por eles. No entanto, se os pais pedirem o que não convém e exigirem o que se não deve, a desobediência torna-se não apenas justificada, mas imperativa. A obediência ou desobediência, a atitude dos filhos perante os pais não se deve reduzir a uma submissão categórica, nem a uma desconfiança irresponsável.

A última parte constituinte do «Ihsan» refere-se ao facto de os filhos serem responsáveis pelo apoio e sustento dos pais. É um dever religioso absoluto, os filhos ajudarem os pais em caso de necessidade e facilitarem-lhes uma vida mais cómoda.

g) Outros aspectos da vida familiar

O bom tratamento dos empregados dos outros membros da família, dos conhecidos e vizinhos está estreita-

mente relacionada com a vida familiar. O Profeta Muhammad deu conselhos claros aos que tiverem empregados permanentes ao seu serviço. Os «patrões» têm o dever de tratarem os empregados como se fossem irmãos e não escravos, porque, como disse o Profeta, a quem tratar bem os seus servidores, Deus lhe tornará a morte fácil e agradável, embora seja um momento normalmente doloroso e difícil. Os trabalhadores têm direito à justiça, bondade, misericórdia e remuneração justa. O Profeta vai mais longe ainda, em relação aos empregados que coabitam com os patrões, ao dizer que eles devem comer e vestir o que comem e vestem os patrões, e a entidade patronal deve tratar disso pessoalmente, como parte das obrigações para com os empregados. Estes não podem ser perseguidos, desprezados ou sobre carregados de trabalho. Estas regras destinam-se a demonstrar o modo como o Islão significa a humanidade e honra o trabalho. A condição de trabalhador não priva ninguém dos seus direitos e não lhe afecta a dignidade de ser humano; nem o deixa embriagar com a utopia do proletário. Todos os cidadãos dumha verdadeira sociedade muçulmana estão em pé de igualdade, porque o Islão não reconhece o sistema de castas nem a cidadania de segunda classe. A única superioridade reconhecida pelo Islão é a piedade e as boas acções no serviço de Deus (Alcorão, 9:105; 49:13).

Deus ordenou que o homem deverá conceder o máximo de ajuda com bondade aos outros membros da família e aos conhecidos, e lhes manifestar sinceros sentimentos de solidariedade. É interessante notarmos que a palavra «parentesco» deriva em árabe dumha raiz lexical que significa «misericórdia» (*rahim* — parentesco, e *rahmat* — misericórdia). A bondade para com os parentes é um caminho que leva ao Paraíso. O Profeta descreve o bom tratamento dos parentes como uma bênção divina

na vida e fortuna do indivíduo. A bondade para com os parentes é um dever sagrado, mesmo que não haja reconhecimento ou reciprocidade da outra parte. Este dever foi prescrito por Deus e deve ser respeitado por amor a Deus, seja qual for a reacção dos parentes (Alcorão, 2:77; 4:36; 16:90; 17:23-26).

O estatuto de vizinhança tem importância especial no Islão. Os vizinhos de todas as categorias gozam numerosos privilégios que o Islão lhes confere. Conta-se que o Profeta Muhammad disse que ninguém se pode considerar verdadeiro crente se os seus vizinhos se não sentirem e não estiverem em segurança com ele. Igualmente, ninguém é verdadeiro crente se os vizinhos passarem fome, enquanto ele andar abastado. O Profeta afirmou que quem tratar os vizinhos o melhor que puder, desfrutará a vizinhança de Deus no dia do Juizo Final. Os vizinhos devem trocar presentes e dádivas, assim como devem compartilhar as alegrias e as tristezas. Noutra passagem, o Profeta afirmou: «Sabeis quais são os direitos do vizinho? Ajudai-o se pedir ajuda; alivai-o se procurar o vosso alívio; emprestai-lhe o que vos for necessário; preocupai-vos se ele estiver aflito; cuidai dele se estiver doente; ide ao seu enterro quando morrer; dai-lhe os parabéns se lhe acontecer boa coisa; mostrai-lhe compaixão se alguma calamidade lhe acontecer; não entreis em conflito com ele; não o importuneis...» Além disso, conta-se ainda que o Profeta dissera que o Anjo Gabriel concedeu tanta importância aos direitos dos vizinhos, que o fez pensar que talvez os vizinhos tivessem algum direito à herança.

C) Vida Social

A vida social do verdadeiro muçulmano baseia-se nalguns princípios que procuram garantir a felicidade e prosperidade tanto ao indivíduo como à sociedade no seu todo.

O Islão condena a luta de classes, a existência de castas sociais e o domínio do indivíduo sobre a sociedade ou vice-versa. Não há nenhuma passagem no Alcorão ou nas Tradições do Profeta Muhammad que faça menção da superioridade conferida pela classe, origem ou riqueza. Antes pelo contrário, muitos versículos do Alcorão e ensinamentos de Muhammad lembram à humanidade as realidades vitais da existência, as quais servem ao mesmo tempo de princípios da estrutura social da vida islâmica.

Sob o ponto de vista islâmico, cada ser humano é membro da família universal gerada pelo Primeiro Pai (Adão) e a Primeira Mãe (Eva), e portanto tem direito a gozar os benefícios comuns assim como tem a obrigação de compartilhar as responsabilidades comuns. Desde que os homens percebam que todos eles descendem de Adão e Eva e que foram criados por Deus, já não haverá lugar para preconceitos raciais ou injustiça social, nem para cidadania de segunda categoria. Os homens serão unidos no seu comportamento social tal como são unidos na natureza, pelo laço do parentesco comum. O Alcorão e as Tradições de Muhammad lembram constantemente este importante facto que é a unidade da humanidade na natureza a origem. Isso destina-se a eliminar o orgulho racial e as pretensões à superioridade nacional ou étnica, e a abrir o caminho à verdadeira fraternidade (Alcorão, 4:1; 7:189; 49:10-13).

A unidade da humanidade não se verifica apenas na sua origem, mas também nos seus fins últimos. No entender do Islão, o fim supremo da humanidade é Deus. É d'Ele

que procedemos, por Ele vivemos, e a Ele voltaremos todos. De facto, o único intuito da criação tal como a descreve o Alcorão, é a adoração de Deus e o serviço da Sua causa, que é a causa da verdade e justiça, do amor e misericórdia, fraternidade e moralidade. (Alcorão, 51:56-58).

É nesta unidade de origem e fins últimos como base da vida social no Islão que assentam as relações entre o indivíduo e a sociedade. O indivíduo desempenha um papel complementar ao da sociedade; entre os dois estão a solidariedade social e a responsabilidade mútua. O indivíduo é responsável pelo bem-estar comum e a prosperidade da sociedade a que pertence. A dita responsabilidade não se verifica apenas perante a sociedade, mas perante Deus também. Desta maneira, o indivíduo trabalha com uma constante preocupação pela sociedade e com um autêntico sentimento da sua inevitável responsabilidade. O seu papel é fazer o melhor que puder pela sua sociedade e contribuir para o bem-estar comum.

Por seu lado, a sociedade é também responsável perante Deus pelo bem-estar do indivíduo. Quando o indivíduo é apto, ele é o contribuinte e a sociedade é o beneficiário. Em troca, o indivíduo tem direito à segurança e cuidados, mesmo se perder a capacidade. Em tal caso, ele é o beneficiário e a sociedade é o contribuinte. Desta maneira, estabelece-se uma correspondência harmoniosa entre deveres e direitos. A responsabilidade e o interesse são mútuos. Para a sociedade e o indivíduo progredirem, há necessidade de uma colaboração estreita entre ambas as partes e cooperação constantes, pois só assim se poderão atingir harmonia, paz, segurança e prosperidade.

Além da unidade da humanidade pela origem e fins múltiplos, e além desta responsabilidade e interesses mútuos, a vida social caracteriza-se no Islão pela cooperação na bondade e piedade marcada pelo pleno reconheci-

mento do indivíduo e dos seus direitos sagrados à vida, propriedade e honra, assim como pelo papel efectivo que o indivíduo desempenha no campo da moralidade social e da ética. Numa sociedade islâmica, o indivíduo não pode ficar indiferente, mas sim deve desempenhar um papel activo no estabelecimento duma moral social saudável, encorajando as boas acções e combatendo as más por todas as vias e com todos os meios ao seu alcance.

Agindo desta maneira, não evita apenas o mal, mas também ajuda os outros a fazerm o mesmo. Quem manifestar indiferença para com a sua sociedade peca por egoísmo; a sua moralidade está perturbada, tal como a sua consciência, e a Fé é quase inexistente.

A estrutura da vida social no Islão é muito nobre, sá e comprehensiva. Entre os elementos básicos desta estrutura, mencionamos: o amor sincero pelos semelhantes; a tolerância para com os jovens; o respeito devido aos idosos; a consolação e conforto aos necessitados, visitas aos doentes; a ajuda às vítimas da injustiça; os sentimentos autênticos de fraternidade e solidariedade social; o respeito do direito dos outros à vida, propriedade e honra; a responsabilidade mútua entre o indivíduo e a sociedade.

É muito frequente acharmos sentenças do Profeta, tais como:

1. Quem aliviar um ser humano duma pena deste mundo, Deus aliviá-lo-á também duma pena no Dia do Juízo Final.

2. Quem não se mostrar tolerante para com os jovens e respeito para com os idosos não é muçulmano.

3. Só quem desejar para os seus semelhantes o que deseja para si próprio será um verdadeiro muçulmano.

4. Quem encorajar os outros a fazerem boas acções é como se ele próprio as tivesse feito, e será recompensado em consequência. Por outro lado, quem instigar ao

mal será considerado o próprio autor daquele mal e castigado como merece.

O Alcorão inclui também numerosas prescrições, tais como:

1. Ó, vós que tendes Fé! Lembrai Deus como se deve, e morrei só na vossa religião, que é o Islão. E agarrai-vos com força, todos juntos, à Corda que Deus vos estendeu, e evitai a discórdia. E lembrai-vos com gratidão dos favores que Deus vos fez; porque éreis inimigos e Ele uniu os vossos corações pelo amor, e pela graça d'Ele tornaste-vos irmãos; e estáveis à beira do Abismo e Ele salvou-vos. Assim, Deus vos deu Sinais claros de que precisais de quem vos guie. Que se destaquem dentre vós aqueles que vos mostram tudo o que há de bom e justo e que vos afastem do mal. Serão esses que vão atingir a felicidade (Alcorão 3:102-104).

2. Ó vós que tendes Fé! Cumpri todos os deveres... e ajudai-vos uns aos outros na justiça e na piedade, e não no pecado e no rancor. Obedecei a Deus (Alcorão, 5:1-3).

Além das passagens já referidas, as estruturas sociais do Islão aparecem, mencionadas mais uma vez, na última прédica do Profeta Muhammad, durante a peregrinação. Dirigindo-se a dezenas de milhares de peregrinos, o Profeta disse, nomeadamente:

«Ó povo! Escutai as minhas palavras, porque não sei se me será dado mais um ano de vida, depois deste, para me encontrar convosco neste lugar.

As vossas vidas e propriedades são sagradas e invioláveis entre vós até aparecerdes perante o Senhor, assim como este dia deste mês sagrado para todos. E lembrai-vos de que tereis que comparecer perante o Vosso Senhor e dar-lhe conta de todas as vossas acções.

Ó povo! Tendes direitos sobre as vossas esposas e as vossas esposas têm direitos sobre vós. Tratai as vossas

esposas com amor e bondade. Foram-vos confiadas por Deus, e tornastes legítimas a vossa relação com elas, através das palavras de Deus. Sede sempre dignos da confiança em vós depositada, e afastai-vos dos pecados.

Todo o acto de vingança, praticado nos dias de ignorância e paganismo (antes do advento do Islão) é proibido e todos os conflitos de sangue abolidos.

E os vossos servos! Cuidai que comam o que vós próprios comeis e que vistam o que vós próprios vestis; e se cometerem algum erro que não quiserdes perdoar, então despedi-os, porque são servidores de Deus, e não podem ser mal tratados.

Ó povo! Ouvi as minhas palavras e compreendei-as. Ficai sabendo que todos os muçulmanos são irmãos uns dos outros. Sois uma irmandade. Nada que pertencer a outrém será legítimo nas mãos do seu irmão, se não lhe for concedido livremente e sem constrangimento nenhum. Afastai-vos das injustiças.

Assim como Deus tornou sagrado e inviolável este dia deste mês, neste território, também tornou sagradas e invioláveis a vida, a propriedade e a honra de cada um de vós perante os outros, até ao dia em que comparecerdes perante o Vosso Senhor.

Que os presentes digam estas palavras aos ausentes. Talvez os ausentes, ao ouvirem-nas de vós se lembrem delas melhor do que os que as têm ouvido aqui.

Na verdade, tenho cumprido a minha missão. Deixo entre vós as perfeições claras do Livro de Deus, e Mandamentos expressos que, se os respeitardes, sempre vos guiarão pelo bom caminho».

D) Vida Económica

A vida económica do Islão baseia-se também em: alícerces sólidos e mandamentos divinos. O ganhar a vida trabalhando honestamente não é apenas um dever, mas sim uma grande virtude. Qualquer pessoa apta que não quiser trabalhar e que depender duma outra pessoa para a sustentar cometerá um pecado religioso, será estigmatizada pela sociedade, desonrada e humilhada.

Deus ordena ao muçulmano que ganhe o sustento com o seu próprio trabalho e que não viva, enquanto puder, a expensas de outrém. O Islão dignifica qualquer tipo de trabalho que a pessoa faça para se sustentar, na condição de ser honesto e não prejudicar ninguém. Com a consciência limpa e beneficiando do respeito da sociedade, o muçulmano está apto para fazer qualquer tipo de trabalho capaz de lhe garantir a sua subsistência e a de quem depender dele. Conta-se que o Profeta Muham-mad disse que é muito melhor cortar lenha, empilhá-la e vendê-la para poder comer e dar esmolas, do que pedir aos outros, que podem dar-lhe ou não. Conforme o Islão, quem trabalhar honestamente não é posto em inferioridade pela natureza do trabalho que sustenta. No entanto, quem trabalhar laboriosamente poderá melhorar a sua sorte e elevar a qualidade da sua vida sem obstáculo nenhum. Todos beneficiam de oportunidades iguais e de plena liberdade no que empreenderem.

Tudo o que o indivíduo realizar ou obtiver por vias legítimas constitui os seus bens privados, que nem o Estado, nem qualquer outra pessoa pode reclamar com justificada razão. Em resposta a este direito de posse privada, ele só terá que cumprir certas obrigações para com a sociedade e pagar ao Estado certos tributos. Se proceder assim, ele tem plenos direitos para ser protegido

pelo Estado, que lhe deve garantir a segurança de tudo o que ele quiser empreender. No sistema islâmico, o indivíduo trabalhador é responsável pela prosperidade do Estado, e em troca, o Estado é responsável pela segurança do indivíduo.. Os conflitos de classes são substituídos pela cooperação e harmonia; o medo e a suspeita são trocadas pela segurança e confiança mútuas.

O sistema económico do Islão não foi elaborado apenas à luz dos cálculos matemáticos e das capacidades de produção; foi concebido com base num vasto sistema de normas morais e princípios. O Profeta disse que Deus ordenou a todos aqueles que possam trabalhar, que o façam com gosto, aplicação e eficácia. Uma vez terminado o trabalho, a pessoa tem que ser remunerada com o justo salário. Se o beneficiário não pagar devidamente, ou se tentar, de qualquer modo, furtar-se de não pagar retribuição justa, cometará um pecado que merece castigo, segundo a Lei de Deus.

O Islão concede ainda particular atenção às transacções e aos negócios. Deus permite e abençoa os negócios honestos. Estes podem fazer-se através das pessoas singulares ou colectivas. Mas todas as transacções devem ser efectuadas em termos correctos. Enganar, disfarçar os defeitos das mercadorias, explorar as necessidades dos clientes, monopolizar e açambarcar certos bens para impor os preços, arbitrariamente, são graves pecados, que a Lei Islâmica censura e castiga. Quem quiser viver honestamente, tem que o fazer por vias honestas e com grande esforço. Senão, «a água deu, a água levou», visto que quem se sustentar por meios ilegítimos terá a merecida punição no Dia do Juízo Final. Para combater a fraude e a exploração, o Islão exige transacções correctas, auto-crítica e honestidade, para estimular um trabalho honrado e proíbe a usura ou os juros do dinheiro emprestado aos

necessitados. Este princípio serve para mostrar ao homem que só possui legalmente o que conseguiu pelo seu trabalho; a exploração do homem pelo homem e o aproveitamento das necessidades urgentes dos outros é irreligiosa, desumana e imoral. O Alcorão diz:

«Quem viver da usura não resistirá mais do que resiste alguém que Satanás marcou com o estigma da loucura. Isso porque alguns dizem que o Comércio é como a usura.

«Mas Deus permitiu o comércio e proibiu a usura. Quem desistir dela em obediência ao Senhor, será perdoado pelo seu passado, porque Deus é misericordioso e indulgente. Mas quem persistir será companheiro do fogo e terá a devida punição. Deus recusará ao usurário as suas bênçãos, mas vai recompensar ainda mais as acções dos caridosos; porque Ele não ama as criaturas ingratas e maldosas» (2:274-276).

«Ele pôs o Firmamento tão alto, e concebeu a balança da justiça para que todos os respeitem. E assim, tomai o peso com justiça e usai a balança honestamente» (55:7-9).

Isso faz com que o homem recorra à justiça e à honestidade em todas as suas acções e negócios. O futuro do homem desonesto é pavoroso, e a sua condenação horrível. Eis aqui o que o Alcorão diz a este respeito:

«Infelizes são aqueles que enganam, os que, ao receberem coisa medida exigem medida exacta, mas ao darem aos outros coisa medida ou pesada dão menos do que devem. Não pensam eles talvez, que terão que dar conta no Dia do Juízo Final, no Dia em que todos comparecerão perante o Senhor dos Mundos?» (83:1-6).

Existem igualmente numerosas Tradições do Profeta Muhammad que excluem da Comunidade dos verdadeiros muçulmanos quem engana, explora e faz negócios desonestos. Qualquer negócio que implicar injustiça, engano ou exploração é severamente proibido e a Lei pode anulá-lo



mesmo depois de concluído. Os objectivos essenciais da legislação islâmica, no comércio e na economia, servem para garantir os direitos da pessoa humana; manter a solidariedade da sociedade; introduzir uma alta moralidade no mundo dos negócios e impor a Lei de Deus neste campo de actividade. É lógico e coerente que o Islão se preocupe com tais aspectos, por não ser apenas uma fórmula espiritual, mas também um sistema de vida completo que abrange todos os domínios da existência.

Os proprietários devem sempre ter presente o facto de não serem, na verdade, mais do que simples agentes nomeados por Deus para administrarem os seus bens. Não há nada no Islão que impeça o muçulmano de enriquecer e se esforçar por melhorar a sua condição material por meios legais e honrados. No entanto, é sempre verdade que o homem vem a este mundo com as mãos vazias e é com as mãos vazias que o abandona. O verdadeiro proprietário de todos os bens é só Deus, enquanto qualquer proprietário é pura e simplesmente um agente nomeado, um administrador. Esta não é apenas uma verdade existencial, mas sim uma conclusão de grande importância para o comportamento humano. O proprietário estará sempre pronto para usar os seus bens no que Deus lhe pedir e contribuir para causas justas. Deverá sempre reagir às necessidades da sua sociedade e terá que desempenhar um papel importante e cumprir uma missão sagrada. Desta maneira, o homem salva-se do abismo do egoísmo, da avidez e da injustiça. Eis a verdadeira concepção islâmica da propriedade e a condição do proprietário. O Alcorão considera que a posse das riquezas é uma dura prova a passar, e não uma expressão da excelência virtuosa ou da nobreza privilegiada, ou um meio de exploração. O Alcorão diz:

«Deus foi Quem vos designou herdeiros na terra e vos elevou uns sobre outros, em hierarquia, para provar-vos com quanto vos agraciou. Teu Senhor é destro no castigo, con quanto seja Indulgente e Misericordioso» Alcorão, 6:165).

Além disso, o Alcorão revela à Humanidade uma interessante discussão entre Moisés e o seu povo:

«Disse Moisés ao seu povo: rogai a Deus para que vos ajude, e esperai com paciência e constância; porque a terra é de Deus. Ele deixa-a em herança àqueles, dos seus súbditos, que Ele quiser; e os mais virtuosos terão o melhor fim».

Eles responderam: «Só temos sido maltratados tanto antes como depois da tua chegada». Disse Moisés: «Talvez Nossa Senhor queira destruir os vossos inimigos e fazer-vos herdeiros nesta terra; e por isso, Ele põe à prova as vossas acções». (Alcorão, 7:128-129).

O capítulo atrás referido propõe-se censurar e criticar quem vacilar na sua Fé, e reafirmar que tudo o que há na terra pertence a Deus, que distribui os bens aos seus súbditos na forma de gerência hereditária e de provas a passar. A ideia reaparece com frequência no Alcorão. Por exemplo, lê-se:

«Seu é o reino dos céus e da terra, e Deus vigia tudo o que se passa... Tende fé em Deus e no Seu Mensageiro, e gastai em esmolas uma parte dos bens de que Deus vos nomeou herdeiros. Porque aqueles que tiverem fé e fizerem caridade, obterão uma magnifica recompensa. Tendes por acaso uma causa tão grande a servir que vos impeça gastardes dos vossos bens para a causa a Deus? Porque é a Deus que pertence a herança do céu e da terra» (57:5,7,10).

Contrariamente ao comunismo, o Islão substitui a supremacia totalitária e artificial pela supremacia bené-

fica de Deus; assim como substitui a teoria da luta de classes por uma moral sólida, responsabilidades mútuas e cooperação. Por outro lado, o Islão dá fortes garantias contra o capitalismo ávido e a exploração desapiedada exercida pelos proprietários. O sistema económico do Islão garante o pleno reconhecimento da entidade «independente» do indivíduo e das suas aspirações naturais para trabalhar e possuir. No entanto, não o concebe como um ser independente de Deus ou do Universo. O Islão não deifica o homem ou o seu capital, nem deifica o proletariado anulando a livre iniciativa. Aceita o homem tal como foi criado e trata-o levando em conta as suas aspirações instintivas e a sua força limitada. O homem é homem, e tem que ser aceite e tratado como tal. Ele não é um deus ou semideus para arrogar a si poderes absolutos e infalibilidade incontestável. Por outro lado, não é uma entidade desprezível ou insignificante. Ele tem que ser reconhecido na sua condição real, sem exageros ou diminuições. Nem fica acima ou fora do resto do Universo, mas é sim uma parte de um sistema integrado, um elemento dentro da criação universal.

Embora o homem seja encorajado a trabalhar, embora tenha livre iniciativa e direito a ganhar e possuir, o facto de ele ser um simples agente de Deus, na terra, fornece o critério necessário para garantir para ganhar, investir e gastar. No entanto, para o fazer deverá guiar-se por princípios elevados que o fazem enveredar pelo bom caminho. Basta um exemplo para ilustrar esta ideia. Os proprietários têm liberdades ilimitadas para gastarem dinheiro ou disporem dos seus bens como lhes aprouver. É preciso, no entanto, respeitarem certos princípios de solidariedade humana. Como o Alcorão diz, Deus obriga o proprietário a cumprir os seus compromissos financeiros com os seus semelhantes, a ser sensato nas despesas

pessoais. Ele deve ter sempre presente que Deus é o Verdadeiro Provedor e Dono. Eis aqui o que o Alcorão diz a este respeito:

«E dai aos parentes aquilo a que têm direito, bem como aos necessitados e aos viandantes, mas não sejais perdulários. Na verdade, os perdulários estão mais próximos do demónio e satanás, que foi ingrato para com seu Senhor.

«Não sejais avaros nem perdulários, porque vos arruinareis e sereis censurados pelos vossos semelhantes. Na verdade, vosso Senhor prodigaliza ou restringe Sua mercé a quem Lhe apraz, porque Ele está bem inteirado de Seus servos e os observa» (17:26-27, 26-30).

E) *Vida Política*

Tal como a vida social e económica, a vida política no Islão assenta em sólidos alicerces espirituais e morais, rege-se por instruções divinas. O sistema político do Islão é único na sua estrutura, funcionamento e finalidade. Não é pragmático, nem instrumentalista; tão-pouco é teocrático, para conceder a uma determinada classe de pessoas direitos divinos, hereditários ou não, e colocá-las acima dos outros cidadãos, fora de qualquer possível contestação. Nem é proletário, para permitir a alguns trabalhadores reivindicativos tomarem conta do poder. Para se apreciar a concepção política do Islão, é preciso saber que a mesma assenta nos seguintes princípios:

1. Cada acção individual do muçulmano ou de um grupo de muçulmanos deve inspirar-se e guiar-se pela Lei de Deus, o Alcorão, que é a constituição que Deus escondeu para os Seus verdadeiros servidores:

«...E se alguém não julgar ou governar conforme o que Deus revelou, isso significa que é infidelidade, fraude

e rebeldia» (Alcorão, 5:47-50). «Na verdade, o Alcorão ensina o que há de melhor e mais correcto» (17:9).

2. No Estado Islâmico, a soberania não pertence ao chefe, e nem sequer às próprias pessoas; pertence a Deus, e o povo, no seu todo, exerce-a por autorização d'Ele para impor a Sua Lei e cumprir a Sua vontade. O chefe, seja ele quem for, não é mais do que um executante que o povo elegeu para o servir, conforme a Lei de Deus. Eis os alicerces do Estado Islâmico, em coerência com a concepção geral do Islão sobre o Universo, cujo Criador e único Sobreano é Deus. O Alcorão tem passagens como estas:

«Bendito seja Ele, que tem nas Suas mãos o mando e o poder acima de tudo» (67:1).

«Na verdade, Deus manda-vos restituir os bens confiados a seu dono; e quando julgardes (ou governardes) entre a gente, Deus obriga-vos a julgar com justiça. Quão nobre é isto a que Deus vos exorta!» (4:58).

«E a Deus pertence o domínio do céu e da terra e de tudo o que há entre eles; e n'Ele é o fim de tudo» (5:20).

3. A finalidade do Estado Islâmico é garantir justiça, segurança e protecção a todos os cidadãos, sem distinção de cor, raça ou crença, de acordo com os mandamentos de Deus expressos na Sua Constituição, que é o Alcorão. O problema das minorias religiosas ou raciais não se levanta desde que essas respeitem as leis e os respectivos cidadãos sejam pacíficos. O Alcorão diz:

«Ó vós que tendes Fé! Sede firmes na justiça, como testemunhas do trato correcto, e não deixais que o ódio pelos outros vos desvie do bom caminho e da justiça. Sede justos: segui de perto a piedade, e pensai em Deus, porque Deus sabe bem tudo quanto fazéis» (5:8; 4:135).

«Na verdade, Deus defenderá os crentes... aqueles que, onde quer que vivam, oferecem regularmente orações e esmolas, encorajam o bem e condenam o mal. O fim e a decisão sobre todas as acções estão na mão de Deus» (22:38-41).

4. Sendo destinado às finalidades acima mencionadas e a impor a Lei de Deus, o Estado Islâmico não pode ser controlado por nenhum partido político que preconize uma doutrina não-islâmica, nem pode ser dominado por nenhuma potência estrangeira. O Estado tem que ser independente para exercer devidamente a sua autoridade, em nome de Deus e pela Sua causa. Isso decorre do princípio de que o muçulmano só se submete a Deus e manifesta a sua lealdade para com a Lei Divina, prestando toda a cooperação e ajuda aos que ministrarem a Lei e respeitarem os seus mandamentos. Será portanto incompatível com o Islão que uma nação muçulmana seja governada por um agrupamento político que não respeite os princípios islâmicos.

Deus decretou: «Eu e os Meus discípulos devemos dominar. Na verdade, Deus tem grande poder e força para impor a Sua vontade. Quem acredita em Deus e no Dia do Juízo Final nunca poderá amar a quem se opuser a Deus e aos Seus primeiros discípulos, mesmo que seja seu pai ou seu filho, seu irmão ou seu parente. Deus é que gravou no coração de tais crentes a verdadeira Fé e que os reforçou, penetrando-os pelo Seu espírito» (58:21-22).

5. O chefe, seja ele quem for, não é soberano do povo. Ele não é mais do que um funcionário representativo eleito pelo povo, e a autoridade dele decorre do facto de ele obedecer à Lei de Deus, a Lei que liga chefe e súbditos igualmente por um contrato solene patrocinado por Deus. No Islão, o contrato político não se conclui somente entre a

administração e o público; mas sim entre estes juntos, por um lado, e Deus, por outro, e moralmente é válido e obrigatório só enquanto a parte humana cumprir com as suas obrigações para com a parte divina. Os chefes que são eleitos pelo povo para cumprirem a palavra de Deus têm direito à cooperação e ao apoio do público na medida em que eles próprios respeitarem a palavra de Deus. Se o público ou qualquer membro da sociedade faltar ao apoio ou à cooperação devida a tal administração, a acção dele seria considerada uma ofensa irresponsável dirigida à administração respectiva e ao próprio Deus. Igualmente, se a administração se desviar do caminho de Deus ou desobedecer à Lei de Deus, cometerá um pecado da mesma gravidade, e ainda não terá direito nenhum ao apoio e à lealdade do público. O Alcorão diz:

«Ó fiéis! Obedecei a Deus e ao Seu Mensageiro e àqueles de entre vós que exercem autoridade legítima. Se surgir entre vós qualquer disputa, submetei-a a Deus e ao Seu Mensageiro, se credes em Deus e no Dia do Juízo Final. É o melhor e o mais conveniente para se tomar uma decisão definitiva» (4:59).

A obediência às pessoas investidas de autoridade depende da maneira como estas obedecem à Lei de Deus e às Tradições do Seu Mensageiro. Numa das suas sentenças, Muhammad disse que «nenhum ser humano, governador ou governado, merece obediência ou lealdade, se ele próprio não obedecer a Deus e à Lei Divina». Os primeiros sucessores de Muhammad compreenderam muito bem este princípio e declararam nos seus discursos políticos que exigiam obediência e ajuda do público enquanto eles próprios obedecessem a Deus, e que nem iam exigir a obediência do povo, caso eles mesmos se afastassem do caminho de Deus.

6. Os governadores e administradores devem ser

eleitos entre os cidadãos com o máximo de qualidades, com base nos próprios méritos conferidos pela virtude, aptidões e competências. A raça ou o prestígio da família e a posição financeira não são capazes, por si só, de conferir aos eventuais candidatos mais ou menos habilitações para altas funções públicas; nem são capazes de promover ou escurecer os méritos do indivíduo. Cada candidato tem que ser apreciado segundo os próprios méritos, que quase nada têm a ver com o prestígio da família, riqueza, raça e idade — tudo isso é insignificante. Os candidatos podem ser eleitos por consentimento do povo expresso nas eleições gerais, ou podem ser escolhidos e autorizados pela administração pública, que por seu turno se encontre autorizada a governar pelo acordo dos vários sectores da sociedade. Deste modo, um Estado Islâmico pode ter tantos conselhos representativos ou governos municipais quantos forem necessários. O direito à eleição ou seleção e as acções da administração regem-se pela Lei de Deus e devem sempre ter presente o interesse supremo da sociedade no seu todo. O Profeta Muhammad disse:

«Quem confiar a uma pessoa um cargo público enquanto na sua sociedade houver outra melhor para desempenhar aquele cargo, atraiçoá a confiança nele depositada por Deus, pelo Seu Mensageiro e pelos muçulmanos».

Falando em termos de política, isso quer dizer que o eleitorado não pode, moralmente, mostrar indiferença perante acontecimentos públicos e deverá, todas as vezes que votar em alguém, agir após atenta investigação para que a escolha seja ponderada. Desta maneira, o Estado pode garantir, nas melhores condições, a segurança e a responsabilidade dos cidadãos, das que carecem muitos Estados democráticos modernos.

7. Depois do povo ter exprimido as suas opções através da eleição ou selecção do chefe, cada cidadão tem a obrigação de vigiar, na medida das suas possibilidades, as acções da administração e responsabilizá-la da condução dos assuntos públicos, cada vez que verificar algum desvio. Se a administração atraiçoe a confiança de Deus e do povo perde o direito de continuar a desempenhar as suas funções. Terá que ser dissolvida e substituída por outra, que possa servir com responsabilidade e fidelidade os interesses do mesmo povo. Portanto, os princípios do poder hereditário ou do governo para toda a vida não têm aplicação num Estado Islâmico.

8. Embora o governador seja eleito ou indicado pelo povo, a primeira responsabilidade dele manifesta-se perante Deus, e só em segundo lugar perante o povo. O seu cargo não é apenas simbólico, nem o seu papel puramente abstracto. Nem é uma figura decorativa, cuja única ocupação é assinar papéis ou cumprir a vontade do público, seja ela justificada ou errada. Ele tem que exercer o poder efectivo em nome do povo e no seu interesse, de acordo com a Lei de Deus, porque a responsabilidade é dupla. Por um lado, é responsável perante Deus pelas suas acções e, por outro, é responsável perante o povo que depositou nele a sua confiança. Ele terá que dar conta perante Deus do modo como tratou o seu próprio povo ou os representantes dele. Mas tanto o chefe como os súbditos terão que dar conta também perante Deus da maneira como trataram o Alcorão, e obedeceram à Lei que Deus prescreveu como obrigatória. A responsabilidade perante o povo impõe ao chefe abordar os assuntos dos seus súbditos tendo presente o interesse comum supremo; em virtude da sua responsabilidade perante Deus, terá que agir de acordo com a Lei Divina. Deste modo, o sistema político do Islão difere fundamentalmente

de todos os outros sistemas políticos e doutrinas, pois que o chefe não pode governar o seu povo satisfazendo somente os seus desejos, mas sim tornando a justiça uma lei geral da sociedade, fazendo da verdadeira obediência ao Senhor do Universo uma função sistemática do Estado e elevando a moralidade autêntica entre as mais nobres acções da administração.

9. Embora o Alcorão seja a Constituição do Estado Islâmico, Deus prescreveu aos muçulmanos tratarem dos assuntos comuns através de métodos consultivos. Isso possibilita a acção dos conselhos legislativos e órgãos consultivos, tanto ao nível nacional ou local como ao nível internacional. Cada cidadão do Estado Islâmico tem obrigação de oferecer os melhores conselhos para solução dos problemas comuns e deve ser autorizado a fazê-lo. Para cumprirem esta obrigação de maneira prática e proveitosa, os governantes devem seguir os conselhos das pessoas mais cultas e experimentadas do Estado. Mas isso não nega de maneira nenhuma o direito dos cidadãos médios expressarem a sua opinião cada vez que a ocasião se apresentar.

Desta maneira, cada cidadão do Estado Islâmico, seja qual for a sua qualidade, tem a obrigação de participar activamente na solução dos assuntos públicos. A história do Islão fornece exemplos autênticos de governadores e califas interrogados, aconselhados e corrigidos por gente do povo, tanto homens como mulheres. O princípio da consulta mútua é essencial no Islão, de modo que cada um deve expressar livremente a sua opinião, com toda a sinceridade e eficácia, no serviço dos interesses supremos da sociedade. A aplicação dos métodos consultivos na política ou em qualquer outro domínio semelhante, é não apenas uma fórmula democrática de governar, mas também um mandamento religioso e um dever moral que tanto

obriga os governantes como os súbditos. Além de ter praticado constantemente este princípio, o Profeta disse que o bom conselho é uma parte essencial da religião. A finalidade de tal conselho é garantir o cumprimento da Lei de Deus, o respeito dos direitos dos cidadãos e a execução das suas obrigações. Para prevenir a ascensão dos políticos profissionais e neutralizar os opositores crónicos, o Profeta, ao referir-se à autoridade de Deus, disse que quem falar — seja para dar conselhos, seja para qualquer outro fim — tem que dizer coisas boas e correctas; senão, o melhor é calar. Isto para advertir os aconselhadores do perigo das inclinações egoistas ou das tentações individualistas; e também para garantir que o conselho seja dado com as intenções mais sinceras, tendo sempre em conta os interesses supremos do povo. O facto de um governante pedir conselho e de os governados o darem não é uma questão de opção ou uma medida voluntária. É sim um artigo de Fé, um mandamento religioso. Ao próprio Profeta, Deus lembrou essa conduta, através do seguinte versículo:

«Foi por graça de Deus que trataste o teu povo com gentileza. Se tivesses sido severo ou cruel, Nós teríamos abandonado. Portanto, mostra-te tolerante para com os erros dos crentes e pede a Deus perdão por eles; consulta-os nos assuntos do momento. Logo, uma vez tomada a decisão, confia n'Ele» (Alcorão, 3:159).

Ao enumerar as qualidades exigidas aos fiéis, o Alcorão menciona claramente o conselho mútuo como Artigo de Fé: «Fiéis são os que crêem em Deus e depositam a sua confiança no Senhor, os que se afastam dos crimes e das acções vergonhosas, que perdoam mesmo que este-

jam irritados; os que ouvem a palavra de Deus e oferecem orações com regularidade, que dirigem com seriedade os seus negócios através da consulta mútua e que distribuem (em esmolas) o que Deus lhes deu com tanta generosidade para se sustentarem; e aqueles que ao sofrerem uma flagrante injustiça, se não deixam assustar, mas estão sempre prestes a ajudarem e a se defenderem». (Alcorão, 42:36-39).

10. Dentro do sistema político do Islão, cada cidadão tem o direito de beneficiar da liberdade da crença e da consciência, assim como da liberdade do pensamento e da expressão. Ele tem a liberdade de concorrer, ganhar e possuir, aprovar e desaprovar, segundo o seu bom senso. Mas a sua liberdade dentro da responsabilidade, não é nem pode ser absoluta. Tal liberdade é garantida pela Lei de Deus e governada por esta mesma Lei. Desde que a liberdade seja conforme com esta Lei, ela constitui o privilégio legítimo de cada cidadão; mas se ultrapassar os limites da Lei Divina ou se contrariar os interesses da colectividade constituirá um caso de transgressão da Lei, e portanto terá que ser controlada. O indivíduo é parte do Universo, portanto terá que se submeter à Lei e à ordem de Deus, Lei pela qual se rege todo o Universo.

Por outro lado, o indivíduo é membro da sua comunidade ou nação, e deve adaptar os seus próprios direitos e interesses aos dos outros, de maneira reciprocamente proveitosa. Se o indivíduo adoptar uma atitude independente sobre um determinado assunto de interesse público, e descobrir que a maioria manifesta outra atitude, então terá que se juntar à maioria em nome da solidariedade e da cooperação, na condição de que a decisão da maioria não seja contrária à Lei de Deus. No entanto, no processo de formação da opinião pública, ele tem todo o direito de expressar a sua própria opinião e persuadir os outros das

suas convicções, sem produzir confusões ou distorções. Mas quando verificar que a maioria optou por uma decisão diferente, terá que se submeter, porque o assunto respetivo deixa de ser objecto de consideração e deliberação individual, para se tornar projecto de realização pública. (Alcorão, 3:102-105; 8:46).

11. O exercício governamental do Estado Islâmico é um cargo público, confiado aos administradores pela palavra de Deus, assim como pelo consenso do povo. Como Deus é o Soberano Supremo do Estado, quem O representar no cargo governamental terá que ser fiel à Autoridade que lhe confiou o respectivo cargo, isto é, deve crer em Deus. E como a maioria do povo é muçulmano, quem assumir a presidência do governo do Califado terá que ser um verdadeiro muçulmano. Tais medidas foram tomadas para servirem o interesse comum e cumprirem todas as obrigações do Estado para com Deus e para com os cidadãos igualmente, não esquecendo os direitos das chamadas minorias religiosas ou raciais.

Infelizmente para a humanidade, este princípio governativo do Islão tem sido mal compreendido e gravemente deformado. A verdade é que este sistema não admite qualquer tipo de discriminação contra as minorias; antes pelo contrário, afirma e protege os direitos delas. Quem quiser ser cidadão do Estado Islâmico será bem recebido, contanto que respeite as leis; neste caso, compartilhará os deveres e as prerrogativas de qualquer cidadão responsável. O facto de não ser muçulmano não lhe degrada a posição, nem lhe confere cidadania de segunda classe, desde que obedeça à Lei comum do Estado e seja capaz de exercer os seus direitos com toda a responsabilidade. Por exemplo, se quiser pagar a taxa religiosa (Zacá) e outras taxas estatais, tal como fazem os cidadãos muçulmanos, para consolidarem o Estado e receberem dele,

em troca, a garantia da própria segurança e bem-estar, é livre de o fazer. Mas se achar que o pagamento da esmola (Zacá) é humilhante para a sua dignidade, prejudicial para os seus sentimentos pela razão de não ser muçulmano, ele poderá pagar os impostos sob outra forma, conhecida como «tributo» ou «jizia» — beneficiando portanto duma possibilidade de opção que os próprios muçulmanos do Estado respectivo não têm. Em recompensa das suas contribuições ao Estado, ele tem todo o direito à protecção e segurança que os representantes do Estado e a sociedade lhe garantem.

Igualmente, se tal cidadão quiser reger a sua vida pessoal — casamento, divórcio, comida, herança, etc. — pela Lei Islâmica, o seu desejo deve ser reconhecido e os seus direitos respeitados. Mas se quiser tratar desses assuntos conforme os mandamentos da sua própria religião, tem liberdade absoluta para o fazer, e ninguém poderá impedir o exercício dos seus direitos a este respeito. Portanto, nos assuntos pessoais ou sentimentais, poderá recorrer aos seus próprios preceitos ou às normas públicas. Mas nos assuntos de interesse público e negócios correntes terá que se reger pelas Leis do Estado, pela Lei de Deus. Seja qual for a sua opção, ele terá o mesmo direito à protecção e segurança como qualquer outro cidadão. Tudo isso não é um sonho com um reino celeste que ainda se faz esperar. É sim o mandamento do Alcorão, a prática de Muhammad e um facto registado pela história do Islão. Reza a história, por exemplo, que Omar ben al-Khattab, o segundo Califa, passou um dia por um lugar onde viu um velho judeu num estado lamentável. Omar travou conversa com o homem e soube de condição dele. Num tom de amargura, disse ao homem: «Quando andavas bom, nós cobrámos os teus tributos (taxas). Agora todos te abandonaram». «Omar tem sido

bem injusto para contigo!» Uma vez feita esta observação, Omar ordenou uma pensão vitalícia para o velho e a ordem foi executada sem demora. Omar e os outros califas seguiram a orientação política que aprenderam de Muhammad, que por seu turno seguiu os mandamentos de Deus. Estes mandamentos encontram-se no Alcorão, em versículos tais como:

«Deus vos aconselha a tratar com bondade e justiça aqueles que não combatem a vossa Fé nem vos expulsam das vossas casas; porque Deus ama a quem for justo. Deus só vos proíbe mostrardes amizade e protecção a quem combater a vossa Fé, a quem vos quiser expulsar das vossas casas e ajudar a quem vos quiser fazer abandonar o lar. Quem mostrar amizade e protecção a tais indivíduos é um pecador» (60:8-9).

Finalmente, seria um erro flagrante comparar-se o Estado Islâmico e a sua necessidade de ser dirigido por um muçulmano, com o Estado leigo, em que é teoricamente concebível que o chefe pertença a um grupo minoritário. A comparação é errónea e desconcertante por várias razões. Em primeiro lugar, supõe que o secularismo, que de qualquer forma é superficial, seja mais sólido do que a ideologia islâmica. Tal afirmação ou premissa seria bem ambiciosa. Em segundo lugar, os deveres e os direitos do Chefe dum Estado Islâmico diferem em grande medida dos que cabem aos seus homólogos da ordem secular, tal como foi acima mencionado. Em terceiro lugar, o espírito secular moderno é em grande medida uma restituição redentora e apologética, o que se não verifica no Islão. Além disso, o Chefe dum Estado secular, se tal Estado pudesse existir, pode pertencer a uma minoria racial, étnica ou religiosa. Mas terá quase sempre que aderir a um partido da maioria. Isso significa de facto a substituição duma maioria religiosa por

uma política, o que não melhora de nenhuma maneira a situação da minoria propriamente dita. Igualmente, a ordem secular no seu conjunto supõe que a chefia do Estado é um direito ou um privilégio que pode ser concedido ou negado ao indivíduo. A posição do Islão a este respeito é totalmente diferente. No Islão, a Chefia do Estado é sobretudo uma obrigação, um compromisso extremamente difícil, uma responsabilidade esmagadora. Portanto, seria injusto o Islão impor tais responsabilidades aos não muçulmanos.

F) *Vida Internacional*

Sob o ponto de vista islâmico, por «vida internacional» deverá entender-se o conjunto de relações entre um Estado ou nação islâmica e outros Estados ou nações. Tal como os outros aspectos da vida islâmica, este também emana do facto de ser seguido pela divindade, e portanto conformar-se ao modelo divino. Assenta nos seguintes princípios:

1. Uma fé inabalável na unidade da humanidade, desde o ponto de vista da origem, condição humana e finalidades (Alcorão, 4:1; 7:189; 49:13);
2. O devido respeito pelos interesses de outros povos, assim como o seu direito à existência, honra e propriedade, desde que esses não desrespeitem os direitos dos muçulmanos. Isso porque a usurpação, transgressão, injustiça e opressão de qualquer natureza são severamente proibidas (Alcorão, 2:190-193; 42:42);
3. A paz, como base indispensável das relações, a troca de missões de boa vontade e esforços mutuamente honestos em prol da humanidade em que cada um participa em pé de igualdade (Alcorão, 8:61);

4. Intolerância na quebra do compromisso e desrespeito dos direitos nas relações internacionais. Se alguém tentar violar os direitos do Estado Islâmico, perturbar-lhe a paz, pôr-lhe em perigo a segurança, explorar a sua política pacífica, o Estado deverá erguer-se em legítima defesa, para neutralizar os designios do país beligerante. Só neste caso e nestas circunstâncias, o Islão justifica a guerra. Mas mesmo assim, existem princípios morais destinados a limitar o mais possível o alcance da guerra. No Islão, a lei da guerra e da paz é altamente moral e única na sua compreensão e sensatez. Ela merece um estudo especial da parte dos juristas, assim como dos moralistas, já que o presente livro não pode tratar exaustivamente do assunto. Cabe, no entanto, referir que o Islão não justifica uma guerra de agressão, nem considera como objectivo da guerra a destruição das colheitas, animais ou lares. Tão-pouco permite serem mortos os homens idosos, as crianças e as mulheres que não lutam, assim como não tolera a tortura dos prisioneiros de guerra e a imposição da crença do vencedor ao vencido. É só uma medida defensiva, justificada pelos princípios práticos do Islão, enquanto o mal, a injustiça e a agressão não deixarem de existir no mundo. (Alcorão, 2:190-195, 216:218; 22:39-41);

5. O cumprimento das obrigações assumidas pelo Estado Islâmico e o respeito dos tratados concluídos com outros Estados. Tal tratado fica vigente só no caso de as outras partes cumprirem com as suas obrigações e respeitarem as cláusulas acordadas, pois que sem esses pressupostos não há tratados que sejam válidos, nem compromissos que sejam vigentes (Alcorão, 5:1; 8:55-56, 58; 9:3-4).

6. A manutenção da paz e segurança internas, a con-

tribuição autêntica para o entendimento humano e a fraternidade internacional no plano universal.

Eis as fontes de inspiração da vida internacional sob o ponto de vista islâmico. É preciso salientar que no Islão, o Estado não vive exclusivamente por si só e para os seus súbditos. O seu alcance é muito maior, dado que põe acento tónico nas boas relações entre todos os homens de boa vontade. O Estado deverá esforçar-se pela prosperidade e avanço dos próprios cidadãos em todos os domínios da vida, e ao mesmo tempo deve trazer uma valiosa contribuição à humanidade em geral. É o que garante a manutenção de relações cordiais no sentido mais amplo da palavra, com os povos amantes da paz. O Estado Islâmico deverá desempenhar um papel vital ao serviço da humanidade no campo da educação, economia, indústria, política, etc. Este papel foi iniciado pelo próprio Profeta Muhammad e mantido pelos seus sucessores no decurso de várias gerações.

Antes de concluirmos o presente capítulo, cabe mencionar que tudo o que foi analisado aqui assenta nos autênticos, verdadeiros e sólidos princípios do Islão tal como foram estabelecidos pelo Alcorão e pelas Tradições. Este é o Islão que Muhammad e os seus fiéis discípulos praticaram e consagraram da maneira mais digna. Não se trata aqui do Islão dum determinado teólogo, jurista ou governador. Antes pelo contrário, trata-se do Islão verdadeiro, tal como foi concebido.

Deve-se também ter presente o facto de a forma de vida do Islão ser única e diferente de todos os outros sistemas e ideologias. Seja qual for o aspecto que se tomar em consideração, — espiritual ou moral, intelectual ou cultural, político ou económico ou qualquer outro — vê-se facilmente que contém características bem definidas. Para o ilustrarmos, mencionamos alguns exemplos

1. A fonte da ideologia islâmica é diferente. Ela não emana do homem, nem é o produto de alguns políticos contestatários ou de alguns economistas reivindicativos. Nem é obra dos moralistas fanáticos ou dos industriais egoístas. É sim obra de Deus, arte do Criador Infinito, ao serviço dos interesses supremos da humanidade no seu conjunto; e pela sua própria natureza é respeitada e venerada por todos os fiéis. É inteligível para qualquer espírito são, por não conter nenhum mistério intrincado, nenhuma restrição secreta e nenhuma prerrogativa arrogada.

2. As finalidades da ideologia islâmica são também diferentes. Não se trata do domínio do mundo ou da expansão física. Antes pelo contrário, trata-se da submissão voluntária do mundo à vontade de Deus e do respeito universal dos limites impostos pela Lei de Deus. O principal objectivo é agradar a Deus e educar o homem de maneira a ajudá-lo a obedecer à Lei do Criador e ser um fiel representante do Senhor. Para este fim, a ideologia islâmica abrange todos os aspectos da vida; o seu intuito é desenvolver no indivíduo um espírito puro, uma alma sã, uma consciência viva, um corpo são e sentimentos responsáveis. Quem possuir tais qualidades não pode deixar de obedecer a Deus e adoptar a forma de vida mais correcta. Como se vê, os objectivos da ideologia islâmica não se limitam a serem humanos ou temporários.

3. A ideologia islâmica possui todos os elementos e todas as qualidades que a tornam comprehensível e praticável, moderada e flexível. A sua origem divina revela somente os princípios fundamentais e invioláveis, deixando um adequado campo de acção à inteligência humana para elaborar os detalhes e fazer as adaptações necessárias. Seja qual for o critério da análise, vê-se claramente que a ideologia islâmica contém princípios inteligíveis,

praticáveis e construtivos. São inteligíveis e amplos, por abrangerem todos os aspectos fundamentais da vida; praticáveis, por terem sido já aplicados e postos em prática numa determinada altura; moderados, por não favorecerem nem o capitalismo individualista egoísta, nem o colectivismo despersonalizante; eles não se preocupam exclusivamente com o lado mundano ou com o espiritual; não se limitam somente a este mundo ou à Vida Futura. Eles marcam um compromisso entre todos os extremos e levam a uma forma de vida moderada e estável. Além destes princípios consagrados, há muita flexibilidade na elaboração dos detalhes exigidos por cada região e época. Tal flexibilidade é um facto e uma necessidade, porque a ideologia é obra de Deus e nela, assim como em qualquer obra d'Ele, existe um vasto campo de ação aberto ao espírito e ao esforço humano.

CAPÍTULO V

Distorções do Islão

Este capítulo propõe-se tratar de certos aspectos do Islão que têm sido esquecidos por alguns muçulmanos e deformados, praticamente, por todos os outros, pelo que tentaremos apresentar aqui estes aspectos dando-lhe a sua verdadeira dimensão, sem fins apologéticos.

Os muçulmanos que vivem no Ocidente ou os familiarizados com a literatura ocidental deparam-se frequentemente, em relação ao Islamismo, com perguntas capciosas e observações surpreendentes feitas por certos escritores e pensadores não muçulmanos. As mais frequentes questões são «A Guerra Santa», o «Islão contra Jesus», a «Poligamia», o «Divórcio», o «Estatuto da mulher no Islão», etc. É por esse facto e para repor a verdade que abordamos a seguir as referidas questões, a fim de darmos o nosso contributo para desfazer certos preconceitos que podem considerar-se seculares.

I Guerra Santa (Jihad)

Foi o Islão divulgado pela ponta da espada? O estandarte do Islão foi o Alcorão ou a espada? Foram os muçulmanos imperialistas, à procura do poder e dos bens mundanos? Há quem prefira pensar em termos afirmativos; há outros que pensam em termos negativos; e algumas

parecem indecisos, perplexos e rejeitam qualquer opinião. Mas o que afirma o Islão? O que revela a história de Muhammad a este respeito? É com certeza um imperativo para toda a pessoa honesta que respeita a verdade e dignidade humana, descobrir por si e revelar as suas conclusões aos outros acerca das questões postas.

O Alcorão afirma claramente que, apesar da nossa vontade, a guerra é uma necessidade da existência, uma realidade da vida, enquanto perdurarem no mundo a injustiça, a opressão, as ambições caprichosas e as pretensões arbitrárias. Isso pode parecer estranho. Mas a verdade é que a história registou o facto de a humanidade ter sofrido, desde os princípios da história até agora, de guerras locais, civis e generalizadas. E é também verdade que muitas vezes os aliados vitoriosos resolvem as suas disputas sobre os ganhos pelo estatuto dos inimigos derrotados através de guerras e ameaças de guerra. Mas hoje em dia, a humanidade vive num pavor constante, alimentado por ameaças de guerra em muitos pontos quentes do mundo. Podia Deus desconhecer estas realidades da vida? Ou podia o Alcorão deixar de tratar este assunto de maneira realista e efectiva? Claro que não! E é por isso que a história islâmica encerra, naturalmente, episódios de guerra ("") legal e justificada, de auto-defesa e restauração da justiça, da liberdade e da paz. O Alcorão diz:

(¹¹) N. E. — A palavra árabe «Jihad» deverá traduzir-se correctamente por «esforço no caminho de Deus». A sua ideia central é esta: a Comunidade, como tal, deve sempre prosseguir o seu «esforço» para continuar a fazer reinar e estender sobre a Terra os direitos de Deus previstos no Alcorão (9:20). Nos primórdios do Islão, esse «esforço» Jihad — serviu naturalmente para a expansão da Fé, porém essa ideia de Jihad foi abandonada, alguns anos após a morte do Profeta, altura em que os Califas (isto é, os representantes do Profeta na Terra) deixaram de reter simultaneamente o poder temporal e espiritual. Apenas os primeiros quatro Califas, respecti-

«E se Deus não tivesse vigiado um determinado grupo através de um outro, a terra teria estado, na verdade, cheia de acções perniciosas: mas Deus é muito bondoso para com todos os mundos» (2:251). «E se Deus não tivesse vigiado um determinado grupo mediante outro, com certeza que teriam sido destruídos muitos mosteiros, igrejas, sinagogas e mesquitas onde o nome de Deus é generosamente evocado» (22:40).

Embora tão realista na sua abordagem, o Islão nunca tolerou a agressão da sua própria parte, nem de qualquer outra origem, assim como não entreteve guerras de agressão e não iniciou tais guerras. Deus manda os muçulmanos não iniciarem hostilidades nem qualquer acto de agressão, e não violarem os direitos dos outros.

A guerra não é um objectivo do Islão, nem a acção normal dos muçulmanos. É só uma solução última, utilizada nas circunstâncias mais extraordinárias, quando todas as outras medidas fracassam. Este é o verdadeiro estatuto da guerra no Islão. O Islão é a religião da paz: o seu significado é paz; um dos nomes de Deus é paz; a saudação diária dos muçulmanos é paz; o paraíso é a casa da paz; o adjetivo «muslim-muçulmano» quer dizer «pacífico». A paz é a natureza, o significado, o estandarte e o objectivo do Islão. Cada ser tem direito a beneficiar da paz do Islão e da bondade dos muçulmanos pacíficos, sem nenhuma distinção de origem religiosa, geográfica

vamente: Abu Bebre (reinou de 632 a 634 d. C.), Omar (634-644), Otman (644-656) e Ali (656-661), reuniam simultaneamente os dois poderes aírás referidos e, a partir de então, eles passaram a ter uma autoridade puramente nominal, em tudo que não dissesse respeito ao campo religioso. Na época presente, tanto as «guerras santas» — de acordo com o significado que se dá no Ocidente — como as cruzadas, estão felizmente ultrapassadas, e os homens e as suas culturas procuram, cada vez mais, a aproximação para passarem à coexistência e ao diálogo e finalmente à cooperação.

ou racial, enquanto não houver nenhuma agressão contra o Islão ou contra os muçulmanos. Se os não-muçulmanos são pacíficos para com os muçulmanos ou mesmo indiferentes ao Islão, não há nenhum argumento que possa justificar uma agressão contra eles. Não há guerra religiosa que force os não-muçulmanos a adoptarem o Islão, porque o Islão não emana senão de dentro, das convicções profundas; ao contrário, ele não é aceite por Deus e não ajuda a quem o professa. O Islão garante a liberdade pacífica da religião e proíbe o constrangimento em matéria confessional. Neste sentido, o Alcorão afirma:

«Não haverá nenhum constrangimento na religião: a verdade destaca-se claramente do erro; quem rejeitar o mal e crer em Deus terá obtido o maior dos bens. Ele nunca lhe faltará. E Deus ouve e sabe tudo» (2:256).

Mesmo na difusão do Islão, o muçulmano nunca deverá fazer uso da força, mas apenas utilizar métodos pacíficos. Deus disse a Muhammad:

«Chama todos ao caminho do Teu Senhor com sabedoria e sermões convincentes; e discute com eles da maneira melhor e mais bondosa: Porque o Teu Senhor sabe melhor quem se desviou do Seu caminho e quem O segue» (Alcorão, 16:125).

«E não discutas com o Povo do Livro (judeus e cristãos), a não ser em termos correctos e generosos. Diz: Nós cremos na Revelação que nos foi dada, e na Revelação que vos foi dada; o nosso Deus e o vosso são Um só: a Ele é que nos subtemos» (29:46).

Mas se o Islão e os muçulmanos se dedicam à paz, se o Alcorão é favorável à paz, então como se explicam as guerras nos primórdios do Islão? Para responder a essa pergunta inocente em aparência, é indispensável mencionar alguns acontecimentos históricos.

Depois de ter recebido ordens de Deus, Muhammad

convocou uma reunião pública onde divulgou a mensagem que tinha recebido e chamou os presentes a crerem no Deus Único e Verdadeiro e a renunciarem à adoração dos seus ídolos. O seu primeiro apelo, lógico e pacífico, foi recebido não só com resistência, mas também com escárnio, ironia e risos, sobretudo pela classe dominante de Meca. Ele tentou constantemente transmitir ao seu povo a Chamada Divina, mas não foi compreendido. Como não lhe foi dada a liberdade de propagar o Islão abertamente, teve que recorrer, por alguns anos, à predicção privada para salvar a vida dos seus poucos adeptos e aliviar as dificuldades deles. Quando recebeu de Deus instruções para pregar abertamente, as perseguições e as torturas infligidas aos muçulmanos aumentaram com brutalidade. Mas, à medida que as perseguições aumentavam, aumentava também o número dos muçulmanos. Os incrédulos recorreram a todos os tipos de pressão e tentação, para reduzirem ao silêncio a Chamada de Deus. Mas, apesar de tudo, Muhammad e os muçulmanos resistiram com firmeza. Quando os incrédulos viram que não conseguiam abalar a Fé dos Crentes com ameaças, pressões, confiscação de propriedades, escárnio, etc., então organizaram contra os muçulmanos uma feroz campanha encarniçada de ostracismo. Durante alguns anos, os muçulmanos foram forçados a ficar dentro dum círculo de associação muito limitado, sem poderem pregar, vender, comprar, casar ou ter contactos com os seus irmãos de Meca. Mas nem sequer isso conseguiu abalar a Fé dos muçulmanos. A sabotagem continuou até que os próprios incrédulos se cansaram de a levar a cabo e tiveram que desistir.

O fim desta dura sabotagem não significou, de maneira nenhuma, a instauração da paz, nem a antecipação da tranquilidade da parte dos incrédulos. Antes pelo contrário, as pressões e as perseguições continuaram e aumen-

taram rapidamente contra os muçulmanos, mas tudo foi em vão. Finalmente, uma «cimeira» à porta fechada foi convocada para se discutir o que os incrédulos tinham que fazer para eliminarem o Islão e Muhammad uma vez por todas. Decidiu-se, por unanimidade, que fosse escolhido de cada tribo um homem forte, para assassinar Muhammad na cama. Mas a missão de Muhammad não ia acabar assim. Deus ordenou-lhe que abandonasse Meca, a sua cidade natal, e emigrasse para Medina para ali se encontrar com os muçulmanos locais e com os emigrantes que, anteriormente, tinham fugido de Meca para Medina (Alcorão, 8:30; 9:40). Este foi o grande acontecimento da Hégira ou Emigração, com que começou a história do Islão e onde começa o calendário muçulmano.

Com a emigração de Meca para Medina, os muçulmanos foram forçados, por toda uma série de circunstâncias, a deixarem praticamente todas as suas propriedades, bens e mesmo família. Desde que se estabeleceram em Medina, Muhammad continuou as suas pregações pacíficas e a sua bondosa chamada ao Islão. Alguns medinenses responderam favoravelmente e logo vieram a ser membros de pleno direito da Comunidade Muçulmana. Outros não adoptaram o Islão e mantiveram as suas crenças tradicionais. Mas como Muhammad se dedicava à paz e à reforma digna, concluiu tratados com os não-muçulmanos, garantindo-lhes liberdade e segurança e criando nos seus corações, pela primeira vez, uma consciência sócio-nacional, em vez do estrito devotamento tribal.

Enquanto Muhammad estava empenhado nestas reformas, tratando organizar a Comunidade Muçulmana de Medina, e lançar os alicerces dumha sociedade estável e pacífica em que muçulmanos e não-muçulmanos pudessem viver lado a lado, os inimigos de Meca não descansavam. Fomentava-se cada vez mais, o ódio deles pelos muçul-

...anos e a determinação de eliminarem o Islão. Eles reviram as suas táticas e logo que completaram novos planos, levaram-nos a cabo. Decidiram atacar os muçulmanos de dentro para fora. Organizaram saques e ataques contra Medina, trazendo a Meca tudo o que puderam roubar. Os não-muçulmanos de Medina invejavam, cada vez mais, a popularidade do Islão e o novo espírito de fraternidade entre os muçulmanos, o que eles próprios nunca tinham sentido, nem queriam de maneira especial ver sentir. Assim, os inimigos de Meca aproveitaram a situação e fomentaram dissensões internas entre os muçulmanos. A acção dos não-muçulmanos de Medina por instigação dos de Meca foi rápida e manifesta, de maneira que Medina se encontrou numa situação difícil.

Os muçulmanos eram, constantemente, ameaçados de dentro pelos descrentes de Medina, e pelas incursões organizadas de Meca. Chegaram ao ponto de não poderem mais suportar as perseguições e as ameaças. As suas famílias estavam separadas pela força. As suas propriedades foram confiscadas. O seu sangue era derramado. Foram forçados a abandonar a sua cidade natal em três ondas de emigração: duas para a Abissínia e uma para Medina. Sofreram durante mais de treze anos. Por causa da nova tática dos inimigos de Meca, os muçulmanos colocaram-se perante a seguinte alternativa: aguardarem pacientemente a sua aniquilação final num massacre colectivo, ou defender-se contra a opressão e a perseguição.

Deve ter sido um paradoxo. O Islão veio para lhes garantir dignidade e força, liberdade e segurança, e para os aliar a Deus, fonte suprema de bondade e ajuda, força e paz. E, no entanto, eles estavam desamparados e apavorados, ameaçados e aterrorizados. O Islão tinha-os encarregado de instaurarem a paz e a justiça e proibirem o mal, ajudarem os oprimidos e emanciparem os subjuga-

dos, e provarem que Deus ajuda e merece a confiança dos Seus súbditos. Mas como podiam fazer tudo isso, se eles próprios estavam oprimidos, subjugados pelo terror e desamparados?

O que mais confusão lhes causava, era o facto de o Alcorão não se ter pronunciado sobre o assunto, e não ter dado instruções específicas quanto ao procedimento a tomar, em legítima defesa. A confusão deles não durou muito, e Deus aliviou-lhes as penas com uma revelação que resolvia os problemas deles assim como os de quem se encontrasse numa situação similar. Deus concebeu a Sua resolução da seguinte maneira:

«Na verdade, Deus defenderá aqueles que crêem. Na verdade, Deus não ama nenhum traidor da fé ou ingrato. Aqueles contra os quais se faz a guerra têm permissão de lutarem em legítima defesa, porque são vítimas da injustiça; e na verdade, Deus é Todo-Poderoso ao ajudá-los; são aqueles que foram expulsos das suas casas em desafio da justiça, sem nenhum motivo, senão o de dizerem «O Nosso Senhor é Deus». Se Deus não tivesse refreado os instintos malignos de uns em relação a outros, com certeza que teriam sido destruídos muitos mosteiros, igrejas, sinagogas, e mesquitas, em que o nome de Deus é generosamente celebrado. Sabei que Deus ajudará com certeza aqueles que apoiam a Sua causa, porque é Forte, Todo-Poderoso, e Capaz de impor a Sua Vontade. São merecedores da ajuda de Deus, aqueles que arreigados na terra observam a oração regular, dão esmolas, defendem o bem e proibem o mal. Em Deus repousa a decisão de todos os assuntos» (Alcorão, 22:38-41).

Com esta permissão de Deus, já ninguém pode infiligrir mais perseguições ou opressões aos muçulmanos. Da sua parte, eles opuseram resistência para restaurar a tranquilidade, recuperar a paz e a liberdade, encontrar

as suas famílias e retomar posse dos seus bens. Houve batalhas e guerras contra os incrédulos que negavam flagrantemente aos muçulmanos a paz e a liberdade. Mas os muçulmanos nunca iniciaram nenhuma agressão, nem destruiram casas, colheitas ou abastecimentos, etc., nem mataram crianças incapazes de lutarem, mulheres, velhos ou inválidos. Os muçulmanos respeitaram estas regras e ficaram dentro dos limites estabelecidos por Deus. É nestas circunstâncias que os muçulmanos tiveram de lutar, e é com a ajuda destes princípios e instruções de Deus que eles acabaram por conseguir vitórias decisivas.

Tem-se escrito muito no Ocidente sobre os «muçulmanos desapiedados», vindos dos desertos secos e ardentes da tenebrosa Arábia para conquistarem os protectorados romanos e persas, e mesmo para se aventurarem até às muralhas da Europa. Há muitos que pensam que aqueles muçulmanos foram impulsionados pelo fervor religioso a expandirem o Islão, pela força, o mais longe possível. Há muitos outros que consideram este ponto de vista pouco convincente, porque o Islão — pela sua natureza — não pode ser imposto pela força; e mesmo que tivesse sido imposto aos povos conquistados, não podia ter perdurado ali, e os não-muçulmanos o teriam liquidado das regiões conquistadas. Mas a história atesta o facto de o Islão ter sobrevivido nas zonas que atingiu — com excepção da Espanha, por certas razões, e que por toda a parte onde os conquistadores foram muçulmanos, eles viveram, em perfeita coexistência, ao lado da população local não-muçulmana. Além disso, pensam eles, que ninguém pode impor aos outros uma religião como o Islão e sentir que a fé deles é tão sincera e honesta como é a fé daqueles muçulmanos convertidos nas terras conquistadas. O constrangimento não chega para criar de um povo derrotado tão bons muçulmanos, assim como a opressão

não chega para os fazer manter e amar uma religião «imposta».

Uma outra tendência interpretativa é a daqueles pretensos intelectuais ou autoridades e críticos esclarecidos. Estes não estão satisfeitos com aquela tese simplista sobre a expansão do Islão pela força. Eles atribuem a expansão do Islão às guerras de agressão iniciadas pelos muçulmanos que se sentiam abafados no calor e na seca da Arábia, e que foram simplesmente motivados por necessidades e circunstâncias económicas. Estas guerras e aventuras não eram religiosas ou espirituais, mas sim o resultado de necessidades prementes.

Há ainda outra tese defendida por certas pessoas que atribuem às guerras muçulmanas, fora da Arábia, à paixão pelo saque e pelas incursões. Eles não vêm nenhum outro motivo, nem apreciam outra finalidade nos muçulmanos, a não ser a sede do sangue e o desejo de saque. Negam-se a ver qualquer virtude no Islão ou a associar os muçulmanos com motivações mais altas.

A disputa entre estas várias tendências é bastante séria e às vezes reveste a forma de discussões académicas. Seja como for, a verdade é que nenhum destes críticos tentou seriamente compreender o assunto na totalidade e apresentar honestamente a verdade. Nenhum deles aprofundou bastante o caso, nem teve a coragem moral de apresentar a verdadeira versão do assunto na sua totalidade. Que grave será a culpa deles quando um dia descobrirem que enganaram e informaram erroneamente milhões de pessoas! Quão séria será a responsabilidade deles quando souberem que ofenderam gravemente a verdade, os milhões de muçulmanos e os seus próprios discípulos!

Será impossível apresentar aqui detalhadamente a atitude do Islão, quanto a cada guerra ou batalha. No

entanto, existem alguns pontos principais que, ao serem mencionados, darão uma ideia bastante clara sobre este assunto no seu conjunto.

1. Deve ter-se presente que Muhammad, encarregado por Deus, na Sua misericórdia pela humanidade toda, tentou contactar os chefes dos territórios vizinhos, mandando-os a adoptarem o Islão e participarem na adoração de Deus. Cabe também lembrar que eles não apenas rejeitaram o seu bondoso convite, como também, por esse facto, declararam abertamente guerras contra os muçulmanos. Ainda durante a vida do Profeta, os soldados romanos e persas passaram as fronteiras muçulmanas em várias incursões. Deste modo, quando Muhammad morreu, os muçulmanos estavam involuntariamente em guerra contra os vizinhos.

Esta situação perpetuou-se, e tudo o que aconteceu depois com as gerações seguintes deve ser visto à luz daqueles primeiros incidentes. Naquela altura, toda a Cristandade, incluindo a Espanha e a França, estava em guerra contra o mundo nascente do Islão. A aventura dos muçulmanos na Europa deve também ser considerada à luz destas circunstâncias. O facto de toda a Cristandade lutar, como uma força só, é provado pela autoridade incontestável do papado romano sobre os cristãos, e também pela mobilização geral das forças cristãs contra o Islão durante as Cruzadas da Idade Média e mesmo até ao primeiro quarto do nosso século.

Portanto, quando Roma sancionou a guerra contra o Islão, os muçulmanos não podiam ser privados do pleno direito de resistirem em qualquer campo de batalha — Palestina, Levante, Itália ou Hungria. Os muçulmanos não podiam deixar-se cercar de todos os lados pela grande força de Roma e da Pérsia, nem esperar tranquilamente que fossem eliminados da face da terra. Roma ordenou

que Muhammad fosse morto e que a sua cabeça cortada fosse trazida perante a Corte Real, tal como os romanos pagãos tinham feito com os primeiros mártires cristãos. De qualquer maneira, devemos reconhecer que algumas guerras dos últimos séculos nada tiveram que ver com o Islão, embora iniciadas pelos muçulmanos; elas não se destinavam à expansão do Islão, mas sim foram motivadas por certas razões locais e talvez pessoais. A agressão é agressão, quer iniciada pelos muçulmanos, quer contra eles, e a atitude do Islão perante a agressão é conhecida e inflexível. Portanto, se houve agressão nestas últimas guerras, ela não foi justificada pelo Islão, nem aceite por Deus.

2. Nenhum dos críticos mencionados tentou compreender a natureza e as condições destes primeiros séculos. Os meios de comunicação de massa não existiam. Não havia imprensa, rádio ou televisão, e nem sequer correio regular. Não havia outro meio de informação ou predicção pública a não ser o contacto pessoal. Não havia respeito pela vida, propriedade ou honra dos indivíduos e das nações fracas, nem pelos tratados concluídos. Não havia segurança nem liberdade de expressão. Quem defendesse uma causa nobre ou manifestasse opiniões contra o chamado «concenso universal», previamente estabelecido pelos mais fortes, era ameaçado. Isso é demonstrado pela história de Sócrates, dos primeiros cristãos e dos primeiros muçulmanos. Muitos emissários encarregados de transmitirem mensagens especiais a cheques e governadores nunca mais voltavam: eram cruelmente assassinados ou presos pelos seus próprios hospedeiros.

Os muçulmanos da Arábia tiveram que vencer todas essas dificuldades e agir nessas circunstâncias tão adversas. Eles tinham uma mensagem para a humanidade, uma

contribuição e uma fórmula de salvação para oferecer. O Alcorão diz: «Chama os outros para o caminho de Deus com sabedoria e sermões sugestivos, e fala da maneira mais bondosa». Mas quem estava preparado para ouvir a pacífica chamada de Deus? A verdade é que muitos incrédulos evitavam ouvir o Profeta para que não fossem afectados nos seus privilégios, e até resistiram pela força à chamada pacífica do Islão. A primeira experiência da Arábia ensinou aos muçulmanos que é mais eficaz ser pacífico e ao mesmo tempo estar preparado; que só se pode mover em paz quem for bastante forte para conservar a sua paz; que a voz soa mais forte quando se resiste às pressões e se elimina a opressão.

Por ordem de Deus, os muçulmanos deviam tornar o Islão conhecido pelo mundo fora, mas não havia nenhum sistema de telecomunicações, nem imprensa, nem outros meios de comunicação de massa. Só havia uma maneira de agir, os contactos directos e pessoais, o que quer dizer que tinham que passar as fronteiras. Mas isso não era possível em grupos pequenos ou desarmados; por isso, tiveram que deslocar-se em grupos grandes e protegidos que tinham o aspecto de exércitos, mas o não eram na verdadeira acepção da palavra. Eles passaram as fronteiras em várias direcções e em períodos diferentes.

Nalgumas zonas foram calorosamente recebidos pela população local, que por muito tempo fora subjugada e oprimida pelas forças estrangeiras de Roma e Pérsia. Noutras zonas, foram os primeiros a oferecerem o Islão àqueles que estavam preparados para aceitá-lo, e foram muitos. Àqueles que não adoptaram o Islão, foi pedido o pagamento de um tributo chamado «Jizia», equivalente à taxa islâmica (Zacá).

As razões pelas quais foi exigido este tipo de taxa «Jizia», eram as seguintes: a) os muçulmanos queriam

assegurar-se de que quem pagava a taxa sabia o que fazia, e que o Islão lhe foi apresentado, mas rejeitou-o pela sua livre vontade e opção; b) os muçulmanos empenhavam-se na protecção de quem pagava a taxa e garantiam-lhe a segurança e a liberdade em pé de igualdade com o próprio muçulmano, porque qualquer perigo que o afectasse, afectava ao mesmo tempo o seu compatriota muçulmano — e, para defenderem os muçulmanos, tinham que defender também os não-muçulmanos e garantir-lhes a segurança; c) a nova situação exigia a ajuda e a cooperação de todos os sectores, muçulmanos ou não: os primeiros, mediante a «Zacá» e os outros através do tributo «Jizia», os quais eram utilizados no interesse público; d) os muçulmanos queriam assegurar-se de que quem pagava a taxa não lhes era hostil a eles e aos seus novos irmãos, nemencionava fazer dano aos seus compatriotas muçulmanos.

Quem rejeitava o Islão e negava o pagamento do tributo de colaboração com outros sectores para apoiarem o seu Estado complicava a sua situação. Estes recorriam à hostilidade desde o princípio, e tentaram criar tensões não tanto em relação aos muçulmanos recém-chegados, mas sobretudo com os muçulmanos recém-convertidos e aos seus compatriotas que pagavam o tributo. Num sentido nacional, a sua atitude era uma traição; no sentido humano, era mesquinhez; no sentido moral, negligência; e em sentido militar, provocação. Sob o ponto de vista prático, tal atitude devia ser suprida, não só para a tranquilidade dos recém-chegados, mas sobretudo em defesa do Estado em que aqueles traidores viviam. Foi o único caso em que se recorreu à força para os recuperar e fazê-los compreender as suas responsabilidades: seja como muçulmano, aceitando o Islão livremente, seja como cidadãos leais, pagando o tributo e vivendo ao lado dos

seus compatriotas muçulmanos, com os mesmos direitos e os reciprocos deveres.

3. Será conveniente que estes críticos estudem o Alcorão com intenções honestas e vejam o que ele prevê em relação à guerra e à paz. Será ainda melhor analisarem o estatuto dos povos «conquistados», e as condições em que viveram antes e depois do contacto com os muçulmanos. O que dirão eles ao descobrirem que a população local dos protectorados persas e romanos dirigia apelos constantes aos muçulmanos para irem em sua defesa, libertando-os do pesado jugo estrangeiro? O que pensarão eles, se por acaso descobrirem que os «conquistados» muçulmanos foram alegremente recebidos pelo povo assim como pelos patriarcas religiosos, que desejavam a protecção muçulmana e a justiça da administração muçulmana? Como explicarão eles o facto de alguns dos povos «conquistados» não apenas terem recebido favoravelmente os muçulmanos «invasores», mas também terem lutado ao lado deles contra a opressão? Como conceberiam eles a prosperidade, a liberdade e o progresso das regiões «invadidas» pelo Islão, em comparação com a situação anterior?

Não tentamos impor o nosso ponto de vista particular sobre o assunto, nem tirar conclusões à pressa. Só pedimos que valeria a pena reconhecer o problema e proceder a uma investigação séria. Com certeza que os resultados serão interessantes e significativos.

4. A ideia de que as guerras muçulmanas pelo mundo fora foram motivadas pelas necessidades económicas dos árabes, deverá ser também ponderada. Embora aparentemente convencidos das suas opiniões, os adeptos desta tese não têm aprofundado o assunto com a devida seriedade.

Pensam eles honestamente que as necessidades econô-

micas foram a razão principal que levou os muçulmanos árabes a atravessar as suas fronteiras? Como explicam que a Arábia — com os seus antigos centros de negócios, vales e oásis — já não fosse capaz de produzir o suficiente para os muçulmanos? Terão eles por acaso investigado seriamente o que os «invasores» muçulmanos guardavam para eles, o que distribuiam aos povos que dominavam, e o que mandavam à administração central de Medina, Damasco, Bagdad ou Cairo? Terão eles comparado os rendimentos dos territórios «invadidos», antes e depois do Islão, para concluir que os «invasores» eram aventureiros egoístas, interessados só nos próprios negócios? Terão eles algum fundamento para afirmar que aqueles muçulmanos tiravam mais do que davam, ou retiravam mais do que tinham depositado, ou obtinham mais do que tinham investido? Terão eles algum documento a provar se o governo central da Arábia recebera alguma vez tributos ou taxas dos seus «protectorados conquistados», quantias que deviam ter sido utilizadas no desenvolvimento daqueles próprios protectores; e se assim aconteceu, o que foi recebido? Terão eles informações dignas de crédito para demonstrar que a Arábia beneficiou de privilégios ou preferências, no que diz respeito aos gastos ou programas de desenvolvimento, à custa das regiões «invadidas»? E finalmente, pode dizer-se que a Arábia tivesse sentido, de repente, a ameaça duma «explosão demográfica» que forçasse os muçulmanos a iniciarem guerras aventurosas com explorações económicas?

A tentativa de interpretação dos contactos muçulmanos com os não-muçulmanos à luz das necessidades económicas pode parecer moderna e merecer simpatia, mas não contém muita verdade, nem é capaz de influenciar seriamente um estado aprofundado, inserido na época. A última reserva que se pode formular, no que respeita a esta ten-

tativa, é que esta está longe de ser satisfatória e completa. Ainda há muito que fazer no campo da investigação, da pesquisa, análise e comparação. Mas para já, nenhum crítico tem o direito moral de impor aos outros as suas próprias considerações teóricas como válidas e obrigatórias. Este é outro apelo sensato que o Islão lança a todos os críticos, para se esforçarem ainda mais à procura da verdade.

5. Não é possível levar a sério as opiniões dos que consideram as guerras muçulmanas como invasões e saques. O que pode ser mais arbitrário e mais esteriotipado do que uma opinião semelhante? Seria um atalho através do qual o estudo do Islão poderia enveredar à procura de uma solução fácil para certos problemas intelectuais e morais; mas também estaria longe da verdade. Neste caso, podem fazer-se novamente as perguntas referidas dos pontos 3 e 4, para se saber o que os aventureiros muçulmanos roubaram ou mandaram para a Arábia, e quantos dos seus homens voltaram para casa com as presas. Isso para não mencionar o desenvolvimento, renascimento e prosperidade dos territórios «saqueados», sob o domínio destes próprios «saqueadores». E também para não mencionar as duras perseguições e muitas perdas de vidas e propriedades que sofreram os muçulmanos, assim como as provocações e as ameaças a que foram sujeitos.

É só um apelo aos que têm opiniões semelhantes para estudarem estes problemas com mais cuidado e apresentarem conclusões mais responsáveis.

Embora os autores das várias teses apresentadas não aceitem o nosso ponto de vista, a verdade é que o Islão é a religião da paz no sentido mais completo da palavra; a guerra injusta nunca fez parte dos seus mandamentos; a agressão é alheia à sua doutrina e nunca foi tolerada; o Islão nunca recorreu à força para se impor; a sua expan-

são nunca foi devida ao constrangimento ou à opressão, o roubo da propriedade alheia nunca foi perdoado por Deus, nem aceite pelo Islão; e quem deformar ou interpretar mal os mandamentos do Islão fará mais dano à sua própria pessoa e aos seus associados do que ao Islão. Por ser a religião de Deus e o caminho que a Ele leva, o Islão sobreviveu nas condições mais adversas, e sobreviverá para ser a ponte segura que levará à feliz eternidade. Se os mesmos críticos continuarem a duvidar, seria conveniente que estudassem o Islão, lendo novamente o Alcorão e refrescando os conhecimentos da verdadeira história.

O facto de que a prosperidade económica e o renascimento cultural seguiram à expansão do Islão nas regiões «conquistadas» não quer dizer necessariamente que os muçulmanos desejassem só ganhos económicos e presas de guerra. Mesmo que tais ganhos e presas tenham constituído incentivos nos primórdios da história islâmica, isso não quer dizer que o Islão prefira a guerra à paz e que os muçulmanos gostem de presas de guerra. Existem melhores explicações: uma destas é, com certeza, muito clara para os que conhecem o problema clássico da Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, em que o Protestantismo, ao lado de outros factores, levou à ascensão do capitalismo moderno. Nenhuma pessoa séria poderia pensar que os protestantes desenvolveriam a sua ética para se tornarem prósperos economicamente, ou que o capitalismo moderno ainda depende da ética protestante.

2. Jesus, filho de Maria

O problema de Jesus (Nabi Iça, em árabe) é um dos mais controversos da história da humanidade. Terá sido considerado divino ou só humano, ou semi-divino e semi-

-humano ao mesmo tempo? Dizia a verdade, ou não passava de um impostor? Nasceu normalmente de uma mãe e de um pai, como qualquer outra criança? Nasceu no Inverno ou no Verão? Muitas perguntas deste género foram e são ainda feitas, tanto pelos cristãos como pelos não-cristãos. Sempre houve disputas e argumentações sobre esta problemática, desde os tempos de Jesus até hoje em dia. Os cristãos adoptaram várias denominações por causa de pequenas diferenças na interpretação de alguns aspectos insignificantes destas questões. Tudo isso é bem conhecido pelos cristãos assim como pelos não-cristãos. Mas qual é a posição do Islão? Será capaz o Islão de oferecer uma interpretação que esclareça estas questões tão controversas?

Antes de mais, teremos que esclarecer três pontos. Primeiro, o muçulmano tem uma ideia já formada, quanto à figura de Jesus. Em segundo lugar, os conceitos de Deus, religião, profecia, revelação e humanidade que o muçulmano tem, fazem com que ele aceite Jesus não só como um facto histórico, mas também como um dos mais distinguidos Apóstolos de Deus. Devemos lembrar aqui que a aceitação de Jesus pelos muçulmanos é um dos artigos fundamentais da Fé Islâmica, e o muçulmano nunca poderá pensar em Jesus em termos depreciativos. Em terceiro lugar, tudo o que vai ser mencionado aqui assenta nos ensinamentos do Alcorão. O ponto de vista islâmico não pretende de modo algum, diminuir o papel de Jesus, subestimar o seu carácter ou a sua grande personalidade. Antes pelo contrário, a crença islâmica representa Jesus da maneira mais respeitável e coloca-o na alta posição em que o próprio Deus o tem colocado. De facto, o muçulmano respeita Jesus mais do que muitos cristãos. Mas a atitude do Islão não deve ser mal compreendida, nem interpretada como conciliante, lisonjeira ou como um

compromisso. Ela deve ser considerada como a verdade em que o muçulmano tem uma fé inabalável que nunca perderá. É a verdade de ontem, a verdade de hoje, e a verdade de amanhã.

O ambiente em que Jesus nasceu e cresceu merece a nossa atenção. As pessoas às quais se dirigia tinham características particulares, tais como: a) interpolaram e deformaram tanto o sentido como as palavras da Escritura de Deus; b) rejeitaram alguns dos seus Profetas, incluindo Jesus, e mataram outros; c) eram fracos e irresponsáveis simultaneamente. O Alcorão diz: «Não é verdade, filhos de Israel, que de cada vez que vos era apresentado um apóstolo contrário aos vossos interesses, possuídos de vaidade, desmentieis uns e assassináveis outros?» (2:87). «Deus ouviu a blasfémia dos que dizem: Na verdade, Deus é pobre e nós somos ricos! Com certeza que lembraremos as suas palavras e o seu acto de terem morto os Profetas em desafio à justiça, e diremos: sofreis o devido castigo!» (3:181).

«Deus tinha outrora concluído um Pacto com os Filhos de Israel. Mas por terem violado o pacto, nós amaldiçoamo-los e endurecemos os seus corações: eles mudam as palavras da sua posição correcta e esquecem uma boa parte da Mensagem que lhes foi enviada» (5:13-14).

Tal era a segunda natureza da gente à qual foi enviado Jesus. Quanto à data do seu nascimento, não foi possível estabelecer, com exactidão, uma determinada estação ou ano. «Os astrónomos ainda não descobriram nenhuma explicação científica da Estrela de Belém... nem o ano do nascimento de Jesus, nem a estação do ano em que apareceu a Estrela são conhecidos com rigor... Os historiadores julgam que os limites se situam entre 11 a. C. e 4 a. C.... E também, embora a altura do ano em que Jesus nasceu não tenha sido bem estabelecida, é muito prová-

vel que fosse na Primavera e não em Dezembro...» (Simone Daro Gossner, do Observatório Naval dos E.U.A., citada na pág. 12 do «Edmonton Journal», 23 de Dezembro de 1960).

Seja como for, para os muçulmanos o problema mais importante é como nasceu Jesus. Até àquela altura, conheciam-se três tipos de criação e em cada uma Deus, o Criador, demonstrou claramente o Seu poder, conhecimento e sabedoria. Primeiro, houve um ser humano criado sem a interferência ou a presença física de nenhum pai ou mãe humanos e conhecidos, e esse foi Adão. Em segundo lugar, houve um ser humano criado sem a existência ou a precedência física de nenhuma mãe ou progenitora de sexo feminino conhecida, e essa foi a Eva. Ela foi antecipada por Adão, que poderia ser considerado como o pai simbólico ou figurado da humanidade. Em terceiro lugar, houve milhões de pessoas criadas através da intimidade normal entre homens e mulheres.

Os espíritos curiosos e investigadores pensaram, porventura, na possibilidade do quarto tipo de criação, a saber a criação dum ser humano sem a interferência física dum pai humano. Esta possibilidade parece ter sido posta em prática por Deus, na criação de Jesus, talvez para completar o quarto tipo de criação possível, e para ilustrar o poder do Criador sob todas as formas possíveis — o facto de a piedosa Maria ter dado à luz o Menino Jesus foi uma acção milagrosa, um acto da vontade de Deus.

A escolha deste tipo de criação naquela determinada época pode ser tão inteligível quanto interessante. Parece que a medicina era muito popular, duma maneira ou outra, numa região ou outra. Os contemporâneos de Jesus tinham-se desviado muito do Caminho de Deus e além disso eram muito teimosos. Deus mostrou-lhes então a Sua força numa nova forma de criação. Mostrou-lhes que

o Seu poder é infinito e que a salvação deles seria possível só através da submissão e da fé n'Ele. A demonstração foi apresentada na viva manifestação da criação de Jesus.

Cabe sublinhar que esta interpretação hipotética do nascimento de Jesus não se baseia na autoridade do Alcorão, nem nas Tradições de Muhammad. Estas quatro formas de criação logicamente possíveis e a indução de que o nascimento de Jesus constitui a quarta e última forma são os pontos de vista pessoais do autor e as suas próprias hipóteses. Válida ou não, esta hipótese das quatro formas de criação não afecta, de modo algum, a fé do muçulmano na verdade do Alcorão e na sua afirmação de que o nascimento de Jesus foi a vontade e a acção milagrosa de Deus. De qualquer maneira, este ponto merece ser aprofundado.

Ora, se quisermos considerar Jesus como o filho de Deus ou Deus, por ter sido criado sem a precedência dum pai humano, e porque o próprio Deus o adoptou ou agiu como um pai, se isso for verdade, então a mesma coisa seria ainda mais aplicável e apropriada para Adão, que não teve nem mãe nem pai. E se a paternidade de Deus é interpretada num sentido figurado, então deverá ser aplicada a toda a humanidade, especialmente aos que se distinguiram no serviço do Supremo Senhor. Os seres humanos são magníficas criações de Deus, e em certo sentido são os Seus filhos. Qualquer que seja a interpretação da paternidade de Deus, literal ou figurada, seria arbitrário limitá-la só a Jesus, colocando Adão na primeira interpretação e separando dele o resto da humanidade que ficaria na segunda interpretação. O Alcorão revela o nascimento de Jesus da seguinte maneira:

«E conta, ó Muhammad, no Livro, a história de Maria, quando se separou da sua família e se retirou num lugar para o Leste. Logo mandámos um anjo, que lhe apareceu

personificado, como um homem perfeito. Ela disse: «Peço ajuda a Deus, o Misericordioso: não te aproximes se tens medo de Deus». Ele explicou: «Sou tão somente o mensageiro do teu Senhor, para agraciá-te com um filho imaculado». Ela disse: «Como poderei ter um filho, se nenhum homem me tocou e jamais deixei de ser casta?» Replicou o anjo: «Assim será porque teu Senhor disse: Iasso Me é fácil! E faremos disso um milagre para os homens e será a prova da Nossa misericórdia. Assim foi decidido». Assim foi que ela o concebeu e retirou-se com ele para um lugar afastado. As dores do parto obrigaram-na a refugiar-se junto a uma tamareira. Ela gritou, na sua dor: «Oxalá eu tivesse morrido antes disto, ficando completamente esquecida». Mas uma voz gritou-lhe sob a tamareira: «Não te aflijas, porque o teu Senhor fez correr um riacho a teus pés; e sacode o tronco da tamareira, donde cairão sobre ti tâmaras frescas e maduras. Come, bebe e consola-te. E se vires algum homem, fá-lo saber (por sinais) que fizeste um voto de silêncio ao Clemente e que neste dia não poderás falar com pessoa alguma». Finalmente, regressou a seu povo levando o filho nos braços. Então, eles lhe disseram: «O Maria, eis que fizeste algo de estranho! O irmão de Aarão, teu pai jamais foi um adúltero, nem tua mãe uma adúltera!» Então, ela lhes indicou que interrogassem o menino. Eles disseram: «Como podemos falar com uma criança que ainda está no berço?» Ele lhes disse: «Sou na verdade um servo de Deus, o Qual me concederá o Livro e me designará Profeta; Far-me-á bem-aventurado onde quer que eu esteja e me encomendará a oração e o pagamento do tributo, enquanto eu viver; E me fará piedoso para com a minha mãe e jamais permitirá que eu seja arrogante ou rebelde; A paz esteve comigo no dia em que nasci, e estará comigo no dia em que eu morrer, bem como no dia em que for

ressuscitado». Este é Jesus, filho de Maria; é a pura verdade, da qual duvidam. Quando Ele decide uma coisa, Ele só diz: «seja!» e assim é. Na verdade, Deus é o Meu Senhor e o vosso: portanto a Ele é que deveis servir: este é o verdadeiro caminho» (Alcorão, 19:16-36; 3:42-64; 4:171-172; 5:17; 72-75; 25:2; 43:57-65).

A missão que Deus confiou a Jesus não foi a salvação através da redenção total pelo sacrifício do sangue, mas sim a salvação pela virtude da orientação correcta e da auto-disciplina, pelo estímulo às mentalidades estagnadas e o abrandamento dos corações duros. Era necessário instaurar a verdadeira religião de Deus e restabelecer as Suas revelações que tinham sido mal interpretadas e sujeitas a abusos. Ao abordar aquelas mentalidades estagnadas e corações duros, Jesus não apenas prediou a palavra de Deus, mas trouxe também Sinais tangíveis e fez «milagres» em apoio à sua missão. Deus forneceu, através de Jesus, provas lógicas e espirituais, assim como provas «sobrenaturais» e extraordinárias, para mostrar àquela gente de coração endurecido, o verdadeiro caminho de Deus.

Quanto à missão de Jesus e à natureza milagrosa das suas provas, o Alcorão diz:

«E quando os anjos disseram: «O Maria! Deus te dará uma boa notícia com Seu Verbo, cujo nome será Jesus, o Messias filho de Maria, honrado neste mundo e no Além, e se contará entre os bem-aventurados. Falará aos homens ainda na infância, bem como na idade adulta, e se contará entre os virtuosos. E Deus ensinar-lhes-á o Livro e a Sabedoria, a Lei (Tora) e o Evangelho, e será um Apóstolo para os filhos de Israel, com esta mensagem: «Vim para vós com um Sinal do vosso Senhor; plasmarei de barro a figura de um pássaro, a qual alentarei, e será um pássaro verdadeiro, por vontade de Deus; curarei o cego

de nascença e o leproso; ressuscitarei os mortos com a anuência de Deus; e vos ensinarei o que deveis comer e o que deveis guardar nas vossas casas. Na verdade, este é um sinal para vós se sois crentes. Eu vim para confirmar-vos a Lei (Tora), que existiu antes de mim, e tornar lícito parte do que antes vos tinha sido proibido. Represento um Sinal do vosso Senhor. Temei-O, pois e obedecei-me. Sabei que Deus é o meu Senhor e o vosso. Adorai-O, pois esse é o melhor caminho» (3:45-51).

Logo Deus dirá: «Ó Jesus, filho de Maria, pensa bem no favor que fiz a ti e à tua mãe; quando te fortaleci com o Espírito da Santidade; de quando falavas aos homens, tanto na infância como na maturidade; quando te propriei a sabedoria, ensinei-te a Escritura, a Tora e o Evangelho; quando, com Meu beneplácito, plasmaste de barro algo semelhante a um pássaro e, alentando-o, eis que se transformou, com Meu beneplácito, num pássaro vivente; quando, com Meu beneplácito, curaste o cego de nascimento e o leproso; quando contive os filhos de Israel a praticarem a violência; e quando, ao lhes apresentares as provas, os incrédulos disseram: Isto não é mais do que pura magia. E olha! Deus dirá: O Jesus, filho de Maria! Disseste aos homens que, quando inspirei os discípulos, exortai-os: Crede em Mim e no Meu enviado. Nunca lhes disse senão o que me ordenaste, isto é: Adorai a Deus, meu Senhor e o vosso; E enquanto permaneci entre eles, fui seu pastor; e quando me levaste a Ti, Tu és que os vigiaste, e Tu és Testemunha de tudo quanto acontece» (5:110-117).

Estes são só alguns versículos representativos de muitos outros semelhantes que se encontram no Alcorão. Todos eles sublinham o facto de Jesus nunca ter pretendido ser Deus o filho de Deus, mas sim um servo e apóstolo.

tolo do Senhor, tal como os que o tinham precedido. O Alcorão acentua este facto da seguinte maneira:

«E depois dos outros Profetas, enviamos Jesus, filho de Maria, confirmando a Tora que o precedeu; e lhe concedemos o Evangelho, que encerra Direcção e Luz, o qual confirma a Tora e é guia e exortação para os tementes» (5:46).

O nascimento de Jesus foi controverso, assim como a sua morte. Enquanto viveu, ele esforçou-se por cumprir a sua missão, reforçado pelo Livro de Deus, pela sabedoria, pelos Sinais Claros e pelo Espírito de Santidade. E, no entanto, poucos foram os que o aceitaram de boa vontade. Embora tolerante e pacífico, Jesus não pôde suportar a hipocrisia dos filhos de Israel e a devoção deles à letra da Lei à custa do espírito da mesma. Eles rejeitaram Jesus e opuseram-se-lhe, e a sua morte violenta foi na verdade planeada. Eles tinham o hábito de aceitar, com sérias reservas, alguns dos seus Profetas e matar outros. Jesus não foi exceção à regra. Quase que o mataram na cruz. De facto, eles acreditaram que o tinham crucificado.

Sob o ponto de vista estritamente islâmico, cabe referir que foi planeada a crucificação de Jesus, porém ela não chegou a efectivar-se uma vez que foi crucificada outra pessoa em vez de Jesus.

Deus acudiu a Jesus e salvou-o dos seus inimigos. Deus coroou a sua missão na terra, salvando-o da orte violenta e erguendo-o aos céus. Se ele foi erguido para o céu com corpo e alma ou só com alma depois de ter morrido duma morte natural, constituem pormenores de pouca importância para a crença islâmica. O mais importante para o Islão é o facto de Jesus não ter sido crucificado, mas sim levado para os céus.

O Islão rejeita a doutrina da crucificação de Jesus pelos inimigos de Deus. Esta rejeição baseia-se na auto-

ridade do próprio Deus tal como revelada no Alcorão ("'), e numa rejeição mais profunda do sacrifício do sangue e da expiação dos pecados alheios. O Islão ensina que o Primeiro Pecado de Adão foi perdoado depois dele próprio o ter expiado; que cada pecador, se não for perdoado por Deus, será responsável pelos próprios pecados; e que ninguém pode expiar os pecados alheios. Isso não deixa lugar ao apoio da doutrina do Sacrifício do Sangue ou da expiação em nome de outra pessoa.

De qualquer modo, alguns dos primeiros grupos cristãos não acreditaram que Jesus fosse morto na Cruz. Os bacilidianos acreditam que outra pessoa foi crucificada em vez de Jesus. Os docetas consideraram que Jesus nunca teve um corpo real, físico ou natural, mas só um corpo aparente, e que a sua crucificação foi aparente e não real. O Evangelho Marcionita (por volta do ano 138 d. C.) negou que Jesus tivesse nascido, dizendo só que tinha aparecido em forma humana. O Evangelho de São Barnabás — do qual existe uma tradução inglesa na Biblioteca estatal de Viena e uma versão árabe no Mundo Árabe — apoia a teoria da substituição na Cruz.

Quanto ao fim de Jesus, o muçulmano está tão esclarecido como no que respeita ao seu nascimento. O muçulmano acredita que Jesus não foi morto, nem crucificado, mas sim que Deus o levou para junto d'Ele em honra e graça. As ideias sobre esta temática estão bem claras no Alcorão, que acalmou as disputas de uma vez por todas. A crença na crucificação de Jesus sugere uma série de perguntas inevitáveis, porém, a finalidade desta

(*) N. E. — «Deus disse: O Jesus, por certo que porem à tua estada na terra; ascender-te-ei até Mim e salvar-te-ei dos incrédulos, fazendo prevalecer sobre eles teus prosélitos até o Dia da Ressurreição. Então, a Mim será o vosso retorno e eis que dirimirei vossas divergências» (3:55).

obra não consiste em levantar polémicas, mas aproximar todos os crentes em Deus.

De qualquer modo, o Islão mantém firmemente o seu ponto de vista de que Jesus não foi crucificado nem morto, mas sim honrado e levado ao pé do Próprio Deus. A literatura cristã relata que Jesus apareceu a alguns discípulos depois da crucificação. A sua aparição é muito provável e não contradiz de maneira alguma a tese islâmica. Se é verdade que ele apareceu, o muçulmano acreditará que a sua aparição não foi depois da morte na cruz, mas sim depois do refúgio em que esteve por ordem de Deus, o que fazia parte do plano que Deus imaginou para o salvar e contrariar a viciosa conspiração dos inimigos. Em vez de ser crucificado e humilhado, como os inimigos tinham planeado, ele subiu nas horas e nas dignidades, tal como Deus tinha disposto, em resposta.

Segundo a doutrina islâmica, a grandeza de Jesus e do seu papel no mundo emanam do facto de ele ter sido eleito por Deus e honrado pela Sua palavra; por lhe terem sido confiadas as revelações de Deus e a missão de propagar a mensagem d'Ele; por ter sido um Profeta com carácter e personalidade; por ter sido sincero e ter lutado contra a hipocrisia e a blasfêmia; por ser destinado desde o seu nascimento até à ascensão a desempenhar um papel fundamental junto dos homens; e por ter sido um Sinal para o povo e um gesto da misericórdia de Deus. A paz esteja com ele e com os outros Profetas.

A natureza deste estudo não nos permite aprofundar as referências do Alcorão a Jesus e à sua missão. Damos aqui apenas a parte fundamental. Para um estudo e uma investigação mais aprofundada, o leitor poderá recorrer ao próprio Alcorão. Os capítulos e versículos que fazem alusão a Jesus (*Nabi Iça*) são os seguintes:

Capítulos N.º	Versículo N.º
2	87, 136, 253
3	42-59, 84
4	156-159, 171-172
5	17, 46, 72, 75, 78, 110-118
6	85
9	30-31
19	1-40
23	50
33	7
42	13
43	57-65
57	27
61	6, 14

3. Poligamia

Poligamia é o termo atribuído à situação de um homem casado, por mais de uma vez, simultaneamente.

Pode dizer-se que existiu sempre, pois foi praticada, ao longo de toda a história da humanidade, por reis e governadores. Abraão, Jacob, David e Salomão tiveram, igualmente, inúmeras esposas.

Na altura das revelações bíblicas, a poligamia era comumente aceite e praticada. Era aceite religiosa, social e moralmente, sem nenhuma objecção. Talvez seja por isso que a própria Bíblia não tratou este assunto, posto que era naquela altura um facto lógico, uma realidade. A Bíblia não proibiu, não regulamentou e nem sequer restringiu a poligamia.

Na altura em que Muhammad divulgava o Islão, a prática da poligamia era vulgar e profundamente enraizada na vida social. O Alcorão não ignorou tal prática,

nem rejeitou, mas também não a deixou continuar sem controlo ou restrição (""). O Alcorão não podia ficar indiferente perante aquela situação, nem tolerar o caos e a irresponsabilidade que se associam à poligamia. Assim como fez em relação a outros hábitos e práticas sociais predominantes, o Alcorão iniciou o aperfeiçoamento da instituição de maneira a corrigir-lhe os defeitos tradicionais (""). O Alcorão interveio porque tinha que ser realista e não podia tolerar o caos na estrutura da família, que é a própria base da sociedade.

4. Casamento e Divórcio

Existe, no Ocidente, uma ideia errada acerca do casamento islâmico.

O casamento no Islão não é um negócio feito por dois sócios nem é um contrato secular entre dois cônjuges.

("") N. E. — Primitivamente, os árabes, eram um povo de fraca natalidade e pequena densidade populacional. A valorização da sua raça exigia o aumento dessa natalidade e densidade, e essa foi a razão básica porque, antes do Islão, os árabes já eram polígamos. O Profeta Muhammad limitara essa poligamia e, em verdade, o Islão admite-a, mas condicionalmente.

("") N. E. — Foi estabelecido o número de quatro esposas legais, premissa que na realidade é impraticável, pois o homem não poderá casar com mais do que uma mulher, a não ser que se comprove a esterelidade da primeira esposa ou que esta sofra de uma doença grave, de tal modo que a impossibilidade de continuar, normalmente, as relações conjugais. A condição alcorânica mais difícil para a prática da poligamia é a de manter a balança da justiça e equidade com todas as esposas. Como é óbvio, no campo material é possível ser-se justo e equitativo, mas em questão sentimentais pode-se afirmar, categoricamente, que tal é impossível. Os grandes exegetas concluem daqui que o espírito do Islão é estritamente monogâmico. Cabe referir que a poligamia só encontra, actualmente, adeptos entre os crentes mal informados e está condenada a desaparecer, por completo, uma vez que existem, na presente época, nos países islâmicos, movimentos que lutam afincadamente pelo reconhecimento dos direitos da emancipação da mulher.

em que os benefícios materiais e as obrigações são avançadas reciprocamente. Trata-se de uma instituição solene e sagrada, e será errado defini-la em simples termos mundanos, físicos ou materiais. A caridade moral, a elevação espiritual, a integridade social, a estabilidade humana, a paz e a piedade constituem os principais elementos do casamento. É um acto para o qual o Próprio Deus é a Primeira Testemunha e a Primeira Parte, tendo sido concluído, em Seu Nome, em obediência a Ele e de acordo com os Seus mandamentos. É uma companhia humana, autorizada e supervisada por Deus (""). É um Sinal da Sua bençaõ e abundante piedade como Ele claramente diz no Alcorão (30:21).

É evidente que o casamento no Islão é um meio de relações permanentes e harmonia contínua, não só entre o homem e a mulher mas também entre estes e Deus. É claro que quando dois muçulmanos de sexo diferente resolvem unir-se pelo casamento, devem estar conscientes, para fazer dele um duradouro sucesso.

Para garantir este sucesso, o Islão criou certos regulamentos que asseguram que o casamento sirva integralmente os seus propósitos. Tais regras são:

1) As duas partes devem adquirir um claro conhecimento mútuo, uma linha que não envolva qualquer conduta imoral, enganosa e exploradora.

2) O homem em particular é exortado a escolher a sua companheira na base dos seus valores permanentes, por exemplo, devoção religiosa, integridade moral,

(**) N. E. — Já o Profeta Muhammad disse: «Aquele que casa, cumpre metade da sua religião e falta-lhe completar outra metade para uma vida chsia de virtude em firme respeito de Deus». Afirmava ainda, que o casamento era necessário a todos como poderíssimo defensor contra as tentações mundanas.

carácter, etc., e não na base da sua fortuna ou prestígio de família ou meras atrações físicas.

3) À mulher é dado o direito de se assegurar que o homem que se lhe propõe é um companheiro conveniente, merecedor do seu respeito e amor, e capaz de a fazer feliz. Nesta base, ela pode rejeitar a proposta de um homem que ela considera abaixo do seu nível e incapaz, porque isto pode impedir o cumprimento das suas obrigações como mulher e pode constantemente fazer soçobrar o seu futuro casamento.

4) A mulher tem o direito de pedir um dote ao seu pretendente de acordo com o seu nível e também de acordo com a sua fortuna pessoal. Se ela desejar desistir deste direito e aceitá-lo com um pequeno dote, ou mesmo sem dote algum, ela pode fazê-lo. O preceito da exigência do dote ao homem é para assegurar à mulher que ela é desejada, que o homem necessita dela, e que está preparado para cumprir com as suas responsabilidades financeiras e de outra forma. O dote é também um gesto simbólico indicativo de que a mulher está segura e que o homem não contrai o casamento olhando a ganhos materiais. Desenham-se assim em linhas claras o que cada um pode ou não esperar do outro.

5) O casamento deve ser publicamente feito e celebrado da mais alegre forma. O livre consentimento de cada uma das partes é uma condição essencial sem a qual o casamento não é válido.

6) Todos os casamentos, para que possam ser legais, devem ser testemunhados por dois adultos e registados em documentos oficiais.

7) A total manutenção da mulher é um dever do marido. Ela tem direito a tal por virtude do casamento. Os bens ou propriedades da mulher serão mantidos como sua exclusiva pertença; o marido não tem direito a qual-

quer parte ou rendimento de tudo quanto seja propriedade da sua mulher. Isto é para limitar o casamento aos seus nobres propósitos e desenredá-lo de todos os objectivos indignos.

Com todas estas medidas, pode ver-se que o Islão deu todas as possibilidades de segurança para fazer do casamento uma feliz companhia e uma sólida fundação de harmonia contínua e paz permanente. Mas em vista do facto de que o comportamento humano é variável e imprevisível por vezes, o Islão toma uma realística perspectiva da vida e faz concessões para todos os acontecimentos inesperados. O casamento, como tem sido considerado, tem propósitos nobres e decentes, os quais devem ser cumpridos. O Islão não aceita nem reconhece qualquer casamento que não seja funcional ou efectivo. Pode ser nominal ou casamento não consumado. Pode ser um casamento com sucesso ou falhado. O casamento é tão solene, que não pode ser estacionário ou não efectivo. Por isso, se não servir os seus propósitos ou funções próprias, deve ser quebrado pelo divórcio com conservação de todos os direitos das partes envolvidas. Isto porque não há razão em continuar com um contrato nominal e sem valor só para salvar a espécie humana e ficarem amarrados por compromissos que não podem ser honrados.

Quando o casamento islâmico, que é baseado nos referidos regulamentos e preocupações, não funciona devidamente, por haver sérios obstáculos no seu caminho, deverá recorrer-se à reconciliação.

Só depois de esgotados todos os meios, qualquer dos cônjuges deverá recorrer ao divórcio. Portanto, o divórcio surge como o último recurso, que é descrito pelo Profeta como o mais detestável de todos os actos legais perante Deus. Mas antes de ser dado este último e deses-

perado passo, algumas considerações devem ser feitas pela ordem seguinte:

1 — As duas partes envolvidas devem tentar resolver as suas disputas e os seus problemas entre as mesmas.

2 — Se a primeira tentativa falhar, dois medianeiros, representando cada um dos cônjuges (marido e mulher), devem ser encarregados de tentar a reconciliação entre ambas as partes.

3 — Se esta tentativa também falhar, o divórcio terá que ser concedido, podendo ser pedido por um dos cônjuges (divórcio litigioso) ou por ambos (divórcio por mútuo consentimento) ("").

Quando o Islão tornar possível que o divórcio seja obtido por mútuo consentimento ou pela interferência do Tribunal em nome da parte ofendida, conserva-se firme, em respeito pela moralidade e a dignidade humana. Assim, não se força uma pessoa a sofrer a injustiça e os danos de um companheiro infiel. Assim, não se conduz o povo à imoralidade.

5. Estatuto da Mulher do Islão

Segundo os ensinamentos do Alcorão, o papel da mulher na sociedade é tão vital como o do próprio homem e ela não é superior nem inferior, mas apenas diferente.

O estatuto da mulher foi elaborado no Islão para serem garantidos todos os seus direitos e reciprocos deveres em relação à sociedade.

(**) N. E. — Apesar de o divórcio ser admitido no Islão, todas as Comunidades Muçulmanas do Mundo não o facilitam, e procuram manter os laços matrimoniais indissolúveis, reconciliando os cônjuges através de todos os meios ao seu alcance, a fim de evitar qualquer rotura matrimonial — — comum a todas as sociedades e em todas as religiões — que leve precipitadamente ao desmembramento da família, célula básica de uma sociedade sã.

Os direitos e responsabilidades de uma mulher são iguais aos do homem, mas não são necessariamente idênticos. Igualdade e identidade são dois conceitos bastante diferenciados. Esta diferença é compreensível porque o homem e a mulher não são idênticos, mas foram criados iguais. É quase impossível encontrar dois homens ou duas mulheres idênticas. Esta distinção entre igualdade e identidade é de suma importância.

A igualdade é desejável e justa, mas a identidade não o é. As pessoas não são criadas idênticas, mas são criadas iguais. Com esta distinção na ideia, não há lugar para imaginar que a mulher seja inferior ao homem. Não há fundamento para argumentar que ela é menos importante do que ele, precisamente porque os seus direitos não são identicamente os mesmos.

Se o seu estatuto fosse idêntico ao do homem ela não passaria simplesmente de um duplicado dele, o que não é. O facto de o Islão dar direitos iguais — mas não idênticos — mostra que a toma na devida consideração, admitindo e reconhecendo a sua independente personalidade.

Não é a voz do Islão que difama a mulher como sendo um projeto de Satanás ou a semente do demónio. Nem o Alcorão coloca o homem como o senhor dominador da mulher que não tem poder de opção, mas que tem de se render à dominação. Nem foi o Islão que introduziu a questão de a mulher ter ou não ter alma. Nunca na história do Islão algum muçulmano duvidou do estatuto humano da mulher ou de ter alma e outras boas qualidades espirituais. Ao contrário de outras crenças populares, o Islão não culpa somente a Eva pelo pecado original. O Alcorão esclarece que ambos, Adão e Eva, foram tentados, que ambos pecaram, que o perdão de Deus foi concedido a ambos depois do seu arrependimento, e que Deus dirigiu-se-lhes juntamente (2:35-36; 7:19, 27; 20:117-123). De

facto, o Alcorão dá a impressão que Adão foi mais culpado por aquele primeiro pecado, do qual emergiu prejuízo contra a mulher e suspeitou-se da sua acção. Mas o Islão não justifica tal prejuízo ou suspeita porque ambos, Adão e Eva, erraram igualmente e se nós culparamos Eva, deveremos culpar Adão tanto ou mais ainda.

APÊNDICE

APÊNDICE I — O Alcorão e a sua sabedoria

O Alcorão é a maior dádiva de Deus à Humanidade e a sua sabedoria é de uma espécie única. Exposto, em termos breves, o propósito do Livro consiste em ser o repositório das revelações divinas, o qual restaura a eterna verdade de Deus, como guia da humanidade no caminho certo.

O Alcorão é a palavra de Deus revelada a Muhammad através do Arcanjo Gabriel, a qual ultrapassa a imaginação humana para se produzir uma obra desta grandeza.

Os contemporâneos de Muhammad foram, sem dúvida, os maiores mestres da língua árabe com motivos para produzir um texto sem rival. Mas eles não poderiam produzir nada como o Alcorão, em conteúdo e estilo. Muhammad não tinha preparação escolar formal, mas não fez segredo disso. O seu maior crédito era que sendo iletrado, viveu entre povo iletrado para ensinar a Humanidade inteira, letrado ou analfabeto, a verdadeira Mensagem de Deus. Este é o primeiro facto acerca do Alcorão ou seja a Palavra de Deus.

O segundo facto acerca deste Livro é a autenticidade do seu conteúdo e a ordem em que estão distribuídas várias matérias. A autenticidade do Alcorão não deixa dúvidas pela sua pureza, originalidade e integridade do seu texto. Investigadores e estudiosos qualificados, muçulmanos e

não muçulmanos, concluiram, já que o Alcorão de hoje é o mesmo Livro que Muhammad recebeu (""), ensinou, por ele viveu, e o legou à Humanidade há mais de catorze séculos.

Algumas observações podem ilustrar a autenticidade do Alcorão:

1 — O Alcorão foi revelado em fragmentos. A palavra «Alcorão» significa Livro por excelência (Alcorão 2:2; 41-42). A composição do Alcorão e as revelações graduais das suas passagens foram os planos e desejos de Deus, desejos pelos quais Muhammad e os seus companheiros lutaram (25:32; 75:17).

2 — Os árabes distinguiram-se pelo seu apurado gosto literário, pelo que conseguiram gozar e apreciar as boas peças de literatura, que o Alcorão lhes facultou. Sentiram-se movidos pelo seu tocante tom e atraídos pela sua extraordinária beleza, encontrando nele a maior satisfação e a mais profunda alegria, ao ponto de memorizar a maior parte do Livro. O seu estilo rítmico continua a ser admirado e acarinhado por todos os muçulmanos e por muitos não-mulçamos.

3 — Ainda hoje, muitos muçulmanos, homens e mulheres, fazem a recitação diária de uma parte do Alcorão, em orações e durante a vigília nocturna. A recitação do Alcorão é para os muçulmanos uma forma elevada de adoração e uma prática diária.

4 — Os árabes admiraram sempre bons poemas, distinguindo-se como cultores de boa literatura. Foram distinguidos pela sua sensibilizada memória em que a literatura ocupou sempre o lugar de relevo. O Alcorão foi reconhecido por todo o povo árabe de gosto literário, como ini-

("), N. E. — Recebeu em várias revelações, ininterruptamente durante 23 anos.

imitável. Por isso, eles apressaram-se a fixá-lo de memória, mas da mais notável e respeitosa forma.

5 — Durante a vida de Muhammad, houve escribas notáveis e registadores nomeados para as Revelações. Quando o Profeta recebia um versículo ou uma mensagem, dava imediatamente instruções aos seus escribas para os registar sob a sua supervisão. O que era registado era verificado e autenticado pelo próprio Profeta. Todas as palavras eram revistas e cada passagem era posta na devida ordem.

6 — Pelos tempos fora, as Revelações completaram-se e os muçulmanos estavam de posse de registos completos do Alcorão. Foram recitados, memorizados, estudados e usados para todos os propósitos diários. Quando uma discrepância surgia, o assunto era levado, ao próprio Profeta para decidir se estava de harmonia com o texto, significado ou entoação.

7 — Depois da morte de Muhammad, o Alcorão estava confiado à memória de muitos discípulos e em numerosas tábuas de registo. Mas isso ainda não satisfazia Abu Bebre, o primeiro Califa (⁽ⁿ⁾) que recebeu que a morte de alguns memorizadores em batalhas, pudesse trazer sérias confusões acerca do Alcorão. Por isso, ele consultou autoridades especializadas e depois encarregou Zaid Ibn Thabit, o escriba chefe das revelações de Muhammad, de compilar um padrão e completar a cópia do Livro, tal como foi autorizado pelo próprio Profeta Muhammad. Ele fê-lo sob a supervisão dos companheiros do Profeta e com a sua ajuda. A versão completa e final foi verificada e aproveitada por todos os muçulmanos que tinham ouvido o Alcorão do próprio Muhammad e o guardavam na memó-

(ⁿ) N. E. — A palavra «Califa» quer dizer «representante do Profeta na Terra».

ria e no coração. Isto teve lugar, menos de dois anos após a morte de Muhammad. As revelações estavam ainda frescas e vivas na memória dos escribas, memorizadores e outros discípulos mais chegados.

8 — Durante o califado de Otman, cerca de quinze anos depois de Muhammad, ficou completa a compilação de várias revelações recebidas pelo Profeta num Livro — O Alcorão. Seguidamente, fez-se a primeira difusão de várias cópias do Alcorão, em diversos territórios. Muitos dos habitantes nunca tinham visto ou ouvido Muhammad. Por razões geográficas e factores regionais, conheciam alguns textos do Alcorão com elevadas distorções de acentuação. Diferenças de recitação e entoação começaram a surgir e a causar disputas entre os muçulmanos. Otman actuou rapidamente para resolver a situação. Depois de mútuas consultas com todas as autoridades especializadas, foi constituída uma comissão de quatro homens saídos dos anteriores escribas das Revelações. Todos os anteriores textos em uso foram recolhidos e substituídos por uma cópia padrão que passou a ser usada de acordo com a acentuação e dialecto árabe coraixida, o mesmo e verdadeiro dialecto com acentuação do próprio Muhammad. Esse dialecto foi adoptado porque era o melhor de todos os dialectos e o único que no Alcorão foi revelado. Assim, o Alcorão foi definitivamente restringido à acentuação e dialecto do homem que o concebeu. E a partir dessa época para diante, a mesma versão-padrão tem estado em uso, sem a mais pequena alteração em palavras ou ordem e mesmo de quaisquer sinais de pontuação.

Por estas observações, os investigadores sérios concluem que o Alcorão se mantém hoje, como aquando da sua revelação e assim se conservará para sempre. Nunca lhe foi acrescentado nada; nunca houve nele qualquer omissão ou corrupção. A sua história é tão clara como o

dia; a sua autenticidade é inegável, e a sua completa preservação está fora de dúvida.

O Alcorão está cheio de sabedoria sem exemplo, com respeito à sua origem, características e dimensões. A sabedoria do Alcorão deriva da sabedoria do autor que não poderia ter sido qualquer outro senão o Próprio Deus. Também deriva da compulsória força do Livro que é inimitável, o qual é um desafio a todos os homens de letras e de conhecimentos. As soluções práticas que oferece para os problemas humanos e os nobres objectivos que contém para o homem, marcam a sabedoria do Alcorão como sendo de natureza e características especiais.

Dinamismo

Uma das maiores características da sabedoria do Alcorão é que não é estática ou de tipo que não consinta qualquer inovação. É uma espécie de sabedoria que provoca a mente e acelera o coração. Nesta sabedoria estão-se misturando o dinamismo e a movimentada força atestada pela evidência histórica, tal como no próprio Alcorão. Quando Muhammad lançou primeiramente o chamamento de Deus, a sua única força foi o Alcorão e a sua única sabedoria foi a sabedoria do Alcorão. O dinamismo penetrante do Alcorão é tremendo e irresistível.

Há numerosos exemplos que mostram que as mais dinâmicas personalidades e os mais concludentes argumentos não poderão atingir o realismo da sabedoria dinâmica do Alcorão. Deus fala do Alcorão como uma «Ruh» ou espírito e vida, e como uma luz com as quais os servos de Deus são guiados para o caminho da Justiça (42:52). Novamente, Ele disse:

«Se tivéssemos revelado este Alcorão sobre uma montanha, tê-la-ias visto humilhar-se e ofender-se por temor

a Deus. Tais são as semelhanças que nós propomos aos homens, para que possam reflectir». As palavras chave são «Ruh» e «Sad», que significam que o Alcorão origina a vida, estimula a alma, irradia a luz que guia e move os objectos aparentemente imóveis. Este é o género de dinamismo espiritual do qual nos fala o Alcorão.

Praticabilidade

Outra característica significativa do Alcorão é a sua praticabilidade. Não condescende com o pensamento ambicioso, nem faz com que os seus ensinamentos demandem o impossível ou flutuem num mar de rosas de ideais que não se podem atingir. O Alcorão aceita o homem pelo que ele é e exorta-o a tornar-se o que ele pode ser. Isto não torna o homem como uma criatura sem esperança, condenada desde a nascença até à morte e afogado em pecados desde o berço até ao túmulo, mas considera-o como um ser honrado e dignificado.

A praticabilidade dos ensinamentos do Alcorão está estabelecida pelos exemplos de Muhammad e os muçulmanos através dos anos. Essa característica do Alcorão faz com que os seus ensinamentos estejam ligados ao bem-estar do homem e são baseados nas possibilidades ao seu alcance.

Moderação

A terceira característica do Alcorão é a moderação ou harmonia entre o Divino e o humano, o espiritual e o material, o individual e o colectivo. O Alcorão dá a devida atenção a todos os factos da vida e a todas as necessidades do homem, de forma a ajudá-lo a realizar os nobres

objectivos do seu ser. Para esta aproximação de moderação, o Alcorão chama aos muçulmanos uma meia Nação (2:143) e com a sua mediania são chamados o melhor povo, que desde sempre evoluiu para a Humanidade defendendo o Direito e a Justiça, combatendo o mal e crendo em Deus (3:110).

A sabedoria do Alcorão funciona em três dimensões principais: interiormente, exteriormente e superiormente. Interiormente, penetra nos mais recônditos cantos do coração e dirige-se às mais longínquas profundezas do pensamento. Está ligado à salutar cultura interior do indivíduo. Esta penetração interior é diferente e afasta-se profundamente de qualquer outro sistema legal ou ético, porque o Alcorão fala em nome de Deus e refere-se a todos os assuntos.

A função exterior do Alcorão alberga todos os passos da vida e cobre os princípios de todo o campo das relações humanas, desde os casos mais pessoais às complexas relações internacionais.

O Alcorão atinge áreas desconhecidas para qualquer sistema jurídico ou código de ética. Isto faz com que a presença de Deus recaia em todos os negócios, e as reconheça como primeira origem de direcção e a última meta de todas as transacções. É um guia espiritual do homem, o seu sistema legislativo, o seu código de ética e acima de tudo o caminho da sua vida.

Na sua superior função de guardião, o Alcorão assenta no supremo Deus. Tudo o que foi, ou é, ou que será, deve ser canalizado através deste foco da presença de Deus no Universo. O homem é meramente um depositário no vasto domínio de Deus e o único fim da sua criação é adorar a Deus. Isto não é um pretexto para uma separação ou para uma passiva retirada da vida. É um convite aberto ao homem para ser a verdadeira encarnação na terra das

excelentes qualidades de Deus. Quando o Alcorão na sua superior atenção foca Deus, abrem-se diante do homem novos horizontes de meditação, eleva-se a padrões sem exemplo de alta moralidade, e familiariza-se com o caminho eterno da paz e da bondade. Realizando Deus só como a última meta a atingir pelo homem, é a revolução contra as tendências populares no pensamento humano e as doutrinas religiosas, uma revolução cujos objectivos é livrar o pensamento da dúvida, libertar a alma do pecado e emancipar a consciência da subjugação. Em todas as suas dimensões a sabedoria do Islão é concludente. Não condena ninguém, nem tortura a carne, nem faz com que ela abandone a alma. Não faz humanizar Deus nem divinizar o homem. Está tudo cuidadosamente colocado aonde pertence no esquema total da criação. Há uma relação proporcional entre acções e recompensas, entre meios e fins. A sabedoria do Alcorão não é neutra e clama pela verdade no pensamento, piedade nas acções, unidade de propósitos e boa vontade nas intenções. Este é sem dúvida o Livro, com o seu rumo correcto... (2:2). «Este é o Livro que Nós revelámos para que possas (ó Muhammad) retirar o género humano das trevas, levando-os para a luz com a anuêncio do teu Senhor, e os encaminhes até à senda do Poderoso» (14.1).

APÊNDICE II — Muhammad, o último Profeta

A crença dos muçulmanos de que Muhammad é o último Profeta de Deus, foi mal entendida por muitos povos, pelo que merece ser explicada.

Esta crença, em caso algum quer dizer que Deus fechou as portas da Sua misericórdia ou que se ausentou. Não impõe qualquer restrição à ascensão das grandes perso-

nalidades religiosas, nem limita o aparecimento dos grandes líderes espirituais, ou que obstrua a evolução dos grandes homens piedosos. Nem quer dizer que Deus preferiu os árabes, dos quais Muhammad foi o escolhido; o Seu Último Favor foi a exclusão de todos os outros. Deus não é partidário de qualquer raça, idade ou geração e a porta da Sua Graça está sempre aberta e sempre acessível aos que a procuram. Ele fala para o homem por qualquer destas formas:

1) Por inspiração que ocorre na forma de sugestões ou ideias colocadas por Deus nos corações e pensamentos dos homens piedosos;

2) Por detrás de um véu que aparece na forma de visões quando aquele que está qualificado para as receber está acordado ou num estado de transe;

3) Através do Mensageiro celestial, Gabriel que foi mandado à terra com palavras divinas concretas para transmitir ao escolhido mensageiro humano (Alcorão, 42:5). Esta última forma é a mais elevada e aquela em que o Alcorão foi transmitido a Muhammad. Está confinada só aos Profetas, dos quais Muhammad foi o Último e o Selo.

Mas novamente, isto não nega a existência ou a continuação da inspiração nas duas outras formas para o que Deus desejar. Escolhendo Muhammad para ser o Selo dos Profetas, Deus não perdeu o contacto ou interesse no homem e o homem não foi banido de procurar Deus ou obstruído na sua aspiração a Deus. Pelo contrário, escolhendo Muhammad para ser a culminação do Profeta e o Alcorão para ser o acabamento da Revelação, Deus estabeleceu um permanente meio de comunicação entre Ele e o homem, e erigiu um farol de continua irradiação para guiar e iluminar. Além destas observações gerais, há outros pontos específicos os quais mostram porque

Muhummad é o último Profeta de Deus. Entre estes, alguns podem ser mencionados:

1 — O Alcorão declara em palavras inequívocas que Muhammad é enviado a todos os homens como o Apóstolo de Deus, a Quem pertence o domínio dos céus e da terra (7:158). Também estabelece que Muhammad foi enviado só como uma Graça de Deus a todas as criaturas, humanas e não humanas, igualmente (21:107), e que ele é o Mensageiro de Deus e o Selo dos Profetas (33:40). O Alcorão é a palavra de Deus, e tudo o que diz é a verdade de Deus que todos os muçulmanos defendem e em que todos os homens devem reflectir. A Mensagem de Muhammad não é simplesmente um renascimento nacional ou um monopólio racial ou uma entrega temporária à escravidão e opressão. Nem foi uma mudança abrupta ou uma reversão de tendências da história. A Mensagem de Muhammad foi e certamente que ainda é, um renascimento universal, uma bênção comum, uma herança supranacional e uma entrega espiritual duradoura. É uma continuação que evolui de mensagens prévias e uma bem balançada incorporação de todas as anteriores revelações. Transcede todas as limitações de raça, cor, e caracteres regionais. É dirigida aos homens de todos os tempos e é precisamente o que o homem precisa. Assim, um muçulmano acredita que Muhammad é o último Profeta porque o Alcorão nos dá o testemunho verdadeiro disso e porque a mensagem do Profeta tem as mais altas qualidades de uma fé verdadeiramente universal e concludente.

2 — O próprio Muhammad declarou que era o último Profeta de Deus. Um muçulmano, ou qualquer outro, sobre este assunto, não pode duvidar da verdade desta revelação. Durante a sua vida, Muhammad foi conhecido como o mais verdadeiro, honesto e modesto. A sua integridade e a sua verdade estiveram fora de dúvida não só nas

visões dos muçulmanos, mas também nas mentes dos seus oponentes mais aguerridos. O seu carácter, os seus conhecimentos espirituais, e as suas reformas mundanas, não tiveram paralelo em toda a história da humanidade. E resta ver se a história pode produzir alguma coisa igual a Muhammad. Ele disse que era o último Profeta, porque esta foi a verdade de Deus, e não porque ele tivesse querido qualquer glória pessoal ou visto nisso ganhos pessoais. A vitória não alterou a sua conduta, o triunfo não enfraqueceu as suas excelentes virtudes, e a força não corrompeu o seu carácter. Ele foi incorruptível, consistente e inacessível a qualquer noção de ganho pessoal ou glória. As suas palavras espalhavam deslumbrante luz de sabedoria e verdade.

3 — Muhammad foi o único Profeta que cumpriu a sua missão e completou o seu trabalho em vida. Antes de ele morrer, o Alcorão expressou que a religião de Deus tinha sido aperfeiçoada, o favor de Deus nos crentes tinha sido completo e a verdade da revelação tinha sido guardada e será preservada com toda a segurança (Alcorão, 5:3 e 10:9). Quando ele morreu, a religião do Islão foi completada e a comunidade muçulmana crente, ficou bem estabelecida. O Alcorão foi registado durante a sua vida e preservado na sua total e original versão. Todas estas ideias, de que a religião de Deus, tanto no conceito como na aplicação, e que o Reino de Deus tinham sido estabelecidos aqui na terra, foram completadas por Muhammad. A missão de Muhammad, o seu exemplo e os seus conhecimentos provaram o ponto de vista de que o Reino de Deus não é um ideal que não se possa atingir ou alguma coisa só do outro mundo, mas é alguma coisa deste mundo também, alguma coisa que existiu e floresceu no tempo de Muhammad e pode existir e florescer em qualquer época enquanto houver crentes sinceros e homens de fé.

4 — A ordem de Deus de que Muhammad é o último Profeta é baseada na original e pura autenticidade do Alcorão, nos concludentes e únicos conhecimentos de Muhammad, na universalidade do Islão, e na aplicabilidade dos ensinamentos do Alcorão para todas as situações, todas as idades e todos os homens. Esta é a religião que transcende todas as fronteiras e consegue penetrar, apesar de todas as barreiras de raça, cor, idade e estatutos de opulência ou prestígio. É a religião que assegura a todos os homens, a igualdade, fraternidade, liberdade e dignidade, paz e honra, guia e salvação. Esta é a essência pura da religião de Deus e a forma de ajuda que Ele sempre estendeu ao homem desde o inicio da história. Com Muhammad e o Alcorão, culminou a evolução religiosa. No entanto, não quer significar o fim da história, ou que terminou a necessidade humana do guia divino. Isto é só o inicio de uma nova aproximação, a inauguração de uma nova era, na qual o homem foi suficientemente provido do encaminhamento divino e de exemplos práticos de que necessitava. Este divino guia está contido no Alcorão, como a mais autêntica e incorruptível Revelação de Deus, e estes exemplos são encontrados na personalidade de Muhammad.

5 — Deus ordenou que Muhammad deverá ser o último Profeta e por isso foi-o. Contudo, esta divina ordem foi uma antecipação dos grandes acontecimentos históricos que se seguiram. Proclamou boas notícias para o homem que deveria entrar num novo grau de maturidade intelectual e elevação espiritual e que deveria ter de fazer ele próprio, sem novos Profetas ou novas revelações, ajudado pelos ricos legados dos Profetas e as revelações, tais como as encontradas em Muhammad e seus predecessores. Foi em antecipação deste facto que as culturas, raças e regiões de todo o mundo se tornaram mais fechadas

das aos outros que o género humano poderia fazer bem com uma religião universal na qual Deus ocupa a Sua recta posição e o homem se sinta realizado. Foi um testemunho solene para o grande papel que os conhecimentos avançados e os sérios compromissos intelectuais influiram em termos de levar o homem até Deus. E é verdade que o homem pode combinar os seus conhecimentos avançados e o seu forte potencial intelectual com os ensinamentos morais e adaptar-se às Leis de Deus.

A história da ascensão dos Profetas acabou com Muhammad para dar ao homem a evidência de que ele pode amadurecer na sua iniciativa própria, para dar à ciência uma oportunidade para funcionar devidamente e explicar o vasto domínio de Deus, e dar à mente uma oportunidade para reflectir e aprofundar. A natureza do Islão é tal que tem uma grande flexibilidade e praticabilidade e pode resolver qualquer situação. A natureza do Alcorão é sem dúvida universal, sempre reveladora e segura no seu encaminhamento. A natureza da mensagem de Muhammad é tal que é dirigida a todos os homens e a todas as gerações. Muhammad não foi meramente um líder racial ou um libertador nacional. Ele foi, e ainda é, um homem da história e o modelo daquele que procura Deus. Nele todos os exemplos podem encontrar alguma coisa para aprender, exemplos excelentes de bondade e piedade para serem seguidos. E nele cada geração pode encontrar a sua esperança perdida.

APÊNDICE III — O Calendário Islâmico

A era muçulmana começou com o grande acontecimento da Hégira — emigração do Profeta Muhammad e seus companheiros de Meca para Medina ("").

O calendário islâmico é lunar (""), porque adopta o sistema puramente lunar, com a consequente rotação dos meses por todas as estações do ano durante um período de 33 anos lunares, que equivalem aproximadamente a 32 anos solares (""). Cada ano tem doze meses e cada mês alternadamente com 29 e 30 dias.

O ano de 1978 da era cristã ou gregoriana corresponde ao ano de 1398 do calendário islâmico ou lunar da era hegiriana. Os meses são: Muhamarram, Safar, Rabi'ul-Awwal, Rabi'ul-Aakhir (ou Rabi'ul-Çani), Jamad'ul-Awwal, Jamad'ul-Aakhir (ou Jamad'ul-Çánia), Rajab, Xaban, Ramadão, Xaual, Dul-Kadah e Dul-Hijjah.

Em cada semana há um dia solene: é a sexta-feira, em que os crentes se encontram para fazer a oração em congregação.

Algumas datas solenes (""):

1. O início da Hégira recai no dia 1 de Muhamarram.
2. Aniversário natalício do Profeta — 12 de Rabi'ul-Awwal.

(") N. E. — 16 de Julho de 622 — o primeiro dia do mês de Muhamarram, do Ano I, do calendário islâmico, que foi numa sexta-feira.

(**) N. E. — Na Arábia pré-islâmica seguiu-se o calendário solar.

(**) N. E. — Sobre esta temática veja-se o artigo bem fundamentado do Dr. Manuel Nunes Marques, subordinado ao tema «Calendário Islâmico» (in revista «O Islão», n.º 1 — IV, de Novembro de 1977).

(**) N. E. — Além das datas apontadas, poderemos salientar mais duas: a) 26 de Rajab — dia de ascensão do Profeta Muhammad para o céu (miraj); b) 14 de Xaban — Lailat'ul-Barrat — Mudança de Quibla de Jerusalém para Meca.

3. Início do mês de jejum — 1 de Ramadão.
4. Noite de poder (Lailat-ul-Cadre) — 26 de Ramadão, a revelação do Alcorão.
5. Id'ul-Fitra ou Id'ul-Seguir — serve para comemorar o fim do Ramadão, 1 de Xaual.
6. Id'ul-Adá (Festa do Sacrifício), 10 de Dul-Hijjah, que soleniza o fim da Peregrinação a Meca.